

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Departamento: História

LISBOA PRÉ-POMBALINA: A FREGUESIA DA SÉ
DEMOGRAFIA E SOCIEDADE
(1563-1755)

Anabela Silva de Deus Godinho

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Doutor em História
Económica e Social no Período Moderno

Orientadora:
Prof.^a Doutora Magda de Avelar Pinheiro

Fevereiro, 2007

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio e incentivos de algumas pessoas que para ele contribuíram de um modo directo ou indirecto e às quais não poderei deixar de manifestar um profundo agradecimento.

À Professora Doutora Magda Pinheiro por aceitar ser orientadora desta dissertação. Pelo seu apoio, disponibilidade, aconselhamento e orientação.

À Professora Doutora Norberta Amorim que incentivou a realização deste trabalho e se disponibilizou para apoiar e aconselhar, sobretudo nos aspectos demográficos e da população.

Ao NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, em especial ao Daniel Freitas, o indispensável apoio técnico no tratamento de dados.

Ao Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa por ter facultado o acesso a microfiches de assentos paroquiais, nomeadamente à Dr^a Eunice Relvas e à Dr^a Delminda Rijo.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio financeiro no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência e Ensino Superior, concedido através de uma bolsa de doutoramento que me permitiu uma total dedicação, indispensável à realização deste trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse possível, o meu agradecimento.

RESUMO

Palavras chave: Lisboa, Freguesia da Sé, Demografia, Sociedade.

Com base nas fontes paroquiais e mediante a aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias procedemos à recolha e organização dos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa para um período de cento e noventa e dois anos, desde 1563 a 1755.

Esta metodologia viabilizou não só a reconstituição de famílias mas também o acompanhamento de trajectórias individuais e a reconstituição da paróquia da Sé. Permitiu ainda conhecer comportamentos demográficos da sua população que se caracterizou sobretudo pela existência de uma forte mortalidade e mobilidade, compreensível pelo facto de se tratar de uma freguesia urbana localizada junto do porto de Lisboa, num período em que a capital vivia tempos áureos devido ao comércio marítimo.

Os dados qualitativos anotados pelos párocos nos assentos paroquiais permitiram, ainda que de uma forma não sistemática, identificar uma diversidade de ocupações, cargos, títulos e formas de tratamento que colocavam os indivíduos em diferentes posições da hierarquia social. Registou-se também a presença de pobres, estrangeiros e escravos na freguesia da Sé.

ABSTRACT

Key words: Lisbon, Parish of the Sé, Demography, Society.

Based on the parochial sources and applying the methodology of parishes reconstitution we have made the survey and the organization of the Sé parochial registers, parish that belongs to the city of Lisbon, for a period of one hundred and ninety two years, since 1563 to 1755.

This methodology not only made possible the reconstitution of families but also the individual courses and the reconstitution of the parish of the Sé. It was also possible to know some demographic behaviour of its population, which was characterized especially by a strong mobility and mortality understandable for the fact of being an urban parish situated near the Lisbon port, in a period that the capital was living golden times, due to the maritime commerce.

The professions annotated by the priests on the parochial registers had still allowed us to identify a diversity of occupations and also titles and forms of treatment that placed the individuals in different positions of the social hierarchy. It was also evident the presence of poor people, foreigners and slaves in the parish of the Sé.

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. OBJECTIVOS.....	1
2. A DEMOGRAFIA HISTÓRICA: ALGUNS DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA DISCIPLINA	4
I. FONTES E METODOLOGIA.....	13
1. FONTES.....	14
1.1. <i>Os registos paroquiais.....</i>	<i>14</i>
1.2. <i>As Visitações à freguesia da Sé e os registos paroquiais.....</i>	<i>26</i>
2. METODOLOGIA	39
II. A CIDADE DE LISBOA E A FREGUESIA DA SÉ	48
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE LISBOA.....	48
1.1. <i>Novas freguesias e bairros da cidade de Lisboa na altura da expansão da cidade</i>	<i>66</i>
2. DESCRIÇÃO DA FREGUESIA DA SÉ.....	77
2.1. <i>Santo António e a freguesia da Sé.....</i>	<i>89</i>
3. ASPECTOS GLOBAIS DOS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS DA FREGUESIA DA SÉ	93
3.1. <i>Evolução global dos nascimentos ocorridos entre 1563 e 1755.....</i>	<i>96</i>
3.2. <i>Evolução global dos casamentos ocorridos entre 1570 e 1755.....</i>	<i>98</i>
3.3. <i>Evolução global dos óbitos ocorridos entre 1563 e 1755.....</i>	<i>100</i>
3.4. <i>Baptismos, casamentos e óbitos – visão global.....</i>	<i>101</i>
III. NUPCIALIDADE	106
1. DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS	111
1.1. <i>Comparação da distribuição mensal dos casamentos com outras paróquias ...</i>	<i>118</i>
2. DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS	122
3. IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO	126
3.1. <i>Idade média ao primeiro casamento para os que casaram entre 1620 e 1755..</i>	<i>128</i>
3.2. <i>Idade média ao primeiro casamento das gerações nascidas entre 1570 e 1699</i>	<i>133</i>
4. REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADES AO PRIMEIRO CASAMENTO.....	135

5. GRUPOS DE IDADES COMBINADAS E DIFERENÇAS DE IDADES ENTRE OS NUBENTES	
CELIBATÁRIOS	138
6. ORIGEM GEOGRÁFICA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS	141
7. ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS NUBENTES	151
7.1. <i>Estado Civil Combinado dos Nubentes</i>	157
8. VIUVEZ E ULTERIOR CASAMENTO	160
8.1. <i>Idade média dos viúvos a um novo casamento</i>	163
8.2. <i>Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento</i>	165
IV. FECUNDIDADE	170
1. SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS	172
1.1 <i>Comparação da distribuição mensal dos nascimentos e concepções com outras paróquias</i>	178
2. REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS	182
3. TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADES E IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO	183
4. ESPAÇAMENTO DOS NASCIMENTOS	188
4.1. <i>Intervalo protogenésico</i>	188
4.2. <i>Intervalos intergenésicos</i>	190
5. NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS POR CASAMENTO	192
6. DURAÇÃO DOS CASAMENTOS	197
7. FECUNDIDADE ILEGÍTIMA	199
7.1. <i>Concepções pré-nupciais</i>	200
7.2. <i>Filiação natural e enjeitados</i>	202
V. APROXIMAÇÃO À MORTALIDADE	215
1. SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MAIORES DE SETE ANOS	217
2. MORTALIDADE SEGUNDO OS SEXOS	221
3. MORTALIDADE EXCEPCIONAL	223
3.1. <i>Mortalidade de crise dos maiores de sete anos</i>	226
4. OS REGISTOS DE ÓBITO DA PARÓQUIA DA SÉ E O TERRAMOTO DE 1755	249
VI. APROXIMAÇÃO À MOBILIDADE GEOGRÁFICA	260
1. ORIGEM GEOGRÁFICA DOS CÔNJUGES QUE ENTRARAM NA PARÓQUIA	263
2. FAMÍLIAS ESTÁVEIS E FAMÍLIAS MÓVEIS NA FREGUESIA DA SÉ DE LISBOA	269

3. MOBILIDADE INDIVIDUAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE ÓBITOS.....	273
3.1. <i>Efectivos não naturais segundo o sexo e estado civil ao óbito</i>	277
VII. APROXIMAÇÃO À REALIDADE SOCIAL DA FREGUESIA DA SÉ.....	283
1. UMA SOCIEDADE HIERARQUIZADA.....	284
1.1. <i>Profissões masculinas pelos registos paroquiais</i>	291
1.2. <i>Profissões femininas pelos registos paroquiais</i>	305
1.3. <i>Cargos, títulos e condição</i>	317
1.4. <i>A presença do clero na freguesia da Sé através dos registos paroquiais de óbito</i>	329
1.5. <i>Pobres e detentores de bens na freguesia da Sé</i>	337
1.7. <i>A presença de população escrava na freguesia da Sé</i>	347
CONCLUSÃO.....	361
FONTES E BIBLIOGRAFIA	368
1. FONTES MANUSCRITAS.....	368
2. FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA	370

Índice de Quadros

	P
Quadro 1 -Visitações à freguesia da Sé de Lisboa e seus visitantes (1596-1648)	28
Quadro 2 - Visitações à igreja da Sé pelos registos paroquiais (1616-1648).....	29
Quadro 3 - Ruas, travessas e becos da freguesia da Sé, 1551.....	79
Quadro 4 - Evolução da população da Freguesia da Sé (1551-1755)	93
Quadro 5 - Distribuição mensal dos casamentos, 1570-1755	112
Quadro 6 - Distribuição mensal dos casamentos. Evolução do comportamento	115
Quadro 7 – Distribuição mensal dos casamentos. Comparação entre paróquias de Lisboa (Índices).....	119
Quadro 8 - Sazonalidade dos casamentos Comparação entre paróquias (Índices)	121
Quadro 9 - Distribuição semanal dos casamentos (valores absolutos e proporcionais) 1570-1755	123
Quadro 10 - Distribuição semanal dos casamentos (valores absolutos e proporcionais)	124
Quadro 11 - Comparativo da distribuição semanal dos casamentos %	125
Quadro 12 - Idade média ao primeiro casamento (casamentos realizados entre 1620-1755)	129
Quadro 13 - Comparativo da idade média ao primeiro casamento (Observação transversal)	131
Quadro 14 - Idade média ao primeiro casamento. Gerações nascidas entre 1570-1699	133
Quadro 15 - Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento (casamentos realizados entre 1620-1755)	136
Quadro 16 - Idades combinadas dos nubentes celibatários, % , 1620-1755	139
Quadro 17 - Diferença de idades entre os nubentes celibatários (Distribuição proporcional) 1620-1755	140
Quadro 18 - Origem combinada dos nubentes celibatários, %	141

Quadro 19 - Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento (% em relação ao total de naturalidades conhecidas) 1570-1700	147
Quadro 20 - Nubentes segundo o estado civil (valores absolutos e proporcionais) ...	152
Quadro 21 - Comparativo do estado civil anterior dos nubentes, %	154
Quadro 22 - Nubentes segundo o estado civil combinado (valores absolutos e proporcionais) 1620-1755	157
Quadro 23 - Nubentes segundo o estado civil combinado (valores absolutos e proporcionais)	158
Quadro 24 - Viuvez segundo o sexo e idade (valores absolutos e proporcionais) 1620-1755	160
Quadro 25 - Viuvez segundo o sexo e ulterior casamento (valores absolutos e proporcionais)1620-1755	163
Quadro 26 - Idade média dos viúvos a um novo casamento, 1620-1755	164
Quadro 27 - Comparativo da idade média dos viúvos a um novo casamento, %	165
Quadro 28 - Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento (valores absolutos e proporcionais), 1620-1755	166
Quadro 29 - Repartição mensal dos nascimentos e concepções, 1564-1755	173
Quadro 30 - Repartição mensal dos nascimentos. Índices	176
Quadro 31 - Repartição mensal das concepções. Comparação entre paróquias de Lisboa (Índices)	179
Quadro 32 - Repartição mensal dos nascimentos e concepções. Comparação entre paróquias. Índices	180
Quadro 33 - Repartição dos nascimentos segundo o sexo. Relações de masculinidade (R.M.)	183
Quadro 34 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades. Descendência teórica (DT) (mil mulheres)1564-1755	184
Quadro 35 - Comparativo das taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (D.T)	186
Quadro 36 - Intervalo protogenésico inferior a um ano. 1564-1755	189
Quadro 37 - Intervalo protogenésico inferior a um ano. 1564-1755	189

Quadro 38 - Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses) 1564-1755	190
Quadro 39 - Intervalos intergenésicos médios sucessivos (Famílias numerosas). Todas as idades da mulher.1564-1755	191
Quadro 40 - Repartição das famílias segundo o número de filhos (independentemente da duração do casamento)	193
Quadro 41 - Repartição das famílias segundo o número de filhos (consoante a duração do casamento em anos) 1564-1650	195
Quadro 42 - Repartição das famílias segundo o número de filhos (consoante a duração do casamento em anos) 1651-1755	196
Quadro 43 - Duração dos casamentos	198
Quadro 44 - Intervalo protogenésico inferior a 8 meses. 1563-1755	200
Quadro 45 -Filiação natural (% em relação ao total de nascimentos) 1563-1755	204
Quadro 46 – Ilegitimidade. Comparação entre paróquias	208
Quadro 47 – Enjeitados (% em relação ao total de nascimentos) 1563-1755	210
Quadro 48 - Origem geográfica das mães de filhos ilegítimos, 1563-1755	213
Quadro 49 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos, 1563-1755	217
Quadro 50 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	219
Quadro 51 - Repartição dos óbitos dos maiores de sete anos segundo o sexo. Relações de masculinidade (R.M) (1570-1755)	222
Quadro 52 - Crises de mortalidade dos maiores de sete anos, 1563-1755	226
Quadro 53 - Óbitos de Solteiros falecidos em 1599. Nascidos na Sé	237
Quadro 54 - Sazonalidade ao óbito em anos de crise.1597 a 1599	238
Quadro 55 - Falecidos na freguesia da Sé de Lisboa (entre Janeiro e o terramoto de 1755)	253
Quadro 56 - Locais de sepultura dos falecidos na freguesia da Sé (entre Janeiro e o terramoto de 1755) (valores absolutos)	255
Quadro 57 - Distribuição dos óbitos segundo os locais de residência (falecidos entre Janeiro e o terramoto de 1755) (Valores absolutos)	257
Quadro 58 - Origem geográfica dos cônjuges casados fora da paróquia da Sé 1563-1755	263

Quadro 59 - Cônjuges casados fora da paróquia da Sé. Locais de origem dos naturais de Lisboa, 1563-1755	266
Quadro 60 - Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia. 1570-1750	269
Quadro 61 - Efectivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos 1570-1750	273
Quadro 62 - Efectivos ao óbito (Em relação ao total de falecidos) 1570-1750	276
Quadro 63 - Efectivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil 1570-1750	277
Quadro 64 - Profissões masculinas (pelos registos paroquiais)	291
Quadro 65 - Locais de residência de população activa. Ruas, travessas e becos da freguesia da Sé, 1563-1755	302
Quadro 66 - Locais de residência de população activa na freguesia da Sé 1563-1755	304
Quadro 67 - Profissões femininas (pelos registos paroquiais)	306
Quadro 68 - Casas que davam camas na freguesia da Sé (pelos registos de óbitos) ..	312
Quadro 69 - Estalagens na freguesia da Sé (pelos registos de óbitos)	314
Quadro 70 – Cargos (pelos registos paroquiais)	317
Quadro 71 – Titulares	323
Quadro 72 – Condição (pelos registos paroquiais)	326
Quadro 73 - Óbitos da família real registados na paróquia da Sé (1656-1750)	327
Quadro 74 - Os eclesiásticos (através dos registos de óbito) 1563-1755	330
Quadro 75 - Arcebispos de Lisboa com óbito na paróquia da Sé (pelos registos de óbito) (1585-1710)	333
Quadro 76 - Casos de pobreza (pelos registos de óbito)	341
Quadro 77 - Testamentos declarados ao óbito (em relação ao total de falecidos) ...	344
Quadro 78 - Testamentos declarados ao óbito (observação por sexos)	344
Quadro 79 - Pobres e testadores (pelos registos de óbito)	346
Quadro 80 - Casamentos de escravos (em relação ao total de casamentos).....	349

Quadro 81 - Óbitos de escravos (em relação ao total de falecidos)	350
Quadro 82 - Proprietários de escravos (pelos registos paroquiais) (sexos reunidos)	353
Quadro 83 - Proprietários de escravos/as (pelos registos paroquiais)	355
Quadro 84 - Origem geográfica de escravos adultos (pelos registos de baptismos) (1680-1755)	360

Índice de Gráficos

	p
Gráfico 1 - Movimento dos baptizados. Médias móveis de 9 anos (1563-1755)	87
Gráfico 2 - Movimento dos casamentos. Médias móveis de 9 anos (1570-1755)	99
Gráfico 3 - Movimento dos óbitos. Médias móveis de 9 anos (1570-1755)	100
Gráfico 4 - Baptizados, casamentos e óbitos. Médias móveis de 9 anos 1563-1755	102
Gráfico 5 - Distribuição mensal dos casamentos. Evolução do comportamento (índices) 1570-1755	112
Gráfico 6 - Distribuição mensal dos casamentos. Evolução do comportamento. Índices	116
Gráfico 7 - Distribuição semanal dos casamentos, %, 1570-1755	123
Gráfico 8 - Distribuição semanal dos casamentos, %	124
Gráfico 9 - Idade média ao primeiro casamento. Casamentos realizados entre 1620-1755 (médias móveis de 3 décadas)	130
Gráfico 10 - Idade média ao primeiro casamento. Gerações nascidas entre 1570-1699 (médias móveis de 3 décadas)	134
Gráfico 11 - Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento (casamentos realizados entre 1620-1755), %	136
Gráfico 12 - Diferença de idades entre os nubentes celibatários (Distribuição proporcional) 1620-1755	140
Gráfico 13 - Nubentes segundo o estado civil, %, 1620-1755	152
Gráfico 14 - Sazonalidade dos nascimentos. Índices. 1564-1755	174
Gráfico 15 - Sazonalidade das concepções. 1564-1755	174
Gráfico 16 - Repartição mensal dos nascimentos. Índices	176
Gráfico 17 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (mil mulheres)	184
Gráfico 18 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos 1563-1755	218

Gráfico 19 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	219
Gráfico 20 - Crises de mortalidade dos maiores de sete anos (Método de Livi- Bacci/Del Planta) 1563-1755	229
Gráfico 21 - Sazonalidade ao óbito em anos de crise 1597 a 1599	238

Índice de Figuras

	p
Figura 1 - Registo da visitação feita à paróquia da Sé de Lisboa no ano 1616.....	30
Figura 2 – Registo de baptismo de 1563	45
Figura 3 – Registo de baptismo de 1751.....	45
Figura 4 – Planta das ruas e praças de Lisboa em 1650, de João Nunes Tinoco, arquitecto de Sua Majestade	60
Figura 5 – Novas áreas de expansão urbanística da cidade do século XV ao séc. XVII	71
Figura 6 - Sítio do castelo com a Alcáçova Real e a encosta da Sé, terceiro quartel do século XVI	81

INTRODUÇÃO

1. Objectivos

Ao estudarmos, através dos seus registos paroquiais, a grande paróquia da Sé de Lisboa entre 1563 e 1755, tivemos como principal objectivo analisar os comportamentos demográficos da sua população antes da grande mudança de feição da cidade, não deixando de explorar dados qualitativos referidos pelos párocos, no sentido de uma aproximação à realidade social da paróquia, nesse período.

Esta investigação surge na sequência de outro estudo académico efectuado com base nos registos paroquiais de uma freguesia rural do Baixo Alentejo, a freguesia de Selmes, concelho da Vidigueira, para os séculos XVIII e XIX (Godinho, 1999). A formação inicial em Sociologia, a dissertação de mestrado na área de Demografia História, a importância desta disciplina para os estudos de sociedade (Wrigley, 1985), a inserção deste projecto num projecto mais amplo de reconstituição das paróquias de Lisboa, em curso no Gabinete de Estudos Oisiponenses da respectiva Câmara Municipal¹, foram factores determinantes para a escolha do tema.

A nossa opção pela paróquia da Sé de Lisboa prendeu-se, essencialmente, com o facto da mesma dispor de registos paroquiais sistemáticos dos três tipos de actos, para o período em análise, sem lacunas e em razoável estado de conservação, e não existir nenhum estudo semelhante, até agora, realizado para esta freguesia.

¹ Projecto “*Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da População de Lisboa: século XVI até ao Terramoto de 1755*”, cujo objectivo geral é constituir uma base de dados demográficos e sociais do concelho de Lisboa, partindo do método desenvolvido por Norberta Amorim (1991), seguindo a dinâmica do Projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, *Espaços Rurais e Urbanos: Micro-análise de comportamentos demográficos, de mobilidades geográfica e social e dinâmicas culturais*.

A delimitação cronológica está associada, por um lado, ao facto de nos debruçarmos sobre as informações recolhidas nos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos que, na freguesia da Sé de Lisboa, tiveram início em 1563. Por outro lado, sendo nosso objectivo o conhecimento das principais características demográficas e sociais da população dessa freguesia no *período pré-pombalino*, embora o período pombalino tivesse tido início em 1750, estendemos a nossa observação até 1755, ano do grande terramoto ocorrido na cidade de Lisboa e a partir do qual tiveram lugar grandes modificações a nível político, económico, social, cultural, religioso e também demográfico, devido à interrupção da dinâmica populacional registada nessa cidade e, inesperadamente, quebrada em consequência do terramoto. Foi também a partir desse momento, na qualidade de secretário de Estado, que Sebastião José de Carvalho e Melo teve de enfrentar as consequências da maior catástrofe do século e ascendeu ao lugar principal nos negócios do Reino, tendo tido, a partir dessa altura, uma importância decisiva nas deliberações políticas e consequentes mudanças, aos mais diversos níveis, ocorridas no país e na cidade de Lisboa (Serrão, 1989).

Com o objectivo de identificarmos eventuais registos de pessoas falecidas em consequência do grande terramoto ocorrido na capital, no dia 1 de Novembro de 1755, e que, só posteriormente, tivessem vindo a ser registadas nos livros de óbitos da paróquia da Sé, procedemos, ainda, ao prolongamento do período de observação dos registos paroquiais de defuntos, até 1760.

Trata-se, portanto, de estudar um dos primeiros espaços urbanizados de Lisboa, importante centro religioso, sede de poder, espaço cívico, político e administrativo, e uma das maiores freguesias da cidade, a freguesia da Sé.

Incluindo nesta Introdução alguns dados sobre a evolução da Demografia Histórica, dividimos o trabalho em sete capítulos.

No primeiro capítulo, tratámos das fontes e metodologias usadas na análise dos comportamentos demográficos da freguesia, bem como na abordagem a comportamentos sociais. Fizemos ainda referência a visitas feitas à freguesia, identificadas nos registos paroquiais e em bibliografia disponível.

No segundo capítulo, fizemos uma descrição sobre a evolução histórica e populacional da cidade de Lisboa e da freguesia da Sé, recorrendo a bibliografia disponível, e abordámos os aspectos globais dos comportamentos demográficos da freguesia, tendo por base os movimentos dos nascidos, casados e falecidos na paróquia da Sé de Lisboa.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise da Nupcialidade, variável dependente de outros fenómenos demográficos, como a Mortalidade e a Mobilidade.

No quarto capítulo, estudámos a Fecundidade, variável influenciada, não só, pela Nupcialidade, mas também por outras variáveis demográficas, como a Mortalidade e a Mobilidade diferenciais, e que, durante esse período, ocorreu maioritariamente dentro do casamento.

No quinto e sexto capítulos, condicionados na nossa investigação devido ao sobregisto de mortalidade dos indivíduos menores de sete anos, tentámos, respectivamente, uma aproximação ao estudo da Mortalidade e da Mobilidade, limitando-nos à observação de comportamentos dos indivíduos adultos.

Sempre que possível, estabelecemos algumas comparações entre os resultados obtidos através da análise demográfica da paróquia da Sé de Lisboa e outros trabalhos de carácter monográfico realizados para outras paróquias, sobretudo do norte do país, zona para a qual diversos trabalhos têm sido realizados nesta área.

No sétimo capítulo, utilizámos os dados qualitativos da base de dados da Demografia e tentámos uma aproximação à realidade social da freguesia da Sé. Com base na diversidade de actividades ocupacionais, desempenho de cargos, detenção de títulos, bem como nos diversos tipos de pobreza registados pelos curas da paróquia, sobretudo, à altura da morte, para explicar as razões impeditivas da realização de testamento por parte dos defuntos, tentámos identificar situações sócio-económicas distintas. Fizemos ainda referência à existência de escravos na freguesia da Sé de Lisboa. Relativamente aos escravos, procurámos saber qual o peso que ocupavam em relação ao total de casamentos contraídos na paróquia e em relação ao total dos falecidos. A partir dos casos em que nos foi dado a conhecer o cargo, título, ou actividade ocupacional dos seus senhores e pela forma distinta como alguns eram tratados, nomeadamente por “Dom” ou “dona”, procurámos saber quem eram as pessoas que os possuíam e qual a posição que ocupavam na hierarquia social. Por fim, a partir dos registos de baptismos, por serem os que mais referenciavam as naturalidades da população escrava, tentámos conhecer a proveniência geográfica de mulheres e homens escravos baptizados na freguesia da Sé, já em idade adulta.

2. A Demografia Histórica: alguns dados sobre a evolução da disciplina

Foi, de facto, o surgimento da Demografia Histórica, posteriormente acompanhado por um desenvolvimento da tecnologia informática que levou a um avanço no conhecimento das populações antigas. Na realidade, o interesse dos historiadores pelos efectivos das populações do passado remonta a períodos anteriores ao século XX. Trabalhos como os de R. P. Riccioli, que desde meados do século XVII lança o debate sobre a população da Roma antiga, Matthew Hale que, em 1677, comparou

sistematicamente os efectivos de numerosas comunidades de habitantes em Inglaterra, e de Expilly que, no século XVIII, através das contagens dos registos paroquiais franceses provou que o número dos baptismos, casamentos e sepulturas do período de 1752-1763 ultrapassavam largamente os dos anos 1690-1701, são, entre outros, exemplos que podemos salientar (Dupâquier, 1984).

Contudo, foi após a segunda guerra mundial que o crescente interesse pelos estudos da população levou ao desenvolvimento da Demografia Histórica, a partir de 1945. Apareceram, assim, diversos trabalhos, nomeadamente o “Tratado de Demografia” de A. Landry (1945) que reflectia sobre as origens da “revolução demográfica” em França; os trabalhos de F. Lot (1945) sobre a população; a revista “População” com vastas perspectivas interdisciplinares, criada por A. Sauvy, em 1946, e o artigo aí publicado por J. Meuvret (1946) sobre “as crises de subsistência e a demografia da França do Antigo Regime”; em 1948, P. Ariès começou a explorar as novas vias da História das Mentalidades e, no ano seguinte, M. Reinhard tentou uma primeira síntese dos resultados obtidos no âmbito da História das Populações. Simultaneamente, surgiram e aperfeiçoaram-se métodos e técnicas de análise demográfica que permitiram o conhecimento de populações do passado, surgindo, neste contexto, o método científico de reconstituição de famílias que fez da Demografia Histórica uma disciplina autónoma (Dupâquier, 1984).

A ideia de reconstituir as famílias não foi original, até porque, desde longa data, a exploração dos registos paroquiais servia, sobretudo, para elaborar genealogias. Todavia, como refere Pierre Goubert (1973), embora de vez em quando um historiador se interrogasse sobre quantos habitantes teriam existido numa determinada cidade ou país, raramente consultavam o arquivo. Foi a necessidade de estudos científicos de análise demográfica sobre as populações do passado que conduziu à elaboração do método de

reconstituição de famílias, inteiramente inventado em França, quase simultaneamente por Pierre Goubert e Louis Henry. Pierre Goubert, para estudar a população de Auneuil entre 1656 e 1735, abria as fichas de família na altura de cada casamento e completava-as com as informações dos actos de sepultura. Louis Henry, ignorando os trabalhos de Goubert, publicou um artigo em 1953 sobre “uma riqueza demográfica esquecida: os registos paroquiais”, suscitando uma reacção de Pierre Goubert que, no início do ano seguinte, no seu trabalho intitulado “uma riqueza histórica em exploração: os registos paroquiais” demarcou as divergências entre os dois métodos, pelas conclusões por ele apresentadas (Dupâquier, 1984).

Mas, em 1956, era publicado o livro de Louis Henry e M. Fleury, um guia prático onde se podiam encontrar as formas de utilização do seu método de reconstituição de famílias, criado, fundamentalmente, para o estudo da fecundidade legítima das populações francesas do passado. Mais tarde, Pierre Goubert, na sua obra “Beauvais et le Beauvaisis”, juntou capítulos de Demografia Histórica com capítulos de História Económica e Social renovada e divulgou a teoria das crises de subsistência (Dupâquier, 1984), segundo a qual as crises de grande intensidade que simultaneamente afectavam os casamentos, as concepções e os óbitos eram provocadas pelas crises económicas de tipo antigo (Goubert, 1968). No entanto, apesar do enorme sucesso desta sua obra, foi o método de L. Henry que se impôs, acabando o próprio Pierre Goubert por o recomendar aos seus alunos (Dupâquier, 1984).

Também em Inglaterra, a Demografia Histórica não tardou em organizar-se. Em 1964, Peter Laslett e Wrigley fundam o grupo de Cambridge, cujas orientações metodológicas foram no sentido da reconstituição das famílias, tendo-se posteriormente alargado o campo de análise ao grupo doméstico, possibilitando, desta forma, a análise dos indivíduos que não faziam parte da família biológica que, segundo Henry, era constituída

pela família conjugal formada a partir do matrimónio e pelos filhos nascidos dessa relação (Rowland, 1997). Ao mesmo tempo, iam surgindo importantes trabalhos dentro e fora da Europa, em países como Espanha, salientando-se os trabalhos de Jordi Nadal, Países Baixos, Suíça, Brasil, Canadá e outros.

Foi, de facto, o desenvolvimento da Demografia Histórica desde meados do século XX, traduzido no aparecimento de diversos estudos e teorias, que contribuiu para um avanço no conhecimento dos mecanismos de funcionamento das populações do passado.

É assim que, neste contexto, surge uma das mais importantes teorias sobre o comportamento demográfico das populações anteriores ao fenómeno de transição demográfica que caracterizou os dois últimos séculos da nossa era, dando origem ao conceito de Antigo Regime Demográfico. Os limites cronológicos aceites para este período estendem-se desde a segunda metade do século XIV à segunda metade do século XVIII, sendo pontualmente alargados aos primeiros anos do século XIX, e tem como características fundamentais a existência de altos níveis de natalidade e de mortalidade, uma alta mortalidade infantil, uma baixa esperança de vida à nascença e a ocorrência de crises demográficas, traduzidas por um aumento súbito do número de óbitos que, periodicamente, e de uma forma geralmente brusca, quebrava o crescimento populacional. O equilíbrio era, por isso, instável, embora a evolução da natalidade, menos irregular que a da mortalidade, e apresentando-se bastante estável a longo prazo, permitisse um crescimento demográfico lento. Contudo, nos meios urbanos, estes condicionalismos assumiam, por vezes, características diferentes, devido à imigração que, por si só, levava à reposição dos efectivos perdidos. Isto porque, a aceleração dos movimentos migratórios de zonas não afectadas ou de maior densidade populacional para as zonas atingidas pela

mortalidade era um dos meios do mecanismo auto-regulador das sociedades de Antigo Regime.

Na realidade, a Demografia Histórica tinha aberto novos caminhos a uma análise demográfica sobre as populações do passado. Num período para o qual não existiam fontes censitárias, os registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos que a Igreja Católica dispunha para o controle dos fiéis e que se foram tornando sistemáticos a partir do Concílio de Trento, permitiram proceder à reconstituição das famílias e medir com rigor e precisão eventos demográficos ligados aos nascimentos, casamentos e óbitos (Rowland, 1997).

Contudo, embora reconhecida a validade da metodologia de reconstituição de famílias, foram-lhe apontadas críticas, nomeadamente em relação à representatividade e ao significado dos resultados obtidos através desses estudos: representatividade das famílias reconstituídas em relação ao conjunto das famílias e representatividade das paróquias relativamente às comunidades mais vastas onde se encontravam inseridas.

Para Jacques Dupâquier (1984), o método de reconstituição das famílias apresenta o grande inconveniente de tratar cada ficha de família como uma unidade estatística autónoma, de modo que, a expressão “reconstituição das famílias” corresponde apenas a uma parte da realidade. Por isso, segundo ele, seria melhor falar em reconstituição de uniões e em fichas de casais. O próprio Pierre Goubert, embora chamasse a atenção para a segurança do método, não o considerava isento de inconvenientes, como ele próprio nos refere: *“Le seul inconvénient de cette tâche passionnante, mais très lente, est son caractère limité et réduit. Mais sa sécurité suffit à l'imposer”* (1968, p.52).

Também Robert Rowland (1997), aponta esse método como bastante moroso e salienta que muitos desses estudos não recolhiam dos registos paroquiais toda a informação, por vezes, muito rica, que deles se poderia extrair.

Relativamente a Portugal, o primeiro ensaio de Demografia Histórica, baseado no tratamento sistemático de registos paroquiais portugueses, seguindo a metodologia de Louis Henry, foi feito por Maria de Lourdes Akola Neto (1959) e incidiu sobre a freguesia de Santa Catarina de Lisboa, no primeiro quartel do século XVIII.

Este trabalho, surgiu no âmbito de um programa para investigação demográfica portuguesa, proposto por Virgínia Rau ao Centro de Estudos de História da Faculdade de Letras de Lisboa, no final da década de cinquenta do século passado, em que, a partir da recolha sistemática dos dados registados nos assentos paroquiais da cidade de Lisboa, ao longo do século XVIII, se ia organizando um ficheiro dos registos de baptismos, casamentos e óbitos.

Nos anos sessenta e setenta, noutras Faculdades de Letras, outros projectos de investigação foram surgindo, visando a reconstituição de famílias, a partir do método de Henry, segundo o qual os membros de cada família eram agrupados em função do apelido do pai, que, em França, era transmitido aos descendentes de uma forma regular.

Mas, a natureza das fontes paroquiais portuguesas e a irregularidade com que eram transmitidos os apelidos familiares em Portugal, foram os principais obstáculos à reconstituição das famílias portuguesas, a partir do método francês.

Para fazer face a essas dificuldades, em 1971, num trabalho académico sobre Rebordãos, concelho de Bragança, séculos XVII e XVIII, foi criada uma metodologia de *reconstituição de famílias*, por Norberta Amorim (1973), não oposta à metodologia de Henry, mas adequada às particularidades das fontes paroquiais portuguesas. As famílias

passaram a ser registadas não pelo sobrenome do pai, mas pelo nome próprio, pelo facto deste se manter estável até à altura do óbito. Por outro lado, a recolha dos registos paroquiais dos três tipos de actos, que era feita em fichas individuais, passou a fazer-se em ficheiros de cartolina, iniciando-se, não pelos registos de casamento, mas, pelos registos de baptismos. Em cada folha, eram lançadas todas as informações respeitantes a cada casal e aos filhos que resultavam dessa união, iniciando-se a ficha de família pela filiação de uma criança. Assim, as famílias começavam a ser reconstituídas no momento em que a informação era recolhida, logo a partir dos assentos de baptismo, traduzindo-se numa redução do tempo necessário para a recolha de dados. Terminada esta primeira fase, procedia-se ao cruzamento das informações dos matrimónios com as fichas de família e, finalmente, dos óbitos.

O desenvolvimento da tecnologia informática permitiu que, passadas duas décadas desse primeiro trabalho, fosse ensaiada sobre paróquias açorianas a *metodologia de reconstituição de paróquias* que permitiu estudar os comportamentos demográficos de um espaço interparoquial, entre os séculos XVII e XX.

Assim, toda a informação recolhida dos registos paroquiais dos três tipos de actos, passou a ser inserida em computador, viabilizando, desta forma, a passagem da *reconstituição de famílias* à *reconstituição de paróquias* que, segundo a autora, “*é o passo, facilitado pela Informática, que se segue à reconstituição de famílias*” (Amorim, 1991, p.13).

Deste modo, a *metodologia de reconstituição de paróquias*, acompanhada de um constante aperfeiçoamento das técnicas informáticas, permitiu organizar directamente, mediante uma aplicação informática em *Dbase III- a Rpar*², uma enorme quantidade de informação retirada dos assentos de baptismos, casamentos e óbitos, de forma a obter um

² Este programa foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho.

ficheiro de famílias e um ficheiro de indivíduos, e em encadeamento genealógico, acompanhar o percurso demográfico de cada indivíduo residente numa determinada paróquia.

Além de uma redução considerável do tempo necessário para a recolha e cruzamento de dados e da possibilidade de se poder analisar com rigor grandes volumes de informação sobre paróquias rurais e urbanas, esta metodologia permite, ainda, extrair e explorar toda a riqueza informativa que os registos paroquiais contêm, e com essa informação cruzar dados provenientes de uma diversidade de fontes, alargando o campo de observação, para além da análise demográfica.

Actualmente, outras aplicações informáticas desta metodologia criadas na Universidade do Minho³ têm por objectivo a elaboração de uma base de dados central, que permita fazer estudos multiparoquiais extensíveis a espaços bastante alargados, nacionais e mesmo internacionais. Explorando as bases de dados de indivíduos, em cadeia genealógica, em cruzamento com outras fontes nominativas, pretende-se também chegar a um novo nível de análise em História da Família, História Social e História Cultural.

Com base na metodologia de *Reconstituição de Paróquias*, e abrangendo períodos pré-estatísticos, diversos trabalhos têm sido feitos na área do conhecimento demográfico e também social, no âmbito de investigações académicas e por investigadores do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) da Universidade do Minho. Investigações

³ Cf. AMORIM, Maria Norberta (2006), “Demografia histórica e história da família. Perspectivas para um percurso integrado” *Ler História*, (50), pp. 49-50; AMORIM, Maria Norberta (2007), “Conferência de Encerramento: História das Populações Oitocentistas das Ilhas do Pico e do Faial – Um projecto em curso”, *Separata do IV Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, pp.699-713; Uma nova aplicação informática desenvolvida por Fernanda Faria, o *SRPP, Sistema de Reconstituição de Paróquias*, e o *ConFusBDP, Sistema de Conversão e Fusão de Bases de Dados Paroquiais*, constituindo as camadas iniciais da arquitectura *SEED*, Sistema de Estudo da Evolução Demográfica, e a base para qualquer tipo de exploração e divulgação dos dados; Aplicações de Fernanda Faria NEPS/Departamento de Informática Universidade do Minho disponíveis em ffaria@roba.neps.ics.uminho.pt.

centradas sobretudo em paróquias rurais do norte do país e alargadas a paróquias urbanas, nomeadamente a Angra, nos Açores (Mesquita, 2004), e paróquias da cidade de Lisboa⁴.

Para períodos da era estatística, utilizando outras metodologias, e abordando temáticas sobre população apontam-se, entre outros autores, J. Manuel Nazareth, Fernando Sousa, Robert Rowland.

Sobre a cidade de Lisboa, é notória a quantidade de trabalhos existentes⁵. Muitos se debruçaram no estudo desta cidade, mas, quando recuamos a períodos pré-estatísticos, anteriores a 1864, ano do primeiro censo realizado em Portugal com carácter científico, poucos usam fontes e metodologias específicas na perspectiva demográfica.

Após um primeiro trabalho de Maria de Lourdes Akola Neto (1959), já atrás referido, sobre a cidade Lisboa, baseado no tratamento sistemático de registos paroquiais, seguindo a metodologia de L. Henry, surgiu, mais tarde, um outro trabalho da mesma autora, sobre a freguesia das Mercês de Lisboa, no primeiro quartel do século XVIII (Neto, 1967).

Sobre Lisboa e a sua população, para períodos anteriores e posteriores ao século XVIII, salientam-se diversos trabalhos de Teresa Rodrigues. Com base em metodologias específicas e utilizando os registos paroquiais de diversas freguesias da cidade de Lisboa, Teresa Rodrigues (1990) estudou as crises de mortalidade que ocorreram em Lisboa, nos séculos XVI e XVII.

⁴ Projecto de “*Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da População de Lisboa: século XVI até ao Terramoto de 1755*”.

⁵ Trabalhos como os de Damião de Gois, Frei Nicolau de Oliveira, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão, Luís Mendes de Vasconcelos, Júlio de Castilho, Augusto Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Irisalva Moita, José-Augusto França, Luís Pastor de Macedo, Teresa Rodrigues, Helena Murteira, Helder Carita, Carlos Caetano, entre outros.

I. FONTES E METODOLOGIA

Os registos paroquiais de baptismos casamentos e óbitos ao fornecerem informações sobre os actos vitais dos indivíduos, apresentam-se como fontes privilegiadas para o estudo das populações do passado. Tratados por metodologias adequadas, são instrumentos que devido à riqueza de dados que deles se podem obter, permitem fazer, não só, análises demográficas, mas também abordagens da História da Família e da História Social (Dupâquier, 1984).

Neste sentido, tendo como principal propósito reflectir sobre a problemática da população da freguesia da Sé de Lisboa, antes do grande terramoto de 1755, e tentar uma aproximação à realidade social da respectiva paróquia, socorremo-nos dos registos paroquiais.

A metodologia de *reconstituição de paróquias*, em virtude de, dependendo da qualidade desses registos, permitir um conhecimento bastante completo dos comportamentos das diversas variáveis demográficas e, através dos dados qualitativos que deles se podem retirar, permitir identificar e comparar diferentes grupos sociais, avançando, assim, para abordagens de carácter sociológico, apresentou-se-nos como ponto de partida adequado e fundamental para a elaboração desta investigação.

Por outro lado, a base de dados assim construída, onde constam as informações da paróquia reconstituída, pode ainda ser enriquecida com informações provenientes de outro tipo de fontes, de forma a alargar o campo de observação. Esta metodologia tem ainda a vantagem de poder ser aplicada a grandes paróquias urbanas, como é o caso da paróquia da Sé de Lisboa.

Em síntese, recorrendo aos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa e aplicando a metodologia de *reconstituição de paróquias*, demos o nosso primeiro passo, reconstituir a paróquia da Sé, para um período de quase dois séculos, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, de modo a atingirmos os nossos principais objectivos.

1. Fontes

1.1. Os registos paroquiais

Os assento paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos da freguesia da Sé que abrangem todo o período considerado (1563-1755), serviram de base à nossa investigação, através da recolha e análise sistemática de todas as informações neles contidas.

Em Portugal, os registos paroquiais tiveram início antes do Concílio de Trento. D. Afonso IV, na carta régia dirigida aos bispos das dioceses portuguesas, a 7 de Dezembro de 1352, mandava que os recebimentos fossem feitos perante um tabelião e registados num livro, de forma a que se pudesse ter conhecimento dos casamentos que se faziam em cada freguesia. Dois séculos mais tarde, no Sínodo de Lisboa de 1536, publicavam-se as Constituições do Arcebispo de Lisboa, Cardeal D. Afonso, filho de D. Manuel I, que ordenavam que em cada paróquia fossem registados num livro, numa parte, os baptismos, noutra, os óbitos. Em 1563, no Concílio de Trento, codificaram-se e regularam-se disposições já praticadas em muitos bispados e países, pois alargaram a todo o mundo católico a obrigatoriedade dos párocos registarem os baptismos e os casamentos, embora nem todos o tenham feito de imediato. Em 1614, o papa Paulo V tornou obrigatório o registo dos óbitos. Mais tarde, na Constituição resultante do Sínodo diocesano de 30 de

Maio de 1640, estabeleceu-se que cada igreja do Arcebispado de Lisboa tivesse os livros determinados pelo Concílio (Neto, 1959). Assim, até 1911, os livros de registos de baptismos, casamentos e óbitos foram escriturados pelos párocos, passando, depois, para as Conservatórias do Registo Civil.

Para a paróquia da Sé de Lisboa, os primeiros registos de baptismos e óbitos conhecidos, tiveram início em 1563. Os registos de casamentos, datam de 1570. Estes registos estão distribuídos por diversos livros de baptismos, casamentos, óbitos ou mistos, isto é, onde se encontram registados os três tipos de actos, dentro de um mesmo período de tempo. Não apresentam lacunas cronológicas e estão arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os livros encontram-se em bom estado de conservação, embora possamos salientar a existência de assentos de baptismo ilegíveis em 1668, 1687, 1697 e 1698. Relativamente aos livros dos casados, encontramos alguns registos com tinta trespassada nos anos de 1606, 1607, 1608 e 1620. Alguns assentos de óbito registados em 1584 e 1585 apresentam também tinta trespassada, o que não prejudicou em nada a nossa observação, dado que, a maior parte das informações desses registos foram posteriormente identificadas através do cruzamento de dados.

As folhas desses livros são numeradas e o pároco assinava no final de cada página ou de cada assento. Nas margens dos registos de baptismos, casamentos e óbitos eram acrescentados, respectivamente, o nome da criança baptizada, os nomes dos nubentes e o nome da pessoa falecida. A qualidade e rigor desses registos e o grau da sua decifração varia consoante os párocos que, durante esse período, serviram na paróquia da Sé de Lisboa.

As informações recolhidas eram de natureza diferente mas complementares, sendo, por isso, indispensável o cruzamento das mesmas, a nível informático.

No que respeita à informação fornecida, constatámos que através dos registos de baptismos, além da data do baptismo, podia-se identificar o neófito, os nomes dos pais e dos padrinhos. A profissão dos pais, residência e naturalidade eram também referenciadas, embora de uma forma irregular. Em alguns casos, era ainda feita referência ao estado civil, profissão e residência dos padrinhos. Estes, eram normalmente constituídos por um padrinho e uma madrinha, embora, por vezes, se tivesse verificado a existência de apenas um padrinho e, raramente, de apenas uma madrinha. O estado civil dos padrinhos não era referenciado, excepto quando a madrinha era uma mulher casada. Neste caso, o pároco costumava ainda indicar o nome do marido.

Relativamente aos casos de ilegitimidade, de um modo geral, era unicamente registado o nome da mãe da criança, ignorando-se o seu estado civil, filiação, residência e, na maior parte dos casos, também a naturalidade, o que dificultou a identificação de algumas dessas mulheres. Noutros casos, o pároco registava apenas o nome do pai da criança e escrevia: *“filho de uma certa mulher”*; *“filho de uma mulher que por justas causas se não escreve aqui”*; *“a mãe se não nomeia”*. Outras vezes, o pároco identificava o pai e mãe da criança e declarava que se tratava de um filho não legítimo, pelo facto de não serem casados, mas amancebados ou amigos. Identificámos também algumas situações em que a ilegitimidade ocorria pelo facto das crianças serem concebidas antes do casamento. Outras, tinham pai e mãe desconhecidos, casos em que o cura escrevia: *“sem pai nem mãe”*; *“filho da igreja”*; *“não disseram de quem era filho”*. Outras, eram registadas como *“enjeitadas”*, algumas, na Misericórdia, instituição religiosa de apoio

social, mandada edificar pelo rei D. Manuel, na freguesia da Sé de Lisboa. Foi o caso de Constantina, enjeitada na Santa Casa da Misericórdia e a Mesa a mandou baptizar na Sé, a 14 de Junho de 1614 e “*não se soube o nome de pai nem mãe*”.

No que se refere aos registos de casamento, era-nos geralmente dado, além da data de casamento, o nome dos noivos, dos padrinhos ou testemunhas, local de casamento, naturalidade dos cônjuges e, por vezes, ainda o local de residência de cada um deles e a profissão, designadamente do noivo. O local de residência e a profissão das testemunhas matrimoniais era também registado, embora de uma forma irregular. Estas, poderiam ser em número de três ou quatro pessoas, ou mesmo quinze ou mais, sendo sobretudo homens.

Quanto ao estado civil dos nubentes, não era habitual os curas da paróquia da Sé registarem a situação civil, quando se tratava de pessoas solteiras. Neste caso, de um modo geral, eram mencionados os nomes dos pais dos noivos e, certas vezes, também as suas naturalidades. Quando se tratava de um viúvo ou viúva, o padre registava o seu estado civil e, frequentemente, o nome do cônjuge falecido, por vezes, acompanhado da indicação do local de sepultura. Em certos casos, eram ainda apontadas as causa de morte dos anteriores cônjuges. Por exemplo, identificámos alguns casos de viúvas cujos maridos tinham falecido na Índia ou em viagem para a Índia: “*perdeu-se na nau Santo António quando ia para a Índia*”; “*faleceu na Índia*”; “*mataram na nau Santa Maria quando vinha da Índia, quando os ingleses a tomaram*”.

No que respeita à indicação do local de casamento, quando o recebimento por marido e mulher não ocorria numa igreja, capela, ermida ou oratório, o pároco geralmente anotava a razão impeditiva desse procedimento. Deste modo, foi possível observar que os casamentos realizaram-se maioritariamente na Igreja da Sé de Lisboa. Alguns, tiveram lugar na Igreja da Misericórdia, em Ermidas, e também em oratórios particulares como, por

exemplo, no oratório do Marquês de Gouvea e no oratório do Senhor conde de Portalegre. Outros, foram celebrados no Recolhimento das Donzelas órfãs da Casa da Misericórdia, quando a noiva aí se encontrava recolhida. No caso de se tratar de um preso do Aljube, cadeia para crimes do foro eclesiástico localizada perto da igreja da Sé (Brandão, 1552), os matrimónios eram, por vezes, celebrados na capela da prisão. Outros presos eram levados da prisão do Aljube à igreja paroquial da Sé, para aí celebrarem o seu matrimónio.

Outros casamentos eram realizados em casa. Neste caso, as razões que impediam os noivos de estarem presentes na igreja para a celebração do matrimónio, eram, quase sempre, justificadas pelos curas da paróquia da Sé, ficando anotadas nos registos de casamento. Por exemplo, quando algum contraente estava doente na cama, por vezes, em perigo de vida, o casamento era celebrado em casa. Em 1599, celebraram-se casamentos em casa, na cama, e nos registos dizia: “*casou na cama porque estava diante de pestes*”; “*o casamento foi em casa porque estava ferido de peste*”. Constatámos também que no início do século XVII, foram celebrados casamentos nos Paços do Senhor Arcebispo, isto porque, como era relatado nos registos: “*os noivos estavam portas adentro e sob visitação*”; “*por estarem amancebados e postos em visitação*”; “*postos por amancebados na visitação*”.

Quanto aos óbitos, o primeiro registo encontrado para esta paróquia foi a 6 de Agosto de 1563, altura em que o padre Gaspar Chainho era o cura da Sé, e dizia: “*aos seis dias do mês de Agosto de 1563 faleceu um homem de Arganil na pousada de Gaspar de Orta à porta do mar, não fez testamento*”. Neste registo não é referido o nome da pessoa falecida mas, de um modo geral, os párocos anotavam o nome do defunto, a data do óbito, o estado civil e, com menos regularidade, a naturalidade, a residência, local de enterro, se fez ou não testamento e o nome do testamenteiro. Quando o cura registava que o defunto não

tinha feito testamento, habitualmente justificava a razão: ou *“era pobre”*, ou *“muito pobre”* ou *“não tinha de quê”*. A administração de sacramentos era pouco referenciada. A referência era geralmente feita no caso do defunto ter falecido sem lhe terem sido administrados os sacramentos totais ou parciais. Nesta situação, o padre geralmente acrescentava uma explicação justificativa da causa que tinha levado a esse impedimento, como: *“morreu apressadamente”*; *“achou-se morto”*; *“não chamaram”*; *“morreu de um acidente”*.

Se a pessoa falecida fosse um rapaz ou rapariga solteiros, o seu nome vinha normalmente acompanhado dos nomes dos pais e, por vezes, designadamente em alguns registos de óbito de crianças, o pároco omitia o nome do defunto, e mesmo o nome da mãe. Foi o caso de um óbito ocorrido em Setembro do ano 1587, em que, na sequência dos registos de óbito do dito ano e mês, o pároco escrevia: *“Aos 7, uma criança de Gonçalo da Costa carpinteiro das Naus, que foi na Armada.”*

Quando a pessoa falecida era casada ou viúva, o pároco nem sempre dava a indicação do nome do cônjuge ainda vivo ou já falecido. Observe-se o exemplo do registo de óbito de uma mulher, em que o cura assentava que: *“aos dezanove de Agosto de seiscentos e vinte e dois anos, faleceu Bárbara Moreira no Beco do Lagar do Mel casada com um homem que está no Brasil, está na Sé, não fez testamento.”*

Mas, entre a população da freguesia da Sé, havia ainda os escravos, aqueles a quem era negado todo o tipo de direitos. Nos registos de baptismos dos seus filhos, além do nome da criança baptizada, o pároco registava os nomes próprios dos pais, habitualmente seguidos dos nomes dos seus senhores. O título, cargo ou profissão desses senhores, era, por vezes, referido pelos párocos. A naturalidade dos pais e a referência à cor da pele, como preto, mulato, negro, eram indicadas pelos curas de uma forma irregular.

Além destes registos de baptismos de crianças, encontrámos, ainda, registos de baptismos de escravos e escravas baptizados em idade adulta. Nestes registos, os párocos, normalmente, registavam o nome da pessoa baptizada, seguido do nome do seu senhor ou apenas “*um escravo de...*”, e o nome da pessoa de que eram escravos. Por vezes, era dada informação sobre filiação, quase sempre: “*filho de pais gentios*”. A proveniência geográfica dos escravos baptizados em adultos foi referida com uma certa regularidade.

Verificámos ainda que os pais dos filhos legítimos das escravas eram sobretudo escravos. Mas, nos escravos presentes entre a população da freguesia da Sé de Lisboa, verificaram-se igualmente casos de ilegitimidade, situações em que o pároco referia: “*não se soube o nome do pai*”. A mãe, era quase sempre identificada através do nome próprio, algumas vezes, seguido da indicação da pessoa a quem pertenciam.

Nos assentos de casamento dos escravos, eram normalmente indicados os nomes dos noivos e dos seus senhores, a data e local de casamento e, por vezes, tal como nos baptismos, a naturalidade dos nubentes e a cor de pele.

No que respeita aos assentos de óbito, era indicada a data do falecimento e, habitualmente, o nome do defunto juntamente com o nome do seu senhor. O estado civil, o local de sepultura, a residência e a naturalidade eram anotados de uma forma inconstante.

Nos óbitos de crianças, por vezes, o pároco registava: “*faleceu um escravinho de...*”; “*faleceu uma escravinha de...*”, indicando apenas a data de óbito da criança falecida e o nome do seu senhor.

Mas, além destas informações sobre os actos vitais dos indivíduos, fundamentais para a elaboração do nosso trabalho, esporadicamente, eram ainda registadas juntamente com os assentos paroquias, outras, referentes à vida da paróquia e a acontecimentos importantes que nela tiveram lugar, ou na cidade de Lisboa.

Entre esses acontecimentos contam-se os relacionados com a vida religiosa da paróquia e da cidade, como, a procissão realizada no dia de Nossa Senhora das Neves, em Agosto de 1599, pela manhã, indo o cabido da Sé de Lisboa e a Câmara da dita cidade descalços em procissão à Nossa Senhora da Penha de França, na freguesia dos Anjos, tendo havido comunhão, pregação e missa; a missa cantada em S. Sebastião, no derradeiro Domingo de Agosto de 1599, tendo-se levantado a bandeira da saúde pelo doutor Henrique da Silva, provedor da saúde; o ajuntamento de todo o clero e religiosos na Sé de Lisboa e a realização de uma procissão solene, em consequência do roubo do Santíssimo Sacramento e respectivo vaso, da Sé da cidade do Porto, em 1614; o roubo do Santíssimo Sacramento do sacrário da igreja de Santa Engrácia, na noite de 15 para 16 de Janeiro de 1630; a procissão solene de ladainha por este caso, realizada a 23 de Agosto do dito ano; a publicação da Bula na Sé de Lisboa, a 24 de Novembro de 1641, e outros.

Num dos livros de registos de baptismos, ficara ainda registada a morte do Papa Paulo V, a 19 de Fevereiro de 1621, sendo logo eleito o Papa Gregório XV, e fora dada a indicação de que em todas as freguesias de Lisboa tinham dobrado os sinos e, na Sé, fora celebrada uma missa cantada pelo Papa defunto, seguida de uma procissão por dentro da igreja e uma missa de graças pelo Papa eleito.

Além destes acontecimentos, foram também registadas tomadas de posse e entradas de arcebispos na cidade de Lisboa: a entrada em Lisboa, a 11 de Maio de 1633, do Senhor Dom João Manuel arcebispo desta cidade e vice rei de Portugal, a sua tomada de posse, no dia 13 de Maio, e a sua morte, a 4 de Junho do mesmo ano; a procissão da eleição do Senhor arcebispo Dom Rodrigo da Cunha, no dia 14 de Março de 1635, a sua tomada de posse, no primeiro dia do mês de Maio de 1636, e a sua entrada na cidade de Lisboa, a 10 de Agosto desse ano, vindo das portas de Santo Antão, com todo o aparato de ordens e nobreza e com a Câmara, tudo conforme o cerimonial romano; a ida do Senhor arcebispo

Dom Rodrigo da Cunha à Sé, dois anos mais tarde, a 18 de Maio de 1638, para se despedir do cabido, quando foi para Madrid ao chamado de Sua Majestade, e a sua vinda de Castela, a 21 de Maio de 1639, tendo sido recebido com grande acompanhamento de toda a clerezia e grande concurso de gente da Misericórdia até à igreja da Sé, e a sua morte, a 3 de Janeiro de 1643.

Saliente-se, ainda, a alusão feita a óbitos reais e aclamações de reis. Sabe-se, assim, que, aos 19 de Setembro de 1598 se disse na Sé que era falecido Sua Majestade, o rei D. Filipe; aos 22, terça-feira, se arrastaram as bandeiras e, a 23 do dito mês e ano, levantaram na Sé a seu filho D. Filipe. Num dos livros de registos de defuntos ficou ainda anotada a chegada da nova, aos 13 de Outubro de 1611, da morte da rainha de Espanha, mulher do católico, Majestade El rei D. Filipe. Sabe-se, também, através de uma indicação num livro de registos de baptismos, que, em Abril de 1621, tinham recebido a nova que era falecido a Majestade Dom Filipe III, em Madrid e, no Domingo à tarde, dia 18 do dito mês e ano, levantaram, na Sé de Lisboa, por rei dos Reinos de Portugal, o príncipe Dom Filipe IV.

Entre os registos dos baptizados na paróquia da Sé, em Outubro de 1638, fora ainda anotado o nascimento de uma filha da rainha de Espanha, mulher de Sua Majestade, Filipe IV. Refira-se ainda, o registo do crisma do príncipe Dom Theodósio, nos Paços del rei, no dia 19 de Março de 1642, e a mudança de Sua Majestade, de Alcântara, para os Paços da cidade de Lisboa, a 7 de Junho, desse ano. Dom Theodósio fora crismado pelo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, com muito acompanhamento de nobreza.

Outros eventos relacionados com a família real e com a Restauração da independência de Portugal, em 1640, foram registados em livros de registos paroquiais: a morte de Miguel de Vasconcelos, no primeiro dia de Dezembro desse ano, e o levantamento do povo da cidade de Lisboa; a entrada em Lisboa do Senhor Dom João IV, rei de Portugal, aos 6 dias de Dezembro de 1640, e o juramento dado por toda a fidalguia,

povo e clerezia, a Sua Majestade, na sala dos Paços da Ribeira, a 15 de Dezembro do dito ano. No que se refere à família real, fora anotado que, alguns dias depois, a 26 de Dezembro de 1640, tivera lugar a vinda da Senhora rainha Luísa Francisca de Gusmão, juntamente com o príncipe Dom Theodósio, com a infanta mais velha, Senhora Dona Joana Francisca, e com a Senhora infanta mais nova, Dona Catarina.

Entre os registos vitais da paróquia da Sé, foram ainda mencionadas condenações, cadafalsos, queimas e autos de fé, cerimónia máxima de representação do Santo Ofício onde estavam presentes membros da sociedade de corte e, em Lisboa, a própria família real. Os Autos da Fé eram organizados pelos inquisidores. Eram eles que declaravam as prisões e decidiam quais os réus que deveriam ser apresentados publicamente. No dia 20 de Maio de 1682, um homem chamado Miguel Henriques da Fonseca, natural da Vila de Avis, Arcebispado de Évora, e com óbito registado na paróquia da Sé, morreu queimado vivo, no Auto da Fé, que se celebrou na cidade de Lisboa.

Pelos registos paroquiais, sabe-se ainda que: aos 17 de Abril de 1590 e aos 5 de Setembro de 1638 houve cadafalso; aos 14 de Fevereiro de 1594, segunda-feira, foi dia de queima dos Judeus; aos 3 de Agosto de 1603, foi a queima de um frade herege; a 31 de Julho de 1611, derradeiro domingo do mês, celebrou-se, na Ribeira, um Auto de Fé, sendo inquisidor Dom Pedro de Castilho; aos 18 de Novembro de 1611, os Senhores inquisidores e deputados da Mesa da Santa Inquisição, penitenciaram a dois padres, um deles confessor da paróquia da Sé, por solicitarem mulheres *in confetione*; no dia 28 de Novembro de 1621, celebrou-se um Auto de Fé, no Rocio e, outro, no Terreiro do Paço, a 5 de Maio de 1624; a 5 de Setembro de 1635, houve condenações na Ribeira Velha; a 31 de Julho de 1636, houve condenações, no Terreiro do Paço, e a 7 de Junho de 1642, no Rocio; a 6 de Abril de 1642 foi celebrado um Auto de Fé, no Terreiro do Paço.

Além destes acontecimentos, outros, referentes a casos de justiça e criminalidade, podem ser lidos nos livros de registos paroquiais da Sé de Lisboa, como, a justiça dos traidores deste Reino feita no Rocio, aos 29 dias de Agosto de 1641, dia da degolação de S. João Baptista, onde foram degolados o Duque de Caminha e seu pai, o Marquês de Vila Real, e outros, e foram a arrastar, enforcar e escortejar Pero de Varga e Belchior Correia, tudo com grande aplauso e contentamento de todo o povo.

Num outro enforcamento, na quarta-feira que foram 11 do mês de Outubro de 1588, mandou sua majestade enforcar e escortejar por ser culpado na rebelião de dom António Prior que foi do Crato, a Manuel Duarte, mercador, morador na freguesia da Sé, e tiveram seus parentes licença para tirar os quartos e cabeça donde estavam todos os padres da Sé e de algumas freguesias da cidade, e o levaram a enterrar ao Carmo.

Ainda no século XVI, fora referido um outro enforcamento que teve lugar no derradeiro dia de Agosto de 1594: enforcaram, sendo primeiro arrastado ao cabo de um carvalho, e cortaram-lhe a mão direita e o esquartejaram, e puseram os quartos pelas portas da cidade e a cabeça num poço, porque matou sua mulher e a despedaçou e lançou o corpo num poço, as pernas noutra e enterrou-lhe a cabeça. Tratava-se de um mancebo casado, natural da vila de Colares, morador na freguesia da Sé, na rua das Canastras, nas casas de Gomes Aires, mercador. Logo ao outro dia, que foi o primeiro dia de Setembro da era de noventa e quatro, sem embargo de serem já entradas as férias, fizeram a mesma justiça a um mancebo da rua dos escudeiros, tecelão de volantes, que induziu este marido a matar sua mulher e a fazer o que acima fora dito. A sua cabeça e quartos puseram com a do companheiro, no mesmo poço, e nas portas da cidade. Este prenderam na torre de S. Gião e ao marido da dita mulher prenderam nos pinhais de Nossa Senhora da Pena e, segundo o registo, “*não os tiveram presos mais que cada um seu dia*”.

Além destes acontecimentos relatados pelos curas da paróquia da Sé, outros, ligados ao movimento de barcos no porto da cidade de Lisboa, nos séculos XVI e XVII, foram igualmente assinalados. Por exemplo, entre os registos dos baptizados em 1594, o cura da paróquia da Sé, Jorge Perdigão, anotava que, aos 30 dias do mês de Março do dito ano, “*as três naus que iam para a Índia tinham desamarrado da Cuba para Belém abaixo*”. Já no século XVII, era feita referência: à Nau S. Francisco da Índia que, no dia 28 de Maio de 1601, ancorara de frente da Ribeira; à Nau Martins que vinha da Índia e se perdera na barra de Belém, no dia 18 de Setembro de 1606, tendo morrido muita gente; à partida da Armada Real para a Baía, a 22 de Novembro de 1624; à partida para a Índia de uma nau com uma caravela, a 30 de Março de 1641; à partida da Armada de Portugal com a de França, aos 9 de Setembro de 1641, e à partida da Armada que foi buscar o Senhor duque de Sabóia, no primeiro dia de Junho de 1682.

Algumas calamidades que atingiram a cidade de Lisboa foram igualmente objecto de registo por parte dos párocos da freguesia da Sé. Por exemplo, entre os registos dos falecidos na paróquia da Sé em Dezembro de 1598, lê-se que: “*aos 12 dias do mês de Dezembro se apregoou pela cidade de Lisboa que se ajuntassem em casa do doutor Henrique da Silva, vereador da Câmara, todos os barbeiros, cirurgiões, físicos, para os doentes da peste se curarem em suas casas*”. Além da peste, diversas vezes referenciada nos registos da paróquia, foi também apontada a grande fome sentida em Lisboa no fim do mês de Maio de 1622. Soube-se ainda que, no dia 28 de Outubro de 1601, dia de S. Simão, pela manhã, apareceu sobre a cidade grande multidão de gafanhotos, grandes e vermelhos, e à meia noite, queimou-se a igreja do Hospital del Rei, por desastre. Alguns anos mais tarde, no dia 6 de Novembro de 1639, vieram à cidade de Lisboa muita quantidade de gafanhotos que impediram a vista do céu durante três dias.

Dados estes exemplos, constata-se a riqueza e diversidade de informações que, de um modo esporádico, eram registadas pelos párocos da freguesia da Sé de Lisboa, nos livros de registos paroquiais. Contudo, embora a informação sobre os actos vitais dos indivíduos, obtida através dos registos de baptismos, casamentos e óbitos seja de natureza diferente e complementar, a maior ou menor diversidade e sistematização de informação fornecida nesses registos, e que serviu de base ao nosso trabalho, dependeu do rigor dos párocos que os registaram. Saliente-se, ainda, a falta de registos contínuos de óbitos dos que morreram com menos de sete anos, durante todo o período de observação, que muito condicionou a nossa investigação.

1.2. As Visitações à freguesia da Sé e os registos paroquiais

As visitas pastorais eram uma das formas de controlo social, exercido por parte da Igreja, e tinham como fim principal fiscalizar e procurar exercer o seu controle sobre os comportamentos da comunidade. Nessas visitas, feitas pelos visitantes, fiscalizava-se a vida religiosa de forma a corrigir defeitos e controlar comportamentos morais, tentando-se que as pessoas vivessem uma vida de acordo com as normas sociais e religiosas estabelecidas. Esse controle era igualmente exercido sobre os eclesiásticos. Procurava-se saber se os párocos das igrejas se comportavam em conformidade com o seu estatuto e se cumpriam devidamente os seus deveres (Paiva, 1989). Os livros de registos paroquiais eram também examinados pelos visitantes que observavam o seu estado de conservação e rigor dos registos, davam orientações no sentido de um aperfeiçoamento dos mesmos e sanções na falta de cumprimento de normas constitucionais ou advertências feitas aos curas das paróquias.

Para a cidade de Lisboa, o mais antigo livro de visitas que se conhece, é o livro de visitas feitas à freguesia da Sé durante um período de cinquenta e dois anos, entre 1596 e 1648, como nos é referido pelo cónego Isaiás da Rosa Pereira (1990). Durante esse período, as visitas foram mais intensas à freguesia entre 1596 e 1624, com vinte e quatro visitas, tendo a cidade de Lisboa como arcebispo Dom Miguel de Castro. No tempo do arcebispo Dom Afonso Furtado de Mendonça (1627-1630) e de Dom Rodrigo da Cunha (1636-1643), realizou-se apenas uma visita, em cada um desses períodos. Uma outra, realizou-se em 1626, e duas, entre 1643 e 1648, em Sé vacante, ou seja, quando não havia relações com a Cúria Romana, o que aconteceu desde 1643 até 1670. No tempo do arcebispo Dom João Manuel (1632-1633) não se registou nenhuma visita à freguesia da Sé de Lisboa.

Estas visitas eram feitas ou pelo próprio arcebispo ou por delegados dos arcebispos ou do Cabido, isto é, da corporação dos cónegos da catedral, sendo depois publicadas pelo Padre Cura, na Santa Sé de Lisboa, durante três domingos consecutivos, na altura da missa, quando o povo estava reunido a ouvir os ofícios divinos, para que fossem vistas por todos os seus fregueses. A publicação das visitas tinha um carácter obrigatório e o não cumprimento desta norma tinha como pena o pagamento de uma multa.

Entre as visitas à freguesia da Sé, quatro foram feitas pelo arcebispo Dom Miguel de Castro e uma pelo arcebispo Dom Rodrigo da Cunha, como podemos observar através do quadro 1 que nos mostra alguns anos de visitas feitas à freguesia, entre 1596 e 1648, e os nomes dos visitantes, tendo por base as visitas, referidas pelo cónego Isaiás da Rosa Pereira e publicadas pelo Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa.

Quadro 1
Visitações à freguesia da Sé de Lisboa e seus visitantes
(1596-1648)

Anos	Visitadores
1596	Dr. António da Cruz
1598 1603 1604 1606	Arcebispo Dom Miguel de Castro
1602	João Saraiva Gaspar de Abreu Carvalhal
1605	Gaspar de Abreu Carvalhal
1619 e 1626	Dr. Francisco da Mota Pessoa
1627	Dr. Gaspar do Rego da Fonseca
1637	Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha
1643	Dr. Gaspar Soares de Torneo
1648	Dr. Fernão Cabral

Fonte: PEREIRA, Isaiás da Rosa, ob. cit., p.18.

O Doutor António da Cruz e o padre Gaspar de Abreu Carvalhal foram visitantes da freguesia da Sé de Lisboa, respectivamente, em 1596 e em 1602 e 1605. Pelos registos de óbito da paróquia da Sé, verificámos que faleceram, respectivamente, em 1601 e 1606.

Em 1619 e 1626, essas “visitas” foram efectuadas pelo doutor Francisco da Mota Pessoa e em 1627 pelo visitador doutor Gaspar do Rego da Fonseca, cónego desta cidade, deputado do Santo Ofício e Provisor do arcebispado. O doutor Gaspar Soares de Torneo visitou a freguesia em 1643. Em 1648, foi o doutor Fernão Cabral, arcediogo de Lisboa, que visitou a freguesia da Sé.

Ao confrontarmos as visitas feitas à freguesia com os livros de registos paroquiais dos baptizados, casados e falecidos entre 1563 e 1755, vimos que, estes, nem sempre noticiam a passagem dos visitantes pela freguesia da Sé de Lisboa.

No quadro 2, apresentamos os dias, meses e anos das visitas identificadas ao longo da leitura e recolha dos registos paroquiais e os nomes dos visitantes que inspeccionaram os respectivos livros.

Quadro 2
Visitações à igreja da Sé pelos registos paroquiais
(1616-1648)

Ano	Dia	Mês	Visitadores
1616	28	Maio	Senhor Arcebispo
1619	15	Março	Dr. Francisco da Motta Pessoa
1620	2	Abril	
1621	22	Junho	
1622	5	Abril	
1623	5	Maio	
1624	22	Abril	
1625	22	Abril	
1626	13	Maio	
1643	17	Abril	Dr. Gaspar Soares de Torneo
1648	16	Março	Dr. Fernão Cabral

Fonte: Registos Paroquiais da freguesia da Sé

Verificámos que, entre 1616 e 1626, foi o período em que os registos paroquiais foram vistos em visita com maior regularidade. A primeira visita identificada nos registos, foi efectuada no dia 28 de Maio de 1616. Nesse ano, os livros de registos paroquiais tinham sido vistos “*em presença do Excelentíssimo Senhor Arcebispo em mesa de visita*”, como podemos ver no registo abaixo apresentado.

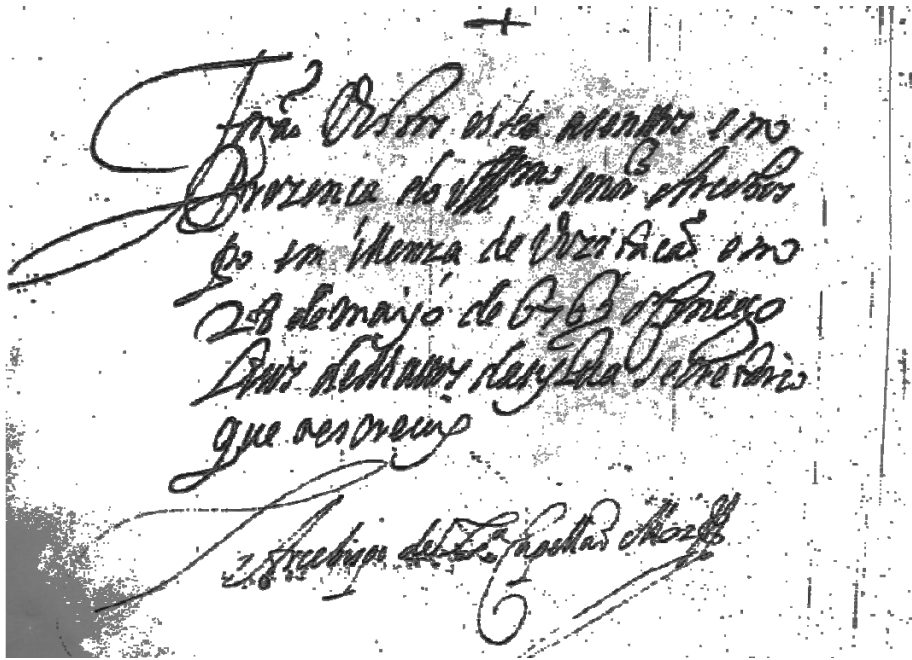


Fig. 1- Registo da visitação feita à paróquia da Sé de Lisboa no ano 1616

Nas outras visitações, fora apenas registado “visto em visitação” ou “visto em acto de visitação”, data da visita, e, no fim, a assinatura do visitador: Motta, em 1619 e 1626; Soares, em 1643, e Fernão Cabral, arcediogo de Lisboa, em 1648, ano da última visitação identificada nos livros de assentos paroquiais da freguesia da Sé, ao longo do nosso período de observação. Nestas visitações não foram feitas quaisquer tipo de recomendações ou advertências aos curas da paróquia, situação que aponta para o cumprimento das normas constitucionais por parte dos párocos e rigor na elaboração dos registos paroquiais.

Sabemos pelo livro de visitações que, em 1604 e 1607, a igreja e a freguesia da Sé se encontravam bem servidas com o Padre Cura Jorge Perdigão que, com muito cuidado cumpria as obrigações do seu ofício. Em 1608, os visitantes acharam a freguesia muito reformada, devido ao bom cuidado pastoral desse padre. Entre 1610 e 1612 e em 1619, os visitantes manifestaram a sua alegria pelo serviço prestado pelo dito padre e pelo padre

Fernão Luís. Por outro lado, sendo a igreja da Sé a primeira e principal, deveria ser exemplo para as outras igrejas da cidade de Lisboa e do seu Arcebispado.

1.2.1. As Visitações à freguesia da Sé e as preocupações dos visitantes

Apesar de nos registos paroquiais não ter sido feita nenhuma advertência aos curas da paróquia da Sé, pelas visitas feitas à freguesia entre 1596 e 1648, e publicadas pelo Cabido da Sé (Pereira, 1990), constatámos que preocupações de cariz religioso levaram a advertências por parte dos visitantes. Por exemplo, na visita de 1598, o padre cura fora avisado que deveria andar devagar quando fosse levar o Santíssimo Sacramento aos doentes, para que os fiéis o pudessem acompanhar com grande devoção e reverência. Em 1613, os visitantes ao tomarem conhecimento que os capelães da igreja da Sé se recusavam em acompanhar o padre cura Fernão Luís na administração do sacramento da Unção, declararam que a falta de cumprimento desta obrigação seria punida com uma multa de duzentos réis. Mas, em 1623, os visitantes eram novamente informados do não cumprimento desta obrigação por parte dos capelães.

Os altares foram, também, motivo de preocupação dos visitantes da freguesia da Sé. No ano 1596, ao serem informados que os altares da igreja da Sé se encontravam sujos, declararam ao altareiro da igreja pena de excomunhão e multa de dois mil réis, se os altares não se encontrassem limpos.

Outras visitas, como a de 1609, mostram uma preocupação com a ornamentação das igrejas com tapetes, colchas, flores e outros enfeites, para a realização de cerimónias solenes e impõem penas aos armadores com certos comportamentos como, pôr os pés sobre o sacrário enquanto armavam a capela do Santíssimo Sacramento. Em 1613, ao saberem que havia pessoas que se sentavam na mesa do Santíssimo Sacramento, advertiram para que tal comportamento não se voltasse a repetir.

Na visitação de 1643, os visitantes foram informados que nas festas que se faziam na igreja da Sé, na capela do Senhor, os armadores continuavam a subir ao altar e aí colocavam escadas para porem castiçais, velas e ramalhetes e andavam com os pés em cima do sacrário, onde estava o Santíssimo Sacramento, comportamentos condenados e proibidos pelos visitantes, sob pena de quatro mil réis de multa.

No que se refere a algumas práticas religiosas, na visitação de 1616, constataram que não havia ninguém nomeado para, na administração do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, ajudar o padre a acender as velas, dar as toalhas e o lavatório, nem para o tempo da Quaresma, nem para o resto do ano. Então, mandaram os mordomos da confraria do Santíssimo Sacramento eleger uma pessoa, entre eles, para ajudar o cura nestas tarefas.

Na visitação de 1617 os visitantes ao serem informados que eram feitas devoções e celebradas missas sendo ainda noite escura, e para que fossem evitados alguns males e escândalos, proibiram missas e devoções à noite. A igreja deveria ser fechada assim que tocassem as Ave Marias e as portas da igreja não podiam ser abertas antes de ser manhã clara, aviso que se repetiu em 1648.

Na visitação de 1618 proibiu-se a realização de missas no altar do Santíssimo Sacramento, excepto as missas cantadas dos primeiros e terceiros domingos. Os padres tesoureiros e o altareiro da igreja da Sé eram assim impedidos de abrir a porta da capela ou dar a chave para aí se realizarem missas. Nesse ano, houve ainda queixas de alguns fregueses que, por vezes, quando iam fazer oração ao Santíssimo Sacramento as lâmpadas da capela estavam apagadas, sendo os padres altareiro e subtessoreiro admoestados para terem o devido cuidado de manter as lâmpadas sempre acesas ou ser-lhes-ia dado o castigo que esse descuido merecesse.

Relativamente às confissões, havia, também, determinadas regras que deveriam ser cumpridas. Na visitação de 1598, o arcebispo Dom Miguel de Castro, em visitação à

freguesia da Sé, declarou que todos os confessores eram obrigados a confessar os fiéis com sobrepelizes (vestidura branca com ou sem mangas que os padres vestem sobre a batina e que lhes desce até meio do corpo) sem nunca porem sobre elas loba ou mantéu (espécie de capa de religiosos), sob pena de excomunhão e de mil réis. Em 1602, os visitantes constataram que estas normas não estavam a ser completamente cumpridas. Perante esta situação, ordenou aos padres que as cumprissem inteiramente ou seriam castigados. Na visitação efectuada no ano seguinte, os padres tinham cumprido o que lhes tinha sido imposto nas anteriores visitasões: *confessarem com sobrepelizes sem terem sobre ela outro fato algum e não receberem no confessionário dos penitentes coisa alguma como manda a Constituição*” (Pereira, 1990, p.25).

Mas, nos anos de 1604, 1606, 1616, 1627 e 1643, este aviso voltou a repetir-se devido à falta de cumprimento desta norma por parte de alguns padres confessores.

O segredo das confissões era outra preocupação dos visitantes. Na visitação feita à Santa Sé de Lisboa em 1616, as pessoas foram avisadas a manter-se afastadas do confessionário para que a confissão não fosse ouvida por ninguém, a não ser pelo confessor. Mas, em 1619, informaram os visitantes que os padres confessores permitiam a proximidade dos penitentes em espera de vez, da pessoa que estava a ser confessada, dificultando assim o segredo da confissão.

Este sacramento só podia ser administrado de dia e no confessionário. Apenas os sacerdotes e os surdos podiam ser confessados no claustro e nas capelas. Em 1620, os visitantes ao tomarem conhecimento que na igreja da Sé se faziam confissões à noite e pela manhã muito cedo, declararam que as confissões só podiam começar depois de abertas as portas da igreja e tinham que terminar assim que o sino tocasse as Ave Marias. De noite, eram proibidas as confissões.

Para que fossem corrigidos alguns abusos, os padres eram também alvo de exortações.

Na visitação de 1607, o arcebispo de Lisboa Dom Miguel de Castro teve conhecimento de que alguns padres recebiam esmolas mais avultadas para se dizerem missas, ficando com parte dessas esmolas para si, o que era gravemente condenado. Por isso, impôs uma pena de excomunhão maior e uma multa de vinte cruzados.

Mas, em 1627, era feita advertência ao pároco da Santa Sé para que por coisa alguma temporal fossem negados ou dificultados os sacramentos aos seus fregueses, nem alteradas as esmolas e ofertas, nem fosse pedido mais do que aquilo que era devido, por costume legitimamente prescrito. Mais tarde, em 1637, o arcebispo Dom Rodrigo da Cunha voltou a condenar e proibir esses comportamentos abusivos.

Nesse ano, também o coveiro da igreja da Sé fora acusado de cobrar quantias mais elevadas pela abertura das covas dos defuntos, alterando assim o preço fixado. Além de lhe ter sido atribuída pena de quinhentos réis para a Santa Cruzada por cada vez que levasse dinheiro a mais, teria de ter um livro para registar o número das covas e a data da respectiva abertura. Mas, em 1643, as queixas contra o coveiro ainda continuavam. Além de não se contentar com os valores estabelecidos para a abertura das covas, por vezes, não abria as covas a tempo dos defuntos serem enterrados, deixando-os sobre a terra por enterrar, mesmo depois de terem sido encomendados. Na visitação de 1648, estas recomendações repetiram-se porque o coveiro, após ter sido várias vezes repreendido e castigado com prisão, continuava a praticar as mesmas faltas.

Nesse ano, outras recomendações feitas noutras visitasões não tinham sido cumpridas. É disto exemplo o facto dos padres confessores da igreja da Sé terem continuado a confessar nas capelas e claustros, realizarem-se missas antes de ser manhã clara, fazerem-se devoções já de noite, armar-se a igreja da Sé durante a missa. Por isso, fora feito o aviso de que a falta de cumprimento das anteriores visitasões levaria a um aumento das penas. Em caso de reincidência relativamente ao cumprimento dessas normas,

seriam acusados ao Promotor da Justiça e apresentados ao Vigário Geral. Os visitantes verificaram, também, que não estava a ser cumprida uma das principais obrigações dos eclesiásticos: cumprir com grande pontualidade os encargos dos defuntos que, para isso, deixavam os seus bens à igreja, fazendo com que os fiéis, ao verem que estes deveres não estavam a ser cumpridos, perdessem a devoção de, por morte, deixar os seus bens para esses fins ou procurarem outros meios para piamente disporem dos seus bens.

Uma outra advertência era feita aos médicos, cirurgiões, familiares de pessoas doentes e a todos os que delas tratavam, impondo-se que os admoestassem a receber os sacramentos no início da doença. Por um lado, sendo os males do corpo muitas vezes causados pelos pecados, ou seja, pelos males da alma, convinha tratar primeiro destes males. Por outro lado, evitar-se-ia não só que os doentes associassem o recebimento dos sacramentos ao anúncio da morte, mas também que morressem antes do pároco chegar. Os párocos deveriam acudir aos doentes através da administração dos sacramentos e lembrar os seus fregueses que os deveriam receber. Para os puderem socorrer a tempo, os párocos eram obrigados a residir dentro dos limites das suas paróquias, conforme o Concílio Tridentino. Quanto aos médicos e cirurgiões, se não avisassem os doentes no início da doença, seriam gravemente castigados se mais do que uma vez cometessem essa falta.

Mas, na visitação de 1648, os visitantes constataram a existência de falhas relativamente ao cumprimento destas normas. Alguns doentes morriam sem estarem confessados, sem receberem o sagrado Viático e outros sacramentos, porque, quando os padres eram chamados para administrar os sacramentos era demasiado tarde. Por vezes, os doentes já tinham falecido ou encontravam-se num estado em que era bastante difícil a sua administração. Devido a este tão grande descuido, os visitantes encarregaram o pároco de saber quem estava doente, quem eram os seus parentes e os médicos e cirurgiões que os

tratavam, para que em caso de negligência os pudesse acusar ao Promotor da Justiça e ao Vigário Geral.

Nas visitas, foram ainda feitas outras recomendações, designadamente a homiziados acolhidos na igreja da Sé, pelo facto de alguns deles serem visitados por mulheres. A igreja da Sé, assim como as outras igrejas, funcionava como asilo para os que andavam fugidos à acção da justiça, sendo acolhidos na torre dos sinos da Sé. Esse direito de asilo dos lugares eclesiásticos abrangia as igrejas, capelas, sacristias, claustros, pórticos, adros, e outros. Nesses locais as justiças seculares não podiam prender os foragidos (Hespanha, 1986).

Na visitação de 1616, devido aos muitos escândalos, o arcebispo de Lisboa declarou que o sineiro da igreja da Sé e os posteriores sineiros seriam gravemente castigados e excomungados se autorizassem a visita de mulheres aos homens que ali se encontravam asilados, sem terem absoluta certeza se eram suas mulheres, mesmo se dissessem que o eram. Mas, em 1637, as mulheres continuavam a ir à igreja da Sé e os escândalos continuavam, fazendo com que o arcebispo Dom Rodrigo da Cunha decretasse penas mais rígidas para os ditos homiziados que habitualmente aí permaneciam durante muito tempo. Além da pena de excomunhão, passariam a receber asilo somente durante nove dias, passados os quais, não poderiam, sem licença, permanecer mais tempo nessa igreja. Não poderiam dormir em nenhuma capela onde se celebrasse missa, nem receber a visita de mulheres. Se não cumprissem, seriam imediatamente expulsos, segundo o estipulado na visitação efectuada nesse ano à freguesia da Sé de Lisboa: *“acudindo mulheres a toda a hora de dia e de noite a falar com os ditos homiziados com grande devassidão e escândalo contra toda a decência que se deve ao lugar em que se acham,(...)mandamos sob pena de excomunhão maior (...) às pessoas que têm cuidado das portas que dentro em nove dias os despedam e lancem fora, (...) e com a mesma pena*

proibimos que nem nos ditos dias possam dormir em capela alguma em que se diga missa (...) os quais não obedecendo sejam logo expedidos da dita Igreja e qualquer lugar dela” (Pereira, 1990, p. 69).

Ainda na visitação de 1637, o arcebispo Dom Rodrigo da Cunha ao ser informado que, no decorrer das missas, algumas pessoas se retiravam para alguns locais da igreja para conversar, causando assim grande perturbação e escândalo, ordenou que não o fizessem. Aos padres curas e altareiro da igreja da Sé, mandou que advertissem todos os que excedessem nesta matéria. Também nos claustros da igreja da Sé e, principalmente, na porta que ia da capela de S. Lourenço para dentro, ordenou que não estivessem mulheres a conversar com homens e muito menos com clérigos, e mandou pôr em local público da igreja uma tábua onde se lia:

“Nesta Santa Sé há excomunhão maior contra as pessoas que falarem nela com mulheres escandalosamente”(Pereira,1990, p.69).

Mas, além destas preocupações, nas visitas feitas à freguesia da Sé, observaram-se outras, designadamente com o casamento e com comportamentos considerados desviantes, como os amancebados. Na visitação de 1613, a preocupação com o casamento fez com que o visitador da Santa Sé, ao saber que Salvador Gonçalves, sapateiro da porta do mar, não vivia há muitos anos com a mulher, ordenasse que, no prazo de um mês, fosse viver com ela, sob pena de excomunhão. No entanto, foi-lhe permitido pelo arcebispo Dom Miguel de Castro apresentar as suas razões ou impedimentos ao Vigário Geral. Pelos registos de baptismos da freguesia, sabemos que o dito sapateiro e sua mulher Catarina Dias tinham um filho, António, baptizado na freguesia da Sé, em Fevereiro de 1589.

No que se refere aos amancebados, apesar do controlo social e religioso existente na época, na visitação efectuada à freguesia, a 10 de Maio de 1596, foram encontrados seis casais “*em público pecado de amancebados*” (Pereira,1990,p.31), tendo-lhes sido atribuída como pena, a excomunhão e mil réis de multa.

Nesse ano, outras quatro pessoas deveriam comparecer perante o visitador para serem admoestadas. Entre elas, estava Joana Mendes, medidora no Terreiro do Trigo. Pelo registo de baptismo de seu filho António, a 14 de Maio de 1596, foi possível observar que, nesta data, Joana Mendes era casada com Fernão Rodrigues, pai da dita criança.

Além destas preocupações, as desavenças e a reconciliação de pessoas desavindas foram, também, alvo de preocupação por parte dos visitadores. Na visitação de 1596, seis pessoas foram admoestadas a deixar os ódios, serem amigas, e o Padre Cura as reconciliaria na igreja. Caso o não fizessem, seriam alvo de penas. Nesse ano, os nomes dos acusados desta freguesia foram mencionados no livro das visitas, mas, a partir de 1603, passaram a ser entregues em rol ao cura da paróquia da Sé, para que os fizesse ir à mesa da visitação e soubessem da sua emenda. Sabemos, por isso, que se tratava de António Gonçalves desavindo com Álvaro Simões, ambos merceiros, Sebastião Neto, desavindo com Luís Álvares, ambos barbeiros, e Duarte Lopes, desavindo com António Gomes, ambos sapateiros da porta do ferro. Relativamente a estes desavindos, identificámos cinco nos registos paroquiais. Por exemplo, Álvaro Simões era merceiro das Mercearias Del Rei Dom Afonso IV, esteve cativo durante muitos anos, e faleceu no dia 12 de Setembro de 1598. Sebastião Neto era sangrador da Infanta Dona Maria e barbeiro Del Rei. Faleceu a 24 de Julho de 1601. Era casado com Mecia Correia, falecida em 1593.

Além destas pessoas, outras eram admoestadas, mas nem sempre eram registados os motivos que levavam a essas admoestações por parte dos visitadores, como aconteceu em

1598, quando o próprio arcebispo Dom Miguel de Castro, visitador da freguesia da Sé, mandou comparecer perante si algumas pessoas, no prazo de oito dias, após a visitação, para serem admoestadas. Soube-se, apenas, que, se não comparecessem, teriam pena de excomunhão e uma multa de mil réis.

Em síntese, embora em certas visitasões, como aconteceu em 1624 e 1626, se tivesse verificado o cumprimento das instruções recebidas e, segundo os visitadores, nesses anos, “*não havia coisa digna de reformação*”, pela repetição de algumas proibições, parece poder concluir-se que nem sempre era fácil corrigir abusos e defeitos, apesar das pressões religiosas e sociais.

2. Metodologia

Foi com base na *Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, em que a unidade de observação é o indivíduo integrado na sua família de origem, possibilitando a análise demográfica da paróquia e também a identificação de diferentes grupos sociais, através do registo das profissões, cargos, títulos, condição e outras referências feitas pelos párocos, que elaborámos o nosso trabalho sobre a freguesia da Sé de Lisboa.

Como nos diz Pierre Chaunu (1974, p.291) “ (...) *é o homem que procuramos, o homem que a Demografia nos oferece (...) toda a História, que não recorre à Demografia, priva-se do melhor instrumento de análise*”.

Neste sentido, partindo das fontes históricas privilegiadas da Demografia Histórica, os assentos paroquiais dos baptizados, casados e falecidos, começámos pela reconstituição da paróquia da Sé de Lisboa, a fim de obtermos uma base de dados com todas as informações retiradas dos registos, que, após tratamento informático, nos dariam os dados quantitativos que permitiriam conhecer alguns comportamentos demográficos relativos à nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade dessa população, num período anterior ao terramoto de 1755.

Pretende-se conhecer: quando e com que intensidade ocorriam os casamentos; quais as idades mais frequentes ao casamento masculino e feminino; a origem geográfica dos cônjuges; a duração dos casamentos; as idades médias dos solteiros e dos viúvos a um novo casamento; a frequência de nascimentos legítimos e ilegítimos; a existência ou não de uma concentração ou diminuição de nascimentos em determinados meses do ano; se nasciam mais rapazes ou raparigas; quais os espaçamentos entre os casamentos e o nascimento do primeiro filho e entre os diversos nascimentos; qual a frequência de nascimentos ilegítimos e a origem geográfica das mães com filhos ilegítimos; quais os níveis de mortalidade; quais os meses do ano que concentravam as maiores e menores percentagens de mortes; saber se esta população foi ou não atingida por crises de mortalidade e se a morte atingia de igual modo homens e mulheres, são, entre outras, questões às quais procuraremos responder.

Por outro lado, o aproveitamento da base de dados, onde constam dados qualitativos recolhidos nos assentos da paróquia, como informações sobre situações de pobreza ou posse de bens, detenção de títulos, actividades ocupacionais e cargos desempenhados pelos seus habitantes, presença de escravos na freguesia da Sé de Lisboa, dar-nos-ão a conhecer desigualdades económicas e sociais que, por sua vez, reflectirão diferentes estatutos e

posicionamentos na hierarquia social vigente na sociedade da época e também uma maior ou menor concentração de funções, característica do processo de urbanização.

Para isso, começámos pelo levantamento sistemático, leitura, crítica e cruzamento de dados recorrendo aos registos paroquiais microfilmados⁶. As idas ao Arquivo foram necessárias nos casos de maior dificuldade de leitura, assentos ilegíveis, principalmente quando existiam manchas negras ou borrões.

Uma primeira parte desse trabalho foi feito ainda de forma manual, tendo-se começado a elaborar um ficheiro de famílias, por ordem alfabética do nome próprio do pai, a partir dos assentos dos baptizados, desde 26 de Julho de 1563, data do primeiro registo de baptismo conhecido para a paróquia da Sé de Lisboa, e até 1665. Cada registo de baptismo dava abertura a uma ficha de família, onde eram registadas todas as informações referentes a cada membro do casal e aos filhos que viessem a nascer dessa relação.

No caso dos filhos ilegítimos, elaborámos um outro tipo de ficheiro organizado segundo o nome da mãe, ou segundo o nome do pai, se este fosse o único progenitor declarado no registo de baptismo.

Concluída a recolha de informações dos livros dos baptizados até 1665, possuíamos um ficheiro de famílias de folhas amovíveis, com o qual cruzámos toda a informação dada pelos registos de matrimónios, desde 19 de Janeiro de 1570 e até 1599. Deste modo, atribuímos datas de casamento aos casais com filhos e abrimos fichas de família para os casais sem descendência.

Com a criação na Universidade do Minho de uma nova estrutura de base de dados, todo o trabalho de recolha, pesquisa e cruzamento de informações recolhidas nos assentos de baptismos e casamentos, celebrados posteriormente a essas datas e até 1755, e dos assentos de óbitos ocorridos entre 6 de Agosto de 1563 e até 1760, passaram a ser feitos,

⁶ A recolha de informação dos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa foi feita a partir dos registos paroquiais microfilmados, gentilmente cedidos pelo Gabinete de Estudos Oisiponenses.

não manualmente, como se vinha procedendo até aqui, mas com o recurso às novas técnicas informáticas.

Após a informatização dos ficheiros de famílias já organizados manualmente, recomeçámos todo o processo metodológico, agora, organizando e cruzando toda a informação directamente em computador, através de uma aplicação informática em *Dbase III- a Rpar*. Com este novo processo, embora o registo de dados se inicie pelo ficheiro de indivíduos, e não pelo ficheiro de famílias, foram seguidas todas as fases do processo manual, com a vantagem de se poder organizar com maior facilidade e rapidez grandes quantidades de informação provenientes dos assentos paroquiais.

Ao fazer-se a pesquisa de um indivíduo por meios informáticos podemos imediatamente identifica-lo como elemento de uma determinada família, se este já constar na nossa base de dados. Por exemplo, quando nos registos de casamento estavam anotados os nomes dos pais dos noivos, procedíamos de imediato a esse cruzamento que nos permitia encontrar as datas de nascimento dos nubentes, caso tivessem nascido na paróquia. O mesmo acontecia quando se tratava de um segundo casamento, se fosse dada a indicação do nome do cônjuge falecido, tínhamos acesso imediato à informação registada sobre o anterior matrimónio, se esse casal tivesse casado ou tido filhos na freguesia da Sé.

Continuámos, então, o processo de reconstituição das famílias a nível informático. Numa primeira fase, através dos registos de baptismos, fomos criando uma ficha electrónica para cada família ainda não registada na nossa base de dados, e acrescentando nas fichas de famílias já existentes os filhos que iam nascendo dessa união.

Nas fases seguintes, fomos actualizando os ficheiros com as informações dadas pelos assentos de casamentos, e finalmente de óbitos, e abrindo novas fichas electrónicas para os indivíduos que ainda não constavam nesses ficheiros.

Por vezes, não foi fácil a identificação dos indivíduos. A troca de apelidos e a falta de informação sobre filiação, dificultava o reconhecimento de um indivíduo como membro de uma determinada família. Os defuntos foram geralmente os mais difíceis de identificar. A mobilidade geográfica fez com muitos óbitos ocorridos na freguesia fossem de pessoas de fora que, numa determinada altura da vida e por motivos diversos, maioritariamente desconhecidos, entraram na paróquia e aí acabaram por falecer. Estes, e outros defuntos, cujos elementos identificativos não permitiram reconhecê-los como parte integrante de uma família já existente no respectivo ficheiro, constam num ficheiro de defuntos, criado para essas situações.

Construída, assim, a base de dados, possuíamos além desse ficheiro, um ficheiro de indivíduos e um ficheiro de famílias.

A fase seguinte, consistiu na marcação do início e fim de observação de cada família e de cada um dos indivíduos que constam nos nossos ficheiros. Tratou-se de uma análise cuidada dos indivíduos um a um, não apenas isoladamente, como também integrados na família, de forma a registarmos a primeira e última data em que foram encontrados na paróquia. Simultaneamente, fizeram-se algumas correcções de eventuais erros detectados. Foi ainda necessário classificar as famílias segundo uma tipologia previamente estabelecida (Amorim,1991) que permite o tratamento informático de diversos indicadores dos comportamentos demográficos.

Concluído, desta forma, o trabalho de reconstituição da paróquia da Sé, possuíamos uma base de dados com cerca de 75 mil indivíduos, encadeados genealogicamente, e mais de 28 mil famílias reconstituídas a partir desses indivíduos, intervenientes em actos de baptismos, casamentos e óbitos, durante um período de quase dois séculos.

Finalmente, passou-se ao apuramento de dados que permitiu analisar comportamentos demográficos e comparar alguns resultados obtidos, com os de outras paróquias, sobretudo rurais⁷, e observar alguns aspectos de natureza sociológica.

Tratou-se, contudo, de um trabalho complexo e moroso, ao longo do qual vivemos dias de ansiedade, desânimo, e, por vezes, até receio de não conseguirmos concluir a entusiasta tarefa que nos propusemos realizar. Trabalho que exigiu um enorme esforço diário e uma total dedicação. Foram passados anos na leitura, decifração e informatização dos milhares de registos de pessoas que encontrámos nos livros de assentos paroquiais da Sé, como baptizados, casados e falecidos.

O tempo passado na leitura e cruzamento de dados que íamos recolhendo de cada um desses registos, dependeu, por um lado, do volume de informação fornecida, pois cada registo continha nomes de diversas pessoas, como pais das crianças baptizadas, cônjuges, pais dos cônjuges, defunto e seu cônjuge ou pais, além de outras informações complementares, sendo necessária uma pesquisa cuidadosa de cada um deles no nosso ficheiro, de modo a não aparecerem indivíduos repetidos. Por outro lado, dependeu, também, do grau de dificuldade de decifração dos registos, diferente de registo para registo, e maior ou menor consoante o pároco que os registava, como podemos observar através da comparação dos dois registos de baptismos abaixo apresentados, um de 1563 e outro de 1751, este último também mais completo em termos de informação.

⁷ Os trabalhos desenvolvidos nesta área e utilizando a Metodologia de Reconstituição de Paróquias, têm sido feitos sobretudo na Universidade do Minho e têm incidido principalmente sobre paróquias rurais.

Saliente-se, contudo, que, apesar do grande volume de informação recolhida, deparámo-nos com algumas limitações e dificuldades, nomeadamente resultantes da grande mobilidade geográfica inerente a uma paróquia de uma importante cidade portuária, onde os intensos movimentos de entradas e saídas de população, durante todo o período de análise, levaram a que muitos saíssem do nosso campo de observação, factor impeditivo do conhecimento dos seus percursos individuais e familiares, reduzindo assim o número de indivíduos e famílias utilizados em algumas observações.

Mas, a grande limitação deste trabalho deveu-se à deficiente qualidade dos dados. O facto de se entender que as crianças ao morrer seriam conduzidas a Deus sem a necessidade da mediação da Igreja, levou a que os párocos não fossem obrigados a registar os óbitos das que morriam com menos de sete anos, idade a partir da qual seriam consideradas penitenciáveis. Na paróquia da Sé, ao longo do nosso período de observação, os párocos foram registando óbitos dessas crianças, embora de uma forma não sistemática, facto que inviabilizou uma análise aprofundada da mortalidade e da mobilidade (Amorim, 1992), nomeadamente abordagens de mortalidade infanto-juvenil, e afectou gravemente o estudo sobre a interacção das diferentes variáveis demográficas (Amorim, 2006). Condicionados na nossa investigação, tentámos uma aproximação ao estudo destas duas variáveis demográficas, limitando-nos à observação de comportamentos dos indivíduos adultos.

Dispondo, contudo, de séries de nascimentos, casamentos e óbitos para os indivíduos maiores de sete anos, foi possível analisar, através do volume de observações registadas, a tendência evolutiva da população da freguesia da Sé, bem como alguns comportamentos das diversas variáveis demográficas.

O reduzido volume de dados de natureza sociológica, como profissão, cargo, título, casos de pobreza, entre outros, embora possibilitasse uma aproximação à realidade social

da paróquia, impediu que passássemos a uma análise quantitativa dos comportamentos sociais diferenciais, face às diversas variáveis demográficas.

De qualquer modo, apesar de estarmos conscientes das grandes limitações relacionadas, por um lado, com a qualidade das fontes paroquiais, e por outro lado, com a grande mobilidade característica duma freguesia urbana duma grande cidade como Lisboa, e também limitações temporais que inviabilizaram o enriquecimento da base de dados paroquias com informações provenientes de outras fontes nominativas, impedindo a análise e o aprofundamento de determinados comportamentos demográficos e sociais, contribuiremos certamente para um aumento do conhecimento da realidade demográfica e social da freguesia da Sé de Lisboa. Reconstituída a paróquia da Sé, possuímos uma base de dados que serão um ponto de partida para futuros trabalhos sobre esta freguesia da cidade de Lisboa e para cruzamento com as outras freguesias do projecto global.

II. A CIDADE DE LISBOA E A FREGUESIA DA SÉ

1. Evolução histórica da cidade de Lisboa.

Falar das cidades da Europa na época moderna é apresentar os lugares privilegiados que habitualmente detêm o poder, a riqueza, e a cultura (Goubert, 1982, p.5).

Lisboa, lugar privilegiado desde os tempos mais remotos, devido, em parte, à sua localização geográfica, junto ao estuário de um rio navegável, o Tejo, ao seu clima ameno e suave, montes e vales férteis, hortas e quintas, donde provinham os alimentos para os habitantes da cidade, às suas sete colinas, que proporcionavam uma defesa natural e valorizavam a paisagem, e à água das nascentes e termas que, no período de ocupação romana, deram fama à cidade, foram condições favoráveis à fixação das populações e à edificação de um núcleo urbano (Albuquerque, 1994).

Situada na parte ocidental da Península Ibérica e na província da Estremadura, cidade de corte desde meados do século XIII, e, actualmente, sede de concelho de primeira Ordem, sede de Distrito administrativo e de Patriarcado de Lisboa, é uma cidade muito antiga habitada por Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Germanos. Os Fenícios chamaram-na de Alisubbo (Castilho, 1934), enseada amena, os Romanos de Olisipo (Oliveira, 1938), Olisipon, e de Felicitas Julia, os Visigodos de Ulixbuna ou Ulixbona e os Árabes de Al-Usbuna.

Os Romanos chegaram no ano 205 antes de Cristo e com eles apareceu o urbanismo. Durante os seiscentos e sete anos da sua permanência em Olisipo, definiram e organizaram a cidade, assemelhando-a a Roma (França, 1980). Aproveitaram um dos núcleos castrejos

situado no cimo da actual colina do Castelo, o sítio, cercado por uma muralha, a cidadela, e, desde aí até ao rio, implantaram infra-estruturas e equipamentos que caracterizavam uma cidade e elevaram-na à categoria de *municipium*, o que permitia aos seus habitantes serem considerados cidadãos romanos, passando a usufruir dos mesmos direitos do povo de Roma. Damião de Góis salienta que, “*Olisipo era, na época romana, um município de cidadãos romanos*” (Gois,1937, p.25).

Edificaram casas de diversos andares e, do alto da cidadela até ao Tejo, construíram uma grande via romana, de que são testemunhas as lajes encontradas nos claustros da igreja da Sé (Couto, 2004). Valorizaram a componente piscatória e portuária, abriram vias públicas, construíram balneários privados e públicos, termas, fábricas de salga de peixe, fortalezas, templos, teatros e outros edifícios (Gaspar,1994).

Olisipo, possuía importantes templos dedicados aos imperadores romanos ou destinados ao culto imperial. Havia ainda um teatro dedicado a Nero, imperador romano, um *forum*, provavelmente localizado entre o Tejo e o alto da colina, as termas dos Cássios e as chamadas termas de Augusto, sistema de distribuição de água potável considerada medicinal que, durante séculos, abasteceu os poços, cisternas e fontes da cidade.

Felicitas Julia, nome oficial atribuído em homenagem ao imperador Júlio César, era, no tempo dos romanos, uma cidade rica da província da Lusitânia, valorizada pelo Tejo, como importante abrigo comercial (França,1980). O seu domínio estendia-se num espaço de quarenta quilómetros para norte e oeste das suas muralhas e o seu abastecimento era assegurado por produtos hortícolas que vinham das vilas e aldeias que, na Idade Média, viriam a ser o termo da cidade de Lisboa (Couto, 2004). Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), nessa altura, a cidade era constituída por uma cerca que tinha no seu interior sete freguesias, tudo cercado de um forte muro e torres de pedra.

Quando no século III, a crise do Império Romano atingiu a parte ocidental da Península, as muralhas da cidade foram reforçadas, diversas termas foram instaladas e as comunicações aperfeiçoadas. De Olisipo, saía uma estrada comercial que seguia pelo vale do Tejo, e ia até à cidade de Braga.

Mas, o Império Romano começara a enfraquecer e, ao mesmo tempo, na segunda metade do século IV, o cristianismo expandia-se pela Ibéria, atingia Olisipo, e muitos cristãos foram feitos mártires (Couto, 2004), entre eles, S. Gens, bispo de Lisboa, e natural desta cidade (Costa, 1869).

No início do século V, o Império foi alvo das primeiras invasões bárbaras, e, por volta do ano 410, Lisboa foi tomada pelos Alanos. Nove anos depois, e após a passagem de outros povos pela cidade, Lisboa foi tomada pelos Visigodos. Lutas e tomadas alternadas desta cidade por Suevos e Visigodos foram-se sucedendo, até à dominação definitiva dos Visigodos, a partir dos finais do século VI, e ao longo de um século (França, 1980). Júlio de Castilho refere que, *“para cima de tres revoltos seculos durou este retalhadissimo dominio de bárbaros”* (Castilho, 1884, p.144), até à tomada da cidade pelos Árabes no ano 719.

Na altura da chegada deste povo, vindo do Norte de África, Ulixbona, ainda pequena, tinha uma população com pouco mais de cinco mil habitantes, destacando-se já em relação a outros aglomerados urbanos do Reino, não podendo, contudo, comparar-se com as grandes cidades peninsulares.

Com os Árabes, a cidade foi delimitada pelas muralhas, a que se deu o nome de Cerca Moura, e a Alcáçova reconstruída. A Cerca estendia-se desde o núcleo fortificado até à praia, onde tinha as suas portas para a banda do rio, a sul, designadas por Arco das Portas do Mar (Gaspar, 1994). Os seus habitantes dedicavam-se, essencialmente, ao comércio e à agricultura e as suas casas distribuíam-se por ruelas estreitas, becos, e pelos

vales limítrofes (França,1980). A cidade continuava a crescer e a expandir-se cada vez mais para fora das muralhas e, ao ser recuperada e transformada, voltou a alcançar o prestígio perdido com a ocupação visigótica. Valorizada, quer pelos romanos quer pelos muçulmanos, e tendo já ultrapassado os limites do antigo município, Al-Usbuna, na altura da tomada aos Mouros, era “*o mais opolento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa*” (Castelo-Branco, 1982, p.358), mas continuava a fazer parte de uma periferia, o litoral ocidental da Península Ibérica (Gaspar, 1994).

Após a tomada da cidade aos Mouros, em 1147, pelo rei D. Afonso Henriques, com a ajuda de uma armada de cruzados, a cidade ficou definitivamente em seu poder, e passou a chamar-se pelo nome de Lisboa (Oliveira, 1938).

Localizada a norte do rio Tejo no alto dum monte, era, nesta altura, constituída pela Cerca Moura, dominada pelo castelo e por dois arrabaldes muito povoados, localizados fora dela. Um, já na altura, com o nome de Alfama, mais ligado às actividades marítimo-fluviais, e outro, localizado no espaço onde se situa a actual Baixa, zona essencialmente comercial e artesanal (Gaspar, 1994). Tinha cinco portas fortificadas e sete freguesias, às quais, com o decorrer do tempo, outras se foram juntando no exterior das muralhas. As portas davam acesso a caminhos que conduziam aos dois arrabaldes e eram, na altura, a Porta do Sol, a Porta de Alfama, a Porta do Mar, a Porta do Ferro e a Porta de Alfafa (França, 1980). A Porta do Ferro, situada no local onde se encontra o largo de Santo António da Sé, frente à Igreja da Sé, era uma das mais importantes da Cerca Moura. Foi destruída no século XVI, no reinado de D. Manuel, e através dela ia-se da cidade antiga ao vale da Baixa (Castilho, 1934). A Porta do Mar, a sul, foi, até ao fim da Idade Média, a principal porta de acesso ao cais da Ribeira. No período muçulmano, esta porta dava directamente para a praia e para o mar (Couto, 2004).

A cidade cresce, ao mesmo tempo o comércio aumenta, mas, no início do século XIII, tinha menor importância que certas cidades do Norte, como Coimbra e Guimarães. Contudo, a excelência do seu porto, a sua localização geográfica junto ao rio e ao mar, facilitando as comunicações, e as condições que o sítio tinha para integrar e apoiar a grande diversidade de funções, atraíram estrangeiros e nacionais, mercadores, marinheiros, navegadores, contribuindo para que Lisboa fosse ascendendo em importância comercial e política.

Cobiçada pelos muçulmanos, só em meados do século XIII, a sede da chancelaria régia passou para Lisboa, após a conquista definitiva do Alentejo. Em 1260, a corte foi transferida de Coimbra para esta cidade, convertendo-se Lisboa no centro político-administrativo do país. A partir desta altura, o rei D. Afonso III passou a viver em Lisboa durante a maior parte do tempo.

Com o rápido crescimento e desenvolvimento da cidade, a partir da segunda metade do século XIII e na primeira metade do século XIV, o espaço físico do sítio foi-se adaptando às novas necessidades, novos espaços foram sendo urbanizados, sobretudo na parte ocidental da cidade e no exterior da Cerca Moura, tendo as primeiras intervenções urbanas significativas ocorrido no reinado de D. Afonso III, entre 1248 e 1279. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas que contribuíram para o desenvolvimento económico da cidade, nomeadamente a compra de casas e lojas e a reformulação da Rua Nova (Carita, 1999).

No reinado de D. Dinis (1279-1325), Lisboa continuou a desenvolver-se e, nos finais do século XIII, ocupava já uma posição de destaque, como maior cidade do Reino, posição que manteve ao longo dos séculos.

O interesse deste rei pelo urbanismo da cidade, levou à realização de grandes obras durante o seu reinado, e, conseqüentemente, a grandes transformações na sua estrutura

urbana que levaram a um desenvolvimento e a uma reorganização da cidade junto ao rio e em direcção ao ocidente. Procedeu-se a uma remodelação da zona da Ribeira mediante a construção de muralhas em volta do seu vale, ligando duas colinas da cidade, a colina de S. Jorge com a colina de S. Francisco, e a zona da Baixa foi reformulada em termos de centro económico, administrativo e portuário, contribuindo para um forte crescimento da cidade. A Rua Nova que, nesta altura, tinha uma grande importância comercial, foi prolongada para ocidente, sentido em que se definiu a orientação da cidade ao longo das margens do Tejo. Formando-se a partir dos açougues, antigo aglomerado central da cidade, e, devido à sua localização geográfica junto ao mar e ao porto, onde entravam e saíam mercadorias, a Rua Nova, tornou-se um grande centro económico da cidade.

No cimo da parte oriental desta rua, ao fundo da encosta da cidade islâmica e com uma localização central perto das mais importantes portas da cidade, as portas do Ferro, situava-se o antigo Largo dos Açougues, que, ao ser reformulado, se afirmou como centro cívico e administrativo da cidade. Aí se encontrava a Alfândega, a Casa dos Contos, onde eram recebidas as rendas reais, a Casa dos Pesos ou de Ver-o-Peso, onde eram feitas as pesagens, e os edifícios do açougue. Na parte ocidental da Ribeira, foi ainda construído um novo cais com novos edifícios portuários, tercenas e uma nova judiaria, ligada ao fabrico de barcos, e, no exterior da muralha, paralelamente à Rua Nova, foi aberta a Rua dos Ferreiros (Carita, 1999). Estas grandes transformações ocorridas na cidade de Lisboa, o afastamento do centro administrativo e económico do alto da colina e, mais tarde, já no reinado de D. Fernando (1367-1383), a construção dos estaleiros, no local que, depois, viria a ser a Ribeira das Naus, foram factores essenciais para que o grande vale da Ribeira se tivesse afirmado como local central, tornando-se num grande centro económico da cidade de Lisboa, uma centralidade urbana com natureza comercial.

Com o desenvolvimento do comércio e o simultâneo aumento da sua importância a nível internacional, a cidade desenvolveu-se rapidamente, cresceu e expandiu-se, de modo que, no reinado de D. Fernando, houve a necessidade de construir novas muralhas de protecção à cidade que teria uma população à volta dos sessenta e cinco mil habitantes (França, 1980). Foi a chamada Cerca Fernandina, que, nos finais do século XIV, tinha um espaço no interior da muralha superior a cem hectares, grande cidade para Portugal e para a Península Ibérica, contudo, uma cidade média a nível europeu, quando comparada com cidades como Paris ou Bruges. Construída, na sua maior parte, entre 1373 e 1375, englobava os bairros de Alfama e Mouraria, onde residiam as minorias religiosas, judeus e mouros. Tinha trinta e quatro portas das quais se destacavam, como mais importantes, e servidas por portagem, as grandes Portas de Santa Catarina que vão estabelecer uma nova linha de desenvolvimento urbano (França, 1980). Além desta porta, localizada a ocidente, nos finais do século XIV, Lisboa tinha mais cinco portas principais de acesso à cidade por terra, servidas por portagem. A oriente, ficava a Porta da Cruz e a sudoeste a Porta de Cataque-farás. Na parte norte, havia a Porta de Santo Antão, a Porta da Mouraria, mais tarde conhecida como Porta de S. Vicente, e a Porta de Santo André, esta última, com acesso directo ao monte do Castelo e à Alcáçova.

Mas, a maior parte das pessoas e mercadorias chegavam pelo mar, vindas de vários pontos do país e do estrangeiro, nomeadamente de portos da Europa e de África. Após o pagamento das respectivas taxas em instituições como a Alfândega, a Casa da Madeira, a Casa da Lenha, a Casa da Portagem, o Açougue, e outras, essas mercadorias entravam na cidade pelos arcos existentes na muralha, entre outros, o Arco dos Pregos, o Arco do Açougue, Portas da Ribeira, Porta da Portagem e Porta do Mar (Marques, 1994).

No reinado de D. João I (1385-1433), a estabilidade económica conseguida permitiu a realização de obras urbanísticas, resultantes das modificações geradas pela cerca

fernandina (Carita, 1999). Por outro lado, além da preocupação deste rei com o desenvolvimento urbano da cidade, houve ainda uma preocupação com a protecção da barra de Lisboa (Murteira, 1999).

Ao longo do século XV, com os empreendimentos ultramarinos, a população e riqueza da cidade aumentaram, Lisboa continuara a desenvolver-se e a crescer no interior da muralha fernandina, acentuando-se a sua relevância sobre todas as outras cidades do Reino. Embora se notasse já uma tendência para se transpor as muralhas da cidade, só no século XVI, estas foram ultrapassadas, impondo-se a necessidade de criar novas freguesias fora da Cerca Fernandina (Caetano, 2000).

Mas, no século XV, Lisboa continuava a ser uma cidade onde existiam casas habitualmente só com um piso, uma grande parte delas com quintais, hortas e pomares, rodeados por pequenos muros. Apenas nas freguesias da Madalena, S. Julião e S. Nicolau, freguesias do bairro da Ribeira, centro comercial da cidade, começaram a ser construídas casas mais elevadas. Na Rua Nova, na altura a mais importante de Lisboa, e nas suas proximidades, podiam-se encontrar casas de quatro andares. Por outro lado, o crescimento demográfico, devido, sobretudo, ao desenvolvimento do comércio e ao afluxo de pessoas vindas de outros locais, levou a um aumento do número de andares em casas já anteriormente construídas, visível a partir dos finais do século XV (Marques, 1995).

Junto às casas, havia chãos baldios, campos de pastagens, vinhas, olivais e mesmo pequenas herdades no interior da muralha, e os espaços de trabalho agrícola davam ainda à cidade um aspecto marcadamente rural (Marques, 1994). As ruas eram estreitas, com becos sem saída e poucos espaços abertos dentro da cidade, dos quais se destacava o *Rocio*, local de feira, que se tornou um importante centro económico e social da cidade de Lisboa.

Segundo o testemunho de um estrangeiro, em visita a Lisboa, já quase no final do século XV, esta cidade era maior que Nuremberg e muito mais populosa, isto porque,

segundo ele, numa só casa havia habitualmente três, quatro ou cinco moradores. Segundo a descrição deste estrangeiro, nesta cidade havia um monte muito elevado com dois castelos reais. Por baixo deles, todo o monte era habitado, cheio de casas, de mosteiros e outras igrejas. A ocidente, tinha outro monte, todo habitado da parte oriental. No meio, tinha uma grande planície que se estendia até ao mar, também ela toda povoada (Castelo-Branco, 1982).

Nesta altura, Lisboa era o grande centro urbano do Reino e uma cidade em fase de grande expansão. Pois, foi após a viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-99), com o desenvolvimento do grande comércio Oriental, sustentado essencialmente pelas especiarias, que, esta cidade, posicionada na convergência das grandes rotas do comércio mundial, ganhou uma importância relevante ao absorver e centralizar o comércio Oriental. A partir do início do século XVI, com as rotas comerciais da Europa e da África e, mais tarde, também da Ásia e depois das Américas, Lisboa cresceu em importância, a sua população aumentou, o seu espaço alterou-se e alargou-se, levando a grandes modificações no seu tecido urbano no decorrer desse século. A importância dada ao rio e às suas margens fora aumentando e toda a linha da costa fora sendo alvo de grandes transformações, através da construção de templos, edifícios grandiosos e novos cais (Moita, 1994). O rei D. Manuel (1495-1521) continuou a obra do seu antecessor D. João II (1481-1495), dotando a cidade de infra-estruturas necessárias para fazer face às necessidades marítimas, comerciais e sociais da época, obra que seria continuada por D. João III (1521-1557).

Logo no início do século XVI, D. Manuel ordenou que fosse construído um cais no porto de Lisboa. Desde há muitos séculos que este porto se afirmava como um local privilegiado e de grande importância para a navegação ao longo da costa atlântica e da Europa (Castelo-Branco, 1982). Com fama de ser um dos mais seguros e vastos do

continente europeu, as suas excelências eram reconhecidas por portugueses e estrangeiros, não só pelas suas condições particulares de abrigo e largueza, mas também pela sua localização geográfica, a meio caminho entre as regiões americanas e africanas e a Europa (Castilho, 1964). Contudo, embora desde há muito, ocupado em actividades portuárias, carecia de infra-estruturas, fazendo com que, na altura dos descobrimentos, finais do século XV e início do século seguinte, as partidas para Além-mar, tivessem sido feitas a partir da zona do Restelo. Em 1521, na altura da morte do rei D. Manuel, o porto havia já sofrido imensas transformações. Aí se faziam, com segurança, cargas e descargas, armazenavam-se, controlavam-se e fiscalizavam-se as mercadorias vindas do exterior (Santana, 1930).

Na segunda metade do século XVI, o porto de Lisboa era, segundo João Brandão, o melhor que havia em toda a costa do mar descoberto e onde em cada ano entravam mil e quinhentas naus e caravelas de todas as partes da cristandade (Brandão, 1990).

Também o peregrino Bartolomé de Villalba (2002, pp.64,91) na sua passagem por Lisboa já por volta do ano 1575, refere que, após ter passado a noite num lugar incómodo, *“logo pela manhã, porém, descobriu a grandeza e a majestade daquele porto, e deu graças ao Senhor que o tinha aportado em tão grande e caudaloso rio (...) diante da fralda do rio, foi vendo naus tão ordinárias naquele porto, galeras, batéis, caravelas, bergantins, barcas, fustas, esquifes, que dá gosto ver tanto género de navios”*..

Mas, além do porto, durante o reinado de D. Manuel (1495-1521), outras transformações tiveram lugar na cidade de Lisboa, desde a reestruturação urbana do centro da cidade até à edificação de grandes obras de apoio ao comércio e administração do império (Carita, 1999).

Na praça do Terreiro do Paço, no local onde existiam as antigas tercenas, mandadas edificar pelo rei D. Dinis (Rodrigues, 1970), D. Manuel mandara construir o Palácio Real,

grande edifício perpendicular ao rio, concluído no reinado de D. João III. Em 1505, o rei D. Manuel mudara-se do velho Paço da Alcáçova para o Paço da Ribeira, acabando, este, por se transformar na mais importante residência real.

Ao mesmo tempo, a antiga Ribeira ia-se transformando numa grande praça, local central, ao longo da qual se erguiam grandes edifícios, polarizados pelo Palácio Real, centro do poder, a partir do qual o rei poderia interferir directamente nos negócios do império. Nela, estabeleceram-se as principais instituições administrativas e económicas da cidade, do Reino e do Império colonial português, como o Arsenal, o Pelourinho, o Terreiro do Trigo, o Açougue, e outras. Aí estabeleceram-se, ainda, os principais tribunais da Corte que necessitavam de uma interferência mais directa do rei, como o Tribunal da Fazenda, o Tribunal da Suplicação, o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens. Para aí fora ainda transferida a Casa da Moeda (Moita, 1994). A igreja da Misericórdia, instituição de apoio social com um significado essencialmente cívico, era o único edifício religioso que se encontrava junto do conjunto da Ribeira (Carita, 1999).

Integrado nesse conjunto, em meados do século XVI, estava em funcionamento na Ribeira das Naus o principal estaleiro de Lisboa, administrado directamente pela Coroa. Junto deste espaço, associados às actividades do estaleiro, a Casa da Índia, os Armazéns da Guiné e Índia e os Armazéns da Ribeira funcionavam como centros de decisão relacionados com os negócios do império. Além da importância da indústria naval, associada às descobertas e ao grande comércio marítimo, nas proximidades da Ribeira das Naus concentravam-se ainda outras actividades, como a cordoaria e as ferrarias (Costa, 1994).

Em relação ao Palácio da Ribeira que o rei tinha em Lisboa, já em 1620, Frei Nicolau de Oliveira (1620, pp.541-542), refere que: “*Daqui pode, com a sua real presença, dar*

maior desembaraço a tudo. Tem vista sobre uma praça, a Ribeira das Naus, onde se fazem e se consertam muitas das grandes naus para a rota da Índia (...) À Vista deste mesmo Paço se fazem todas as Armadas para as conquistas.”

Polarizada pelo Palácio Real, a zona da Ribeira tornara-se, no século XVI, centro económico, administrativo e de poder cívico do reino e do império. Ao mesmo tempo, a Rua Nova, foi cedendo à Ribeira a posição central que ocupara nos séculos XIV e XV (Carita, 1994).

Simultaneamente, por ter sido um período próspero devido ao comércio ultramarino, principalmente das riquezas que vinham do Oriente, assistiu-se a um rápido crescimento populacional de modo que, na segunda metade do século XVI, os limites da cidade medieval, demarcados pela cerca fernandina, tinham sido ultrapassados a nordeste em Santa Bárbara, a leste no vale de Xabregas e a oeste no vale de Alcântara. A expansão fazia-se, a partir da cidade primitiva edificada pelos mouros, espalhando-se pelas encostas ocidentais e estendendo-se pela margem direita do Tejo, tendo-se ocupado as áreas mais favoráveis à função portuária (Rodrigues, 1970). Consequentemente, a partir de meados do século XVI, novas freguesias foram surgindo na cidade de Lisboa.

Na muralha fernandina, para facilitar o movimento que diariamente se fazia sentir na cidade, diversas portas foram alargadas e outras abertas em arcos (Murteira, 1999). A cidade ia-se expandindo, e ao longo do Tejo iam sendo construídas casas senhoriais e importantes edifícios, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém (Gaspar, 1994).

A cidade ampliou-se, enriqueceu, embelezou-se e atingiu o seu apogeu, de modo que, na altura da subida ao trono do rei D. Manuel, em 1495, Lisboa era bem diferente da Lisboa do século XVI. A moderna Lisboa Manuelina, unida por mar aos diversos

continentes, era, não apenas, um centro político-administrativo mas, também, um grande centro marítimo e comercial, com uma centralidade cada vez maior, tornando-se, no final desse século, uma das mais importantes cidades da Europa (Rodrigues, 1970). Era sede de poder político e religioso, local de residência da Corte, cidade que se afirmava como capital do Reino e de um império marítimo, e única realidade urbana do Portugal moderno. Era uma cidade que se estendia ao longo do mar mostrando os seus palácios, templos, igrejas, mercados, estaleiros, casas burguesas, edifícios grandiosos, como o Paço da Ribeira, a Alfândega, a Casa dos Armazéns, e outros (Moita, 1994).

Mas as ruas eram ainda estreitas, mesmo no século XVII, como se pode observar na planta onde constam as ruas e praças da cidade no ano 1650, elaborada por João Nunes Tinoco.



Fig.4 - Planta das ruas e praças de Lisboa em 1650, de João Nunes Tinoco, arquitecto de Sua Majestade

Entre os monumentos religiosos, destacavam-se as igrejas, pois em cada freguesia havia, pelo menos, uma igreja paroquial.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em 1551, refere a existência de vinte e quatro igrejas paroquiais incluindo a Sé, sede do Arcebispado de Lisboa, e às quais correspondia o mesmo número de freguesias. Segundo ele, além destas vinte e quatro igrejas paroquiais, na cidade de Lisboa havia ainda onze igrejas não paroquiais e vinte ermidas. Para os que se dedicavam à vida monástica, havia, no interior dos muros da cidade, sete mosteiros de frades e quatro de freiras. Fora dos muros, havia quatro Mosteiros para frades e sete para freiras.

Mas, além da área citadina ou urbanizada da cidade, Lisboa era ainda composta por um vasto território que compreendia um certo número de freguesias eclesiásticas, aldeias ou lugares que constituíam o termo da cidade de Lisboa e que, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, ao descrever Lisboa e o seu termo em meados do século XVI, refere que:

“Tem esta Cidade da parte da terra de fora dos muros a mea legoa. E a terço de legoa seis cetos Quintas. E de termo Trinta legoas em roda. E dozetos Lugares todos de baixo de sua jurdiçam” (Oliveira, 1938, p.99).

Mas, à medida que Lisboa foi crescendo, outras freguesias foram surgindo. Damião de Góis, na *Lisboa de Quinhentos*, refere a existência de vinte cinco igrejas paroquiais:

“As igrejas, chamadas paroquiais, por nelas se administrarem os sacramentos aos fiéis, são em número de vinte e cinco, sem contar outros templos que pertencem aos frades, aos religiosos que vivem em clausura e freiras”(Gois, 1937, p. 54).

João Brandão ao escrever sobre a *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, aponta para a existência de vinte e nove igrejas paroquiais, quarenta e uma ermidas e treze mosteiros de frades e onze de freiras. Na cidade havia um total de mil duzentos e quarenta e dois sacerdotes, os quais diariamente celebravam missa, excluindo os capelães do rei, da rainha e dos infantes. Incluindo os arrabaldes da cidade, João Brandão aponta para a existência de noventa igrejas de frades e de freiras, onde diariamente eram celebrados

todos os ofícios divinos, missas e muitas outras obras espirituais. Aí eram também ministrados os sacramentos eclesiásticos (Brandão, 1990).

Mas, quanto mais a cidade ia crescendo, maior era também o número dos destinados às prisões. Para os crimes do foro eclesiástico havia em Lisboa uma prisão, a do Aljube, situada na freguesia da Sé. Além desta, de acordo com João Brandão, havia mais dez prisões na cidade de Lisboa, em meados do século XVI. Duas eram da Santa Inquisição: numa delas, estavam os presos, na outra, permaneciam os que tinham como sentença o cárcere perpétuo. Para os presos moedeiros e seus filhos, havia a prisão da Moeda. Uma outra cadeia, à qual chamavam Tronco, destinava-se a presos da almotacaria e assuntos com ela relacionados. Acima da Igreja da Sé, destinada a homens e mulheres, havia, ainda, a cadeia do Limoeiro (Brandão, 1990).

Além das prisões, havia na cidade de Lisboa sete hospitais para os enfermos, em meados do século XVI: o de Nossa Senhora das Virtudes ou da Victória; o de Santa Ana; o dos Palmeiros; o dos Pescadores Chincheiros ou de Nossa Senhora dos Remédios; o dos Pescadores Linheiros; o de Cata-Que-Farás e, o mais importante, o Hospital de Todos-os-Santos ou Hospital de El-Rei, situado no Rossio, mandado edificar pelo rei D. João II e terminado no reinado de D. Manuel (Oliveira, 1938).

Mas, a Lisboa que, no século XVI, atingira o seu apogeu, com a tomada filipina e a perda da independência, em 1580, deixara de ser cidade de corte até à restauração da independência, em Dezembro de 1640, e à tomada da coroa real por D. João IV. Contudo, o tráfico mercantil manteve-se sem alterações, a cidade continuou a crescer, ganhou importância integrada no espaço da Península Ibérica e beneficiou do comércio das Américas e do Oriente (Gaspar, 1994).

Segundo Frei Nicolau de Oliveira, por volta de 1620, pelo Tejo entrava na cidade de Lisboa “*toda a abundância de todo o Mundo mediante sua grande navegação*” (Nicolau de Oliveira, 1991, p. 450).

No Tejo, rio famosíssimo que ligava o litoral ao interior e Lisboa a diversos locais longínquos, o movimento era intenso. Quase todos os dias, um grande número de embarcações chegava à cidade de Lisboa. Além da grande quantidade de navios de alto bordo que aí se recolhiam, havia barcos grandes e pequenos, de pesca e para actividades comerciais. Todo este grande movimento se devia, segundo ele, “*ao grande comércio que esta cidade tem com todas as da Europa, para além das de sua conquista*” (Nicolau de Oliveira, 1991, pp. 451).

Devido à grande capacidade do seu rio, Frei Nicolau, considerava Lisboa a maior cidade da Europa em grandeza, comércio e negócios, e, por isso, a maior de todas as cidades do mundo. Segundo ele, era a maior cidade da Cristandade e mesmo “*a maior do Mundo, se não em cerco, pelo menos em número de vizinhos e em gente (...) é a principal, cabeça do Reino, e mais populosa que todas da Europa (se não parecer a alguém que exagero, dizendo todas do Mundo)*” (Nicolau de Oliveira, 1991, p. 526).

Nesta altura, e de acordo com o mesmo autor, Lisboa era uma grande cidade, com quarenta freguesias, começando por Nossa Senhora dos Olivais e acabando em Nossa Senhora da Ajuda. Estendia-se em comprimento, em quase duas léguas, desde Belém até S. Bento de Xabregas, com as suas casas e quintas. Embora as ruas fossem ainda estreitas, as casas eram já de três e de quatro sobrados, muitas eram mesmo de cinco, e algumas de seis sobrados. O centro, designado por cidade, encontrava-se sobre sete montes muito altos, todos ocupados e distantes uns dos outros. Cinco, desses sete montes, estavam cercados por uma fortíssima muralha, com setenta e sete torres muito altas. Para o serviço da cidade havia ao longo da muralha vinte e duas portas do lado do mar e dezasseis do lado da terra,

todas diariamente muito movimentadas. Através delas, entravam na cidade diversas mercadorias e todo o tipo de alimentos. As pessoas que todos os dias vinham à cidade eram, segundo ele, pelo menos, mais de duas mil. Transportavam leite, queijos, manteiga, requeijões, galinhas, frangos, ovos, vinho, azeite, fruta e outros produtos. Do Ribatejo, vinham também diariamente uma grande quantidade de barcos.

Era ainda engrandecida pela enorme quantidade de vilas e lugares e pelas incontáveis e riquíssimas quintas que a rodeavam, não apenas do lado da terra como do lado do mar. Os habitantes dessas vilas e lugares vinham à capital durante todo o ano para se abastecerem de toda a espécie de produtos, desde pão, trigo, carne, peixe, calçado, roupa e outros artigos. Mas, a cidade era, também, abastecida por localidades vizinhas, que lhe forneciam todo o tipo de mantimentos que, vindos por terra, entravam na cidade por quatro estradas principais: a da Porta da Cruz, a da Porta da Mouraria, a da Porta de Santo Antão e a da Esperança (Nicolau de Oliveira, 1991). Estes produtos eram de uma tal abundância que se vendiam nas praças e também pelas portas. Abundância que, segundo Frei Nicolau (1991, p.556), “*não há em nenhuma das cidades que se têm por abundantes*”.

De facto, embora Lisboa tivesse deixado de ser cidade de corte, continuou a ser uma grande cidade, durante o período de dominação filipina.

Em termos urbanísticos, nesse período, além da fundação de diversos conventos, foi também modificada a configuração do palácio real, através da construção de uma grande torre virada para o Tejo, o Torreão, sobre o edifício manuelino. A barra de Lisboa foi fortificada e, junto ao rio, perto do palácio real, salientou-se a construção do Palácio Corte-Real, o mais importante, depois do Paço da Ribeira (Murteira, 1999).

Com a restauração da independência em 1640, viveram-se tempos difíceis para a Coroa e para Portugal que se defrontou com elevadas despesas militares e com a descida dos rendimentos ultramarinos. Mas, apesar das dificuldades económicas, continuou a assistir-se à edificação de conventos e palácios, durante o reinado de D. João IV (1640-1656) e no decorrer do século XVII. Foram ainda realizadas obras de fortificação e procuraram resolver-se problemas fundamentais que afectavam a vida quotidiana de Lisboa, entre eles, a limpeza da cidade, e a abertura e alargamento de espaços e vias essenciais da cidade (Murteira, 1999).

No século XVIII, com o ouro e os diamantes do Brasil, assistiu-se a uma nova fase do comércio que sustentou o crescimento económico e populacional da cidade de Lisboa, no decorrer desse século. À capital chegavam várias frotas vindas de diversas partes do Brasil e Lisboa era, então, a capital do Império Atlântico e um grande centro de atracção populacional (Serrão, 1990). O ouro do Brasil permitiu que, no reinado de D. João V (1706-1750), na cidade de Lisboa fossem construídos palácios, edifícios do Estado e religiosos.

No seu reinado, em 1716, Lisboa foi dividida em Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental (Oliveira, 1901) permanecendo esta divisão territorial e eclesiástica até 1740 (Castilho, 1936).

Sendo o Terreiro do Paço, o local onde se encontrava sediado o poder político e religioso, foi, por isso, alvo de algumas intervenções no seu espaço, onde se encontrava o Palácio Real e as suas dependências (Murteira, 1999). Procedeu-se também a algumas alterações do tecido urbano de Lisboa e o núcleo da cidade foi embelezado mantendo-se, contudo, a sua dimensão ribeirinha. Para o abastecimento de água a Lisboa, iniciou-se a construção do Aqueduto das Águas Livres que aumentou a quantidade de água distribuída

na cidade, permitindo uma melhoria nas condições sanitárias. Consequentemente, foram-se adquirindo novos hábitos e introduzindo novos comportamentos sociais (Gaspar, 1994).

Comparativamente com o século XVII, no reinado de D. João V houve um aumento não só da construção e alteração de edifícios, mas também das intervenções nas vias da cidade. Mas, em termos urbanísticos, a sua fisionomia não sofreu alterações significativas comparativamente com o século XVII, em que Lisboa se mantinha dentro das suas muralhas. A ocidente, a zona de urbanização junto ao Tejo, estendia-se até ao conjunto arquitectónico constituído pela Igreja e Mosteiro dos Jerónimos e pela Torre de Belém. O lado oposto era limitado pela Igreja e Convento da Madre de Deus (Murteira, 1999).

A parte Oriental da cidade, com as suas colinas, das quais se destacava a colina do Castelo onde se erguia o Paço da Alcáçova, juntamente com a Baixa, Alfama e a Mouraria, formavam o núcleo medieval com um traçado urbanístico de tradição árabe-medieval que se manteve até ao grande terramoto (Moita, 1994).

Segundo Jorge Gaspar, (1994, p.18) em 1755, Lisboa “*era uma cidade em que se encavalitavam as diferentes épocas históricas*”. Mas, a melhor e maior parte desta cidade foi destruída. Pouco restou depois do terramoto da manhã do dia 1 de Novembro de 1755 (Costa, 1940).

1.1. Novas freguesias e bairros da cidade de Lisboa na altura da expansão da cidade

Embora, em consequência do notório crescimento demográfico, Lisboa, a partir dos finais do século XV, tivesse assistido à diminuição dos espaços abertos na parte antiga da cidade e à elevação do número de andares em casas, já anteriormente construídas, só no

século XVI, foram ultrapassados os limites da cidade para além do núcleo da Cerca Fernandina, e outras freguesias foram sendo criadas na cidade de Lisboa (Moita, 1994).

Na parte ocidental da cidade, com o acelerado crescimento populacional, e através da subdivisão da paróquia dos Mártires, surgiram sete novas paróquias: Chagas, em 1542; Loreto, em 1551; Santa Catarina do Monte de Sinai, em 1559; S. Paulo, cerca de 1566; Santos-o-Velho, em 1566; Trindade, em 1584, e, mais tarde, entre 1561 e 1591, constituiu-se a paróquia da Ajuda, próxima de Belém. Esta última, deveu-se à fundação do Convento dos Jerónimos e ao desenvolvimento da zona do Restelo e do Alto da Ajuda, motivado pelo movimento da praia e do porto do Restelo.

No decorrer do século XVI, outras paróquias foram sendo criadas. A freguesia de Santa Justa deu origem a quatro novas paróquias: Anjos e Santa Ana, entre 1564 e 1569, posteriormente transferidas para Nossa Senhora da Pena; São José de Entre-as-Hortas, em 1567, e S. Sebastião da Mouraria, em 1596. Esta última, foi posteriormente representada pela paróquia de Nossa Senhora do Socorro. O aparecimento destas paróquias, excepto a última, não se deveu a um aumento populacional acelerado, mas à necessidade de reduzir as distâncias entre elas. Na parte oriental, se exceptuarmos os antigos núcleos constituídos à volta do Convento de São Vicente e do Convento de Santa Clara, para onde se mudou gente nobre juntamente com a Infanta D. Maria que, edificou os seus Paços junto de Santa Clara, o desenvolvimento atingiu apenas a zona marginal do Tejo. Nesta zona oriental, durante o século XVI, apenas a freguesia de Santo Estevão originou o aparecimento da freguesia de Santa Engrácia, em 1569. Estas duas freguesias, alargavam a sua jurisdição a locais distantes como Olivais e Chelas. Alvalade e Carnide, embora separadas da cidade por uma imensa área de campo, faziam igualmente parte da jurisdição de Lisboa. Dentro da cidade tradicional, foi unicamente criada a paróquia de Nossa Senhora da Conceição ou Conceição Nova (Moita, 1994).

Com a expansão da cidade, sobretudo em direcção à foz do rio, Lisboa, que, nos primeiros anos do século XVI, abrangia, praticamente, a zona da cidade medieval, rodeada pela muralha fernandina e constituída pela colina do castelo, pelo bairro da Baixa, centro comercial, artesanal e administrativo, e pelos bairros populares de Alfama e Mouraria, crescera e modificara-se de modo que, o Morro do Castelo, a Ribeira, Santa Justa, Bairros Ocidentais e Bairros Orientais passaram a constituir, na segunda metade do século XVI, os grandes bairros da cidade de Lisboa.

O Morro do Castelo, cujos limites correspondiam à antiga cerca Moura, era o local onde nascera a cidade. Neste bairro, erguia-se o Paço Real da Alcáçova, centro militar e político durante o período medieval, onde residia o rei e se situava a corte até ao início do século XVI. Era constituído por sete freguesias, entre elas, a freguesia da Sé.

Mas, após a expulsão dos judeus e extinção da judiaria no final do século XV, e com o desenvolvimento das actividades comerciais ligadas à expansão colonial, a Ribeira transformou-se no grande centro económico e administrativo do Reino e do Império colonial português.

No início do século XVI, com a mudança do rei e da corte, do velho Paço da Alcáçova para o Palácio da Ribeira, localizado junto às margens do rio, na praça do Terreiro do Paço, e com a deslocação definitiva do centro administrativo, até aí localizado na zona do castelo e da Alcáçova, em direcção ao rio, a colina do castelo, onde se encontravam as velhas igrejas do início da monarquia e palácios, agora abandonados pelos seus antigos donos, passou a ser, cada vez mais, uma zona de operários e braços. Isto porque, muitas famílias nobres tinham saído do morro e construído casas em zonas mais agradáveis da cidade (Moita, 1994). Junto ao rio, em terrenos cedidos pelo rei aos fidalgos, iam surgindo casas da corte (França, 1980). Os palácios particulares situavam-se ao longo das margens do Tejo, a ocidente e a oriente. A oriente, fixou-se a grande nobreza detentora

de altos postos militares. Para ocidente e ao longo de Cata-que-Farás encontravam-se os grandes mercadores e a nobreza ligada aos altos funcionários do Estado (Carita, 1999).

No Bairro da Ribeira, o principal da cidade tanto a nível da população como a nível económico e social (Rodrigues, 1970), passaram a residir muitos privilegiados, burgueses e aristocratas (Gonçalves, 1980). Nos locais mais próximos e mais espaçosos da Ribeira viviam os mais ricos e os que detinham uma maior importância social. Quanto mais baixa era a posição a nível económico e social mais afastados viviam do porto. Os que viviam na periferia ocupavam habitualmente casas bastante modestas. Assim, no século XVI, morar na Ribeira passou a ser “*sinónimo de possuir elevado estatuto social*” (Moita, 1994, p.146). Quanto mais se distanciavam desta parte central da cidade, mais empobrecidas eram as áreas de Lisboa, principalmente na direcção Norte, mas também no sentido Leste da cidade (Gonçalves, 1980).

Do Bairro da Ribeira fazia parte a freguesia de S. Julião que, juntamente com a da Madalena, eram as que se encontravam mais perto do Terreiro do Paço e constituíam o núcleo administrativo e político de toda a cidade. Além destas, a freguesia de S. Nicolau, também incluída no Bairro da Ribeira, era a zona de transição entre a Ribeira aristocrática, onde se encontrava o Terreiro do Paço, local dos palacianos e cortesãos, tornando-se cada vez mais centro da vida da corte, e o bairro popular de Santa Justa, onde se localizava o Rossio, conhecido como uma praça popular.

Esta zona urbana a que se chamava Bairro de Santa Justa, localizado fora da muralha, e, no século XVI, em fase de desenvolvimento, correspondia ao espaço de expansão da cidade ligado à Ribeira. Este bairro, era composto pela freguesia de Santa Justa, a principal da cidade, em extensão e população (Oliveira, 1987), e pelas freguesias de S. Mamede, S. Cristóvão e S. Lourenço. Era o terceiro maior bairro da cidade de Lisboa e nele residiam pessoas de estratos sociais populares, como oficiais mecânicos e lavradores.

Nesta zona de Santa Justa, sobre a grande praça do Rossio, encontrava-se o Hospital Real de Todos-os-Santos, também sede da Casa dos Vinte e Quatro, o Mosteiro de S. Domingos e o Palácio dos Estaus que, em 1571, se tornou sede oficial da Inquisição. O Rossio, além de local de realização de autos-da-fé, era também local de corridas de touros e de feira, onde se vendiam todo o tipo de produtos, desde os produtos agrícolas, muitos cultivados nos arrabaldes de Lisboa, até aos produtos vindos de locais longínquos.

Nos Bairros Ocidentais, localizados numa zona de crescimento urbano que se processara ao longo do Tejo e à volta de Belém, nas encostas em direcção ao rio e ao cais, residiam mercadores, fornecedores de navios e homens do mar, entre eles, pilotos e pescadores. Nos Bairros Orientais, na zona que ia em direcção ao Tejo encontravam-se os bairros populares, designadamente Alfama. Nesta parte da cidade, encontravam-se os homens do mar, nomeadamente pescadores (Rodrigues, 1970).

Estas novas freguesias e bairros da cidade de Lisboa dão-nos uma ideia do modo de expansão da cidade ao longo do século XVI, altura em que atingira o seu apogeu.

A figura 5, mostra-nos novas áreas de expansão urbanística da cidade de Lisboa, entre os séculos XV e XVII.



Fig. 5 – Novas áreas de expansão urbanística da cidade do século XV ao séc. XVII

Segundo Damião de Góis (1937), a antiga cidade de Lisboa que ocupava apenas uma colina elevada que se estendia até à margem do Tejo, crescera e expandira-se, de modo que, a Lisboa de quinhentos ocupava vários montes e vales, encontrando-se a oriente a parte mais importante e mais célebre da cidade de Lisboa.

1.2. Evolução e caracterização da população da cidade de Lisboa

Foi sobretudo a partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279), quando Lisboa se tornou o centro político-administrativo do país, que se deu um rápido e enorme crescimento demográfico da cidade, acompanhado da urbanização de novos espaços, passando Lisboa a distanciar-se cada vez mais das outras povoações do país (Gonçalves, 1980).

Relativamente a Portugal, o aumento continuado da população fizera-se sentir a partir, sensivelmente, de meados do século XV. As cidades viveram um novo período de crescimento e nos campos o número de habitantes aumentou continuamente. Ao mesmo

tempo, saíam pessoas para o ultramar que se fixavam como colonos nas terras conquistadas. No interior do país, as migrações registavam-se do campo para a cidade e da montanha para a planície, zonas mais férteis ou de maior atracção a nível económico, fazendo com que o crescimento populacional registado durante os séculos XV, XVI e XVII tivesse sido internamente desigual, privilegiando os centros urbanos em detrimento das zonas rurais (Marques, 1995).

Durante esse período, Lisboa foi o centro preferencial de crescimento demográfico. A posição de destaque que ocupava como palco das descobertas marítimas e como centro do grande comércio mundial, tornaram-na, cada vez mais, no grande centro de atracção do Reino, onde chegavam pessoas vindas das mais diversas partes do país e do estrangeiro. Ao mesmo tempo que crescia em importância, a sua população ia aumentando ao longo dos séculos XIV e XV, passando dos cerca de vinte mil habitantes, nos finais do século XIII, para mais do dobro no início do século XVI (Marques, 1994).

O crescimento populacional e urbano da cidade de Lisboa é bem visível através do primeiro levantamento da população portuguesa, realizado entre 1527 e 1532, ordenado pelo rei D. João III. Os cinco por cento de portugueses que habitavam na cidade de Lisboa no início do século XVI, tinham passado para, aproximadamente, seis por cento, tendo continuado a aumentar até ao início do século XVII (Rodrigues, 1997).

Lisboa era, na altura do numeramento, uma grande metrópole a nível europeu, com uma população que se situava entre os cinquenta mil e os sessenta e cinco mil habitantes. Grande cidade, comparativamente com outras cidades do Reino, como o Porto, Évora e Santarém, e comparativamente com o tamanho do país, cuja população, nessa altura, se situava entre um milhão e um milhão e quinhentos mil habitantes, valores correspondentes a uma densidade média de doze a dezoito habitantes por quilómetro quadrado, ocupando uma posição média na Europa cristã (Marques, 1995).

Segundo o levantamento efectuado em 1551, Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), no *Sumário*, apontou para Lisboa uma população que atingia os cem mil habitantes, dos quais nove mil novecentos e cinquenta eram escravos. Esses habitantes distribuía-se pelas dez mil casas existentes nas trezentas e vinte e oito ruas da cidade, cento e quatro travessas e oitenta e nove becos, perfazendo dezoito mil vizinhos, sem a corte. Além destes, entravam todos os dias muitos vindos nas naus.

Os seus habitantes eram socialmente muito diversificados em relação à condição social e às actividades económicas por eles desempenhadas. Aí conviviam gentes de todas as raças e proveniências. Havia muitos mercadores estrangeiros e muitas outras pessoas que vinham de fora. Além destes, muitos trabalhavam nos ofícios ou ocupações que nesta cidade eram, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), cento e sessenta e nove, dos quais noventa e quatro eram desempenhados por homens e setenta e cinco por mulheres.

Mas, entre os habitantes da cidade de Lisboa havia também muitos pobres e mendigos e muitas mulheres sem ofício, mas eram muitas e grandes as esmolas e outras obras pias que se faziam nesta cidade (Oliveira, 1938). Homens, mulheres e meninos órfãos pediam pelas portas, pela cidade e pelas igrejas. Segundo João Brandão, eram mais de dois mil pobres pedintes⁸, em meados do século XVI.

Em Lisboa, para a celebração do culto divino em tantos e tão sumptuosos templos e casas de oração existentes na cidade, havia ainda os eclesiásticos, nomeadamente cónegos, curas, priores e outros. Muitos, eram também os religiosos, frades e freiras, que se encontravam nos Mosteiros da cidade (Oliveira, 1938).

Estes, e muitos outros, faziam parte da grande diversidade populacional da principal e tão povoada cidade do Reino, que, no século XVI, se afirmava como capital do Reino e

⁸ Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, *Archivo Histórico Portuguez*, vol. XI, p. 82.

de um império marítimo. Cidade que segundo Damião de Góis (1937, p.43) *“pode pleitear primazias com tôdas as capitais da Europa, tanto pelo número de habitantes, como pela beleza e variedade das construções, pois conta mais de vinte mil edifícios”*.

No que se refere ao número de pessoas, também, o Cardeal Alexandrino, enviado a Lisboa pelo papa Pio V, em 1571, ao longo do caminho que percorreu pelas ruas de Lisboa, passando pela Rua Nova e até ao Paço Real, apercebeu-se que havia tanto povo por todas essas ruas, *“que se calculou haver aí mais de cento e cinquenta mil pessoas”* (Castelo-Branco, 1982, p. 367).

Mas, a segunda metade do século XVI, foi para o Reino e para a capital uma época de continuadas calamidades, instabilidade política, perda da independência em 1580, recrutamento de gente para a guerra, e com a peste grande de 1569, iniciara-se um período de grande mortalidade. Lisboa continuava, contudo, a ser o grande pólo de atracção do Reino e mantinha o predomínio económico, político e demográfico. Embora tivesse deixado de ser sede de corte, beneficiou do comércio das Américas e do Oriente, a sua população continuou a aumentar e Lisboa continuou a crescer, sendo a cidade portuguesa e da Península que mais cresceu, ao longo dos séculos XVI e XVII (Rodrigues, 1994).

O contínuo e rápido aumento populacional que caracterizou a cidade de Lisboa até às primeiras décadas do século XVII, fez com que, por volta do ano 1620, a sua população se situasse nos cento e sessenta e cinco mil habitantes. Embora menor que Londres, Paris ou Nápoles, era uma das maiores e das mais importantes cidades a nível europeu, comparável a Veneza ou Amesterdão (Marques, 1995). Lisboa que, no início do século XVII, disputava a hegemonia urbana das Hespanhas (Gaspar, 1994), tornara-se uma cidade grandiosa, única grande realidade urbana nacional num país desprovido de centros urbanos de dimensão média, e a maior cidade da Península Ibérica, com uma população superior

aos cento e vinte mil habitantes existentes na cidade de Sevilha, segunda maior cidade peninsular (Rodrigues, 1994).

Mesmo quando a população global do país apresentava sinais de estagnação, os valores populacionais mostram um crescimento continuado do número dos seus habitantes, superior ao das outras cidades da península (Rodrigues, 1970). Este crescimento da cidade de Lisboa e da sua população, deveu-se, principalmente, ao comércio das especiarias e de outros produtos de enorme valor vindos de África, Ásia e, depois, também, das Américas, e à chegada de gente de outras partes do Reino e do estrangeiro (Rodrigues, 1997).

Segundo Frei Nicolau de Oliveira (1991), Lisboa era, em 1620, a principal cabeça do Reino e a mais populosa de todas as cidades da Europa, admitindo mesmo ser a mais populosa do mundo.

A partir de 1610, devido aos ataques dos holandeses e ingleses tinha-se verificado uma redução do comércio da carreira da Índia a níveis mínimos, e Portugal fora obrigado a ceder o domínio no comércio Oriental, dando-se, ao mesmo tempo, uma viragem no comércio para o Brasil. Tratava-se do incremento da produção do açúcar no Brasil, a partir da segunda metade do século XVI (1550-1630).

Mas, a partir da década de trinta, em consequência do declínio do império português, Lisboa perdera a estabilidade económica que ainda vinha sentindo nos primeiros anos do século XVII, e que se devia principalmente ao açúcar do Brasil (Rodrigues, 1997).

Em 1640, a Restauração da independência e guerra que daí decorreu fez com se tivessem vivido tempos difíceis. Portugal deparava-se com elevadas despesas militares e com a descida dos rendimentos ultramarinos. A guerra com Espanha e os ataques estrangeiros ao Império e aos navios portugueses afectaram o comércio longínquo português, o tráfico terrestre com a vizinha Espanha terminou, o Mediterrâneo fechou-se

aos comerciantes portugueses e o seu comércio externo foi gradualmente cedendo lugar aos interesses ingleses e holandeses (Marques, 1995).

Estava-se perante uma conjuntura negativa que se prolongou até quase ao final do século XVII, reflectindo-se num decréscimo da população de Lisboa. O fim da guerra contra Espanha e a recuperação económica já sentida na parte final do século XVII, foram factores essenciais para a reposição de efectivos populacionais, perdidos durante esse período. Na segunda metade do século XVII, parece terem apenas sido restituídos os efectivos populacionais, perdidos entre 1620 e 1650 (Rodrigues, 1997).

Relativamente à população do Reino, os dois milhões de habitantes existentes no país por volta do ano 1640, mantiveram-se mais ou menos estáveis até ao final do século XVII, tendência que, em parte, poderá dever-se à influência de algumas epidemias, mas, particularmente, a factores de ordem económica e social (Marques, 1995).

As primeiras décadas do século XVIII foram de recessão geral da população do Reino, donde durante as duas primeiras décadas desse século, deverão ter saído para o Brasil um máximo de cinco a seis mil pessoas, valor bastante elevado para a época. O número cada vez maior de homens válidos que todos os anos saíam do país, fez com que o governo, em 1720, tomasse medidas limitativas, exigindo a obtenção de passaportes (Marques, 1995).

Lisboa, embora tivesse acompanhado a recessão geral da população do país, com um crescimento populacional moderado nas três primeiras décadas do século XVIII, continuava a ser o grande centro de atracção, onde continuavam a chegar pessoas vindas de todas as partes do Reino (Rodrigues, 1997). Nos anos seguintes, devido, também, à prosperidade económica resultante da descoberta e exploração do ouro do Brasil e à simultânea transformação do comércio externo português (Serrão, 1990), Lisboa voltou a registar um rápido aumento populacional, interrompido apenas em consequência das

mortes ocasionadas pelo grande sismo que a atingiu em 1755, e do elevado número de pessoas que abandonaram a cidade, após o terramoto. Nesta altura, Lisboa era habitada por cerca de cento e noventa e um mil indivíduos, residindo cerca de cento e sessenta e oito mil na cidade e, aproximadamente, vinte e três mil nas freguesias limítrofes. (Rodrigues, 1997).

Entre o levantamento populacional de 1527-32 e até meados do século XVIII, a cidade de Lisboa tinha aumentado para mais do triplo o número dos seus habitantes. Apesar da constante saída de pessoas do centro, densamente povoado, para as freguesias vizinhas, as freguesias mais antigas da cidade continuaram a ser as mais povoadas, principalmente no interior das muralhas. Por outro lado, entre 1620 e 1755, todas as freguesias localizadas na faixa de transição entre o núcleo central da cidade e o seu termo, registaram acréscimos populacionais que ultrapassaram os cinquenta por cento. Contudo, havia ainda zonas da cidade muito pouco povoadas, na altura do terramoto (Rodrigues, 1997). Durante o mesmo período, a população do país não chegou a atingir o dobro dos seus habitantes (Rodrigues, 1997).

2. Descrição da freguesia da Sé

Localizada na meia encosta de face a sul da colina dominada pelo castelo de S. Jorge, perto do rio, a freguesia da Sé, situada no interior da Cerca Moura, foi um dos primeiros espaços urbanizados da cidade de Lisboa, em parte, devido à sua localização geográfica (Lourenço, 1992).

Materiais pertencentes às épocas do Ferro, Romana, Medieval, Islâmica e Cristã encontrados em escavações feitas na Igreja da Sé, indicam não só a presença dos romanos

na freguesia, mas uma presença humana que remonta a tempos muito longínquos, no espaço onde, posteriormente, viria a ser a freguesia da Sé (Matos, 1994).

Esse espaço estava integrado na cidade romana e, durante o período de dominação árabe, que decorreu entre 719 e 1147, continuou a fazer parte do centro vital da cidade Islâmica (Lourenço, 1992). Dos romanos, foram encontrados no interior da casa dos Bicos, tanques de salga de peixe (Matos, 1994) e, na encosta e já nas franjas da actual freguesia, encontravam-se o Teatro Romano e as Termas dos Cássios (Lourenço, 1992).

Fundada, provavelmente, no ano 1150 (Oliveira, 1987), pouco tempo depois da tomada de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques, em 1147 (Serrão, 1989), a freguesia da Sé, é uma das freguesias mais antigas da cidade de Lisboa. A paróquia aí estabelecida tem por orago Santa Maria Maior (Brito, 1935).

Rodeada pelas freguesias de S. Bartolomeu, S. João da Praça, S. Jorge, S. Mamede e Santa Maria Madalena, abrangia uma zona da Ribeira com o Paço da Madeira e as tendas da cidade que o marginavam. Pelo lado Oriental do Beco de Santo António, estendia-se desde defronte da casa de Santo António, até à Rua das Canastras. Pela banda de dentro, abrangia uma extensão desde o Arco do Armazém Velho, até à Porta do Mar. Pela banda da Misericórdia, ia desde a Porta do Mar, até ao Chafariz da Preguiça, na Ribeira. Aqui, encontrava-se a Casa de Afonso de Albuquerque e a Rua do mesmo nome e seguia-se o Beco defronte das Casas de Afonso de Albuquerque e a travessa que vai para Santo António. Do Adro da Sé, a freguesia prosseguia até às Casas do Conde de Portalegre, pertencendo-lhe a Rua do Barão com a Rua Direita da Sé, até à porta de Lucas Giraldes, e a Casa de Dom Jorge de Abrantes, Rua de Castel Picão, Rua dos Cónegos e do Aljube.

Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em 1551, a freguesia da Sé era constituída por dezoito ruas, seis travessas e doze becos, como pudemos observar através do quadro 3.

Quadro 3
Ruas, travessas e becos da freguesia da Sé
1551

Ruas	Travessas	Becos
Direita da porta da Sé	Do forno	De Francisco Dias
Da porta do ferro	Dos arcos da Sé	De António Lopes
Do barão velho	Do conde de Portalegre	Bulhão
Do almazém velho	Do Aljube	Beco sem nome
Rua Sobre o muro do almazém velho	Do leão	Do almazém
Do arco de S. Sebastião	Do arco de dona Helena	Do lagar do mel
Das canastras (antes lagar do mel)		De Bartolomeu Joanes
Do terreiro velho		De Pedro de Abreu
Rua do terreiro do trigo		De Gomes de Aragão
Da porta do mar		Do bispo governador
De Afonso de Albuquerque (antes rua dos arcos)		De Domingos Lopes
Do conde de Portalegre		De Simão de Faria
Da praça dos canos		Do caroz
Da Câmara		
Do conde de Penela		
Dos cónegos		
De castelo picão		
Das tavernas		

Fonte: OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938), Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa, Biblion, Lisboa, p. 5.

Cabeça das restantes freguesias da cidade, além de um importante centro religioso, com missas, festas e procissões, a freguesia da Sé foi sede de poder, espaço cívico, político e administrativo.

À porta da igreja da Sé ou junto da Sé, realizavam-se as reuniões do Conselho da cidade e, no primeiro século de ocupação cristã, no Adro da Igreja da Sé, muitos documentos eram lavrados por tabeliães que, desde o reinado de D. Afonso Henriques, tinham um paço do lado de fora das muralhas, perto da Porta do Ferro, uma das mais importantes entradas da cidade (Carita, 1999). Ligada à Igreja da Sé, havia, ainda, a escola Capitular de Lisboa, que iniciava rapazes, com alguma vocação eclesiástica, nos seus

estudos literários e onde, no início do século XIII, Fernando de Bulhões, mais tarde, Santo António, frequentou os seus primeiros estudos (Rena, 1996).

Na Casa de Santo António funcionaram os primeiros Paços do Conselho da cidade, até à reunificação do senado da Câmara de Lisboa, em 1741.

D. João V, conseguiu que, mediante uma bula do papa Clemente XI, de 7 de Novembro de 1716, Lisboa fosse administrativamente dividida em Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental, ficando cada uma com o seu senado. Lisboa Ocidental, sediada na Capela Real do Paço da Ribeira, no Rossio, agora elevada a igreja Metropolitana e Patriarcal, ficou sujeita ao seu patriarca D. Tomaz de Almeida, com posição hierárquica superior à de arcebispo. Sob a jurisdição do arcebispo e da Casa de Santo António ficou, apenas, Lisboa Oriental, na altura sede vacante que, com a morte do Arcebispo D. João de Sousa, em 1710, não voltou a ser preenchida. O Terreiro de Paço era, assim, nesta altura, o local de sede do poder político e religioso, onde se encontrava o Palácio Real e as suas dependências e, também, a Igreja Patriarcal.

Esta divisão territorial e eclesiástica da cidade de Lisboa extinguiu-se a 13 de Dezembro de 1740, mediante uma bula do papa Benedito XIV, e, em 1741, com a reunificação do Senado da Câmara de Lisboa, a Casa de Santo António, à Sé, deixou definitivamente de ser sede dos Paços do Conselho. Em consequência da união territorial e eclesiástica da cidade de Lisboa e da união da dignidade arquiépiscopal ao novo patriarcado, com sede na antiga capela real, o título de Sé foi substituído pelo de Basílica de Santa Maria Maior, a 18 de Novembro de 1742, passando a freguesia a designar-se por freguesia de Santa Maria Maior.

Mais tarde, por decreto de 1834, foi extinta a Patriarcal, voltando a Basílica de Santa Maria Maior à categoria de Sé arquiépiscopal. Em 1844, por bula do papa Gregório XVI,

passada a 9 de Novembro de 1843, e por cartas régias, datadas de 10 de Maio e de 24 de Julho desse mesmo ano, a igreja foi elevada à categoria de Sé Patriarcal (Castilho, 1936).

Esta igreja era um dos mais antigos templos religiosos da cidade e do Reino. A paróquia existente na igreja e na freguesia da Sé era servida por um cura escolhido de entre os ministros da igreja da Sé, o qual tinha o título de reitor (Castilho, 1936). Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), eram muitos os membros do clero existentes nessa igreja, catedral de Lisboa, onde, em meados do século XVI, se diziam diariamente mais de quarenta e cinco missas e, em muitos dias de festas e santos, esse número ultrapassava as sessenta missas, mandadas dizer pelos devotos. Segundo ele, no Cabido da Sé havia Daião, Chantre, Arceidiago de Lisboa, Tesoureiro, Arceidiago de Santarém, Mestre-escola, Arceidiago da terceira cadeira e Acipreste. Além destas dignidades eclesiásticas, no Cabido da Sé havia também um Sub-chantre, um Sub-tesoureiro, um Altareiro, dez Capelães, dez Cantores, com o seu Mestre da capela, um Cura que tem ajudador, dois pregadores, oito moços do coro, um porteiro da maça, um solicitador, um sineiro e um meirinho. Anteriormente ao século XIV, no claustro da igreja da Sé existia também uma residência episcopal.

Segundo Júlio de Castilho (1936), esta igreja, com orientação nascente-poente e porta principal para poente, e o claustro com o seu pátio interior no lado posterior do templo até ao beco do quebra-costas, ergue-se num recinto isolado entre quatro ruas: Rua de Augusto Rosa, antiga rua do arco do limoeiro, ao norte; as cruces da Sé, ao sul; o Beco do quebra-costas, em escadaria, ao nascente, e o Largo da Sé, ao poente

Na figura abaixo apresentada podemos ver o sítio do castelo com a Alcáçova Real, a encosta da Sé e a igreja da Sé, no século XVI.

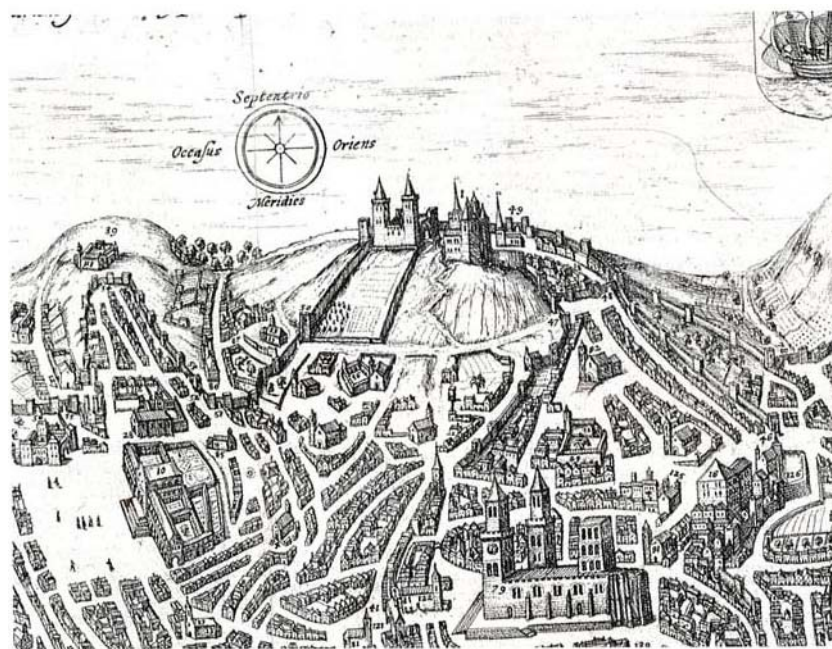


Fig. 6 – Sítio do castelo com a Alcáçova Real e a encosta da Sé, terceiro quartel do século XVI

A construção desta igreja teve início logo após a reconquista da cidade de Lisboa aos mouros, num local onde sobre um antigo templo cristão, do qual se desconhece a origem e época de fundação, tinha sido anteriormente construída uma mesquita árabe (Matos, 1994). De acordo com Júlio de Castilho (1936), a sagração da mesquita em igreja cristã episcopal dedicada a Nossa Senhora da Assunção, deu-se em 1147, logo após a reconquista da cidade.

No ano 1150, através de uma bula do Papa Eugénio III, o rei D. Afonso Henriques erigiu em bispado a igreja metropolitana de Lisboa, tendo-lhe dado por bispo D. Gilberto de Hastings, sacerdote inglês que vinha na armada dos cruzados que prestaram auxílio na conquista da cidade. Mais tarde, já no século XIV, mediante uma bula que o rei D. João I obteve do papa Bonifácio IX, a igreja da Sé, sede de Bispado desde o tempo de D. Afonso Henriques, foi elevada a sede de Arcebispado de Lisboa, a 10 de Novembro de 1394 (Castilho, 1936).

Esta igreja que, no século XIII, era já um monumento principal e sumptuoso, em 1164 encontrava-se já em plena construção e, em 1195, nela fora baptizado, numa pia baptismal, onde ainda se encontra uma lápide referente ao seu baptismo, Fernando de Bulhões, natural da freguesia da Sé de Lisboa, e que, mais tarde, viria a ser Santo António (Castilho, 1936). A construção do templo e da muralha do recinto do claustro, ou seja, o primitivo cemitério paroquial, prolongaram-se por toda a segunda metade do século XII.

Um outro período construtivo da igreja da Sé de Lisboa foi no reinado de D. Dinis (1279-1325) e é representado, essencialmente, pela construção do claustro, respectivas galerias e capelas, designadamente a capela das Almas ou capela de Bartolomeu Joanes, homem privilegiado que viveu no tempo dos reis D. Afonso III e D. Dinis e a quem fora concedido o direito de construir capela na Sé de Lisboa.

Algum tempo mais tarde, já no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), foi construída a capela-mor da igreja da Sé, que teria sido abalada em consequência do terramoto de 1344, de novo arruinada pelo terramoto de 1356, e reedificada no reinado de D. João I (1385-1433).

Ao longo dos tempos a igreja da Sé de Lisboa foi sendo alvo de sucessivas alterações devido a diversos factores, nomeadamente abalos sísmicos, sobretudo no século XIV, incêndios e outro tipo de agressões. No século XVII, desde o governo do Arcebispo Dom Afonso Furtado de Mendonça (1627-1630) até ao governo do cardeal-arcebispo Dom Luiz de Sousa (1676-1702), foram intensas as obras realizadas na Igreja da Sé (Castilho, 1935).

Relativamente às capelas existentes nesta igreja, além da capela de Bartolomeu Joanes, à vocação de S. Bartolomeu, onde havia quatro capelães que, diariamente, diziam quatro missas rezadas e quatro merceeiras que estariam presentes nessas missas, rezando, salientam-se, entre outras, uma capela, instituída em 1345 pelo rei D. Afonso IV, para ele e para sua mulher, a rainha dona Beatriz. Nessa capela, ordenou que houvesse dez capelães,

um tesoureiro, dez merceeiros e dez merceeiras. Aos capelães tinha ordenado que, entre outras obrigações, teriam que diariamente lhe dizer uma missa cantada da festa daquele dia e, no fim da missa, teriam que sair sobre a sua cova com responso, ao mesmo tempo que os merceeiros e as merceeiras rezavam. Estes merceeiros e merceeiras eram obrigados a ir todos os dias às missas e horas canónicas, rezadas pelos capelães (Brandão, 1990).

Em 1358, o Infante D. Pedro, filho do rei D. Dinis e irmão do rei D. Afonso, ordenou que se instituísse na igreja da Sé de Lisboa uma capela à invocação de Nossa Senhora da Conceição, onde, em cada missa quotidiana rezada, havia um capelão e cinco merceeiras (Brandão, 1990).

Na igreja da Sé, foi também instituída a capela de Nossa Senhora da Piedade ou da Terra Solta, onde, em 1498, se estabeleceu a sede da Irmandade da Misericórdia (Castilho, 1936).

Em meados do século XVI, além da capela do rei D. Afonso IV e de sua mulher a rainha dona Beatriz, onde foram sepultados na capela-mor, havia na Igreja da Sé de Lisboa mais nove capelas, com um total de dezassete capelães, designadas por: Capela de Santa Catarina; Capela da Trindade; Capela da Conceição; Capela do Salvador; Capela de S. Sebastião; Capela de Santo Estação; Capela de S. Bartolomeu, com uma outra capela no seu interior; Capela de S. Lourenço e uma outra. Além destas nove capelas, na Igreja da Sé havia ainda treze capelas antigas (Oliveira, 1938). No século XVII, segundo Júlio de Castilho (1936), foram reedificadas duas capelas no claustro da Igreja da Sé: a de S. Lourenço, em 1631, e a de Nossa Senhora de Belém, em 1634. No ano 1652, fizeram-se, também, no claustro da Igreja da Sé, a Capela de Santo António e a Capela de Nossa Senhora da Tocha.

Numa das capelas da Igreja da Sé, encontrava-se guardado, com grande veneração, o corpo do mártir S. Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa, aí colocado pelo rei D. Afonso Henriques (Carvalho, 1869).

Na Igreja da Sé, havia ainda as confrarias ou associações voluntárias constituídas por um conjunto de pessoas designadas por irmãos, as quais tinham como objectivo uma ajuda mútua, material e espiritual. Entre os finais do século XII e início do século XIII, numa capela do claustro da Sé, foi fundada a Confraria de Nossa Senhora da Piedade. Reformulada e aumentada no ano de 1498, deu origem à Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, onde a rainha dona Leonor, viúva do rei D. João II, instituiu a primitiva Misericórdia de Lisboa que aí permaneceu até 1534 (Castilho, 1936).

Em meados do século XVI, havia na igreja da Sé sete confrarias: a do Santo Sacramento; a do Salvador; a de S. Pedro; a de Nossa Senhora da Pombinha; a de S. Vicente; a dos Cosmos e a de Santo Amaro (Oliveira, 1938). Nos finais do século XVI e início do século XVII, na Igreja da Sé estava também sediada a confraria de Santo Aleixo. Era uma confraria de mendigos e tinha o seu próprio cura para servir os pobres, designado por cura de Santo Aleixo (Pereira, 1990).

Na freguesia da Sé havia também mercearias ou instituições com fins religiosos e caritativos, onde eram prestados cuidados e auxílio a homens e mulheres que tinham o dever de, nas missas, e às horas canónicas, pedir a Deus benefícios espirituais para os seus benfeitores e rezar pelas suas almas (Castilho, 1936).

Em 1324, perto da Igreja da Sé, fora criada a Mercearia de Bartolomeu Joanes, também designada por Hospital de S. Bartolomeu. Era a mais antiga mercearia de que há conhecimento e destinava-se a “(...)doze pobres decaídos da fortuna (...) inválidos da sorte, pessoas decaídas dos seus haveres, mas dignas, por sua virtude e comportamento,

de consideração e protecção” (Castilho, 1936, pp.107-108). Estes doze pobres tinham que assistir à missa diariamente e rezar por alma do fundador, Bartolomeu Joanes.

No século XIV, uma outra mercearia foi fundada na freguesia da Sé. Tratava-se da Mercearia de Teresa Anes, mais tarde integrada no Hospital de Todos-os-Santos.

Na freguesia estabeleceram-se ainda as mercearias do rei D. Afonso IV. No seu testamento, ordenou que nas suas casas, localizadas junto ao mar, na Ribeira, defronte do Campo das Cebolas, se instituísse um hospital para homens e mulheres pobres. Nesse hospital havia vinte e quatro pobres: doze homens bons e doze mulheres de bons costumes e de boa fama e vergonha que, tendo tido honra e algo de seu, se tornaram pobres, não por maus feitos que tivessem cometido, nem por maus costumes.

De acordo com Júlio de Castilho (1936), este hospital ficava no local onde se construíram as casas dos Senhores de Belas, até às que foram dos marqueses de Gouveia, condes de Portalegre. Mas, na altura do terramoto, em 1755, os merceeiros del rei D. Afonso IV encontravam-se numas casas em frente à porta do senado da Câmara, nas costas da Igreja de Santo António, no mesmo local onde, pelos finais do século XVI, tinha funcionado um recolhimento de moças donzelas órfãs. A existência deste Recolhimento junto a Santo António, administrado pela Misericórdia, e normalmente habitado por setenta mulheres, onde havia Regente, Vigária e Porteira, é, em 1620, mencionado por Frei Nicolau de Oliveira (1991), no *Livro das Grandezas de Lisboa*. Destinava-se a moças donzelas e órfãs, às quais era dado tudo para o seu sustento, e não estavam lá mais que quatro anos, ao fim dos quais casavam.

Nessa altura, ao lado da igreja da Misericórdia havia ainda um hospital onde se tratavam mulheres nobres com doenças incuráveis (Nicolau de Oliveira, 1991).

Esta igreja fora mandada construir na freguesia da Sé, pelo rei D. Manuel:

-“Ordenou o dito Rey E mandou fazer a igreja da misericórdia em esta cidade no lugar onde ora esta freguesia da See, aqual he hua casa suntuosa antre as mais da cidade”(Oliveira,1938,p.36).

Nela havia uma tumba com quinze homens para enterrarem os defuntos que morriam na cidade de Lisboa. Os ricos davam as suas esmolas e os pobres eram enterrados de graça (Oliveira, 1938). Segundo Frei Nicolau de Oliveira (1991), para os cativos havia uma outra tumba, à qual davam o nome de esquife.

Na Igreja da Misericórdia havia também uma irmandade que, nos primeiros anos do século XVII, era constituída por trezentos nobres, trezentos oficiais e vinte letrados, num total de seiscentos e vinte “irmãos” (Nicolau de Oliveira, 1991).

Mas, a freguesia da Sé era ainda local de cumprimento de penas. Perto da igreja da Sé, instalada num edifício próximo da rua dos cónegos, derrubado na altura do terramoto de 1755, havia uma cadeia para crimes do foro eclesiástico, com o nome de Aljube (Brandão, 1552).

Relativamente a actividades ocupacionais, na freguesia destacaram-se a indústria das canastras e a hospedagem, bastante importantes, nomeadamente nos séculos XVII e XVIII (Macedo, 1936).

Nesta altura, a freguesia da Sé era a maior das sete freguesias localizadas no interior da cerca moura e uma das maiores freguesias da cidade de Lisboa. Em meados do século XVI, nela residiam elementos da Corte e destacavam-se diversas casas de nobres, oficiais régios e burgueses ligados a actividades liberais, como o testemunham os nomes de algumas ruas da freguesia, como a Rua Afonso de Albuquerque, a Rua do Conde de Portalegre, a Rua do Conde de Penela, Rua do Bispo Governador. Já os antecessores do rei D. Afonso III, primeiro rei a ter residência permanente em Lisboa, quando visitavam a cidade residiam em casas localizadas junto à igreja da Sé (Vidal, 1994).

Um dos moradores na freguesia da Sé no século XVI, foi Bráz de Albuquerque que, a mandado do rei D. Manuel trocou o seu nome de baptismo pelo do seu pai Afonso de Albuquerque, para honrar a memória do grande vice-rei da Índia. Em vários anos ocupou o cargo de provedor da Irmandade da Misericórdia, foi presidente do Senado Municipal de Lisboa, entre 1572 e 1574, e tomou parte nas cortes realizadas em Lisboa, em 1562, e em Almeirim, em 1578. Viveu na freguesia da Sé, na Casa dos Bicos, edifício da primeira metade do século XVI e um dos mais célebres da cidade de Lisboa, considerado monumento nacional. Foi por ele mandado construir, junto ao rio, já após a descida do rei e da corte do alto do morro do castelo para o Paço da Ribeira (Macedo, 1960).

Actualmente, a freguesia da Sé continua a ser um local central onde se cruzam residentes, visitantes e peregrinos vindos de todas as partes do país e do estrangeiro. A sua importância religiosa mantém-se com a Igreja de Santo António e com a igreja da Sé, a velha catedral mandada construir por D. Afonso Henriques, e que continua a ser a catedral da cidade de Lisboa. Segundo Júlio de Castilho (1935), com o decorrer dos séculos, esta igreja foi sofrendo diversas modificações que foram transformando o aspecto que tinha na altura da sua origem, naquilo que é na actualidade. Se exceptuarmos os troços que restam da muralha ou Cerca Moura, a igreja da Sé é dos edifícios mais antigos da cidade de Lisboa, classificado monumento nacional desde o início do século XX

Com o terramoto de 1755, a igreja da Sé de Lisboa foi também atingida, mas, segundo escritos de Júlio de Castilho (1935), não se tratou da grande ruína apontada por outros autores.

2.1. Santo António e a freguesia da Sé

Além de um importante centro religioso, com a sua igreja, sede de bispado desde o século XII e sede de arcebispado desde o século XIV, a freguesia da Sé foi, devido à devoção a Santo António, um centro de concentração e peregrinação popular, com uma vida religiosa intensa, com missas, festas e procissões em honra do Santo, considerado pela igreja e pelo povo, patrono secundário de Portugal, depois da Virgem Maria, com devoção e culto espalhado por todo o país e, principalmente, na região de Lisboa, onde, ao longo dos tempos lhe tem sido prestado intenso culto pela população desta cidade (Lourenço, 1992).

Santo António, nasceu na freguesia da Sé de Lisboa, perto das Portas do Ferro ou Arco da Consolação, no reinado de D. Sancho I. Em 1195, foi baptizado na igreja da Sé de Lisboa, tendo-lhe sido posto o nome de Fernando Martinho de Bulhões (Castilho, 1936).

Era filho de D. Martim de Bulhões, descendente do Chefe da primeira cruzada, e de dona Teresa Taveira, da estirpe dos reis das Astúrias. Residia juntamente com os seus pais numa casa perto da igreja da Sé, onde, mais tarde, passaram a funcionar os Paços da Câmara e, depois, se construiu a Casa de Santo António. Frequentou os seus primeiros estudos na escola da Igreja da Sé, onde ingressou ainda pequeno, para aprender a ler e a falar latim, a fazer contas, aprender música e frequentar os estudos de “artes” e “humanidades”. Na sua igreja paroquial da Sé, serviu também como menino do coro (Rena, 1996).

Por volta do ano 1209, tendo à volta de quinze anos de idade, deixou a casa paterna para ingressar como noviço no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, perto da casa onde moravam os seus pais, onde, para ser Cónego Regrante de Santo Agostinho, se iniciou nas práticas religiosas da vida consagrada (Rena, 1996). Aí permaneceu até finais

de 1211 ou início de 1212, altura em que foi transferido para a Escola Monacal de Santa Cruz de Coimbra, a principal da Ordem dos cónegos Regrantes Agostinhos, considerada uma das melhores escolas para o ensino de teologia, onde aprofundou os seus estudos que o preparavam para o sacerdócio ministerial (Santos, 1996). Por volta do ano 1220, ainda no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi-lhe permitido pelo Prelado trocar a Ordem de Santo Agostinho pela Ordem dos Frades Menores de São Francisco de Assis (Rena, 1996).

A vivência Franciscana de Santo António iniciou-se no Convento de Santo Antão dos Olivais, tendo passado à clausura com o nome de António, que substituiu o nome de baptismo, Fernando, em respeito ao orago conventual (Santos, 1996). Daí, veio a Lisboa para embarcar para Marrocos, onde iria missionar, mas uma grave doença durante o Inverno de 1220-21, trouxe-o de regresso à Europa. Tentou regressar a Portugal, mas uma enorme tempestade que sobreveio durante a viagem obrigou-o a ir pela Sicília, Itália, indo depois para Assis, onde assistiu ao Capítulo Geral das Esteiras. Impressionado com a vida de S. Francisco de Assis, pediu ao Geral da Ordem para ser posto no local mais isolado. Aceite o pedido, foi levado para um oratório de frades, no monte de S. Paulo. Pouco mais de um ano após uma vida contemplativa e de penitência no ermitério de Monte Paulo, acompanhou a Forli alguns ordenados, local onde iniciou um grande apostolado de pregação (Rena, 1996).

Posteriormente, Frei António, letrado, sabedor de teologia e grande pregador, passou por diversas cidades de França, tendo regressado a Itália dois anos mais tarde, por volta de 1227. Aí continuou o seu trabalho missionário que terminou em Pádua, onde chegara já enfraquecido e doente (Santos, 1996).

No dia 13 de Junho de 1231, acabou por falecer no Oratório de Santa Maria de Arcela, perto de Pádua, sendo mais tarde trasladado para o Convento Franciscano de Santa Maria, nessa cidade, onde permaneceu até ser concluída a construção da Basílica a

ele dedicada pelo povo de Pádua (Botelho, 1932). Actualmente, o Cofre das relíquias de Santo António encontram-se no altar da dita Basílica, em Pádua.

Cerca de um ano após a sua morte, foi canonizado pelo papa Gregório IX, na catedral de Spoleto, em Itália, espalhando-se rapidamente o culto a Santo António.

Em 1691, o papa Alexandre VIII, concedeu indulgência plenária a todos os cristãos que, no dia 13 de Junho, assistissem à celebração de uma missa, tendo começado a surgir em Portugal, na Itália e outros países cristãos muitas igrejas e capelinhas dedicadas ao culto a Santo António, venerado como distinto orador sacro, milagreiro, patrono dos namorados (Santos, 1996).

No século XX, o papa Pio XII confirmou-o doutor da igreja, por uma bula de 16 de Janeiro de 1946, alargando o culto de Doutor à igreja universal.

Fernando de Bulhões, conhecido por Santo António de Lisboa ou Santo António de Pádua, foi um grande pregador, missionário, escritor, homem de grande cultura, e professor de Teologia da Ordem de S. Francisco, por nomeação do próprio S. Francisco de Assis, a quem a Igreja Católica presta culto, desde a sua canonização, como santo canonizado e Doutor da Igreja (Rena, 1996).

Na freguesia da Sé, no local onde ficava a casa dos pais do Santo e onde ele próprio nasceu e viveu até ter entrado para o convento de S. Vicente de Fora, perto da igreja da Sé, um pouco mais abaixo, para o lado ocidental, atravessando uma praça, foi erigida a capela de Santo António (Gois, 1937), mais tarde igreja, e cuja data de construção se desconhece. O novo templo foi empreendido no século XV, pelo rei D. João II, mas a igreja de Santo António só foi terminada no reinado de D. Manuel. No reinado de D. João II (1481-1495), esta igreja ainda estava inserida num dos mais importantes pólos urbanos e cívicos da cidade medieval, às portas do Ferro, em frente da igreja da Sé (Caetano, 2000).

A devoção a Santo António que se expandiu não só em Portugal mas também na Europa, depois da sua morte em Pádua, na Itália, e, principalmente, após a sua canonização, fez desta igreja e da freguesia da Sé um centro de concentração e peregrinação popular, importante centro religioso (Lourenço, p.27).

Em meados do século XVI, a igreja de Santo António era muito venerada e de muita devoção. Todos os Domingos e festas dedicadas a “Nosso Senhor” e “Nossa Senhora”, era celebrada missa de canto e órgão. Para dizer estas missas e as mais rezadas, havia na igreja um capelão quotidiano. Diariamente, diziam-se na Igreja de Santo António quarenta missas e algumas festas. Nesta igreja havia a confraria de Santo António administrada por pessoas nobres, vereadores cidadãos, e a confraria da invocação de Nossa Senhora das Neves administrada pelos letrados da cidade (Oliveira, 1938).

Villalba y Estana (2002, p.65) na sua passagem por Lisboa na segunda metade do século XVI visitou a igreja da Sé e a casa igreja de Santo António, a qual achou “*muito decentemente adornada*”. Era a própria casa onde tinham vivido os pais de Santo António, segundo ele, (...) *veneradíssimo por esta nação, principalmente porque foi santo da família real de Portugal.*

Nas palavras de Damião de Góis (1937,p.35):

- “*Ufana-se a cidade de Lisboa por ser o berço de Santo António, e ufana-se com razão: porque êle com aplauso do povo fiel, foi incluído no número dos santos, e porque Deus, (...) fêz que se tornasse conhecido do mundo inteiro o nome de António e que a sua memória fosse engrandecida e apregoada por tôda a parte e por tôda a gente*” .

3. Aspectos globais dos comportamentos demográficos da freguesia da Sé

Para observarmos o modo de evolução da população da freguesia da Sé de Lisboa, recorreremos a alguns dados quantitativos existentes para o período anterior ao terramoto de 1755. Seguidamente, e embora com algumas limitações, procurámos observar, através dos seus registos paroquiais, os movimentos dos baptizados, casados e falecidos na freguesia.

Começámos por observar os dados representados no quadro “evolução da população da freguesia da Sé” e vimos que apontam para uma estagnação da sua população entre 1551 e 1620, altura em que contava com seis mil cento e oitenta e sete habitantes, seguindo-se de um decréscimo populacional que se reflectiu nos quatro mil duzentos e cinquenta e cinco habitantes, antes do terramoto de 1755, redução populacional bastante significativa.

Quadro 4
Evolução da população da Freguesia da Sé
(1551-1755)

Ano	Fonte	Habitantes
1551	Cristóvão Rodrigues de Oliveira (a)	6 187
1620	Fr. Nicolau de Oliveira (b)	6 187
Antes de 1755	Padre João Baptista de Castro/ Padre Luiz Cardoso (c)	4 255

a) OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938), *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, Biblion, Lisboa, p.5;

b) OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Conhecer Lisboa, Vega, p. 529;

c) CASTILHO, Júlio de (1936), *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa, p. 222.

De acordo com o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), as seis mil cento e oitenta e sete almas e os setecentos e dezoito vizinhos existentes na freguesia da Sé de Lisboa em 1551, estavam distribuídos por trezentas e cinquenta casas, dezoito ruas, seis travessas e doze becos.

Na Cerca Moura, além da freguesia da Sé, havia mais seis freguesias: S. Jorge; S. Martinho; S. João da Praça; Santiago; S. Bartolomeu e Santa Cruz. Mas, a freguesia da Sé

era, nesta altura, a mais abastada e populosa das sete freguesias localizadas no interior da Cerca Moura, com um número de habitantes muito superior a todas as outras.

A ela, seguiam-se as freguesias de S. João da Praça e de Santa Cruz do Castelo, com mil quinhentos e cinquenta e sete habitantes e mil cento e setenta e seis habitantes, respectivamente. Com mais de quinhentos e menos de novecentos habitantes, posicionavam-se as freguesias de Santiago, S. Bartolomeu e S. Jorge. Por último, com o menor número de habitantes, aparecia a freguesia de S. Martinho, com apenas cento e setenta e duas almas, valor muito distanciado das restantes freguesias da Cerca Moura, particularmente da freguesia da Sé.

A freguesia de Santa Justa era, nesta altura, a maior da cidade de Lisboa, com dezasseis mil quinhentos e cinquenta e sete almas. Seguidamente, posicionavam-se as freguesias de S. Julião, Mártires, S. Nicolau, Madalena (Santa Maria) e Loreto. Na sétima posição encontrava-se a freguesia da Sé, entre as freguesias da cidade de Lisboa com maior número de habitantes (Oliveira, 1987).

Em 1620, passado mais de meio século, Frei Nicolau de Oliveira, excluindo os indivíduos com menos de sete anos, os escravos, os portugueses hóspedes e os que vinham à corte por motivo de negócios, os marinheiros das conquistas que vinham buscar a carga dos seus navios e os estrangeiros que abundavam na cidade de Lisboa, apresenta a freguesia da Sé, Igreja Maior, cabeça das restantes freguesias da cidade, como a sexta maior freguesia de Lisboa e a maior da Cerca Moura em número de pessoas. Contudo, mantinham-se as seis mil cento e oitenta e sete almas e os setecentos e dezoito vizinhos, existentes em 1551.

A freguesia de S. Julião passou a ser a maior da cidade de Lisboa, com dez mil novecentos e trinta pessoas, seguindo-se as freguesias de Santa Catarina, Santa Justa, S. Nicolau e Loreto (Nicolau de Oliveira, 1991).

Se compararmos o número de habitantes que, em 1551(Oliveira, 1987), residiam nas sete freguesias que faziam parte da Cerca Moura, com os valores apresentados para 1620 (Nicolau de Oliveira, 1991), verificamos que a freguesia de Santa Cruz do Castelo foi a que apresentou um maior aumento no número de habitantes, ao passar de mil cento e setenta e seis, para duas mil pessoas. As freguesias de S. João da Praça, S. Tiago e S. Bartolomeu apresentavam um decréscimo no número de habitantes, em 1620. Nas freguesias de S. Jorge e S. Martinho, embora o número de pessoas tivesse aumentado de quinhentos e sete para quinhentos e setenta, e de cento e setenta e dois para cento e oitenta, respectivamente, o número de habitantes era muito reduzido.

A estagnação do crescimento populacional registado na freguesia da Sé no século XVII, é, em parte, explicável pelo facto de em meados do século XVI, a área urbana delimitada pela Cerca Moura e as freguesias mais antigas localizadas à sua volta serem as mais povoadas e, por isso, as que apresentavam uma menor capacidade de expansão, devido às limitações físicas do seu espaço. Segundo Teresa Rodrigues, aqui, o aumento populacional poderia fazer-se através do aumento do número de andares em casas já existentes mas, rapidamente, esgotaram a sua capacidade de crescimento populacional, o que levou a uma estabilização, ou mesmo decréscimo, da população dessas freguesias, entre 1551 e 1755. Pelo contrário, as freguesias mais recentes, localizadas nos espaços abertos maiores e menos povoados fora dos muros da cidade, tinham capacidade para receber pessoas, permitindo-lhes, assim, um maior ritmo de crescimento populacional (Rodrigues, 1997).

No que se refere aos registos paroquiais, poder-nos-ão dar uma visão geral e aproximada da evolução da população da freguesia da Sé. Para isso, tentámos conhecer o

movimento anual de nascimentos, casamentos e óbitos, através dos dados recolhidos nos assentos dos três tipos de actos, registados na paróquia entre 1563 e 1755.

Refira-se, contudo, a existência de limitações que se prendem, fundamentalmente, com a deficiente qualidade das fontes paroquias, nomeadamente a inexistência de registos sistemáticos de mortalidade dos menores de sete anos, ao longo de todo o período. O facto do registo de óbito de crianças não ser obrigatório e depender do critério dos párocos, fez com que os curas da paróquia da Sé não o fizessem de uma forma regular. Tal facto, inviabilizou, não só, a observação de alguns comportamentos relativos à mortalidade, mas também a apreciação do saldo fisiológico, através da comparação dos movimentos de baptizados e falecidos, e a análise do movimento geral da população da freguesia da Sé.

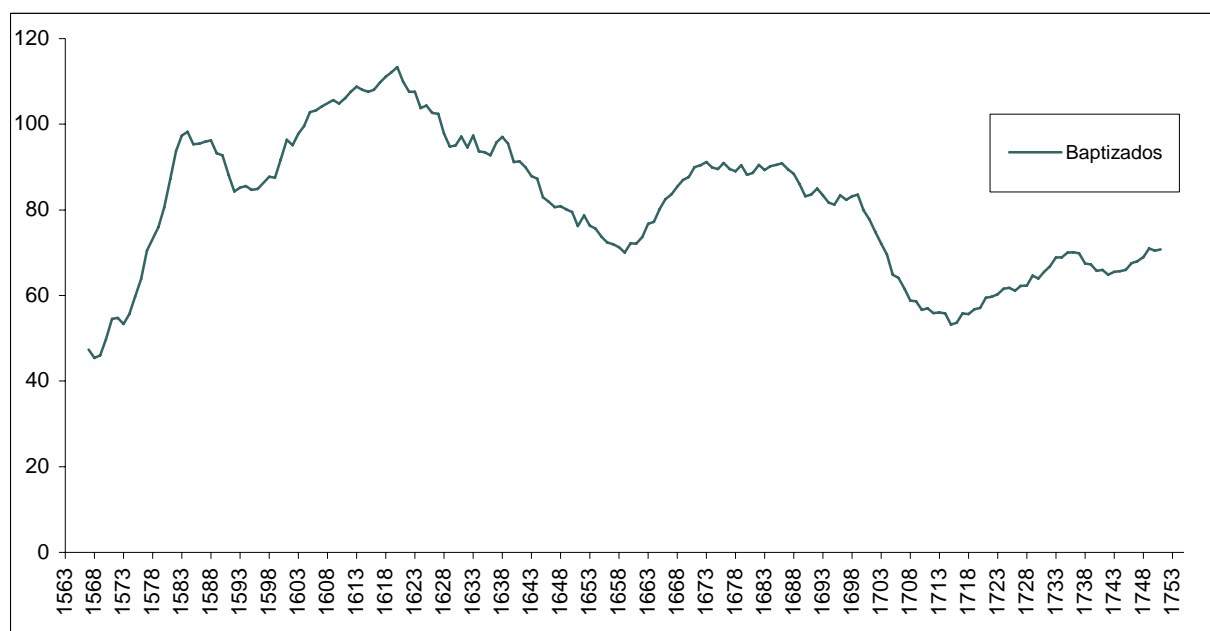
Assim, apreciaremos o modo de evolução global dos movimentos de baptizados e casamentos e apresentaremos o movimento dos óbitos registados nos livros da paróquia da Sé durante esse período, que nos dará uma imagem do volume de mortes registadas.

Para a apreciação das curvas dos baptizados, casados e falecidos, utilizámos o método das médias móveis de nove anos que permite uma normalização dos comportamentos e uma melhor percepção dos diferentes ritmos de crescimento e das mutações ocorridas ao longo de toda a observação, na medida em que são eliminados os efeitos perturbadores das flutuações anuais.

3.1. Evolução global dos nascimentos ocorridos entre 1563 e 1755

Para a análise do movimento dos baptizados na freguesia da Sé de Lisboa entre 1563 e 1755 apresentamos o gráfico 1, onde podemos visualizar um movimento tendencialmente de descida a partir sensivelmente de 1620, com momentos de alguma recuperação, designadamente entre a década de sessenta e oitenta do século XVII e a partir da década de trinta do século XVIII.

Gráfico 1
Movimento dos baptizados
Médias móveis de 9 anos
(1563-1755)



Uma análise mais pormenorizada da curva dos baptizados, mostra um movimento de subida que, embora com um curto período de decréscimo entre 1585 e o início do século XVII, atingiu o pico máximo de toda a observação por volta de 1620, com uma média anual de 113 nascimentos. Uma conjuntura económica favorável e a peste que, nos finais do século XVI, se abateu sobre a cidade de Lisboa provocando um elevado número de mortes, poderão ter contribuído para o posterior aumento dos nascimentos registado até à segunda década do século XVII.

Nos quarenta anos seguintes, isto é, a partir de 1620 e até por volta de 1660, o volume de nascimentos na freguesia da Sé foi diminuindo e a média desceu para cerca de setenta nascimentos por ano. Conjunturas económicas e políticas desfavoráveis terão certamente interferido neste comportamento.

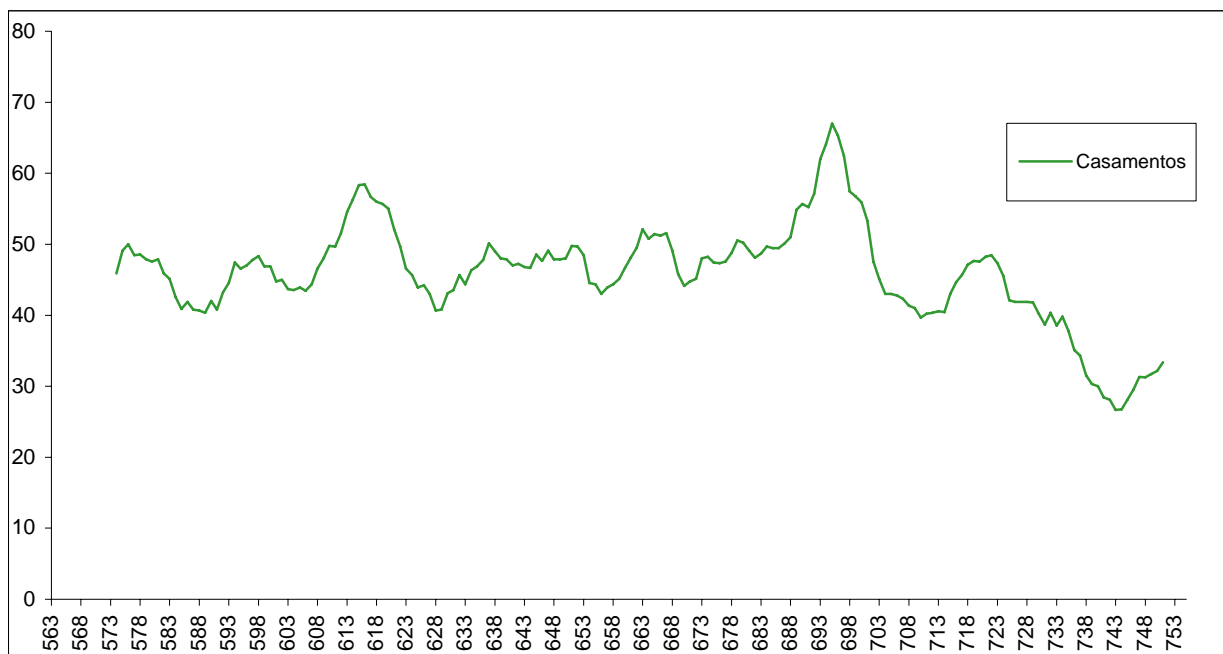
Na década de 1660 a 1670, desenhou-se uma tendência de crescimento que se manteve estável até por volta dos finais da década de oitenta, tendo-se posteriormente registado uma descida acentuada dos nascimentos que se prolongou até cerca de 1715, atingindo um mínimo anual de 53 nascimentos. A partir desse ano, o movimento de subida manteve-se mais ou menos estável até 1755. O ouro do Brasil e a prosperidade económica daí resultante terão certamente interferido de modo positivo.

Desta análise, pudemos concluir que, após a peste de 1569, assistiu-se ao maior movimento de crescimento do volume dos baptizados que, embora interrompido pela altura da peste que nos finais do século XVI atingiu a cidade de Lisboa, continuou a evoluir de modo positivo, aumentando a um ritmo acentuado, até 1620. A tendência depressiva que se desenhou a partir dessa altura foi interrompida por uma fase de maior volume de nascimentos, entre as décadas de sessenta e oitenta do século XVII. Os finais desse século e a entrada no século XVIII, foram marcados por um movimento de descida do volume de nascimentos que, embora invertido a partir do início da década de vinte, não voltou a atingir os valores registados entre os finais do século XVI e 1620.

3.2. Evolução global dos casamentos ocorridos entre 1570 e 1755

A evolução dos casamentos regista oscilações no decorrer da observação que poderão reflectir variações ocorridas no acesso ao matrimónio, na idade média ao primeiro casamento e nos efectivos de cada geração.

Gráfico 2
Movimento dos casamentos
Médias móveis de 9 anos
(1570-1755)



De acordo com o gráfico 2, é possível identificar a existência de dois momentos nítidos de elevação dos matrimónios, ambos seguidos de uma descida acentuada. O primeiro, com início por volta de 1607, atingiu um pico em 1615 e 1616, com uma média anual de 58 matrimónios. O segundo, começou a desenhar-se a partir, sensivelmente, do ano 1687 e atingiu o pico mais elevado de toda a observação em 1695, com uma média anual de 67 matrimónios.

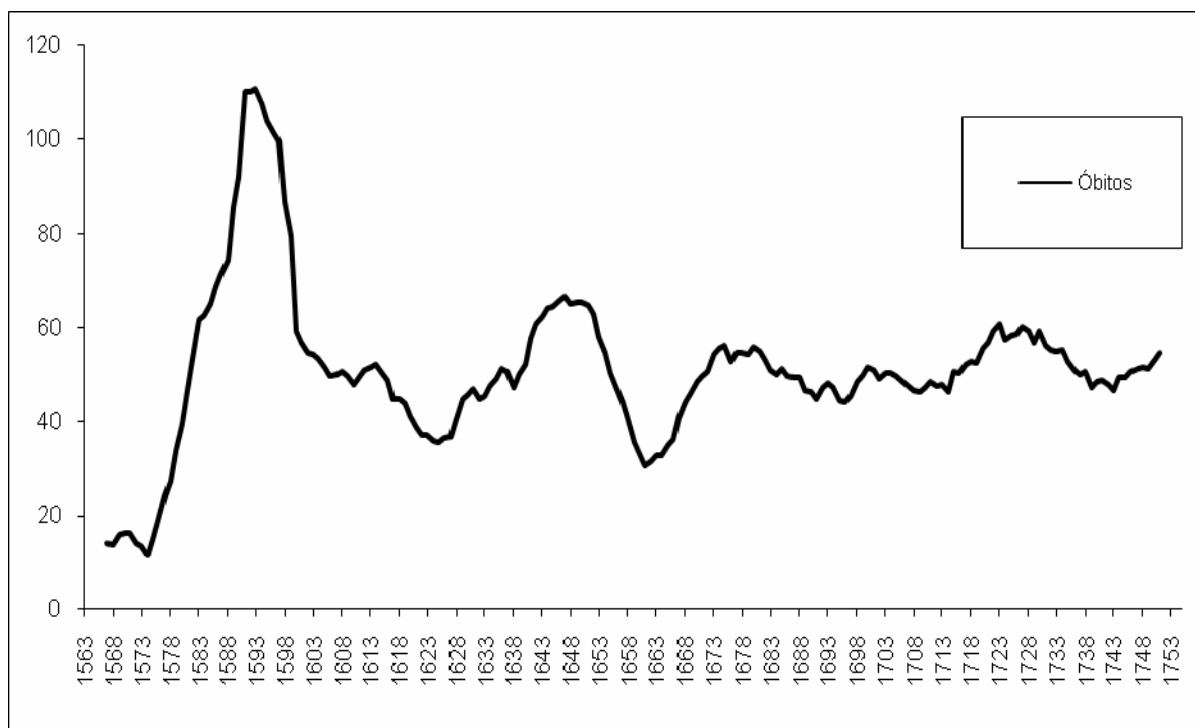
A partir desse ano, embora entre 1715 e 1722 se tenha registado uma ligeira subida no valor médio, com uma média que rondou os 47 casamentos, à medida que se avançou para o século XVIII a tendência geral foi de descida, até 1744. Nos anos de 1743 e 1744, a média foi de 27 casamentos anuais, a mais baixa de toda a observação, possivelmente, em parte, associada a conjunturas económicas desfavoráveis. Maus anos económicos poderiam levar ao adiamento dos casamentos. Mas, a partir de 1744 desenhou-se um curto movimento de recuperação que se estendeu até 1755.

Em síntese, da apreciação do movimento global dos casamentos, constatou-se que o maior volume de casamentos se registou na segunda metade do século XVII. A primeira metade do século XVIII foi o período menos favorável à realização de matrimónios.

3.3. Evolução global dos óbitos ocorridos entre 1563 e 1755

Com base nos registos de óbito anotados nos livros paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, e de modo a obtermos uma imagem do volume de mortes aí registadas, apresentamos o gráfico 3, salientando, contudo, que o movimento aí representado reflecte uma imagem parcial dos falecidos na freguesia, na medida em que as crianças que morreram com menos de sete anos nem sempre foram registadas.

Gráfico 3
Movimento dos óbitos
Médias móveis de 9 anos
(1570-1755)



Seguindo a representação gráfica, é possível visualizar que após a maior subida do volume de óbitos, registada entre 1597 e 1599 quando Lisboa foi atingida pela peste, assistiu-se a uma descida acentuada que se prolongou até cerca de 1628.

Ao movimento ascendente que atingiu o ponto mais alto por volta de 1643-52, seguiu-se um período mais calmo de descida, até cerca de 1665. Os dez anos seguintes foram marcados por um aumento do volume de óbitos registados, seguindo-se um período mais ou menos estável com tendência de descida, e uma ligeira elevação no início do século XVIII.

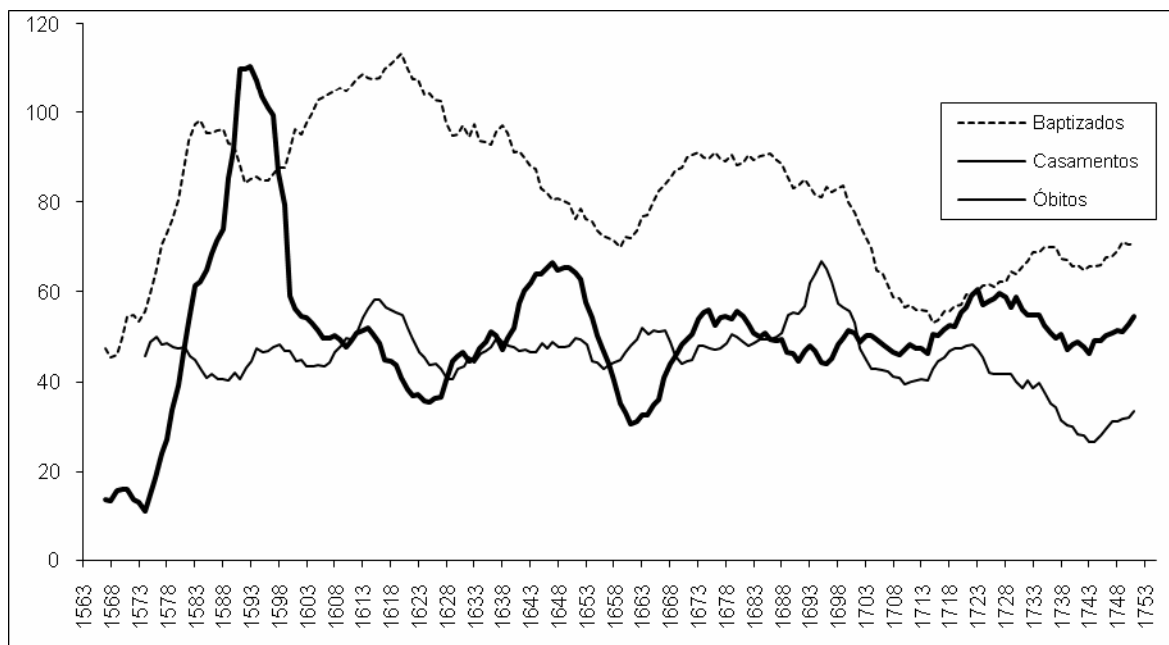
Neste século, a tendência de descida até cerca de 1715 foi interrompida por uma ligeira elevação, sentida até 1723. O movimento de descida que se seguiu até cerca de 1738, foi interrompido por um movimento ascendente até ao final da observação.

Em síntese, o movimento dos óbitos, aqui sub-representado, aponta para períodos de maior mortalidade nos anos de peste, sentida em Lisboa no final do século XVI, e na década de quarenta do século XVII, coincidindo com a Restauração da independência e guerra com Espanha.

3.4. Baptismos, casamentos e óbitos – visão global

Impedidos de calcular o saldo fisiológico da população da freguesia da Sé, devido à falta de registo sistemático de mortalidade de menores, apresentamos o gráfico 4 que poderá ilustrar os movimentos responsáveis pela evolução da população entre 1563 e 1755.

Gráfico 4
Baptizados, casamentos e óbitos
médias móveis de 9 anos
1563-1755



Da observação das curvas dos baptizados, casados e falecidos registados na paróquia da Sé de Lisboa, verifica-se que à descida dos nascimentos na altura da peste de 1599, terá correspondido uma brusca elevação dos óbitos, aqui, sub-representada pela falta de registo sistemático de menores. Contudo, o movimento dos casamentos só começou a declinar no início do século XVII. Pelos registos paroquiais de casamentos foi possível observar que durante o período de peste foram realizados casamentos de pessoas que estavam “feridas do mal”. Algumas casaram em casa e mesmo na cama, em certos casos devido à necessidade de regularização de situações de coabitação.

Mas, após os anos de peste e declínio dos casamentos sentido nos primeiros anos do século XVII, o volume de casamentos voltou a aumentar entre 1607 e 1620, acompanhado por uma elevação do número de nascimentos registados. Quanto às razões que poderão explicar este comportamento, admite-se, entre outras, a influência de uma elevada mortalidade em consequência da peste de 1599 que atingiu com intensidade a cidade de

Lisboa e que parece ter igualmente atingido a freguesia da Sé, como o testemunham os registos paroquiais. Sabe-se que, aos períodos de intensa mortalidade, poderiam seguir-se eventuais aumentos dos casamentos, não só de celibatários mas também de viúvos, e, conseqüentemente, dos nascimentos, como parece ter acontecido na freguesia da Sé de Lisboa. Por outro lado, embora Portugal tivesse perdido a independência em 1580, continuava a beneficiar do comércio das Américas e do Oriente (Gaspar, 1994), conjuntura económica que parece ter sido igualmente favorável a uma evolução ascendente.

Mais tarde, entre 1638 e 1650, observou-se uma certa estagnação na realização de casamentos, os nascimentos continuaram a baixar e os óbitos, embora sub-representados, apontam para um movimento de subida. Além de outros factores, o declínio do Império português e a conseqüente perda de estabilidade económica a partir de 1630, assim como a Restauração da independência em 1640, guerra com Espanha, ataques ao Império e aos navios portugueses (Marques, 1995), poderão ter influenciado este comportamento.

Mas, embora as curvas dos baptizados e dos casamentos apresentem uma tendência semelhante no modo geral de evolução, nem sempre o aumento do número de casamentos foi acompanhado por um aumento do número de nascimentos.

À linha ascendente de casamentos entre 1687 e 1697 correspondeu uma linha descendente de nascimentos, talvez, em parte, influenciada pela saída de casais, aqueles que após o casamento e pelas mais variadas razões acabaram por se ausentar da freguesia. Por outro lado, nos finais do século XVII e início do século XVIII registou-se uma tendência de descida das curvas dos casamentos e nascimentos e também dos óbitos, aqui, sub-representada.

É possível admitir que a saída do país de um grande número de pessoas que se dirigiram para o Brasil (Marques, 1995) nos primeiros anos do século XVIII, tenha afectado negativamente a população da freguesia da Sé.

No século XVIII, após um curto movimento de subida simultânea no volume dos nascimentos casamentos e óbitos sensivelmente entre 1713 e 1723, o volume de casamentos e óbitos registados voltou a diminuir nas décadas de vinte e trinta, mas o volume de nascimentos continuou a aumentar, registando-se, na década de quarenta, uma tendência ascendente dos três movimentos, até ao final da observação. A elevação dos casamentos e nascimentos poderá, em parte, ter sido influenciada pelo florescimento económico que se deveu à descoberta e exploração do ouro do Brasil e à simultânea transformação do comércio externo português (Serrão, 1990).

Refira-se que, nesta análise comparativa entre o volume de casamentos e o volume de baptizados, não pudemos estabelecer uma relação directa de causalidade, ou seja, que o aumento ou diminuição do número de matrimónios provocaria, por si só, o aumento ou a diminuição do número de nascimentos. É necessário ter presente que se trata de uma freguesia da cidade de Lisboa, onde a mobilidade era intensa, devido ao seu poder de atracção. Alguns casais vinham à paróquia da Sé apenas contrair matrimónio, ou porque estavam de passagem ou pretendiam casar na paróquia de origem de um, ou de ambos os cônjuges, embora não tivessem aí a sua residência fixa. Os filhos destes casais iriam, por isso, nascer fora da freguesia. Por outro lado, à paróquia da Sé vinham também viandantes que aí celebravam o seu matrimónio e que, não sendo residentes na freguesia, os filhos certamente nasceriam fora da paróquia. Na freguesia casavam também alguns presos da cadeia do Aljube, dentro da própria prisão ou na igreja da Sé. O mesmo acontecia com as raparigas donzelas que se encontravam no Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia. Umás, casavam na Igreja da Misericórdia, outras, na Igreja da Sé, mas, de um modo geral, saíam para fora da freguesia após o casamento, algumas, possivelmente, para o local de residência dos maridos. Por isso, nem todos os que casavam na paróquia aí tinham os seus

filhos. Uma outra situação, algumas vezes referenciada nos registos paroquias, era a ausência dos maridos que tinham ido para Índia, Brasil, Cabo Verde, Minas, Tânger. Esta ausência acabava por se reflectir também nos nascimentos. Por outro lado, a freguesia da Sé era local de residência de muitas famílias vindas do exterior já depois do casamento, que aqui se fixavam definitiva ou temporariamente e nela tinham os seus filhos. Era uma paróquia aberta que recebia indivíduos não naturais por motivos de residência, trabalho, negócio e mesmo por motivos de guerra e embarque para Além-mar.

Em síntese, os movimentos dos baptismos, casamentos e óbitos, apesar dos últimos não terem sido registados na sua totalidade, apontam para uma evolução da população tendencialmente negativa, embora com alguns momentos de recuperação, mas cujos valores registados não voltaram a atingir os de 1620. Estamos perante a influência de diversos fenómenos que não pudemos quantificar pela impossibilidade de acompanhamento dos indivíduos desde o nascimento até à morte, devido à falta de registo contínuo de mortalidade dos menores de sete anos para o período analisado e, também, à intensa mobilidade geográfica. A compreensão destes comportamentos só seria possível através de uma inter-relação com a mortalidade e a mobilidade e com outras variáveis, não apenas demográficas, mas também económicas, biológicas, culturais e sociais, entre outras, que, juntamente, contribuíram para a evolução da população da freguesia da Sé.

Apesar das limitações apontadas, os capítulos sobre a análise demográfica ajudar-nos-ão a perceber algumas inter-influências que contribuíram para a evolução demográfica da freguesia da Sé, num período anterior ao terramoto de 1755.

III. NUPCIALIDADE

O casamento é um acto social, em princípio, decorrente da vontade dos nubentes, podendo ser também uma união conveniente, em que os familiares, geralmente os pais, decidiam no interesse de ambas as partes (Lebrun,1983). Além de acto jurídico, o casamento é ainda revestido da dignidade de sacramento para os católicos, ao qual Santo Agostinho atribuiu três bens: descendência; fidelidade e sagrado. Para S. Tomás de Aquino o casamento era o gerador de laços de parentesco que iriam permitir ao filho a integração na sociedade (Flandrin,1991). Nas sociedades de Antigo Regime, o casamento era regulamentado pela Igreja Católica e o objectivo fundamental do casamento era a procriação. Por outro lado, todo o acto sexual ocorrido fora dele, além de pecado mortal para a Igreja, era socialmente reprovado (Lebrun, 1983).

Até 1564, ano em que foram promulgados os decretos aprovados no Concílio de Trento, não era necessária a presença de um pároco nem das testemunhas para que o casamento fosse válido. No entanto, a igreja sempre tentou impor aos fiéis a obrigatoriedade de o publicitarem e desde muito cedo se decidiu que o casamento se realizava diante da porta da igreja e em tempo de concurso do povo. Mas, a partir do Concílio de Trento, o casamento só seria válido com a presença do pároco e de testemunhas, excepto em casos muito especiais, como em caso de morte, e os casamentos clandestinos passaram a ser severamente punidos. Contudo, a prática destes casamentos continuou e, no século XVII, ainda se tentavam fazer casamentos clandestinos (Pereira, 1990).

Por exemplo, nas visitas feitas à freguesia da Sé em 1627 e 1637 ainda se fazia referência a estes casamentos:

“(...) dentro de um dia depois que nesta Santa Igreja ou adro dela se cometer algum sacrilégio, ou nesta freguesia se fizer algum matrimónio clandestino o faça saber ao nosso Vigário Geral e Promotor para se proceder contra os culpados como requer a qualidade destes delitos por o prejudicial exemplo que resulta deles” (Pereira, 1990, pp.67-68).

Mas, além dos matrimónios clandestinos, outros comportamentos eram condenados pela igreja: os que se diziam casados mas não o eram, os que estavam jurados para casar e coabitavam durante muito tempo, continuando assim, perante a igreja, em pecado mortal. Pelas visitas feitas à freguesia da Sé, sabemos que, diante esta situação, o padre cura era obrigado a pedir certidões para justificar o estado de casados daqueles que o diziam ser e a participar aos visitantes ou ao vigário geral quem não tinha apresentado essa justificação. Aos que diziam estar desposados e jurados deveria avisar para se apartarem ou seriam declarados públicos excomungados.

No ano 1605, o visitador da freguesia da Sé, Gaspar de Abreu, advertia o pároco a pedir essas certidões:

“Quando fizer o rol dos confessados pedirá certidões autênticas aos casados forasteiros(...) porque se tem achado que muitos que com título falso de casados perseveram no estado de pecado mortal” (Pereira, 1990, p.40).

Nas visitas feitas à freguesia em 1606 e 1607, o padre cura voltou a ser avisado que teria que pedir cartas de casamento, caso se duvidasse de pessoas que fingiam ser casadas:

“(...) aos fregueses de suspeita que de outras freguesias se mudassem para esta, peça certidão de como se confessaram a Quaresma passada para com isso juntamente saber seus nomes próprios, pois é mui ordinário gente de mau viver mudar o nome para com isso encobrir seu mau estado” (Pereira, 1990, p.43).

Havia, de facto, uma preocupação da igreja em relação a estes comportamentos considerados desviantes e penas para os não cumpridores das normas de conduta social e religiosa face ao casamento que, para a Igreja, se traduzia na união indissolúvel entre homem e mulher, em face da Igreja, na presença de testemunhas e com a intervenção de um padre que os recebia por marido e mulher, dando origem a um novo núcleo familiar e ao início de um novo processo reprodutivo (Lebrun, 1983). Assim organizada e controlada, a reprodução biológica das populações estava socialmente assente no casamento, no interior do qual ocorria a maioria dos nascimentos.

Daí, a importância do estudo da nupcialidade, variável microdemográfica, cujo aumento ou diminuição, contribui indirectamente para a modificação do estado da população, através da natalidade (Nazareth, 1988). Sendo a menos natural das variáveis que caracterizam o sistema demográfico, o crescente interesse pelo estudo deste comportamento por parte da Demografia Histórica, deve-se aos trabalhos de Hajnal (1965). Este, identificou a existência de um modelo regional de casamento na Europa pré-industrial, caracterizado por um celibato definitivo relativamente elevado, associado a uma idade tardia de acesso ao primeiro casamento, tanto para homens como para mulheres. Esta especificidade de casamento contrastava com o regime de matrimónio da Europa Oriental, onde o casamento era precoce e quase universal para ambos os sexos, acompanhado por um celibato definitivo igualmente baixo. Por outro lado, na Europa Meridional, os comportamentos matrimoniais revelaram-se bastante heterogéneos. Mas, Hajnal

considerava que, perante a inexistência de um controlo da fecundidade entre as mulheres casadas, um regime matrimonial como o que existiu na Europa Ocidental de Antigo Regime, teria exercido uma forte influência na limitação dos nascimentos. A importância do atraso no acesso ao matrimónio foi por ele salientada como elemento determinante na dinâmica dos sistemas demográficos da Europa Ocidental.

O papel da nupcialidade como reguladora da população foi também defendido por J. Dupâquier (1984) que, a partir do exemplo da tradicional sociedade agrária francesa, defendeu a existência de um sistema auto-regulador que funcionava ao nível dos grupos domésticos. Estes correspondiam à família conjugal, onde se articulavam a economia, a sociedade, a demografia e a biologia. Este mecanismo era produzido pela própria sociedade e fundamentava-se num sistema de reprodução de famílias, estabelecendo-se um contínuo equilíbrio entre subsistência e população.

Com Robert Rowland (1997), defende-se a especificidade de comportamentos matrimoniais de cada população, a existência de uma diversidade regional dos regimes matrimoniais e uma estabilidade desses padrões regionais. Sendo a nupcialidade a menos natural das variáveis que caracterizam o sistema demográfico e a mais sujeita a interferências por parte do contexto económico e social, torna-se necessário a delimitação espacial e temporal dos vários modelos de regimes matrimoniais de modo a podermos conhecer as características das populações do passado e as suas inter-relações. Sugere, contudo, a predominância dos factores culturais sobre os factores económicos na determinação dos comportamentos matrimoniais. Ao referir-se à Península Ibérica, e em particular a Portugal, este autor destaca ainda a especificidade de cada período de observação, especialmente nos séculos XVI a XVIII, e a diversidade das idades médias ao casamento, que tanto se podiam aproximar das da Europa Oriental como das da Europa Ocidental. Mas, sendo o Mediterrâneo diferente do Noroeste da Europa, e com

comportamentos heterogéneos, seriam necessários estudos comparados para se poder falar de um modelo mediterrânico.

De facto, esta diversidade regional justifica, por si só, uma análise regional e comparada. Num período anterior à difusão de métodos anti-concepcionais, em que os nascimentos ocorriam maioritariamente dentro do casamento, a maior ou menor dimensão das famílias dependia, entre outros factores, da idade com que as mulheres contraíam o primeiro matrimónio, sendo, por isso, importante o estudo da nupcialidade. Por outro lado, alguns estudos micro-demográficos já realizados para alguns pontos do país, tendo por base os dados de paróquias reconstituídas, mostraram comportamentos diversificados face à nupcialidade, como as idades médias ao primeiro casamento, diferenças de idades entre os nubentes celibatários, entre outros⁹.

Para a freguesia da Sé, poderemos questionar até que ponto os comportamentos de nupcialidade da sua população reflectiam a influência do contexto económico, social e cultural da época, e mesmo da sua situação geográfica privilegiada, inserida numa cidade como Lisboa, capital do Reino, com um porto onde em cada ano entravam inúmeras naus e caravelas de todas as partes da Cristandade (Brandão, 1552) e que através do rio mantinha contactos com outras partes do Reino e de Além-mar, como Espanha, Índia, Brasil, Cabo Verde e tantos outros lugares. Cidade assente no comércio de uma diversidade de produtos e onde, no século XVI, mercadores alemães, italianos, flamengos, ingleses, espanhóis e outros, disputavam as mercadorias do comércio oriental. Cidade onde chegava gente de todo o Reino. Uns ficavam, outros partiam, mesmo para lugares longínquos como Índia, Brasil e América espanhola.

⁹ Utilizaremos alguns desses resultados na comparação com resultados obtidos para a paróquia da Sé de Lisboa.

Assim, sendo o casamento essencial para a procriação nas sociedades do Antigo Regime, e à semelhança de outros trabalhos já realizados em Demografia Histórica, começámos pelo estudo da Nupcialidade, variável demográfica que, em parte, condiciona a variável Fecundidade.

Partindo da base de dados da paróquia reconstituída começámos por observar a distribuição mensal e semanal dos casamentos. Passámos depois à observação da idade média ao primeiro casamento feminino e masculino, estado civil e naturalidade dos nubentes. Abordámos, ainda, através dos poucos casos conhecidos, comportamentos dos viúvos e viúvas face a um ulterior matrimónio. Saliente-se que, o escasso número de casos por vezes identificados, que se deve sobretudo à intensa mobilidade geográfica da população da freguesia da Sé, ao longo de todo o período analisado, inviabilizou o estudo de certos comportamentos face à nupcialidade, bem como a generalização de determinados comportamentos. Por outro lado, o reduzido volume de indivíduos com profissões, cargos e títulos conhecidos inviabilizou uma abordagem desses comportamentos, em função dos diferentes grupos sociais.

1. Distribuição mensal dos casamentos

Os costumes próprios de cada população, as tradições, assim como também a religião, o género de vida e os meios económicos determinam em grande parte a escolha da época do ano para a realização dos casamentos (Mols, 1954).

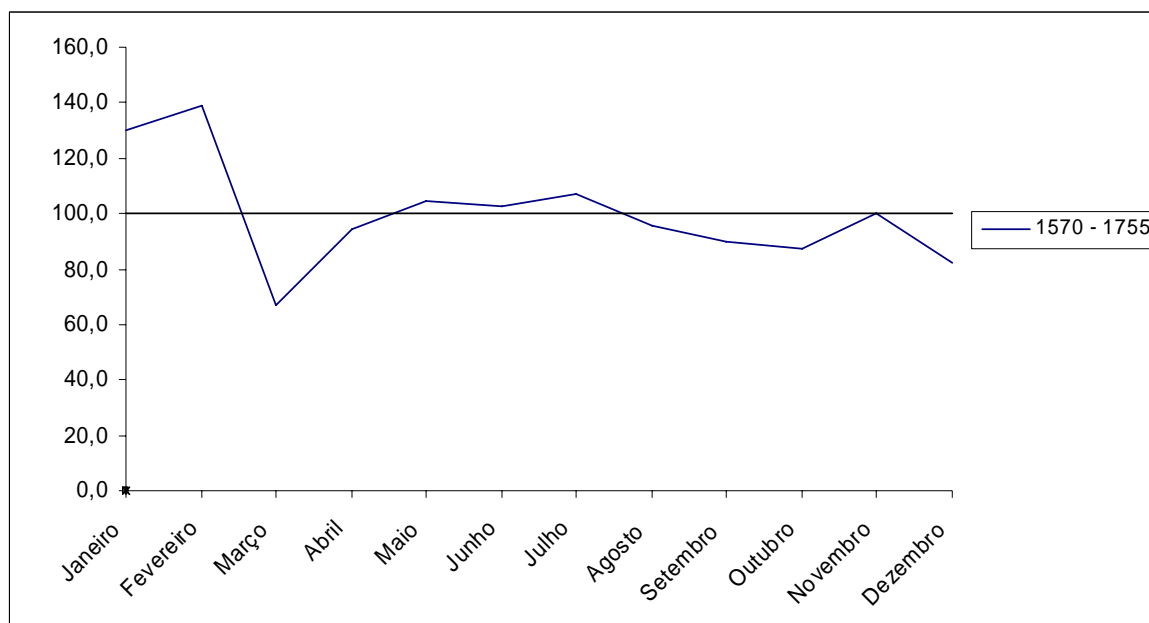
Ao estudarmos a nupcialidade de uma freguesia urbana da cidade de Lisboa, procurámos observar em que medida os factores religiosos e a diversidade de actividades económicas exercidas pela sua população influenciaram ou não a distribuição dos matrimónios ao longo dos meses do ano. Para conhecermos quais as preferências dos

noivos relativamente à escolha dos meses do ano para as celebrações matrimoniais começámos por analisar a globalidade do período, 1570-1755, passando depois a uma análise detalhada desses comportamentos em sub-períodos distintos.

Quadro 5
Distribuição mensal dos casamentos
1570-1755

Meses	Obs.	Índice (100)
Janeiro	938	130,0
Fevereiro	912	138,7
Março	481	66,6
Abril	661	94,6
Maio	754	104,5
Junho	718	102,8
Julho	771	106,8
Agosto	692	95,9
Setembro	630	90,2
Outubro	632	87,6
Novembro	698	99,9
Dezembro	595	82,4

Gráfico 5
Distribuição mensal dos casamentos
Evolução do comportamento (índices)
1570-1755



Pela observação do quadro e gráfico 5, representativo desses comportamentos, entre 1570 e 1755, é possível visualizar uma maior concentração de matrimónios nos meses de Fevereiro e Janeiro, seguindo-se os meses do início do Verão e do final da Primavera: Julho, Maio e Junho, todos com índices superiores ao índice médio. O mês de Março foi o menos preferido para as celebrações matrimoniais, com uma descida bastante acentuada do volume de casamentos, o que traduz uma conformidade da população da freguesia da Sé relativamente às recomendações da Igreja Católica relacionadas com o respeito pela Quaresma. Este comportamento de carácter religioso repetiu-se no mês de Dezembro, com uma diminuição da frequência dos casamentos, embora menor do que a observada no período da Quaresma, o que reflecte uma menor observância das determinações religiosas durante o tempo do Advento. Dezembro ocupou, assim, a segunda posição entre os meses menos procurados pelos noivos para a celebração das bodas nupciais.

Verificou-se ainda que em Fevereiro e Abril e depois em Novembro e Janeiro, meses imediatamente anteriores e posteriores a esses tempos interditos, a frequência de matrimónios aumentou. Repare-se que os maiores índices de casamentos registados entre 1570 e 1755, verificaram-se em Fevereiro e Janeiro, meses que se seguem ao período do Advento e anteriores ao período da Quaresma, período de reflexão e penitência, em que a Igreja Católica restringia os casamentos, e durante o qual todos os divertimentos públicos deveriam ser evitados (Lebrun, 1983).

Sabemos que os noivos que casavam no período da Quaresma e do Advento só posteriormente recebiam as bênçãos matrimoniais, interditas durante esses períodos.

Foi o caso de Afonso Soares da Fonseca e dona Catarina de Resende, filha do desembargador Nuno Vaz Fialho. A noiva estava recolhida no Recolhimento das donzelas da Misericórdia, detrás de Santo António, e daí casou. O casamento foi celebrado no tempo da Quaresma, na igreja da Sé, a 11 de Março de 1637, mas, tal como outros casais que

celebraram matrimónio no tempo interdito da Quaresma e do Advento, não receberam as bênçãos matrimoniais, indicação que costumava ser registada nos assentos de casamento pelos curas da paróquia da Sé: “*não receberam as bênçãos matrimoniais, por ser Quaresma*”; “*não receberam as bênçãos matrimoniais por ser Advento*”; “*não receberam as bênçãos por ser no tempo proibido*”.

Além destes imperativos religiosos, outras motivações levariam os nubentes a optar por determinados meses do ano em detrimento de outros, para as celebrações matrimoniais. Certamente que a escolha do mês para casar não seria indiferente a pressões relacionadas com as actividades económicas, não apenas agrícolas, pois Lisboa estava rodeada de infinitas e riquíssimas quintas (Nicolau de Oliveira, 1991), mas também com as intensas actividades portuárias relacionadas com a chegada e partida de barcos, cargas e descargas de mercadorias e actividades piscatórias, numa altura em que Lisboa ocupava um lugar de destaque, devido ao comércio marítimo. Por exemplo, Villalba (2002) refere que era habitualmente no mês de Março, que as naus anualmente partiam de Lisboa para as Índias, para apanharem o bom tempo, porque, quando partiam mais tarde, não podiam passar às Índias por causa dos ventos contrários. Admite-se a realização de casamentos antes da partida de noivos e seus familiares para essas terras longínquas.

Por outro lado, a menor frequência de casamentos entre Agosto e Novembro e a preferência por um período entre Maio e Julho, meses do final da Primavera e início do Verão, poderão dever-se a constrangimentos relacionados com as actividades económicas. Se, tal como François Lebrun (1983), admitirmos que as pessoas casavam-se muito pouco nos períodos de grandes trabalhos e muito imediatamente antes desses períodos, os meses de maior ocupação em actividades laborais, quer marítimas, quer relacionadas com as

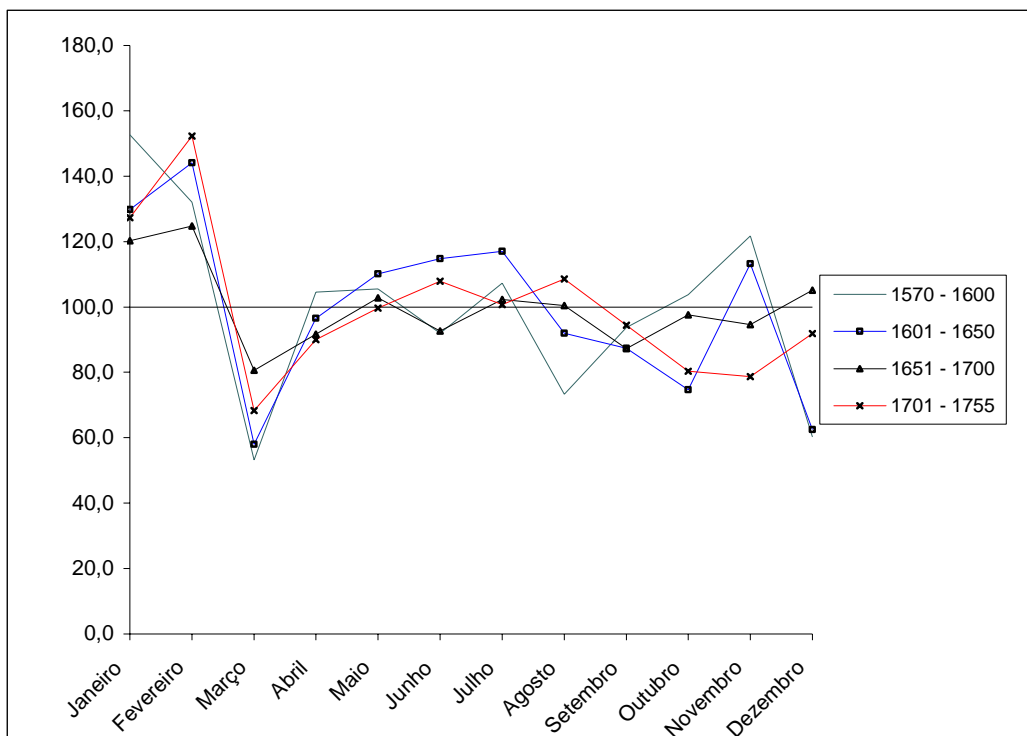
actividades agrícolas, como a ceifa, as vindimas, a preparação da terra para as sementeiras e outras, seriam possivelmente já depois do início do Verão e até ao final do Outono.

Para uma análise mais pormenorizada das possíveis influências, quer religiosas quer das actividades económicas, na escolha dos meses do ano para as celebrações matrimoniais, e de modo a identificarmos algumas diferenças comportamentais durante um período de cento e oitenta e cinco anos, que se estende desde meados do século XVI até meados do século XVIII, procedemos a uma análise repartida em quatro sub-períodos distintos: 1570-1600; 1601-1650; 1651-1700 e 1701-1755.

Quadro 6
Distribuição mensal dos casamentos
Evolução do comportamento

Meses	1570-1600		1601-1650		1651-1700		1701-1755	
	Obs.	Índice(100)	Obs.	Índice(100)	Obs.	Índice(100)	Obs.	Índice(100)
Janeiro	175	152,7	264	129,8	255	120,3	244	127,3
Fevereiro	138	132,1	267	144,0	241	124,7	266	152,3
Março	61	53,2	118	58,0	171	80,6	131	68,4
Abril	116	104,6	190	96,5	188	91,6	167	90,0
Maió	121	105,5	224	110,1	218	102,8	191	99,7
Junho	102	91,9	226	114,8	190	92,6	200	107,8
Julho	123	107,3	238	117,0	217	102,3	193	100,7
Agosto	84	73,3	187	91,9	213	100,5	208	108,5
Setembro	104	93,7	172	87,4	179	87,2	175	94,4
Outubro	119	103,8	152	74,7	207	97,6	154	80,4
Novembro	135	121,7	223	113,3	194	94,5	146	78,7
Dezembro	69	60,2	127	62,4	223	105,2	176	91,8
Total	1347	1200	2388	1200	2496	1200	2251	1200

Gráfico 6
Distribuição mensal dos casamentos
Evolução do comportamento
Índices



Como se pode verificar pela leitura do quadro e gráfico 6, os comportamentos face à escolha dos meses do ano para a realização dos casamentos foram bastante semelhantes aos observados para o período global, 1570-1755.

Os baixos índices registados em Março e Dezembro parecem indicar que a condicionante religiosa se manteve constante em cada um dos sub-períodos observados. Contudo, no que respeita ao mês de Dezembro, elevaram-se os índices de nupcialidade a partir da segunda metade do século XVII, nomeadamente entre 1651 e 1700. Neste período, Dezembro foi o terceiro mês mais escolhido para as celebrações matrimoniais, parecendo indicar uma menor observância das determinações religiosas relacionadas com o Advento.

Em todos os sub-períodos, os meses de Fevereiro e Janeiro continuaram a ser particularmente favoráveis à realização de casamentos, assim como o período entre o final da Primavera e o início do Verão. Depois, de um modo geral, até ao final do Outono, a frequência de casamentos diminuiu, embora em 1570-1600 o índice de matrimónios tivesse aumentado logo no mês de Outubro.

Sabemos, por exemplo, que em meados do século XVI, na grande e abundante feira semanal do Rossio que se realizava em cada oito dias (Nicolau de Oliveira, 1991), a quantidade de mercadores aumentava entre Setembro e o final de Abril, porque depois das colheitas todos tinham mais dinheiro para comprar. Compravam-se roupas necessárias para o tempo de Inverno e o necessário para a festa do Natal e da Páscoa. Por outro lado, aqueles que iam para a Índia, também aí se abasteciam de produtos necessários para levarem consigo nas naus (Buarcos, 1552, p.83).

O aumento da frequência de matrimónios a partir do final do Outono e no Inverno, leva-nos também a sugerir uma possível relação entre a subida dos matrimónios e o facto de nesta altura do ano as pessoas, além de se encontrarem libertas dos trabalhos das colheitas, terem mais dinheiro para a celebração das bodas matrimoniais. Por outro lado, era antes do final de Abril que partiam nas naus, aqueles que iam para a Índia.

Em síntese, a observação da repartição dos casamentos pelos meses do ano, parece mostrar que a obrigação de respeitar o *tempus feriarum*, definido pela Igreja Católica no Concílio de Trento em 1563, era cumprida na freguesia da Sé, sobretudo durante o período da Quaresma, indiciando, assim, uma associação entre a religiosidade e a sazonalidade dos casamentos. Observou-se ainda que a maior concentração de casamentos se registou no Inverno, nos meses de Fevereiro e Janeiro. Os meses do final da Primavera e início do Verão foram também bastante procurados. A diminuição do número de casamentos

registada na segunda metade do ano, sugere a influência de uma maior intensidade das actividades marítimas e agrícolas, durante esse período.

1.1. Comparação da distribuição mensal dos casamentos com outras paróquias

Dispondo de alguns dados relativos às Mercês e Santiago, paróquias da cidade de Lisboa reconstituídas através da *Metodologia de Reconstituição de Paróquias*¹⁰, e de modo a identificarmos eventuais semelhanças e diferenças relativamente à escolha dos meses para as celebrações matrimoniais, começámos por comparar a sazonalidade dos casamentos observada na freguesia da Sé de Lisboa em períodos correspondentes à segunda metade do século XVII e à primeira metade do século XVIII, com a observada para os mesmos períodos nessas freguesias de Lisboa, passando, depois, à comparação com paróquias de outros pontos do país.

¹⁰ Estas paróquias integram o projecto *Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da população de Lisboa: séculos XVI até ao terramoto de 1755*, já atrás referenciado, e todos os dados por nós utilizados referentes a essas paróquias foram gentilmente cedidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Quadro 7
Distribuição mensal dos casamentos
Comparação entre paróquias de Lisboa
(Índices)

Meses	1651-1700		1701-1755		1700-1755
	Sé	Mercês	Sé	Mercês	Santiago
Janeiro	120,3	15,6	127,3	41,7	144,1
Fevereiro	124,7	257,1	152,3	229,0	158,1
Março	80,6	171,8	68,4	208,7	76,6
Abril	91,6	64,6	90,0	43,1	93,1
Mai	102,8	109,3	99,7	83,5	148,6
Junho	92,6	64,6	107,8	172,5	88,4
Julho	102,3	93,7	100,7	69,6	108,1
Agosto	100,5	78,1	108,5	41,7	94,6
Setembro	87,2	32,3	94,4	28,8	74,5
Outubro	97,6	125,0	80,4	125,2	67,6
Novembro	94,5	16,1	78,7	100,6	69,8
Dezembro	105,2	171,8	91,8	55,6	76,6

Pela observação do quadro 7, verifica-se que, em ambos os períodos de análise, aos mínimos registados no mês de Março na freguesia da Sé, correspondem elevados índices de casamento na freguesia das Mercês, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Nesta paróquia lisboeta, o mês de Março registou a segunda posição, logo a seguir a Fevereiro, relativamente às preferências dos nubentes para a realização dos matrimónios, comportamento que parece apontar para uma menor observância do tempo interdito da Quaresma, quando comparado com a freguesia da Sé.

Na freguesia de Santiago, o índice registado no mês de Março, no período correspondente à primeira metade do século XVIII, aponta para uma observância dos tempos interditos da Quaresma, embora menor do que na freguesia da Sé.

Relativamente ao mês de Dezembro, na segunda metade do século XVII, foi notória a frequência de casamentos na freguesia da Sé e sobretudo na freguesia das Mercês. O Advento não parece ter tido aí grande significado, durante esse período.

Nos períodos correspondentes à primeira metade do século XVIII, os baixos índices de casamento registrados em Dezembro, nas três freguesias de Lisboa, parecem indicar uma mudança de atitude que se traduziu numa maior observância do tempo do Advento, comparativamente com o período anterior. Observância que parece ter sido maior na freguesia das Mercês e menor na freguesia da Sé.

Nas três paróquias da cidade de Lisboa e em ambos os períodos observados, Fevereiro foi o mês com maiores índices de casamentos celebrados. Janeiro foi bastante escolhido nas freguesias da Sé e Santiago, e pouco escolhido na freguesia das Mercês.

Na freguesia da Sé, em ambos os períodos de análise, os casamentos foram menos frequentes entre Setembro e Novembro, isto é, no final do Verão e no Outono. Na freguesia das Mercês casou-se menos durante a época de Verão, entre Junho e Setembro. Na freguesia de Santiago, no período correspondente à primeira metade do século XVIII, foi depois do início do Verão e até ao início do Inverno, entre Agosto e Dezembro, que menos casamentos se realizaram.

Em síntese, com base nos dados que dispomos para as três paróquias reconstituídas da cidade de Lisboa, parece poder concluir-se que o tempo da Quaresma foi respeitado nas freguesias da Sé e Santiago, mas não parece ter tido tanto significado na freguesia das Mercês.

Relativamente ao tempo do Advento, a elevada frequência de casamentos registada no mês de Dezembro na freguesia da Sé e sobretudo na freguesia das Mercês, na segunda metade do século XVII, aponta para uma reduzida observância desse tempo interdito, durante esse período. Nos períodos correspondentes à primeira metade do século XVIII, o tempo do Advento parece ter sido mais observado em todas as freguesias analisadas.

No que se refere aos meses menos procurados para as celebrações matrimoniais, nas freguesias da Sé e Santiago, casava-se menos a partir do final do Verão e no Outono. Na freguesia das Mercês, o Verão foi a estação do ano menos escolhida para as celebrações matrimoniais. Em ambos os períodos de análise, Abril e Setembro foram meses pouco favoráveis à realização de matrimónios, nas três freguesias de Lisboa.

Para analisarmos a maior ou menor observância das recomendações feitas pela Igreja Católica relativamente à restrição dos casamentos nos meses da Páscoa e do Natal, por parte dos noivos da paróquia da Sé de Lisboa, elaborámos o quadro 8 que nos mostra o comportamento dos noivos nos meses da Quaresma e do Advento em paróquias de outras regiões do país, em períodos que se situam entre os séculos XVI e XIX.

Quadro 8
Sazonalidade dos casamentos
Comparação entre paróquias
(Índices)

Períodos	Região	Paróquias	Março	Dez.	Fontes
1570-1755	Estremadura	Sé (Lisboa)	66,6	82,4	Reg. Paroquiais
1700-1799	Algarve	Conceição (Tavira)	29,02	19,74	Pinto, 1996
1584-1699 Antes de 1820	Açores	Angra Sul do Pico	20 29	9,7 39	Mesquita, 2004 Amorim, 1992
1607-1819 1638-1749 1660-1809 Antes de 1820	Minho	Barcelinhos Romarições S. Martinho de Avidos Guimarães	66 54 37 64	56 44 68 94	Faria, 1998 Santos, 1998 Paiva, 2001 Amorim, 1992
1656-1849 Antes de 1820	Trás-os-Montes	Palaçoulo Transmontana	27 91	29 104	Raposo, 2000 Amorim, 1992
1590-1759	Beira Litoral	Cortegaça	61	88	Gomes, 1998

Constatamos que as interdições religiosas relativas ao tempo da Quaresma foram mais respeitadas nas paróquias açoreanas de Angra e Sul do Pico, na paróquia algarvia de

Tavira e noutras paróquias do norte do país, comparativamente com a paróquia da Sé de Lisboa. O comportamento observado nesta paróquia de Lisboa foi semelhante ao observado em Barcelinhos, Guimarães e Cortegaça, paróquias do norte do país.

Quanto ao período do Advento, a observância foi maior nas paróquias dos Açores e na paróquia algarvia de Conceição de Tavira, e também em Palaçoulo, na região de Trás-os-Montes. O comportamento observado na paróquia da Sé de Lisboa face ao Advento, foi semelhante ao da paróquia de Cortegaça, na Beira Litoral.

Em França, por exemplo, num estudo feito para a população de Meulan nos séculos XVII e XVIII, os dois grandes pontos de concentração de casamentos foram Fevereiro e Novembro. Também aí se casava antes da Quaresma e do Advento, períodos de interdição religiosa (Lachiver, 1969).

Em síntese, o maior ou menor rigor na observância dos interditos religiosos recomendados pela Igreja Católica relativamente ao tempo da Quaresma e do Advento foi diferente cosoante as paróquias e os períodos observados.

2. Distribuição Semanal dos Casamentos

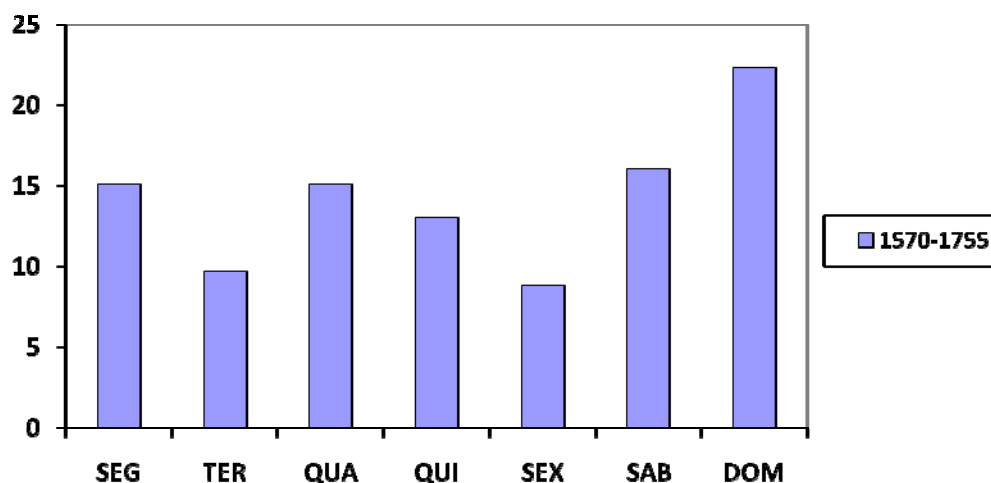
Nos séculos XVII e XVIII, muitos bispos lembravam os fiéis que era lícito casar em qualquer dia da semana, excepto aos Domingos e dias de Festa, pelo facto dos párocos se encontrarem ocupados com as missas dominicais, mas também, porque sendo o Domingo considerado pela Igreja Católica o Dia do Senhor, não deveria ser profanado com divertimentos próprios dos casamentos (Lebrun, 1983).

Para a freguesia da Sé de Lisboa, e começando pelo período global que se situa entre meados do século XVI e a primeira metade do século XVIII, procurámos saber quais os dias da semana mais escolhidos pelos noivos para a celebração das uniões matrimoniais.

Quadro 9
Distribuição semanal dos casamentos
(valores absolutos e proporcionais)
1570-1755

Dias	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
Obs.	1281	824	1279	1101	750	1356	1891	8482
%	15,1	9,7	15,1	13	8,8	16	22,3	100

Gráfico 7
Distribuição semanal dos casamentos
%
1570-1755



Constatou-se que, para o período global de 1570-1755, representado no quadro 9 e gráfico 7, 22,3% dos casamentos contraídos na paróquia da Sé de Lisboa foram celebrados ao Domingo, dia de descanso das tarefas laborais, permitindo, talvez, mais facilmente a participação dos convidados na cerimónia e boda nupcial. Imediatamente a seguir, entre os dias preferidos para as celebrações matrimoniais, encontram-se o Sábado, Segunda e Quarta-feira. Em posição oposta, talvez por lembrar a morte de Cristo e não se poder

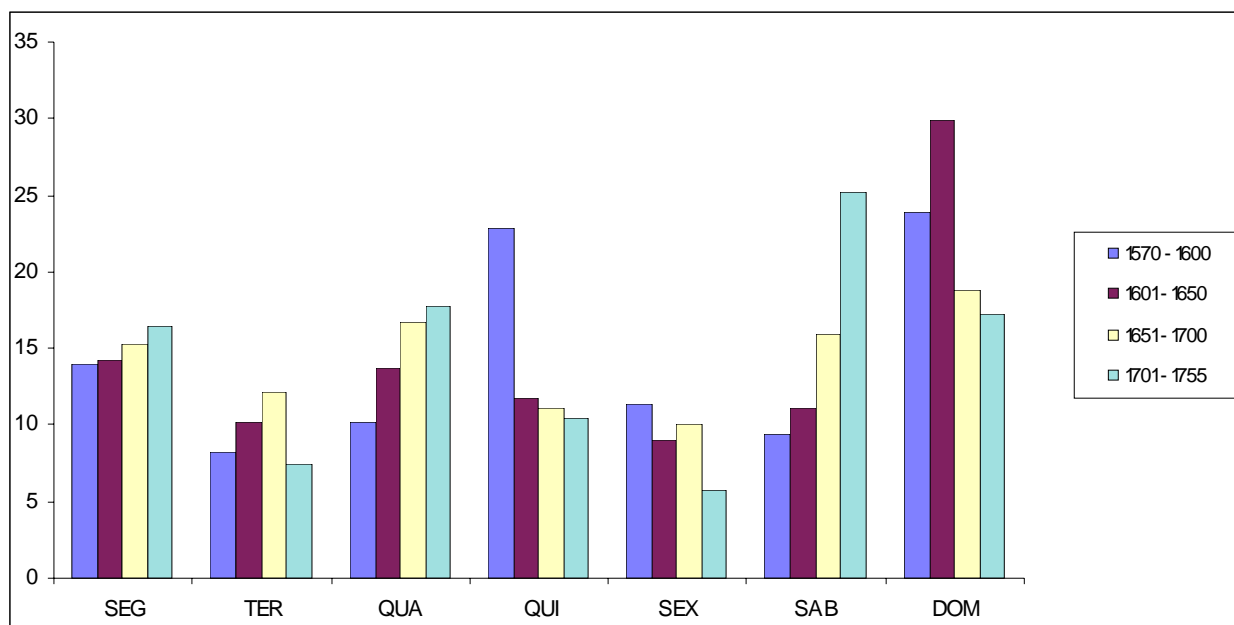
comer carne, aparece a Sexta-feira, com a menor frequência de casamentos observados ao longo de todo o período, seguindo-se a Terça-feira. Estudos feitos para França, revelaram que, também aí, poucos casamentos eram celebrados à Sexta-feira (Lebrun, 1983).

No caso da freguesia da Sé de Lisboa, uma observação mais detalhada por sub-períodos, representada no quadro 10 e gráfico 8, permite-nos apontar a existência de algumas diferenças, comparativamente com o período na sua globalidade.

Quadro 10
Distribuição semanal dos casamentos
(valores absolutos e proporcionais)

Períodos	Segunda		Terça		Quarta		Quinta		Sexta		Sábado		Domingo		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
1570-1600	188	14	111	8,2	137	10,2	308	22,9	154	11,4	127	9,4	322	23,9	1347	100
1601-1650	341	14,3	244	10,2	327	13,7	282	11,8	215	9	266	11,1	713	29,9	2388	100
1651-1700	383	15,3	302	12,1	417	16,7	277	11,1	252	10,1	396	15,9	469	18,8	2496	100
1701-1755	369	16,4	167	7,4	398	17,7	234	10,4	129	5,7	567	25,2	387	17,2	2251	100

Gráfico 8
Distribuição semanal dos casamentos
%



Repare-se que, no sub-período de 1570-1600, logo a seguir ao Domingo, aparece a Quinta-feira, entre os dias em que mais casamentos eram celebrados. Também na primeira metade do século XVIII, a preferência foi para o Sábado, aparecendo o Domingo na terceira posição, logo a seguir à Quarta-feira.

Mediante a observação do quadro 11, podemos ainda observar para outras paróquias do país, quais os dias de maior e menor preferência dos noivos para a celebração da cerimónia do casamento, em períodos que se situam entre meados do século XVI e meados do século XIX .

Quadro 11
Comparativo da distribuição semanal dos casamentos
%

Períodos	Paróquias	Seg	Ter	Quar	Quin	Sex	Sáb	Dom	Fonte
1570-1755	Sé de Lisboa	15,1	9,7	15,1	13	8,8	16	22,3	Registos Paroquiais
1593-1850	Meadela (Minho)	17,9	2,7	19,8	9,6	3,5	14,4	32,1	Solé, 2001
1656-1849	Palaçoulo (Trás-os-Montes)	21,9	8,6	18,9	14,4	6,9	8,6	20,8	Raposo, 2000
1584-1699	Angra (Açores)	25,02	7,72	9,84	7,77	4,16	7,28	38,21	Mesquita, 2004

Verifica-se que, tal como na freguesia da Sé de Lisboa, o Domingo foi o dia mais escolhido para as festas nupciais. O Sábado posicionou-se entre os dias menos escolhidos em Angra nos Açores, e em Palaçoulo, paróquia de Trás-os-Montes, sendo, contudo, bastante escolhido pelos noivos da paróquia da Sé de Lisboa, sobretudo à medida que se avançava para o século XVIII. Se exceptuarmos o Sábado, o comportamento observado em Angra foi o que mais se aproximou do observado na freguesia da Sé de Lisboa: Domingo, Segunda, Quarta e Quinta-feira, posicionaram-se entre os dias mais escolhidos para as celebrações matrimoniais. Entre os dias menos escolhidos, estão a Terça e a Sexta-feira.

Em síntese, desta observação parece poder concluir-se que entre meados do século XVI e meados do século XIX, nas paróquias observadas para diferentes pontos do país, embora em períodos não coincidentes, o Domingo, a Segunda e a Quarta-feira foram dias muito procurados para a celebração dos casamentos. Entre os dias menos procurados encontram-se a Terça e a Sexta-feira, apontados como dias aziagos. Superstição ainda presente em comunidades rurais do interior transmontano (Mesquita, 2004).

Na paróquia da Sé de Lisboa, através da naturalidade dos nubentes, foi possível observar que muitos casamentos aí realizados foram entres nubentes naturais de diversos pontos do país, que certamente tinham interiorizados os costumes e superstições vividos nos seus locais de origem. Muitos noivos eram oriundos de outros locais e não residentes na paróquia, sendo, no entanto, necessário um alvará de licença para a celebração do casamento, justificado pelo facto de não serem naturais da paróquia e anotado no registo de casamento.

3. Idade média ao primeiro casamento

No Antigo Regime, o casamento era uma união indissolúvel entre homem e mulher, contudo, sujeita a diversas influências, nomeadamente de natureza social, económica e cultural. Como refere François Lebrun para a França do Antigo Regime, toda a vida social e económica era organizada em função do casal, segundo uma repartição tradicional de tarefas. Mas, para casar, teria de ser economicamente possível ao casal assegurar o seu próprio sustento e dos filhos que nascessem dessa união. Entre outros factores, a morte desempenhava um papel importante na constituição de novas famílias através do casamento, não só, porque a morte de um familiar, nomeadamente o pai, poderia assegurar

economicamente a possibilidade de manter essa nova família, mas também para reconstituir a comunidade dissolvida, razão pela qual o número de casamentos aumentava a seguir às grandes crises de mortalidade (Lebrun, 1983).

Sabe-se que as crises de mortalidade ou as crises económicas podem afectar o acesso ao casamento (Amorim, 1991). Mas, além da mortalidade e de outras influências de natureza sócio-económica e cultural, a nupcialidade é uma variável demográfica também influenciada pela mobilidade e condiciona, por si mesma, a renovação das gerações. Assim, sendo a idade média ao primeiro casamento um dos indicadores mais importantes no estudo desta variável e sabendo-se que nas sociedades de Antigo Regime a maior parte dos nascimentos ocorria no interior do casamento, é importante conhecer a idade média com que se casava pela primeira vez, sobretudo das mulheres. Interessa-nos, por isso, conhecer o comportamento precoce ou tardio face ao primeiro casamento, podendo, em períodos anteriores à difusão dos métodos de controlo dos nascimentos, o número de filhos por casal ser maior ou menor consoante a idade em que contraiu matrimónio, facilitando ou dificultando a restituição dos efectivos populacionais (Amorim, 1980).

Assim, recorrendo primeiro a uma análise transversal (Amorim, 1992), por décadas, começámos por calcular a idade média ao primeiro casamento para homens e mulheres que casaram com mais de 12 anos e menos de 50 anos. Deixámos passar os primeiros cinquenta anos em observação, idade estabelecida para o celibato definitivo, e observámos a idade média ao primeiro matrimónio dos nubentes que casaram na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1620 e 1755.

Numa outra análise de natureza longitudinal (Amorim, 1992), observámos grupos de gerações. Excluimos as gerações nascidas nos últimos cinquenta anos do período de observação, o que nos permitiu acompanhar o comportamento das gerações nascidas em cada grupo de dez anos, desde 1570 até 1699.

Como nos registos de casamento não era dada a indicação da idade ao matrimónio, o cálculo da idade média foi efectuado apenas para os nubentes com data de nascimento e casamento conhecidas, reduzindo, por isso, o número de observações possíveis.

A escassez de elementos de natureza sociológica inviabilizou o cálculo da idade média ao primeiro casamento por grupos sociais.

3.1. Idade média ao primeiro casamento para os que casaram entre 1620 e 1755

A observação das idades médias ao primeiro casamento masculino e feminino, por décadas, dos que casaram na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1620 e 1755, levou-nos a constatar que as mulheres casavam bastante jovens e com idades inferiores às dos homens. Durante esse período, as idades médias femininas de acesso ao primeiro casamento oscilaram entre os 18,8 anos, na década de 1660-1669, e os 24,6 anos, na década de 1750-1755. Nos homens, os valores oscilaram entre os 20,9 anos, na década de 1630-1639, e os 31,9 anos, na década de 1680-1689. A média para a totalidade do período situou-se nos 25,9 anos nos homens e nos 21 anos nas mulheres, casando estas, em média, cerca de cinco anos mais novas do que eles.

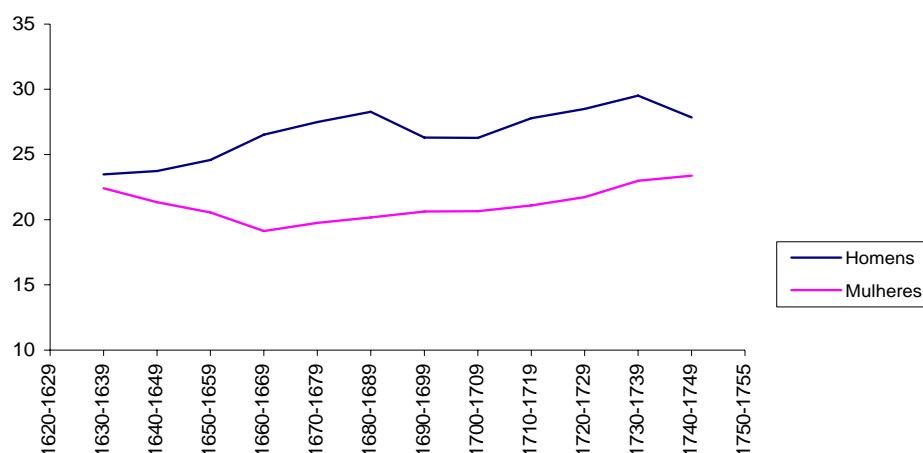
A análise por sub-períodos, representada no quadro 12, confirma a precocidade feminina no acesso ao matrimónio e um distanciamento em relação às idades médias com que os homens acediam ao primeiro casamento.

Quadro 12
Idade média ao primeiro casamento
(casamentos realizados entre 1620-1755)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Obs.	Média	Mediana	Obs.	Média	Mediana
1620-1664	36	23,6	22	195	21,5	20
1665-1709	44	26,4	23	168	19,8	19
1710-1755	46	27,2	26	188	21,6	20
1620-1755	126	25,9	23	551	21	19

O distanciamento entre as idades médias masculinas e femininas de acesso ao primeiro matrimónio é bem visível através da representação gráfica das médias móveis de três décadas, gráfico 9, que correspondem às observações decenais, onde se pode nitidamente observar uma relativa elevação da idade média masculina que, embora não muito demarcada nas primeiras décadas de observação e acompanhada por uma descida na idade média feminina até cerca de 1660-1669, evoluiu de modo a provocar um afastamento contínuo entre a idade média masculina e feminina, mais nítido sobretudo a partir da segunda metade do século XVII e até por volta de 1680-1689. A partir do início do século XVIII, verificou-se uma aproximação entre as idades médias dos noivos que contraíram casamento na freguesia da Sé de Lisboa.

Gráfico 9
Idade média ao primeiro casamento
Casamentos realizados entre 1620-1755
(médias móveis de 3 décadas)



O distanciamento entre os comportamentos masculinos e femininos foi sempre visível ao longo de todo o período de observação. Quanto às maiores e menores diferenças de idades entre homens e mulheres que casaram pela primeira vez, observou-se a maior proximidade de idades médias ao matrimónio nos casamentos realizados até cerca de 1659, com as mulheres a casar com uma idade média que se situou à volta dos 22 anos e os homens por volta dos 23,5 anos, cerca de um ano e meio mais velhos do que elas. O maior afastamento ocorreu entre 1660 e 1689, período em que elas casaram, em média, entre os 19 e os 20 anos, e eles, entre os 27 e os 28 anos, ou seja, à volta de oito anos mais novas do que eles.

Resultados obtidos para paróquias de outras regiões do país permitem observar a diversidade de idades médias ao primeiro casamento para períodos correspondentes aos séculos XVII e XVIII, representadas no quadro 13.

Quadro 13
Comparativo da idade média ao primeiro casamento
(Observação transversal)

Região	Paróquias	Períodos	Idade média		Fonte
			Homens	Mulheres	
Estremadura	Sé de Lisboa	1620-1755	25,9	21	Registos Paroquiais
	Santiago(Lisboa)	1700-1755	25,25	21,3	Registos Paroquiais
Algarve	Conceição(Tavira)	1737-1799	25,8	23,8	Pinto, 1996
Açores	Angra	1680-1699	24,9	22,7	Mesquita, 2004
Minho	Meadela	1650-1699	24,8	28,5	Solé, 2001
	Barcelinhos	1660-1729	25,1	26	Faria, 1998
	Romarigães	1690-1749	23	27,9	Santos, 1998
	Meadela	1700-1749	24,9	25,9	Solé, 2001
	Guimarães(urbana)	1670-1709	25,6	24,7	Amorim, 1987
	Guimarães (rural)	1670-1709	27,3	28,6	Amorim, 1987
	Guimarães (mista)	1670-1709	25,7	25,7	Amorim, 1987
	S. Martinho de Avidos	1710-1769	28,8	30,4	Paiva, 2001
Trás-os Montes	Cardanha	1601-1700	29,3	26,9	Amorim, 1980
	Rebordãos	1610-1700	24,3	22,4	Amorim, 1973
	Poiares	1650-1823	27,2	25,3	Amorim, 1983/84
	Palaçoulo	1710-1749	26,3	25	Raposo, 2000
	Calvão	1730-1739	24,9	29,5	Faustino, 1998
		1740-1749	25,1	32	
Beira Litoral	Cortegaça	1633-1659	25,3	24,3	Gomes, 1998
	Cortegaça	1720-1729	23,6	27,59	Gomes, 1998
Europa	Alemanha	Antes de 1750	-	26,4	Flinn, 1989
	Bélgica		-	25	
	Escandinávia		-	26,7	
	Inglaterra		-	25	
	França		-	24,6	

Apesar das limitações cronológicas, a paróquia da Sé de Lisboa apresenta uma baixa idade média ao primeiro casamento feminino quando comparada com outras paróquias, sobretudo paróquias minhotas, do norte do país. Os mesmos cerca de 26 anos para os homens e os 21 anos para as mulheres, encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa entre 1620-1755, foram igualmente encontrados para os naturais da paróquia de Santiago¹¹ de Lisboa, para um período correspondente à primeira metade do século XVIII. Esta idade

¹¹ Dados da paróquia de Santiago de Lisboa, integrada no projecto “Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da População de Lisboa: século XVI até ao Terramoto de 1755”, gentilmente cedidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses.

média ao casamento masculino observada para a freguesia da Sé de Lisboa foi semelhante à encontrada para outras regiões do país. A diferença mais significativa entre as paróquias do norte e a paróquia da Sé de Lisboa, observa-se na idade média com que as mulheres da freguesia Sé acediam ao primeiro casamento. Estas, além de casarem em idades muito jovens, apresentaram uma idade média ao matrimónio mais baixa do que os homens, comportamento oposto ao observado em algumas paróquias do norte do país, onde as mulheres solteiras casaram em idades mais avançadas e geralmente superiores às dos homens. Por exemplo, Caroline Bretell (1991), constatou igualmente que, na freguesia minhota de Santa Eulália, também no norte do país, muitas mulheres casavam com homens mais velhos.

Em França, por exemplo, para Meulan (Lachiver, 1969), em 1660-1739, as idades médias encontradas para o primeiro matrimónio foram 26,5 anos para os rapazes e 25,1 para as raparigas, idades superiores às da freguesia da Sé de Lisboa, sobretudo para o sexo feminino.

Para a Península Ibérica, Norberta Amorim (2004) ao comparar a idade média ao primeiro casamento masculino e feminino entre diferentes regiões de Portugal e Espanha verificou que, para um período longo entre o século XVII e meados do XIX, as diferenças de comportamento são pouco significativas dentro da mesma região.

Relativamente à freguesia da Sé de Lisboa, as baixas idades médias encontradas para o primeiro casamento das mulheres, apontam para uma relativa precocidade do casamento feminino, comportamento que podia ser observado no Sul do país e que aponta para um contraste entre a nupcialidade do Norte e a do Sul de Portugal. A superioridade etária dos homens ao primeiro casamento, observada na freguesia da Sé de Lisboa, foi uma tendência secular no sul de Portugal, tendência que se alargou a algumas regiões mediterrâneas (Rowland, 1984). Segundo Robert Rowland (1988), as determinantes da idade média de

acesso das mulheres ao casamento são mais culturais que económicas ou demográficas e considera que a idade das mulheres ao casamento é o elemento que demonstra, na Península Ibérica, uma mais evidente especificidade regional e uma mais surpreendente estabilidade no tempo.

3.2. Idade média ao primeiro casamento das gerações nascidas entre 1570 e 1699

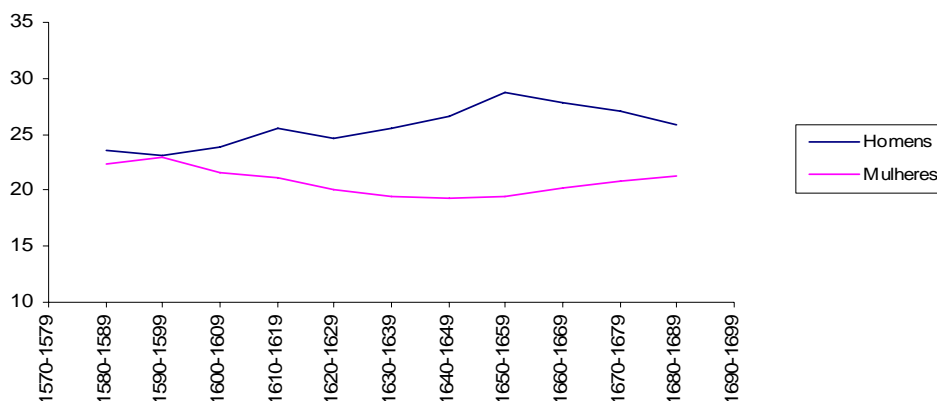
Uma outra análise de natureza longitudinal, permitiu-nos calcular a idade média ao primeiro casamento das gerações nascidas na freguesia da Sé de Lisboa, para grupos de dez anos, desde 1570 até 1699, e que aí contraíram o primeiro casamento, e confirmar a existência de casamentos precoces, sobretudo para o sexo feminino.

As mulheres nascidas durante esse período casaram, em média, aos 20,9 anos e os homens aos 25,3, com uma diferença média de idades de 5,6 anos. Pelas observações decenais, vimos que as raparigas casaram entre os 19,4 e os 24,4 anos. Nos rapazes, essas idades oscilaram entre os 21,5 e os 31,5 anos de idade, como se pode ver pela observação do quadro 14.

Quadro 14
Idade média ao primeiro casamento
Gerações nascidas entre 1570-1699

Períodos	Homens		Mulheres	
	Obs.	Média	Obs.	Média
1570-1579	3	22,8	26	19,6
1580-1589	4	27,2	33	21,6
1590-1599	1	21,5	19	24,4
1600-1609	4	22	51	20,5
1610-1619	8	26,1	39	24,1
1620-1629	10	23,9	44	20,4
1630-1639	12	26,8	38	19,8
1640-1649	16	23,2	45	19,8
1650-1659	10	26,7	36	18,9
1660-1669	4	31,5	40	19,4
1670-1679	8	25,6	33	20,1
1680-1689	9	23,9	42	21,1
1690-1699	14	27,7	48	21,4
1570-1699	103	25,3	494	20,9

Gráfico 10
Idade média ao primeiro casamento
Gerações nascidas entre 1570-1699
(médias móveis de 3 décadas)



A partir das observações decenais e do gráfico de médias móveis de três décadas, observa-se uma evolução dos comportamentos semelhante à observada através da análise transversal. A idade média de acesso ao primeiro matrimónio era superior nos homens. A maior proximidade entre as idades médias ao primeiro casamento masculino e feminino observou-se nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVI, com os homens a casar entre os 23 e os 24 anos e as mulheres entre os 22 e os 23 anos de idade.

Nas gerações de homens nascidos no século XVII, a idade média ao primeiro casamento situou-se entre os 25 e os 27 anos. No caso das mulheres, essas idades situaram-se entre os 19 e os 21 anos de idade. Por outro lado, a subida da idade média ao casamento dos homens nascidos entre 1620 e 1659 foi acompanhado por uma ligeira descida da idade média ao casamento das mulheres nascidas nesse período, levando a um maior distanciamento entre essas idades. Nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVII, esse afastamento foi menos demarcado.

Concluí-se que, na freguesia da Sé de Lisboa as mulheres acediam ao primeiro casamento em idades jovens e casavam com rapazes mais velhos. As médias de idades encontradas para o primeiro casamento feminino e masculino situaram-se nos cerca de 21 e 26 anos de idade, respectivamente, na observação transversal e longitudinal.

Embora não possamos explicar as razões que teriam levado aos diferentes comportamentos masculinos e femininos relativamente à idade média ao primeiro casamento ao longo dos períodos observados, sabe-se que o acesso ao casamento era influenciado pela situação económica dos rapazes e raparigas que necessitavam de ter os meios materiais necessários à constituição de um novo lar (Lebrun, 1983). Deste modo, os períodos em que eram sentidas maiores dificuldades económicas, por exemplo, com a Restauração da independência, guerra com Espanha, descida dos rendimentos ultramarinos, situações que levaram a uma conjuntura negativa até ao final do século XVII (Marques, 1995), interfeririam certamente de modo negativo, levando a um eventual adiamento de casamentos. Mas, numa cidade como Lisboa onde a entrada e saída de gente foi uma constante durante todo o nosso período de observação, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, bem como a saída de homens para Além-mar, os resultados obtidos poderão reflectir, entre outras interferências, a influência da mobilidade diferencial, à qual a variável nupcialidade era particularmente sensível.

4. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

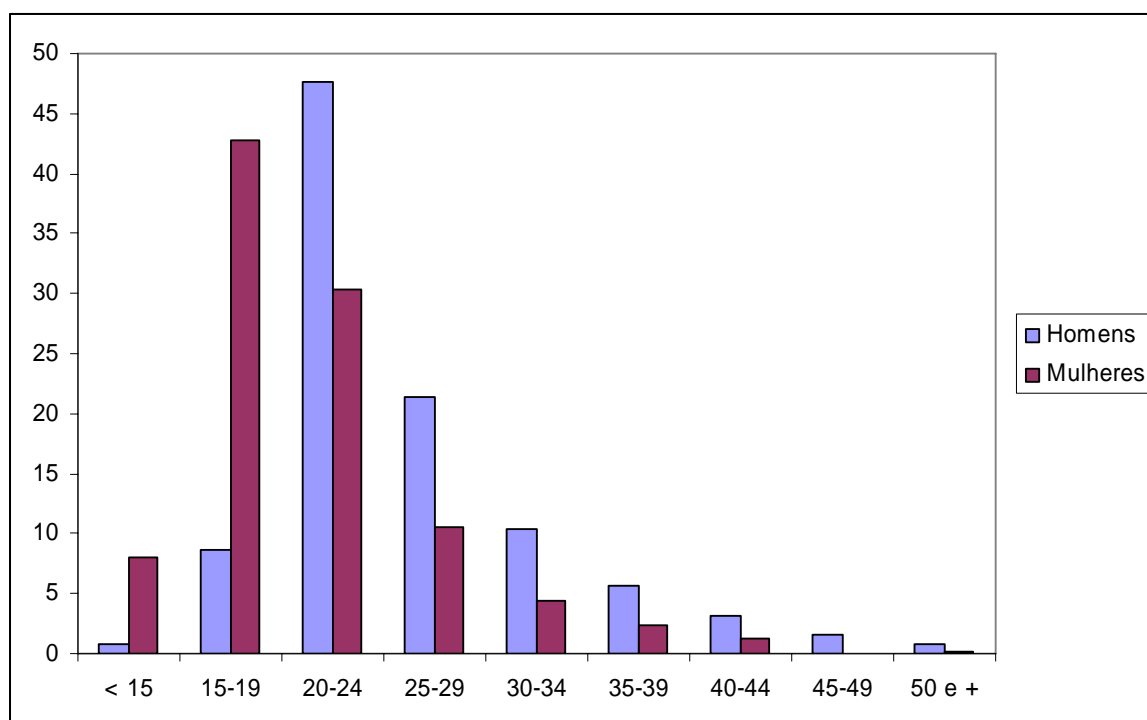
Sabemos que na freguesia da Sé de Lisboa, as raparigas solteiras cedo acediam ao matrimónio. Pretende-se agora saber, através da distribuição proporcional dos casamentos pelos diversos grupos de idades, quais os grupos etários mais frequentes ao primeiro

casamento, em cada um dos sexos. Como nos assentos de casamento não nos era dada a idade ao matrimónio, constam nesta observação os homens e mulheres para os quais conhecemos as datas de nascimento e casamento.

Quadro 15
Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento
(casamentos realizados entre 1620-1755)

Grupos de Idade	Homens		Mulheres	
	Obs.	%	Obs.	%
< 15	1	0,8	44	8
15-19	11	8,7	236	42,8
20-24	60	47,6	168	30,5
25-29	27	21,4	58	10,5
30-34	13	10,3	24	4,4
35-39	7	5,6	13	2,3
40-44	4	3,2	7	1,3
45-49	2	1,6	-	-
50 e +	1	0,8	1	0,2
Total	126	100	551	100

Gráfico 11
Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento
(casamentos realizados entre 1620-1755)
 %



Mediante a observação do quadro 15 e gráfico 11, verifica-se que na freguesia da Sé de Lisboa entre 1620 e 1755, tanto os rapazes como as raparigas casaram com idades muito jovens. As proporções mais elevadas de matrimónios femininos registaram-se na faixa etária dos 15-19 anos, com 42,8%, seguida da dos 20-24 anos, com 30,4%. Nos rapazes, o grupo de idades dos 20-24 anos, com 47,6%, seguido do grupo dos 25-29 anos, com 21,4%, foram os mais frequentes ao longo de toda a observação, o que vem confirmar uma maior precocidade das mulheres face a este comportamento, já observada através da idade média ao primeiro casamento.

A antecipação dos matrimónios por parte das mulheres foi também visível nas percentagens de casamentos femininos contraídos com idades entre os 12 e os 14 anos, quando comparadas com as observadas nos casamentos masculinos: 8% do total de mulheres solteiras, com idades ao casamento conhecidas, que celebraram matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa entre 1620 e 1755, tinham entre 12 e 14 anos de idade; do total de homens, apenas 0,8% contraiu matrimónio nessa faixa etária, durante esse período. Por outro lado, a grande percentagem de casamentos femininos (81,2%) ocorreu nas faixas etárias até aos 24 anos. Os rapazes que casaram dentro desses grupos etários representaram 57,1% do total. A percentagem de homens a casar depois dos 29 anos (21,5%) foi também bastante superior à das mulheres (8,3%).

Estas diferenças de comportamentos entre homens e mulheres reflectem o afastamento relativo observado nas idades médias ao primeiro casamento em ambos os sexos.

Se, por exemplo, compararmos os resultados obtidos para a freguesia da Sé de Lisboa, com o estudo feito para Meulan (Lachiver, 1969), em França, onde, entre 1660-1789, a grande parte dos esposos, homens e mulheres, tinham entre 20 e 30 anos e os

casamentos antes dos 20 anos eram poucos, a diferença reside na grande percentagem de raparigas da paróquia da Sé que acederam ao matrimónio com menos de 20 anos.

Em síntese, pela observação da repartição por grupos de idades ao primeiro casamento, sabemos que as mulheres casavam em idades bastante precoces. A maior frequência ao casamento feminino registou-se no grupo de idades dos 15-19 anos, seguindo-se o grupo dos 20-24 anos. Nos homens, essas idades subiram para os 20-24 anos, seguindo-se os 25-29 anos.

5. Grupos de idades combinadas e diferenças de idades entre os nubentes celibatários

Pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa sabemos que os noivos para poderem casar tinham que ter a “*idade perfeita*”: os homens catorze anos e as mulheres doze. O que estivesse em “*idade perfeita*” não se devia arrepender, mas esperar até que o outro tivesse idade para casar, dado que, com sete anos de idade, tanto para o rapaz como para a rapariga, já se podiam fazer os sponsórios, isto é, a promessa de casamento entre noivos.

Sabendo que às raparigas era permitido aceder ao matrimónio mais cedo do que os rapazes, pretendemos agora saber com que frequência os nubentes celibatários casaram com pessoas do mesmo grupo de idades e de grupos de idades diferentes. Para isso, procedemos ao cruzamento das faixas etárias dos nubentes solteiros que, entre 1620 e 1755, contraíram matrimónio na paróquia da Sé de Lisboa, e para os quais conhecemos a data de casamento.

Quadro 16
Idades combinadas dos nubentes celibatários
%
1620-1755

Homens	Mulheres									
Grupos idades	12-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 ou +	Total
12-14	-	3,4	-	-	-	-	-	-	-	3,4
15-19	-	6,9	-	-	-	-	-	-	-	6,9
20-24	-	10,4	24,2	10,4	-	3,4	3,4	-	-	51,8
25-29	-	10,4	6,9	-	-	-	-	-	-	17,3
30-34	-	6,9	3,4	-	-	-	-	-	-	10,3
35-39	-	-	-	-	3,4	-	-	-	-	3,4
40-44	-	-	6,9	-	-	-	-	-	-	6,9
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 ou +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	38	41,4	10,4	3,4	3,4	3,4	-	-	100

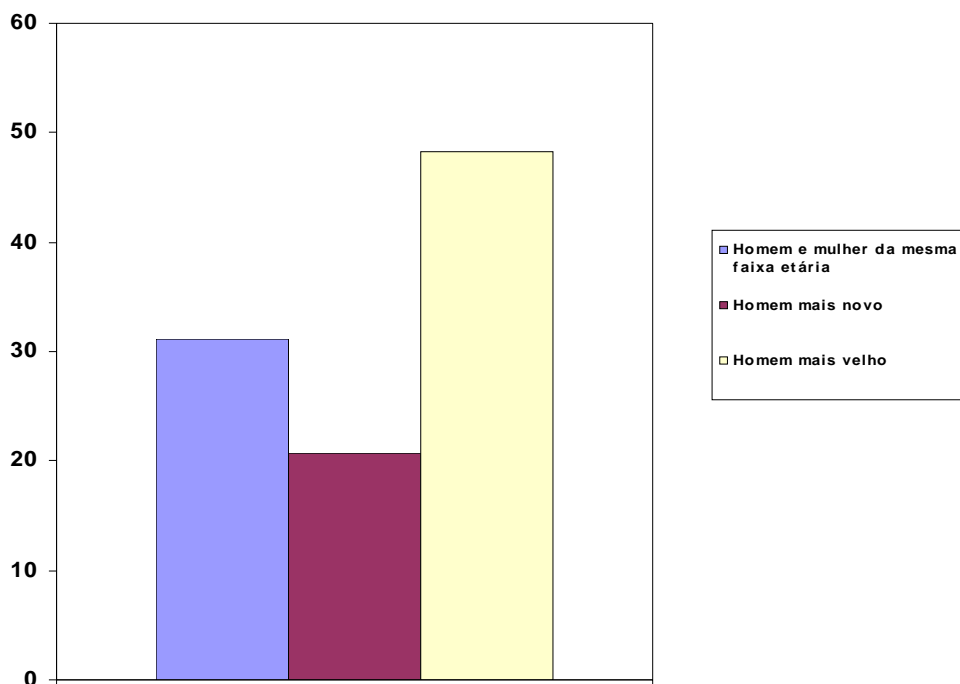
De acordo com o quadro 16, a combinação etária mais frequente, com 24,2%, foi entre cônjuges em que ambos tinham entre 20 e 24 anos. As segundas uniões mais frequentes, com 20,8%, deram-se entre homens dos 20 aos 24 anos e dos 25 aos 29, com raparigas mais novas, com idades entre os 15 e os 19 anos. Com 10,4% posicionaram-se as uniões de homens com idades entre os 20 e os 24 anos com mulheres que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade. Comportamentos diferentes dos observados para Meulan (Lachiver, 1969), em França, entre 1660-1739. Aí, os rapazes solteiros de 20-24 anos e de 25-29 anos casavam sobretudo com raparigas solteiras dentro desses mesmos grupos de idade.

Para melhor visualizarmos este comportamento, observámos a diferença de idades entre os nubentes celibatários.

Quadro 17
Diferença de idades entre os nubentes celibatários
(Distribuição proporcional)
1620-1755

Diferença de idades	%
Homem e mulher da mesma faixa etária	31,1
Homem mais velho	48,3
Homem mais novo	20,7
Total	100

Gráfico 12
Diferença de idades entre os nubentes celibatários
(Distribuição proporcional)
1620-1755



De acordo com o quadro 17 e gráfico 12, os homens relacionaram-se principalmente com mulheres dos grupos de idades inferiores. Os matrimónios em que ambos pertenciam à mesma faixa etária foi também significativo. Os casamentos com mulheres mais velhas foram os menos frequentes.

Na freguesia da Sé de Lisboa, os casos conhecidos indicam que, entre 1620 e 1755, embora tivessem sido mais frequentes os casamentos em que ambos os noivos tinham entre 20 a 24 anos, as oportunidades dos homens se relacionarem com mulheres mais novas, parecem ter sido superiores às das mulheres.

6. Origem geográfica dos nubentes celibatários

Para observarmos os comportamentos de endogamia e exogamia conjugal, analisámos a origem combinada dos nubentes solteiros que casaram na paróquia da Sé de Lisboa entre 1570-1650 e 1651-1700. Utilizámos os registos paroquiais de casamento em que as naturalidades de ambos os nubentes foram anotadas pelos párocos. No primeiro período, em 1258 casamentos identificámos a naturalidade de ambos os cônjuges e, no segundo período, esse valor foi de 1410 casos.

Quadro 18
Origem combinada dos nubentes celibatários
%

Homens	Mulheres			
	1570-1650		1651-1700	
	Naturais	De fora	Naturais	De fora
Naturais	4,1	1,2	1,2	2
De fora	22,2	72,5	13	83,8

O quadro “origem combinada dos nubentes celibatários” aponta para uma grande abertura do mercado matrimonial ao exterior. Uma grande percentagem de casamentos realizados nos dois sub-períodos, mas sobretudo no sub-período correspondente aos finais do século XVI e primeira metade do século XVII, eram contraídos entre homens nascidos fora da freguesia da Sé de Lisboa e mulheres naturais da freguesia, com percentagens que

se situaram nos 22,2% e 13%, respectivamente no primeiro e segundo sub-período de análise. O maior peso proporcional das mulheres naturais da freguesia da Sé a casar na sua freguesia, poderá ainda apontar para o costume das noivas celebrarem matrimónio na sua paróquia de origem.

Por outro lado, os matrimónios que envolveram homens naturais da paróquia e mulheres nascidas no exterior foram bastante reduzidos, com valores de 1,2% em 1570-1650, e 2% em 1651-1700. Os casamentos em que ambos os noivos eram naturais da freguesia da Sé foram igualmente bastante reduzidos, com percentagens que se situaram nos 4,1% no primeiro sub-período observado, baixando, no segundo sub-período, para 1,2%.

Refira-se que, embora, entre 1570 e 1700, a percentagem de noivos celibatários vindos do exterior tivesse sido superior à das noivas, na maioria dos casamentos contraídos durante esse período na paróquia da Sé de Lisboa entre celibatários com naturalidade conhecida, ambos os contraentes eram naturais de fora da freguesia da Sé. Os 72,5% e 82,8% encontrados, respectivamente, para 1570-1650 e 1651-1700, sugerem que a enorme atracção populacional que ao longo desse período caracterizou a cidade de Lisboa parece ter sido extensível à freguesia da Sé. Muitos desses homens e mulheres que pelas mais variadas razões passaram por esta freguesia, parece terem acabado por encontrar pessoas para casar, como apontam as elevadas percentagens de casamentos realizados entre indivíduos não naturais da paróquia.

Mas, para que esses casamentos se realizassem, eram tomadas algumas precauções por parte da igreja, para que ninguém casasse havendo para isso impedimento. Segundo as constituições do arcebispado de Lisboa, os homens e mulheres antes de casar deveriam ser denunciados na igreja durante três Domingos perante o povo, dizendo que queriam casar,

para que se alguém soubesse de algum impedimento ao matrimónio o dissesse logo, sob pena de excomunhão.

Para os não naturais da freguesia as constituições (fo.xvj) estabeleciam que: *“sendo os que assim quiserem casar, um de uma e outro de outra freguesia, mandamos que em ambas se façam os ditos éditos. Após isto, não achando o cura algum impedimento, então poderão receber livremente como marido e mulher publicamente de dia, não de noite, à porta de uma igreja donde ali forem fregueses”*.

No que se refere aos estrangeiros, as precauções eram ainda maiores de modo a evitar que pessoas casadas se fizessem passar por solteiras e assim voltassem a casar neste arcebispado. A este respeito, as constituições do arcebispado de Lisboa (fo. Xvij) dizem que pessoas estrangeiras casadas casavam pela segunda vez, por isso: *“manda-se que nenhum cura nem clérigo de nossa diocese receba por marido e mulher esses estrangeiros sem licença ou do nosso provisor ou do vigário de Santarém em seu arcediogo, os quais lha não darão senão mostrando-lhe como são pessoas livres para casar. Não lha mostrando lha não dê, os remeta a nós para provermos o que se deve fazer”*.

A título ilustrativo, apresentamos o caso de Sebastião Freire de Andrade, natural de fora da freguesia da Sé, mas nela contraiu casamento em 1631, sendo mais tarde sentenciado na sala do Santo Ofício por casar duas vezes.

Entre os registos matrimoniais da paróquia da Sé de Lisboa, encontrámos também alguns casamentos em que um ou ambos os contraentes eram provenientes do estrangeiro, sendo, por vezes, dada indicação no próprio registo da necessidade de um alvará de licença

do senhor provisor dos casamentos para as celebrações matrimoniais pelo facto de um ou ambos os contraentes serem estrangeiros, ou não naturais da paróquia.

Por exemplo, João Gomes, que no dia 7 de Julho de 1583, contraiu matrimónio na Sé de Lisboa com Maria Isabel, natural da freguesia da Sé, era francês de nação.

Também aos 8 dias de Fevereiro de 1587, na igreja da Sé, foram recebidos Miguel e Madalena de Torres, ele natural do Reino de França e ela da freguesia da Sé de Lisboa.

A 7 de Dezembro de 1598, João Mellonque, natural da Alemanha e Constantina Grajeas, natural de fora da freguesia, celebraram matrimónio na igreja da Sé.

João Coqueijo e Maria da Costa, ele natural do Reino da Galiza e ela da Sé de Lisboa, casaram, também na Sé de Lisboa, no dia 28 de Julho de 1610.

Anos mais tarde, em 16 de Julho de 1657, na dita igreja, casaram Filipe Tubin e Helena, ambos irlandeses.

No dia 12 de Abril de 1673, Leonardo de Oliveira, natural de Peniche e Margarida Mordonce, natural de Inglaterra, e residente na freguesia da Sé de Lisboa, casaram na freguesia da Sé.

Também o capitão Simão Onen, católico romano, natural de Londres, Reino de Inglaterra, e residente na freguesia da Ajuda, extra muros de Lisboa, celebrou matrimónio na igreja da Sé de Lisboa com Francisca Barbosa, natural da freguesia da Madalena desta cidade.

Em 1685, no dia 9 de Maio, casaram na Sé de Lisboa, Filipe Machado da Fonseca natural da Flandres e Maria Teresa de Torres Vedras.

Todos estes exemplos em que um ou os dois nubentes vieram do exterior, o casamento foi o único acto por nós conhecido. Outros, contudo, não só contraíram matrimónio na freguesia da Sé mas também aí registaram filhos. Alguns fixaram-se definitivamente, acabando por falecer na freguesia da Sé.

Entre estes, encontrámos Francisco Anselmo, natural do Reino de Itália e Britis da Silveira da freguesia da Sé de Lisboa. Celebraram matrimónio na igreja da Sé, a 25 de Novembro de 1666, mas, além do registo de casamento, conhecemos o registo de baptismo de dois filhos.

Também a 13 de Setembro de 1705, João Henriques Olemcampf, natural da Holanda, e Domingas da Luz, natural da freguesia de S. Julião de Lisboa, celebraram matrimónio na igreja Sé desta cidade. Quatro filhos do casal foram baptizados na dita igreja e eram moradores na Rua dos Cónegos.

Entre os casos em que ambos os noivos eram estrangeiros encontram-se Celidónio Gonçalves, natural do Reino da Galiza, e Bernardina Josefa Martins, natural do Reino de Granada. Casaram na igreja da Sé de Lisboa, a 22 de Dezembro de 1742, residiam na freguesia da Sé, na Rua Direita de S. Jorge, e conhecemos o registo de baptismo de seis filhos.

Entre os que definitivamente se fixaram na paróquia da Sé de Lisboa, encontram-se Agostinho Pereira natural do Reino da Galiza e Gracia de Azevedo, natural de Viana de Caminha, Arcebispado de Braga. Casaram na igreja da Sé de Lisboa, a 5 de Julho de 1699. Eram moradores na Calçadinha das Cruzes da Sé, tiveram sete filhos nascidos na paróquia, onde ambos vieram a falecer.

Além destes casos apontados como exemplos, muitas outras pessoas casaram na paróquia da Sé de Lisboa, vindas de outras paróquias da cidade e do seu termo, bem como de uma diversidade de cidades, vilas e aldeias do país, e também do estrangeiro.

Na impossibilidade de sabermos todos os locais de origem dos homens e mulheres com actos de casamento registados na freguesia da Sé de Lisboa, por terem sido registados

de uma forma irregular, procurámos conhecer os locais de origem dos nubentes solteiros, com naturalidade conhecida, que aí celebraram matrimónio, entre 1570 e 1700.

Dos assentos de casamentos extraímos uma grande diversidade de localidades registadas pelos párocos que, ao referirem-se à proveniência geográfica dos noivos, indicavam, por vezes, a vila, cidade, lugar ou aldeia de origem, termo da cidade a que pertenciam e, habitualmente, o bispado ou arcebispado de origem. Contudo, nem sempre eram dadas estas indicações, diversas vezes era unicamente mencionado o bispado ou arcebispado donde eram naturais. Noutros casos, os párocos apenas indicavam que era “*de fora*”, “*de fora da paróquia*” ou “*de fora do arcebispado*”.

Perante uma multiplicidade de locais de origem dos nubentes celibatários, agrupámos os naturais do Reino em bispados e arcebispados, tal como eram referenciados nos registos da paróquia. Isto porque, o Reino de Portugal estava dividido em três Arcebispados: Braga; Lisboa e Évora, integrando cada um deles os seus respectivos bispados.

Na designação Lisboa, colocámos todos os naturais desta cidade, para os quais não foram mencionadas as freguesias de origem. Quando estas foram mencionadas pelos párocos, agregámos separadamente as freguesias da cidade de Lisboa. Relativamente à freguesia de Santos, sabemos que, relativamente ao total de homens e mulheres naturais dessa freguesia, dois homens e cinco mulheres eram da freguesia de Santos-o-Velho, aparecendo os restantes como naturais da freguesia de Santos.

Fizemos ainda referência ao termo de algumas cidades que apareceram com maior frequência e indicámos individualmente os países da Europa e outros locais de naturalidade dos que vinham de fora do país, como Ilhas, praças marroquinas de Mazagão e Tânger, Brasil e outros. O grupo dos que vinham de fora da freguesia inclui todos aqueles que os párocos apontaram como provenientes de fora da paróquia, bem como as localidades que, devido à falta de informação fornecida, não conseguimos localizar geograficamente, como,

por exemplo, Vila Franca e Vila Real, não sendo dadas mais indicações não foi possível identificar a zona e arcebispado a que pertenciam.

Assim, com base nestas informações extraídas dos registos paroquiais de casamento daqueles que pela primeira vez contraíram matrimónio, calculámos a percentagem de cada grupo de naturalidades em relação ao total de contraentes celibatários masculinos e femininos, com naturalidade identificada, que celebraram matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1570 e 1700.

Quadro 19
Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento
(% em relação ao total de naturalidades conhecidas)
1570-1700

Arcebispado	Naturalidade	Homens		Mulheres	
		Obs.	%	Obs.	%
Lisboa	Anjos	15	0,4	29	0,9
	Benfica	8	0,2	8	0,3
	Carnide	6	0,2	13	0,4
	Conceição	18	0,5	33	1
	Loreto	27	0,8	22	0,7
	Madalena	37	1,1	39	1,2
	Mártires	18	0,5	27	0,8
	Mercês	2	0,06	7	0,2
	N ^a Sr ^a da Ajuda	6	0,2	18	0,6
	N ^a Sr ^a dos Olivais	23	0,7	17	0,5
	Reis	3	0,08	6	0,2
	S. Bartolomeu	3	0,08	3	0,1
	S. Cristóvão	7	0,2	6	0,2
	S. João da Praça	26	0,7	30	0,9
	S. Jorge	-	-	13	0,4
	S. José	11	0,03	13	0,4
	S. Julião	15	0,4	30	0,7
	S. Lourenço	1	0,03	3	0,1
	S. Mamede	11	0,3	9	0,3
	S. Marinha	4	0,1	4	0,1
	S. Martinho	2	0,07	3	0,1
	S. Miguel	10	0,3	20	0,6
	S. Nicolau	37	1,1	29	0,9
	S. Paulo	9	0,3	12	0,4
	S. Pedro	9	0,3	12	0,4
	S. Sebastião da Mouraria	7	0,2	5	0,2
	S. Sebastião da Pedreira	6	0,2	13	0,4
S. Tiago	7	0,2	3	0,1	

Lisboa		S. Tomé	2	0,07	6	0,2	
		S. Vicente	12	0,3	8	0,3	
		Sacramento	3	0,08	4	0,1	
		Salvado	3	0,08	4	0,1	
		Santa Ana	13	0,4	8	0,3	
		Santa Catarina	23	0,7	18	0,6	
		Santa Cruz	3	0,08	3	0,1	
		Santa Engrácia	17	0,5	13	0,4	
		Santa Justa	27	0,8	18	0,6	
		Santo André	2	0,07	2	0,1	
		Santo Estevão	33	0,9	21	0,7	
		Santos	16	0,5	31	1	
		Sé	144	4,1	700	22,1	
		Socorro	10	0,3	8	0,3	
		Trindade	2	0,07	10	0,3	
		Lisboa	129	3,7	189	6	
			Total freguesias	770	21,9	1470	46,3
			Arcebispado de Lisboa	193	5,5	131	4,1
			Setúbal	45	1,3	35	1,1
			Termo Alenquer	25	0,7	21	0,6
			Termo Almada	36	1	29	0,9
			Termo Arruda	13	0,4	12	0,4
			Termo Cascais	18	0,5	25	0,8
			Termo Lisboa	90	2,5	145	4,6
			Termo Santarém	62	1,8	44	1,4
			Termo Sesimbra	11	0,3	16	0,5
			Termo Sintra	32	0,9	31	1
		Termo Torres Novas	20	0,6	11	0,3	
		Termo Torres Vedras	61	1,7	73	2,3	
		Vila Franca de Xira	12	0,3	9	0,3	
		Total	618	17,5	582	18,3	
	Bispado	Bispado de Leiria	115	3,3	96	3,1	
		Termo Óbidos	40	1,1	27	0,8	
		Total Bispado Leiria	155	4,4	123	3,9	
		Total Arcebispado Lisboa	1543	43,8	2175	68,5	
Braga	Coimbra	Aveiro	20	0,6	6	0,2	
		Bispado Coimbra	150	4,2	90	2,9	
		Coimbra	20	0,6	17	0,5	
		Montemor-o-Velho	10	0,3	3	0,1	
		Termo Tomar	24	0,7	13	0,4	
		Total Bispado Coimbra	224	6,4	129	4,1	
		Porto	Bispado Porto	99	2,8	63	2
			Termo Porto	34	1	14	0,4
			Vila da Feira	26	0,7	13	0,4
			Total Bispado Porto	159	4,5	90	2,8
		Lamego	Bispado Lamego	18	0,5	43	1,3
			Arcebispado Braga	472	13,4	189	5,7
			Arcos de Valdevez	10	0,3	11	0,3
			Termo Barcelos	44	1,2	4	0,1
			Termo Braga	25	0,7	5	0,1
			Termo Chaves	14	0,4	7	0,2
			Termo Guimarães	59	1,7	8	0,2
		Termo Montalegre	14	0,4	14	0,4	
		Termo Ponte de Lima	20	0,6	16	0,5	

		Viana de Caminha	10	0,3	5	0,1
		Vila Pouca de Aguiar	11	0,3	2	0,6
		Vila Real	14	0,4	3	0,1
		Total	693	19,7	264	8,3
		Total Arcebispado Braga	1094	31,1	526	16,5
Évora		Arcebispado Évora	81	2,3	43	1,4
		Évora	24	0,7	8	0,3
		Montemor-o- Novo	13	0,4	5	0,1
		Total Arcebispado Évora	118	3,4	56	1,8
	Elvas	Bispado Elvas	22	0,6	8	0,2
	Algarve	Bispado Algarve	20	0,6	16	0,5
	Portalegre	Bispado Portalegre	19	0,5	10	0,3
	Viseu	Bispado Viseu	74	2,1	22	0,7
	Miranda	Bispado Miranda	3	0,1	9	0,3
	Guarda	Bispado Guarda	40	1,1	17	0,5
		Termo Abrantes	20	0,6	8	0,3
		Total Bispado Guarda	60	1,7	25	0,8
Outros		De fora da freguesia	344	9,7	219	6,9
Outros Locais de origem		Açores	36	1	4	0,1
		Angola	7	0,2	8	0,3
		Brasil	8	0,2	5	0,1
		Cabo Verde	2	0,06	3	0,09
		Goa	2	0,06	1	0,03
		Guiné	1	0,03	1	0,03
		Ilha S. Tomé	1	0,03	4	0,1
		Ilha Madeira	8	0,2	3	0,09
		Ilhas	1	0,03	-	-
		Índia	16	0,5	8	0,3
		Mazagão	1	0,03	2	0,07
		Partes das Arábias	-	-	1	0,03
		Partes de África	1	0,03	1	0,03
		Tânger	7	0,2	1	0,03
		Terra de Mouros	1	0,03	-	-
		Total outros locais	92	2,6	42	1,3
Europa		Alemanha	3	0,09	1	0,03
		Dinamarca	1	0,04	-	-
		Espanha	66	1,9	61	1,95
		Flandres	10	0,3	-	-
		França	34	0,9	2	0,07
		Inglaterra	2	0,07	1	0,03
		Irlanda	6	0,2	3	0,09
		Itália	11	0,3	1	0,03
		Total Europa	133	3,8	69	2,2
Total Geral			3522	100	3177	100

Mediante a observação do quadro 19, e a partir das naturalidades conhecidas, foi possível verificar que os homens solteiros vinham sobretudo de localidades pertencentes ao arcebispado de Lisboa, nomeadamente de outras freguesias da cidade, como Madalena e S. Nicolau, e de zonas geograficamente perto desta cidade. A percentagem de homens que

vinham do arcebispado de Braga foi igualmente significativa. Se observarmos os que vinham de outros locais de origem, fora do continente português, verificamos que, apesar do reduzido número de pessoas encontradas, percentualmente pouco significativo, as percentagens apontam os Açores e a Índia como locais frequentes. Da Europa, chegavam homens solteiros que parece terem vindo sobretudo de Espanha, e também de França.

Tal como os homens, as mulheres solteiras com naturalidade conhecida que celebraram matrimónio na freguesia da Sé, vieram principalmente do arcebispado de Lisboa, e em valor percentual bastante superior ao dos homens. Uma grande percentagem dessas mulheres veio de outras freguesias de Lisboa: Madalena, Santos, Anjos, S. João da Praça, S. Nicolau e Mártires, entre outras. Do arcebispado de Braga vinham também bastantes mulheres, algumas acompanhadas do agregado familiar. Quanto às que vinham do exterior, as escassas percentagens parecem apontar Índia e Angola como locais frequentes. Entre os países europeus, Espanha parece ter sido o país de origem mais frequente das mulheres solteiras com naturalidade conhecida, a contrair matrimónio na freguesia da Sé.

Em síntese, é possível concluir que, dos 3522 homens solteiros e das 3177 mulheres solteiras, com naturalidade identificada, a celebrar matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa, 21,9% do total de homens eram naturais de Lisboa e apenas 4,1% era natural da freguesia da Sé. No caso das mulheres, das 46,3% mulheres naturais de Lisboa, 22,1% eram naturais da freguesia da Sé. Estes valores apontam para uma intensa mobilidade geográfica para ambos os sexos, mas sobretudo para o sexo masculino.

Por outro lado, embora o mercado matrimonial fosse sobretudo composto por pessoas que afluíam à freguesia da Sé, prevalece a proximidade geográfica, nomeadamente no sexo feminino, e uma intensa mobilidade inter-paroquial: 43,8% de homens solteiros e 68,5% de mulheres solteiras eram naturais do arcebispado de Lisboa, destes, 17,8% de homens e

24,2% de mulheres vinham de outras freguesias da cidade. Muitos vinham também do norte do país: 31,1% de homens solteiros e 16,5% de mulheres solteiras, com naturalidade conhecida, a casar na paróquia da Sé de Lisboa, eram oriundos do arcebispado de Braga.

De fora do continente encontram-se sobretudo mulheres e homens espanhóis, o que é compreensível não só pela proximidade geográfica, mas também pelo domínio espanhol entre 1580 e 1640. De locais longínquos vinham sobretudo homens, embora em percentagem bastante reduzida. Apesar do pouco peso percentual de homens e mulheres solteiros que casaram na paróquia da Sé vindos de terras longínquas, é possível perceber que se tratava de uma freguesia de Lisboa bastante aberta ao exterior. Os noivos vinham não só de paróquias da cidade de Lisboa e do seu arcebispado, mas também das mais diversas partes do Reino. Alguns, embora em percentagens residuais, vinham das Ilhas, de Angola, Cabo Verde, Madeira, Brasil, Tânger, Mazagão e mesmo de outros países da Europa, sobretudo de Espanha, mas também de França, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Flandres, Holanda e Itália, entre outros.

7. Estado Civil Anterior dos Nubentes

No Antigo Regime a morte precoce era um acontecimento frequente, levando à reconstrução de novas famílias através de um novo casamento. Dado que os registos de casamento da paróquia da Sé de Lisboa permitem identificar o estado civil dos nubentes, com base neste indicador, pretendemos avaliar a frequência de casamentos de mulheres e homens viúvos, a partir de uma observação do período global de 1620-1755 e também numa perspectiva evolutiva em três sub-períodos de análise.

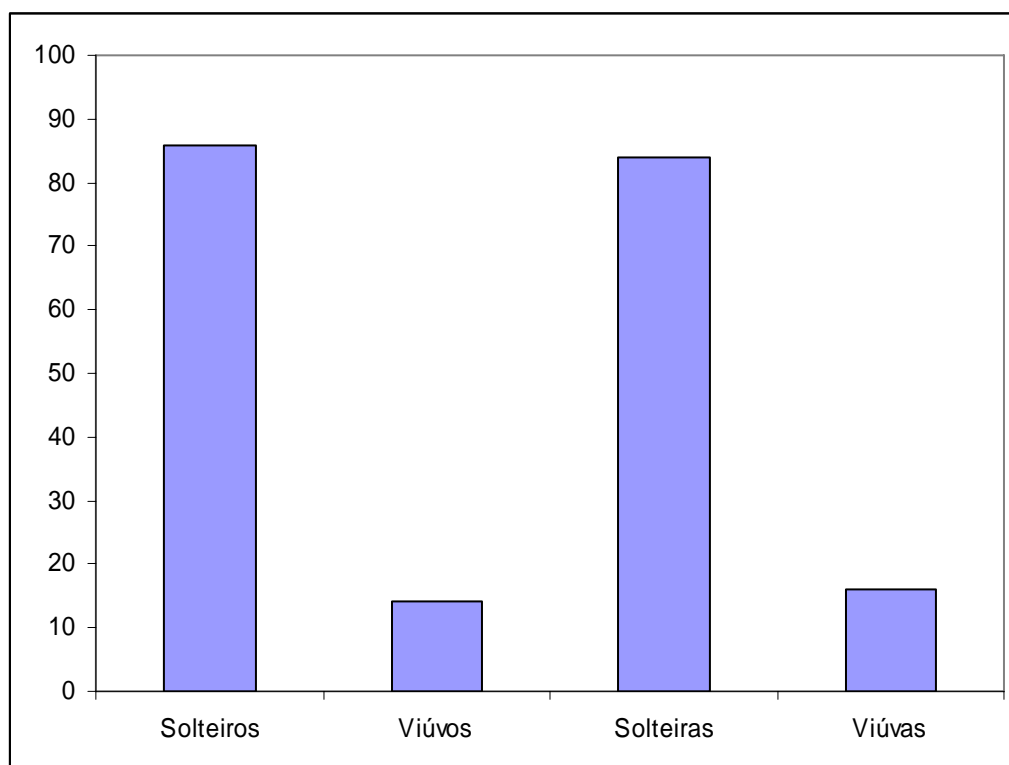
Pela observação do quadro 20 e gráfico 13, verifica-se que na freguesia da Sé de Lisboa, o acesso a um posterior matrimónio teve uma expressão significativa tanto para os

homens como para as mulheres. Se considerarmos o período global, do total de casamentos realizados entre 1620 e 1755, 14% dos nubentes eram viúvos e 16% viúvas.

Quadro 20
Nubentes segundo o estado civil
(valores absolutos e proporcionais)

	1620-1664		1665-1709		1710-1755		1620-1755 (global)	
	Nºcasamentos	%	Nºcasamentos	%	Nºcasamentos	%	Nºcasamentos	%
Solteiros	1785	84	2032	87,7	1525	86,2	5342	86
Viúvos	340	16	283	12,3	244	13,8	867	14
Total	2125	100	2315	100	1769	100	6209	100
Solteiras	1728	81,3	1931	83,4	1554	87,9	5213	84
Viúvas	397	18,7	384	16,6	215	12,1	996	16
Total	2125	100	2315	100	1769	100	6209	100

Gráfico 13
Nubentes segundo o estado civil
%
1620-1755



A análise dividida em três sub-períodos mostra-nos que em 1620-1664 a percentagem foi de 18,7% de nubentes viúvas e 16% de viúvos. Esta percentagem desceu para os 16,6% de noivas viúvas e 12,3% de noivos viúvos, em 1665-1709. Em 1710-1755 deu-se uma inversão de comportamentos masculinos e femininos, com uma superioridade relativa dos casamentos de viúvos: 13,8% dos nubentes eram viúvos e 12,1% viúvas.

Concluí-se que a grande percentagem de homens e mulheres casavam no estado de solteiros, mas a proporção de recasamentos foi elevada. Contudo, à medida que se avançava para o século XVIII, registou-se uma tendência evolutiva para um abaixamento das percentagens de recasamentos, sobretudo no caso das mulheres. Observou-se ainda que, se exceptuarmos o sub-período de 1710-1755, a percentagem de casamentos de viúvas foi superior à dos viúvos.

Confrontando agora a frequência de casamentos de homens e mulheres viúvos da paróquia da Sé de Lisboa com a observada noutras paróquias de diversos pontos do país, quadro 21, verificamos que na paróquia da Sé a percentagem de segundas núpcias foi superior no sexo feminino. Nas outras paróquias, se exceptuarmos a superioridade de casamentos de viúvas encontrada por Norberta Amorim (1980) para Cardanha no século XVII, observamos uma maior frequência de recasamentos dos viúvos.

Por exemplo, em Meulan (Lachiver, 1969), França, entre 1670-1739, a proporção de recasamentos foi semelhante em ambos os sexos, com 12,8% de casamentos de viúvos e 12,5% de casamentos de viúvas.

Quadro 21
Comparativo do estado civil anterior dos nubentes
 %

Paróquiais	Região	Períodos	Viúvos	Viúvas	Fonte
Sé (Lisboa)	Estremadura	1620-1664	16	18,7	Registos Paroquiais
		1665-1709	12,3	16,6	
		1710-1755	13,8	12,1	
Angra	Açores	1640-1669	22,8	17,3	Mesquita, 2004
		1670-1699	22,3	15,9	
Romarigães	Minho	1638-1749	10,3	4,3	Santos, 1998
Meadela		1650-1699	19,1	3,1	Solé, 2001
Meadela		1700-1749	22,1	1,4	Solé, 2001
S. Martinho Avidos		1660-1809	6,4	3,1	Paiva, 2001
Barcelinhos		1661-1750	10,54	3,24	Faria, 1998
Guimarães (urbana)		1670-1729	14,3	5,3	Amorim, 1987
Palaçoulo	Trás-os-Montes	1690-1749	34,8	11,5	Raposo, 2000
Poiares		1691-1823	18,7	12	Amorim, 1983-1984
Cardanha		Séc. XVI	42,4	17,9	Amorim, 1980
		Séc. XVII	25	26	
Cortegaça	Beira Litoral	1633-1829	9,1	3	Gomes, 1998

No que se refere às razões que levaram os homens e as mulheres da paróquia da Sé de Lisboa a contrair novos casamentos, são certamente muitas e de difícil explicação. Sabemos que a morte desempenha um papel importante na formação de novos casais, razão pela qual os casamentos habitualmente aumentavam a seguir às grandes crises de mortalidade.

Numa freguesia aberta como era a freguesia Sé de Lisboa, onde a mortalidade e a mobilidade geográfica eram uma constante, os registos paroquiais, não contendo todos os elementos informativos sobre os indivíduos, não nos permitem responder a esta questão.

Nos registos paroquiais de óbito os párcos raramente registavam as causas de morte, mas, em alguns assentos, eram feitas anotações sobre mortes devido ao parto, à peste e a doenças, entre outras. Sabemos, contudo, que, muitos casamentos eram interrompidos pela morte, muitas vezes precoce, de um dos cônjuges. No caso dos homens, muitos morriam em viagens marítimas. Nos registos de casamento houve casos em que foi

dada a indicação por parte do cura que o marido da viúva tinha falecido nas partes da Índia, na África ou em viagem no mar.

Mas, o facto de se tratar de uma freguesia onde a mobilidade era intensa impediu-nos o acompanhamento da trajectória de vida de muitos desses indivíduos e, conseqüentemente, o conhecimento de diversas realidades sociais. Alguns fixaram-se na paróquia já depois de terem enviuvado. Uns, voltaram a casar e nela baptizaram os seus filhos, outros permaneceram apenas temporariamente.

As naturalidades e as profissões também não foram referidas com regularidade, tornando-se, por isso, difícil conhecer os locais de origem de muitas dessas pessoas, a condição social dos viúvos e viúvas que voltavam a casar, com quem casavam, se casavam preferencialmente fora ou no interior do seu grupo social de origem, com que frequência se registavam as segundas núpcias nos diversos grupos sociais, porque casavam mais viúvas do que viúvos, seria porque enviuvavam mais cedo do que os homens ou ficariam muitas mulheres com filhos para sustentar, circunstância que poderia levar a um novo matrimónio para garantir a subsistência familiar.

Não dispondo de informações para responder a estas e outras questões, apresentamos apenas alguns exemplos de recasamentos que constam no nosso ficheiro de famílias e que servirão para ilustrar alguns destes comportamentos.

Observe-se os exemplos de mulheres que enviuvaram em idade de procriar, algumas os maridos faleceram em viagens marítimas, na Índia, em África e noutros locais. Foi o caso de Isabel Gonçalves que vendia na Ribeira. Era viúva de um sapateiro que se havia perdido na Nau Santo António quando ia para a Índia. Em Outubro de 1593, casou na igreja da Sé com João Fernandes, trabalhador da Ribeira, solteiro e natural de fora de Lisboa. A esta viúva não são conhecidos filhos vivos do primeiro matrimónio. Do segundo matrimónio, foram baptizadas duas meninas na freguesia da Sé.

Também Elvira Gomes, viúva, cujo marido tinha falecido em África, casou na igreja da Sé, em 1584. Desta relação nasceu um filho na freguesia da Sé.

Um outro exemplo foi o de Maria Rodrigues, trabalhadora, enviuvou na freguesia da Sé, e casou, em 1585, com um homem solteiro, trabalhador, natural de fora. Deste casamento nasceram nove filhos na freguesia da Sé, onde eram moradores, no Beco do Abreu.

Uma outra Maria Rodrigues, viúva, natural de fora da paróquia da Sé, casou em 1695, com Francisco da Rocha, solteiro. Não são conhecidos filhos da primeira união. Em 1699, ficou viúva, com um filho, e casou pela terceira vez, dois meses após a morte do segundo marido. Desta última união com um homem solteiro, nasceram quatro filhos na freguesia da Sé, onde eram residentes, na parte norte da rua do Almargem.

Um outro caso foi o de Brígida da Conceição, solteira, natural do Bispado de Leiria, que, em Outubro 1686, casou na Rua do Barão, freguesia da Sé, em casa do noivo, solteiro, que se encontrava doente na cama e que acabou por falecer em Dezembro do mesmo ano. Cerca de um ano após o falecimento do marido, em Novembro de 1687, Brígida casou, na igreja da Sé, em segundas núpcias, com Francisco João, solteiro, e faleceu em 1693, três meses após o nascimento do segundo filho.

Nos homens, identificámos casamentos de viúvos, em que a morte prematura da mulher ocorreu na sequência do parto. Entre outros casos, sabemos que, à data do falecimento de Maria de Sequeira, em Agosto de 1575, Sancho de Tovar ficou com duas crianças: Beatriz de quatro anos de idade e Pedro de apenas um ano. Em Novembro de 1577, o viúvo casou na igreja da Sé com uma rapariga solteira. Em 1578, foi baptizada na mesma igreja Violante, filha do casal.

Também a mulher do inquiridor António Lobo faleceu em Março de 1592, depois do parto de Tomáz, segundo filho do casal, nascido na freguesia da Sé. O viúvo voltou a casar cerca de dezasseis meses depois da morte da mulher, em Julho de 1593, com uma mulher solteira. Eram parentes e tiveram dispensação.

Mas, independentemente das razões que, na freguesia da Sé de Lisboa, levaram os viúvos e as viúvas a contrair um novo matrimónio, verificámos que entre 1620 e 1755, o recasamento foi bastante frequente em ambos os sexos, parecendo contudo mais favorável para o sexo feminino.

7.1. Estado Civil Combinado dos Nubentes

Para sabermos se os nubentes escolhiam maioritariamente cônjuges do mesmo estado civil ou de estado civil diferente, procurámos observar o estado civil combinado dos nubentes e saber quais as suas preferências matrimoniais.

Quadro 22
Nubentes segundo o estado civil combinado
(valores absolutos e proporcionais)
1620-1755

Estado civil	Solteiras		Viúvas		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Solteiros	4651	74,9	691	11,1	5342	86
Viúvos	562	9,1	305	4,9	867	14
Total	5213	84	996	16	6209	100

Pela observação do quadro 22, verificamos que ao longo de todo o período de observação, o casamento entre solteiros foi o mais frequente: em 74,9% dos casamentos,

ambos os cônjuges eram solteiros. Os menos frequentes foram os casamentos entre viúvos e viúvas, com 4,9%.

A maior facilidade das mulheres viúvas contraírem um novo matrimónio reflectiu-se, também, nas oportunidades de escolha dos cônjuges: 11,1% das mulheres que contraíram matrimónio entre 1620 e 1755 eram viúvas e casaram com homens solteiros. O valor percentual de homens viúvos a casar com mulheres solteiras situou-se nos 9,1%. De facto, as oportunidades dos homens viúvos se unirem, através do matrimónio, a raparigas solteiras foram inferiores às das viúvas.

Se analisarmos o quadro 23 que nos mostra os diversos tipos de enlaces matrimoniais segundo o estado civil combinado, nos três sub-períodos já anteriormente utilizados, observa-se uma predominância de casamentos entre homens e mulheres solteiros. O casamento entre dois viúvos foi sempre o meno frequente.

Quadro 23
Nubentes segundo o estado civil combinado
(valores absolutos e proporcionais)

Estado Civil	1620-1664					
	Solteiras		Viúvas		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Solteiros	1538	72,4	247	11,6	1785	84
Viúvos	190	8,9	150	7,1	340	16
Total	1728	81,3	397	18,7	2125	100
1665-1709						
Solteiros	1751	75,6	281	12,1	2032	87,7
Viúvos	180	7,8	103	4,5	283	12,3
Total	1931	83,4	384	16,6	2315	100
1710-1755						
Solteiros	1362	77	163	9,2	1525	86,2
Viúvos	192	10,9	52	2,9	244	13,8
Total	1554	87,9	215	12,1	1769	100

Ao compararmos os casamentos dos viúvos com os das viúvas, constatamos que os enlaces das viúvas com homens solteiros prevaleceram durante os dois primeiros sub-

períodos de observação. Entre 1710 e 1755 assistimos a uma inversão destes comportamentos, com uma subida da percentagem dos matrimónios entre homens viúvos e raparigas solteiras.

Após termos observado pela “análise dos nubentes segundo o estado civil”, quadro 20 e gráfico 13, uma menor frequência de mulheres viúvas a casar no sub-período de 1710-1755, comparativamente com os sub-períodos anteriores, verificamos agora que, nesse sub-período, as oportunidades que essas mulheres tiveram de casar com homens solteiros foram também menores. Para este comportamento poderá, em parte, ter contribuído e emigração diferencial masculina, intensa nas primeiras décadas do século XVIII, com a saída de homens válidos para o Brasil (Marques, 1995).

Noutras paróquias do país, resultados encontrados apontaram para uma maior frequência de casamentos de viúvos com solteiras, comparativamente com os casamentos de viúvas com solteiros: Cardanha (Amorim, 1980), com 26,8% de casamentos entre viúvos e solteiras e 4,1% entre viúvas e solteiros no século XVI e, respectivamente, 13,1% e 10,5%, no século XVII; S. Martinho de Avidos (Paiva, 2001), com 5,3% de casamentos de viúvos com solteiras e 2% de viúvas com solteiros, em 1660-1809; Meadela (Solé, 2001), com 18,3% de matrimónios entre viúvos e solteiras e 2,3% entre viúvas e solteiros, em 1650-1699; Palaçoulo (Raposo, 2000), com 26,3% de casamentos de viúvos com solteiras e 2,3% de viúvas com solteiros, em 1690-1749; Angra (Mesquita, 2004), com 11,7% de casamentos de viúvos com solteiras e 8,3% de viúvas com solteiros, em 1584-1699.

Em síntese, a observação do estado civil combinado dos nubentes permitiu-nos constatar que na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1620 e 1755, os segundos casamentos envolvendo mulheres viúvas e homens solteiros foram os mais frequentes. Só no sub-

período correspondente à primeira metade do século XVIII se superiorizou a proporção de viúvos que se uniram a raparigas solteiras através do matrimónio.

8. Viuvez e Ulterior Casamento

Após termos constatado que a percentagem de casamentos de nubentes viúvas foi superior à dos viúvos e que elas tinham uma maior facilidade em casar com pessoas solteiras, tentámos relacionar a viuvez com as variáveis sexo e idade, para o período de 1620-1755, de modo a observarmos quais as faixas etárias mais frequentes à viuvez nos homens e mulheres da freguesia da Sé de Lisboa. Partimos do pressuposto que o recasamento depende também da idade à viuvez (Lachiver, 1969), sendo geralmente mais frequente quanto mais jovens forem as mulheres e os homens viúvos (Lebrun, 1983).

Contudo, o facto da análise quantitativa recair unicamente sobre os casos em que são conhecidas as datas de óbito de ambos os cônjuges ou o casamento do cônjuge viúvo e os assentos de óbito e de casamento não indicarem, respectivamente, as idades dos defuntos e dos nubentes, levou a um reduzido número de observações, impedindo, por isso, chegar a qualquer generalização ou conclusão.

Quadro 24
Viuvez segundo o sexo e idade
(valores absolutos e proporcionais)
1620-1755

Grupos de idades	Viúvos		Viúvas	
	Obs.	%	Obs.	%
Menos de 30 anos	8	25	18	19,8
30-39	7	21,9	19	20,9
40-49	7	21,9	20	22
50 ou +	10	31,2	34	37,3
Todas as idades	32	100	91	100

Os escassos valores encontrados apontam para uma percentagem de viúvas bastante superior à dos viúvos (74% e 26%), o que parece indiciar uma mortalidade adulta diferencial que atingiu mais homens do que mulheres. Além da guerra que vitimava principalmente os homens, muitos faleciam, também, em terras distantes ou viagens marítimas.

Um estrangeiro que passou por Lisboa nos finais do século XVI, ao referir-se ao grande número de pessoas que saíam de Lisboa para a Índia, Brasil, Cabo Verde, Guiné e tantos outros lugares, aponta que:

“Destes regressam muito poucos, pois por fim o mar os engole e os devora, o que se vê na quantidade grande de viúvas que depois ficam em Lisboa, onde por cada homem que há numa casa, haverá três a quatro mulheres” (Villalba, 2002,p.236).

Também Teresa Rodrigues (1990, p.122), ao referir-se à mortalidade em consequência da peste que atingiu a cidade de Lisboa no final do século XVI e em 1602, escreve:

“Os mais atingidos de morte são os jovens adultos, à semelhança do ocorrido em 1599. No entanto, o facto de ser a população masculina a maior vítima é surpreendente, não só porque na cidade existem habitualmente mais mulheres, mas também por esse desequilíbrio ser agravado em período de guerra latente”.

No que se refere à idade à viuvez, quadro 24, os valores são ainda mais reduzidos e parecem indicar maiores percentagens de casos de viuvez na faixa etária dos cinquenta ou mais anos de idade. Os poucos casos identificados indiciam elevadas percentagens de homens e mulheres que enviuvavam em idades ainda jovens e antes de atingirem os quarenta anos de idade.

Relativamente às raparigas, muitas parece terem morrido em consequência do parto, como era referenciado pelos párocos em alguns registos de óbito. A título de exemplo, e embora não conheçamos as idades com que faleceram muitas destas mulheres, apresentamos alguns casos de óbitos em consequência dos partos.

Diversas mulheres faleceram na altura do nascimento do primeiro filho. Foi o caso de Violante Antónia, tinha casado em Janeiro de 1596, faleceu em Outubro desse ano: *“acabando de parir a dita criança logo faleceu”*. O mesmo aconteceu a Catarina Rodrigues, casou em Julho de 1621 e faleceu de parto do seu primogénito, em Março de 1622. Também Maria da Assumpção, residente na Calçadinha das Cruzes da Sé, casou em Julho de 1730 e faleceu de parto da sua primogénita, em Abril de 1731, com 21,7 anos de idade.

Outras mulheres faleceram de parto já depois de terem tido diversos filhos. Por exemplo, Ana Fernandes, com cerca de 34 anos de idade, faleceu de parto do seu quarto filho, em 1613. Uma outra mulher, Teresa Maria de Noronha, *“faleceu logo que pario”* o seu oitavo filho, em 1727. Por isso, a parteira Maria Pires na mesma hora do parto tinha baptizado a criança.

Outras mulheres, como Maria dos Santos, falecida em 1725, faleceram *“de acidente sobre parto”* no próprio dia do nascimento dos filhos e mesmo algum tempo depois. Outras ainda, como Olaia Luís, não conseguiram ter os seus filhos. Esta mulher, faleceu em 1596, e no registo de óbito lia-se: *“ enterrou-se na Igreja da Sé com a criança dentro na barriga porque não pode parir, e faleceu de parto”*.

Em síntese, embora a escassez dos números não nos permita tirar conclusões, as percentagens de viúvos e viúvas com menos de cinquenta anos parece terem sido elevadas

na freguesia da Sé entre 1620 e 1755, o que sugere a influência de uma mortalidade gravosa nos recasamentos.

O quadro “viuvez segundo o sexo e ulterior casamento” mostra-nos que num reduzido número de casos de viuvez conhecidos, se verifica uma similitude de comportamentos masculinos e femininos face a um novo casamento dos homens e mulheres.

Quadro 25
Viuvez segundo o sexo e ulterior casamento
(valores absolutos e proporcionais)
1620-1755

Homens			Mulheres		
Enviuvaram	Recasaram	%	Enviuvaram	Recasaram	%
32	3	9,4	91	8	8,8

Apesar das limitações causadas pela escassez dos números, os valores sugerem uma semelhante probabilidade de acesso a um novo matrimónio para ambos os sexos, já anteriormente apontada na distribuição da frequência dos matrimónios segundo o estado civil, quadro 20 e gráfico 13.

8.1. Idade média dos viúvos a um novo casamento

Embora o número de casos conhecidos seja, também aqui, bastante reduzido, nomeadamente no caso dos homens, impedindo mais uma vez qualquer tipo de generalização ou conclusão, o quadro “idade média dos viúvos a um novo casamento” aponta para baixas idades médias ao recasamento masculino e feminino.

Quadro 26
Idade média dos viúvos a um novo casamento
1620-1755

Homens		Mulheres	
Obs.	Idade Média	Obs.	Idade Média
9	40	53	30.2

As viúvas com idades ao posterior casamento por nós conhecidas contraíram segundas núpcias com uma idade média mais baixa do que os viúvos.

No recasamento, sugere-se, entre outros factores, a influência de uma mortalidade diferencial, que atingiria de um modo diferente homens e mulheres de determinadas faixas etárias. No caso dos homens, sugere-se a influência de guerras, idas para terras distantes, onde muitos homens acabariam por morrer, deixando viúvas as suas mulheres em idades ainda jovens, voltando muitas delas certamente a contrair um novo matrimónio. Para elas, talvez a possibilidade de voltar a casar estivesse mais associada à variável idade do que nos homens, porque as mulheres jovens estariam ainda em idade de procriar.

Por outro lado, não podemos excluir a influência de outros factores nos recasamentos masculinos e femininos, como, por exemplo, os diferentes hábitos culturais.

No quadro 27, apresentamos alguns resultados que mostram alguns comportamentos relativos à idade média com que as mulheres e os homens viúvos acederam a um posterior matrimónio, noutras paróquias do país.

Quadro 27
Comparativo da idade média dos viúvos a um novo casamento
 %

Paróquias	Região	Período	Viúvos	Viúvas	Fonte
Angra	Açores	1680-1699	42,3	37,6	Mesquita, 2004
Sul do Pico		1720-1809	43	37,9	Amorim, 1992
S.Martinho de Avidos	Minho	1660-1809	41,8	51,7	Paiva, 2001
Barcelinhos		1650-1750	35,5	40,7	Faria, 1998
Palaçoulo	Trás-os-Montes	1656-1749	44,2	42,1	Raposo, 2000
Cortegaça	Beira Litoral	1633-1829	38,53	47,1	Gomes,1998

Estamos perante comportamentos diversificados com idades médias a um novo casamento masculino que se situam entre os cerca de trinta e seis anos em Barcelinhos, na região do Minho, e os quarenta e quatro anos em Palaçoulo, na região de Trás-os-Montes. As idades médias femininas a um novo casamento situaram-se entre os cerca dos trinta e oito anos nas paróquias dos Açores e os cerca de cinquenta e dois anos em S. Martinho de Avidos, na região do Minho. As idades médias femininas encontradas para estas diversas paróquias do país, foram mais elevadas do que os cerca de trinta anos encontrados para a paróquia da Sé de Lisboa, entre 1620-1755.

8.2. Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento

As Constituições do Arcebispado de Lisboa (fo.Xvij) que regulamentavam o sacramento do matrimónio, estipulavam que os que casassem segunda vez, mesmo que o marido ou mulher estivesse ausente por muito tempo, só o podiam fazer “*depois da nova certa do cônjuge ausente e perante os oficiais da igreja mostrar legitimamente a morte, para que com licença se pudesse casar*”.

Para tentarmos observar a maior ou menor brevidade com que os homens e mulheres da paróquia da Sé de Lisboa voltavam a contrair um novo matrimónio após a morte do cônjuge, calculámos o intervalo médio entre a data de óbito do cônjuge falecido e o ulterior casamento. Mas, como podemos observar pelo quadro 28, mais uma vez, o reduzido número de casos conhecidos, inviabilizou qualquer tipo de generalização ou conclusão.

Quadro 28
Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento
(valores absolutos e proporcionais)
1620-1755

Intervalo	Homens		Mulheres	
	Obs.	%	Obs.	%
- 3 meses	8	16	7	6,9
- 6 meses	6	12	16	15,8
- 1 ano	11	22	25	24,8
- 2 anos	14	28	30	29,7
- 3 anos	5	10	12	11,9
- 4 anos	-	-	3	3
- 5 anos	1	2	1	1
5 ou + anos	5	10	7	6,9
Total	50	100	101	100

Dos poucos casos conhecidos, os recasamentos tanto para os homens como para as mulheres ocorreram sobretudo antes de terem passado dois anos após o falecimento dos esposos. O segundo intervalo de tempo mais frequente para ambos os sexos foi antes de um ano de viuvez. Uma análise conjunta para ambos os sexos, aponta para um equilíbrio relativo nos comportamentos dos viúvos e viúvas desta paróquia, face ao tempo de espera desde a morte dos cônjuges até à celebração dos posteriores matrimónios: 78% dos viúvos e 77,2% das viúvas voltaram a casar antes de terem completado os três anos de viuvez. Se considerarmos o menor intervalo de tempo, o escasso número de casos conhecidos traduz-se numa percentagem de 16% dos viúvos e 6,9% das viúvas que voltaram a casar antes de decorridos três meses após a morte do cônjuge. Neste caso, os viúvos contraíram um novo

matrimónio com uma maior brevidade do que as viúvas. Nos homens, a rapidez com que contraíam um novo matrimónio poderia, em parte, relacionar-se com a necessidade de ajuda para tratar das tarefas da casa e dos filhos, eventualmente nascidos da anterior união.

Comportamento idêntico foi observado no Sul do Pico e na Zona rural de Guimarães no século XVIII, com percentagens de 15% para os viúvos e 6% para as viúvas (Amorim,1992). Relativamente a estes comportamentos Norberta Amorim (1992, pp.103-104), salienta:

“ Se se admite que um breve recasamento se pode impor a um homem viúvo com filhos pequenos, o mesmo raciocínio não terá a mesma validade para as viúvas. Admito mais uma vez que antes do século XIX o recasamento fosse socialmente melhor aceite do que posteriormente”.

Em Meulan, França (Lachiver, 1969), entre 1660 e 1739, observou-se uma grande diferença de comportamentos entre homens e mulheres, eles casavam muito rapidamente, muitas vezes ao fim de dois meses de viuvez. Aí, não foi raro encontrar homens recasados três semanas depois do falecimento das mulheres, tempo de publicar os banhos.

No que se refere à freguesia da Sé de Lisboa, entre os casamentos em que foi possível identificar o intervalo de tempo entre a morte do cônjuge e a realização de um segundo matrimónio, apresentamos alguns casos seleccionados aleatoriamente que, embora não generalizáveis, servirão para ilustrar alguns desses comportamentos.

Por exemplo: Francisca Luís, enviuvou em de Abril de 1598, sem filhos nascidos na paróquia, tendo casado em Agosto desse ano, cerca de quatro meses depois da morte do marido, na igreja da Sé de Lisboa; em Março de 1599, ficou viúva Antónia Jorge, sem filhos nascidos na paróquia. Voltou a casar em Janeiro do ano seguinte, passados cerca de

dez meses depois da morte do marido; Teresa de Jesus, viúva desde Maio de 1738, casou pela segunda vez em Outubro desse ano, decorridos cinco meses após o óbito do cônjuge. A viúva residia na Ribeira e não tinha filhos registados na paróquia; Maria João ficou viúva em Outubro de 1629 e com três filhos, com idades entre os catorze e os vinte anos. Casou em Janeiro do ano seguinte, três meses depois da morte do marido; Antónia de Morim enviuvou em Junho de 1619 e casou em Fevereiro de 1622, passado um ano e oito meses da morte do anterior cônjuge. Tinha quatro filhos com idades entre os cinco e os dez anos.

Nos homens, temos, entre outros casos: Manuel Fernandes que enviuvou em Abril de 1590 e casou com uma rapariga solteira, em Junho desse ano, dois meses depois da morte da mulher. Da primeira união, ficou com um filho com cerca de doze anos de idade e outro com oito anos; Francisco Gonçalves Branco enviuvou em Maio de 1746, sem filhos nascidos na paróquia. Em Dezembro do mesmo ano casou com uma mulher solteira, sete meses após a morte do anterior cônjuge; Jorge Fernandes enviuvou em Agosto de 1617. Ficou com uma filha com menos de um mês de idade e casou com uma mulher solteira, em Janeiro de 1618, cinco meses depois de enviubar; João Manuel, ficou viúvo em Setembro de 1626 e com uma menina de sete meses. Casou com uma mulher viúva, em Novembro do mesmo ano, passados dois meses da morte da mulher.

Relativamente à rapidez com que os homens e mulheres viúvos contraíam um novo matrimónio, François Lebrun (1983, pp.54-55) aponta como razão essencial a necessidade económica, sobretudo quando a morte atingia um casal ainda novo:

“Neste caso, o sobrevivente não tem tempo para chorar longamente o defunto, é-lhe necessário encontrar uma nova mãe ou um novo pai para os seus filhos e reconstituir a célula familiar por instantes dissolvida”.

No caso das mulheres, poderemos perguntar se estará a maior rapidez a um novo matrimónio também, em parte, associada a uma baixa idade à viuvez e a um menor número de filhos trazidos do anterior matrimónio.

IV. FECUNDIDADE

O estudo da fecundidade de uma população através da utilização de técnicas adequadas despertou o interesse dos demógrafos, essencialmente, a partir dos finais do século XIX e particularmente a partir do século XX (Nazareth, 1975).

Sabe-se assim que, nas sociedades de Antigo Regime a fecundidade dita “natural” ao ser influenciável por uma diversidade de factores, varia consideravelmente consoante as populações (Amorim, 1992).

Estes diferentes comportamentos relativos à fecundidade dependem de variáveis demográficas interdependentes, como a mortalidade e a idade ao casamento, reguladores decisivos da fecundidade, e também da interacção entre outros factores de natureza socio-cultural, religiosa, económica, biológica, que conduzem a estruturas demográficas específicas. Entre os diversos fenómenos reguladores dos níveis de fecundidade de uma população, salientam-se a amenorreia pós-parto associada à amamentação, a abstinência sexual durante certos períodos, assim como também, o tipo de alimentação, carência ou abundância de alimentos (Bideau, 1984).

Perante estas variações que conduzem a comportamentos distintos, justificam-se os estudos regionais que nos dêem a conhecer a diversidade da realidade demográfica do país.

Embora não possamos determinar em que medida esta diversidade de factores influencia os níveis de fecundidade levando a comportamentos distintos, poder-se-ão analisar alguns indicadores que expressam o comportamento reprodutivo dos casais da freguesia da Sé de Lisboa.

Neste sentido, e tendo em conta que a maioria dos nascimentos ocorriam dentro do casamento, abordámos a fecundidade legítima separadamente da fecundidade ilegítima, isto é, das concepções e nascimentos que ocorreram fora do matrimónio.

Começámos, contudo, por observar a evolução da repartição mensal dos nascimentos, relacionando-os com os meses das concepções, e também a evolução da repartição dos nascimentos segundo os sexos.

Seguidamente, com base nos dados da paróquia reconstituída, analisámos alguns indicadores de fecundidade legítima, salientando-se desde já o baixo volume de observações utilizadas em alguns deles, que se deveu, essencialmente, à intensa mobilidade geográfica sentida na freguesia da Sé de Lisboa, e ao facto de nas diferentes análises se utilizarem unicamente as famílias que permitem retirar com rigor a informação pretendida, segundo uma tipologia previamente estabelecida (Amorim, 1991).

Assim, calcularam-se as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher e os espaçamentos entre o casamento e o primeiro nascimento, e entre os diversos nascimentos. Procurou-se ainda observar o número de filhos nascidos por casal e a influência da mortalidade precoce no número de nascimentos, através da repartição dos casais segundo o número de filhos que tiveram, em função dos anos de duração dos matrimónios.

Para o estudo da fecundidade ilegítima observámos as concepções pré-nupciais e aquelas que ocorrendo fora do casamento não foram legitimadas através de um posterior matrimónio.

1. Sazonalidade dos nascimentos

Após termos constatado que a escolha dos meses para a celebração dos casamentos não era indiferente às prescrições religiosas determinadas pela Igreja Católica, bem como a influências de natureza económica, social e cultural, iremos agora analisar o modo de distribuição dos nascimentos ao longo dos meses do ano, entre 1564 e 1755, para assim chegarmos ao movimento sazonal das concepções, que nos permitirá observar os comportamentos reprodutivos dos casais da freguesia da Sé de Lisboa, ao longo desse período.

Como nos assentos de baptismos da paróquia da Sé, os párocos registavam unicamente a data de baptismo da criança, omitindo a data de nascimento, recorreremos às Constituições do Arcebispado de Lisboa e vimos que toda a criatura tinha que ser baptizada no dia em que nascesse, ou até oito dias depois. Caso contrário, os pais ou responsáveis pela criança estariam sujeitos ao pagamento de multas, agravadas quanto maior fosse o tempo de demora. Na sua *Constituição Primeira* (fo.j), acerca do sacramento do baptismo, porta fundamento dos outros sacramentos sem o qual nenhuma pessoa pode ser salva, estabelece-se que:

“(…)ao dia de nascimento de qualqr creatura atee oito dias, seu padre ou madre ou outra qualquer pessoa que della cargo tiver ha façam baptizar em sua parrochial igreja. Nom ho fazedo assi sem causa justa paguem huu arratal de cera pera a dita igreja. Se os sobreditos estiverem mais outros oito dias sem ha fazer baptizar paguem tres arratees de cera pera a dita igreja. Se mais estiverem na dita negligencia, ajam aquela pena que a nossos officiaes bem parecer, salvo mostrando causa justa que os escuse”.

Era deste modo que estava regulamentado o sacramento do baptismo pela Igreja Católica. O concílio de Trento pedia que o baptismo das crianças tivesse lugar o mais cedo possível. Segundo François Lebrun (1983), em França, a maior parte dos estatutos sinodais do século XVII diziam que se deveriam baptizar as crianças dentro de vinte e quatro horas após o nascimento.

Sabendo, assim, que, na paróquia da Sé de Lisboa, o dia do baptismo das crianças correspondia ao dia do nascimento ou, o máximo, até oito dias depois, utilizaram-se nesta observação as datas de registos dos baptizados na paróquia da Sé de Lisboa, entre 1564 e 1755.

No quadro 29 apresentamos a repartição mensal dos nascimentos e concepções entre 1564 e 1755.

Quadro 29
Repartição mensal dos nascimentos e concepções
1564-1755

Nascimentos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Concepções	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Obs.	1547	1402	1456	1362	1219	1099	1169	1350	1464	1548	1590	1396
Índice	109,7	109,1	103,2	99,8	86,4	80,5	82,9	95,7	107,3	109,8	116,5	99

Se observarmos os dados referentes à sazonalidade dos nascimentos entre 1564-1755, vimos que, de acordo com os dados do quadro 29 e gráfico 14, Novembro foi o mês com o maior índice de nascimentos, seguindo-se os meses de Outubro, Janeiro e Fevereiro, com índices bastante semelhantes. A menor ocorrência de nascimentos registou-se nos meses de Junho, Julho e Maio, com índices inferiores a cem.

Gráfico 14
Sazonalidade dos nascimentos
Índices
1564-1755

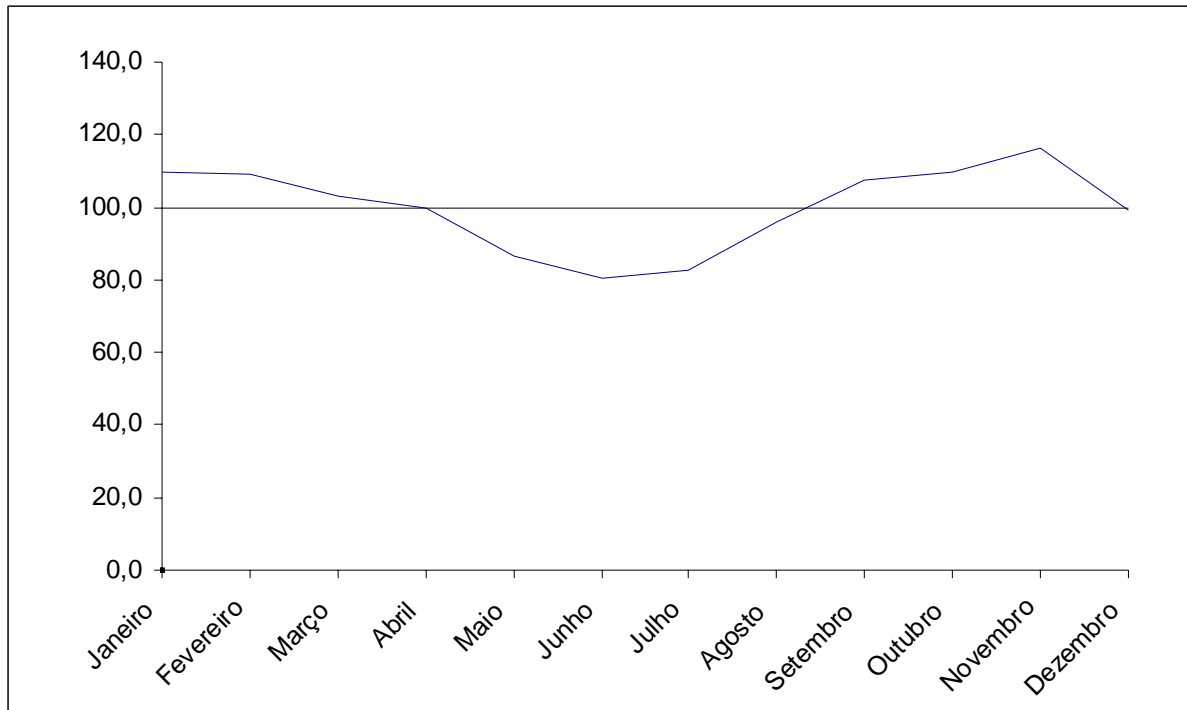
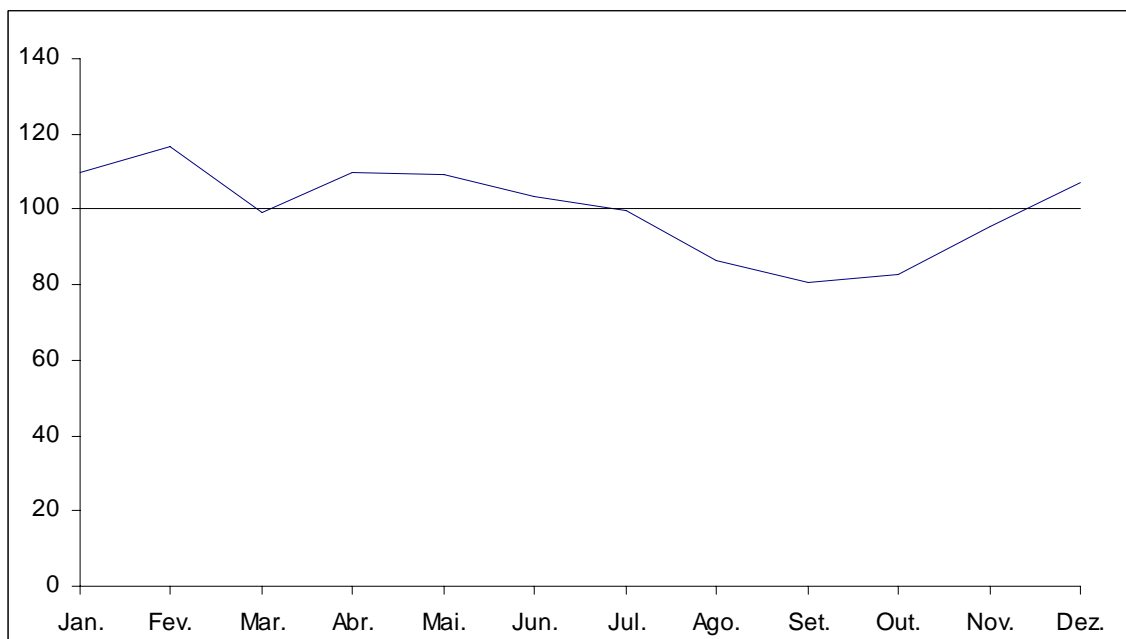


Gráfico 15
Sazonalidade das concepções
1564-1755



Ao relacionarmos os meses que se apresentaram mais e menos propícios aos nascimentos com os meses das concepções, constatamos, pela observação do quadro 29 e gráfico 15, que após um máximo de concepções em Fevereiro e Janeiro registou-se uma descida dos índices no mês de Março, indiciando um respeito pelo tempo de abstinência sexual aconselhado pela Igreja Católica para o período da Quaresma. Os meses de Abril, Maio e Junho foram também favoráveis à procriação. O menor volume de concepções registou-se em Setembro, Outubro e Agosto, meses de Outono e Verão.

Ao observarmos os nascimentos ocorridos em Setembro, correspondentes às concepções de Dezembro, verificamos que foi um dos meses de maior intensidade de concepções, indiciando uma menor adesão à abstinência sexual durante o tempo do Advento, comparativamente com o tempo da Quaresma, comportamento já observado para as uniões matrimoniais.

Conclui-se que entre meados do século XVI e meados do século XVIII, foi entre Julho e Novembro que terá ocorrido o menor volume de concepções, tempo de Verão e Outono, certamente de maior intensidade de trabalho, quer em actividades agrícolas quer em actividades marítimo-portuárias, reflectindo-se num maior cansaço físico, talvez menos propício à convivência conjugal. Se exceptuarmos o abrandamento do mês de Março, correspondente ao período da Quaresma, foi a partir de Dezembro e até Junho que se registou o maior volume de concepções, meses de Inverno, Primavera e início do Verão.

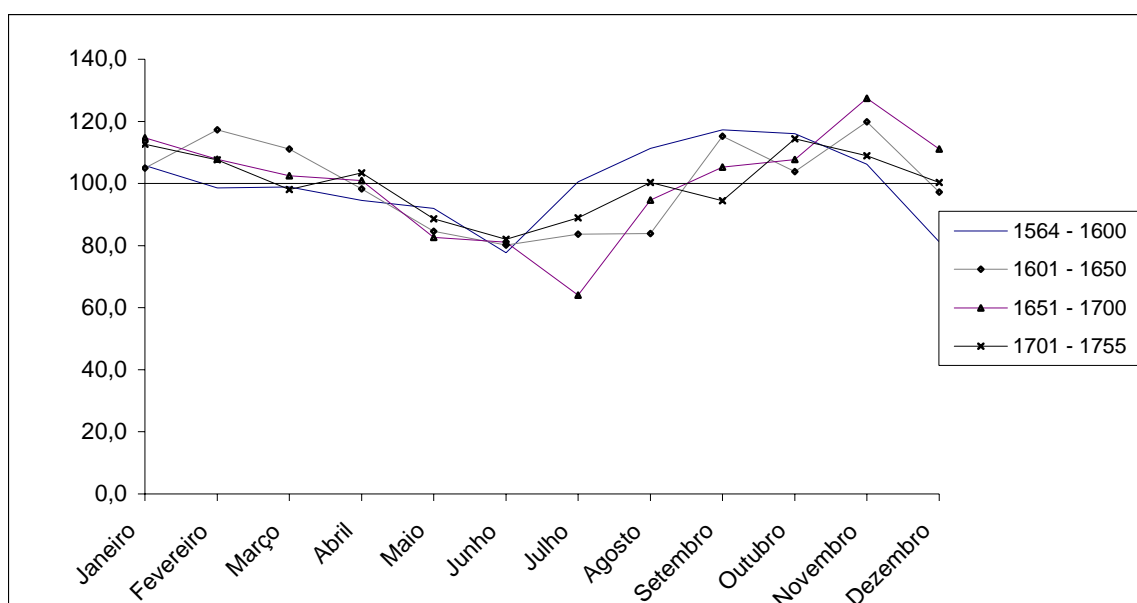
O movimento sazonal das concepções foi semelhante ao movimento sazonal dos matrimónios, como se pode observar no quadro e gráfico 6, capítulo da Nupcialidade. Durante o mesmo período, a segunda metade do ano parece ter sido a menos propícia tanto para os casamentos como para as concepções matrimoniais.

Uma análise mais pormenorizada, dividida em quatro sub-períodos mostra-nos uma evolução semelhante ao movimento sazonal de nascimentos observado para o período global de 1564 a 1755.

Quadro 30
Repartição mensal dos nascimentos
Índices

Nascimentos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Concepções	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Períodos	Índices											
1564-1600	105,7	98,6	98,9	94,6	92	77,7	100,6	111,3	117,2	116	106,1	81,2
1601-1650	105	117,2	111,1	98,3	84,6	80,1	83,7	83,9	115,3	103,8	119,9	97,2
1651-1700	114,7	107,8	102,4	101	82,7	81,1	64	94,7	105,3	107,7	127,4	111,1
1701-1755	112,6	107,6	98,1	103,5	88,6	82,1	88,9	100,4	94,5	114,4	109	100,4

Gráfico 16
Repartição mensal dos nascimentos
Índices



Comparando a evolução dos comportamentos registados em cada um dos quatro sub-períodos, quadro 30 e gráfico 16, vemos que, embora a maior incidência de nascimentos se verifique num período entre Agosto e Fevereiro, meses do final do Verão, Outono e

Inverno, e o menor volume de nascimentos se registe entre Março e Julho, período da Primavera e início do Verão, sobressaem, contudo, algumas diferenças, designadamente em 1564-1600.

Neste sub-período a menor intensidade de nascimentos registou-se logo a partir do mês de Fevereiro e até ao mês de Junho. Estas crianças terão sido geradas entre Maio e Setembro, final da Primavera, Verão e início do Outono. Os meses de maior natalidade situaram-se entre Julho e Novembro, o que significa que as crianças terão sido concebidas entre os meses de Outubro e Fevereiro. Este comportamento poderá em parte relacionar-se com um aumento da intensidade das actividades marítimas e portuárias durante a Primavera e o Verão.

No sub-período de 1601-1650, registou-se uma mudança de comportamento, traduzida em menores índices de nascimentos entre Abril e Agosto, aos quais terão correspondido as concepções ocorridas entre os meses de Julho e Novembro. O Verão e o Outono terão sido na primeira metade do século XVII, as estações do ano menos propícias à procriação. Pelo contrário, foi durante o Inverno e a Primavera e até ao início do Verão que terão ocorrido a maioria das concepções.

Nos sub-períodos de 1651-1700 e 1701-1755, as crianças nasceram principalmente nos meses de Outono, Inverno e início da Primavera, correspondendo às concepções que terão ocorrido na Primavera e início do Verão. Durante este período, o volume de nascimentos foi menor entre os meses do final da Primavera e no Verão.

Quanto à influência da religiosidade nos níveis de fecundidade relacionados com os meses da Quaresma, parece ter sido maior em 1564-1600 e 1601-1650. Nos dois sub-períodos seguintes, que vão desde 1651 até 1755, a elevação dos índices de fecundidade no

mês de Março, parece indiciar um menor grau de observância das recomendações relativas à abstinência sexual dos cônjuges durante o período quaresmal.

O tempo do Advento, tendo um tom de penitência menos marcante do que o tempo da Quaresma, parece ter sido menos respeitado. A observância dos conselhos de abstinência sexual no casamento durante o tempo do Advento, parece ter sido mais respeitada na primeira metade do século XVIII e na segunda metade do século XVII.

Conclui-se que, apesar de algumas variações nos sub-períodos observados, foi sobretudo nos meses de Outono e Inverno que mais crianças nasceram na paróquia da Sé de Lisboa. Os meses de Verão e Primavera foram os que registaram um menor volume de nascimentos. O Inverno e a Primavera terão sido assim as estações do ano mais propícias às concepções. As menos propícias foram o Verão e o Outono, meses provavelmente de maior ocupação em actividades agrícolas e também marítimas e portuárias, nessa época, intensas na cidade de Lisboa.

1.1 Comparação da distribuição mensal dos nascimentos e concepções com outras paróquias

Para identificarmos eventuais semelhanças e diferenças no modo de distribuição dos nascimentos e concepções ao longo dos meses do ano entre a paróquia da Sé de Lisboa e outros contextos geográficos, começámos por comparar os resultados obtidos para esta paróquia com os encontrados para as Mercês e Santiago, duas paróquias de Lisboa já reconstituídas¹² e por nós utilizadas noutras comparações, passando depois à comparação com algumas paróquias, com resultados conhecidos para outros pontos do país.

¹² Paróquias que integram o projecto *Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da população de Lisboa: séculos XVI até ao terramoto de 1755*. Todos os dados por nós utilizados referentes a essas paróquias foram gentilmente cedidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Quadro 31
Repartição mensal das concepções
Comparação entre paróquias de Lisboa
(Índices)

Meses		1701-1755		1700-1753
Nascimentos	Concepções	Sé	Mercês	Santiago
Janeiro	Abril	112,6	237,6	96,2
Fevereiro	Maio	107,6	-	138,4
Março	Junho	98,1	118,8	116,2
Abril	Julho	103,5	245,5	109,7
Maio	Agosto	88,6	237,6	81,3
Junho	Setembro	82,1	122,8	68,6
Julho	Outubro	88,9	-	73
Agosto	Novembro	100,4	-	89,6
Setembro	Dezembro	94,5	-	101,2
Outubro	Janeiro	114,4	237,6	111,2
Novembro	Fevereiro	109	-	120
Dezembro	Março	100,4	-	94,6

De acordo com o quadro 31, entre 1701 e 1755 observou-se um comportamento semelhante face a alguns meses de maiores índices de concepções registados nas paróquias da Sé e das Mercês: Janeiro, Abril e Julho, foram meses favoráveis à procriação, em ambas as paróquias de Lisboa.

Na paróquia de Santiago, num período correspondente à primeira metade do século XVIII, registou-se um máximo em Maio e Fevereiro, meses igualmente favoráveis às concepções na paróquia da Sé, em 1701-1755. Nestas duas paróquias de Lisboa, os índices mínimos registaram-se em Agosto, Setembro e Outubro.

Ao observarmos as estações do ano, vimos que a Primavera e o Inverno foram as que mais se propiciaram à procriação na paróquia da Sé de Lisboa. Comportamento semelhante registou-se na paróquia de Santiago, com o Inverno e o período entre o final da Primavera e meados do Verão a apresentarem elevados índices de concepções. Na paróquia das Mercês, as concepções ocorreram preferencialmente nos meses de Verão. Pelo contrário, o Outono foi pouco favorável à reprodução biológica nas três paróquias de Lisboa.

Os índices relativos às concepções no mês de Março parecem apontar para uma menor observância dos interditos religiosos relativos à abstinência sexual dos cônjuges no período da Quaresma, por parte da população da freguesia da Sé. Os índices das concepções de Dezembro indiciam uma maior adesão à abstinência sexual no tempo do Advento, por parte da população das freguesias das Mercês e da Sé, comparativamente com a paróquia de Santiago.

Quadro 32
Repartição mensal dos nascimentos e concepções
Comparação entre paróquias
Índices

Paróquias	Período	Nascimentos											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
		Concepções											
		Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Sé (Lisboa)	1564-1755	109,7	109,1	103,2	99,8	86,4	80,5	82,9	95,7	107,3	109,8	116,5	99
Angra (Açores)	1583-1699	113	133	125	102	100	87	81	82	88	97	102	89
Sul do Pico (Açores)	Antes de 1750	133	138	126	101	98	77	64	69	89	93	106	106
Cortegaça (Ovar)	1585-1774	124	126	119	102	79	75	71	81	106	108	101	108
S.Martinho de Avidos	1623-1700	94	142,3	133	150,8	110,3	77,1	42,2	77,8	93,8	84,3	93,8	100,5
Santiago de Romarigães	1640-1749	118	130	153	125	117	97	80	67	68	88	80	77
S.André de Barcelinhos	Até 1720	132	124	126	99	87	73	75	97	89	91	109	99
Conceição (Tavira)	Até 1799	142,8	119,3	101,9	98,3	82,1	62,1	62,6	63,8	87,4	119,3	140,9	119

Tentando agora uma comparação do movimento sazonal dos nascimentos e concepções observado na paróquia da Sé de Lisboa com outras paróquias do país, para períodos anteriores ao século XIX, os dados apresentados no quadro 32 apontam para comportamentos semelhantes.

Se confrontarmos os índices encontrados para a freguesia da Sé, entre 1564 e 1755, com os encontrados para paróquias açoreanas de Angra (Mesquita, 2004), entre 1583 e 1699, e do Sul do Pico (Amorim, 1992), antes de 1750, verifica-se um abrandamento do ritmo sazonal das concepções na paróquia da Sé entre Julho e Novembro, que se prolonga até ao mês de Janeiro nas duas paróquias dos Açores. O mesmo comportamento registou-se em Cortegaça (Gomes, 1998), Beira Litoral, entre 1585 e 1774, e Santo André de Barcelinhos (Faria, 1998), no Minho, até 1720, paróquias onde o abrandamento da reprodução biológica se deu, respectivamente, entre Julho e Novembro e entre Julho e Janeiro. Comportamento semelhante foi observado na paróquia de Conceição de Tavira (Pinto, 1996), no Algarve, até 1799, com uma diminuição do volume de concepções entre os meses de Julho e Dezembro.

Tal como na paróquia da Sé de Lisboa, na paróquia algarvia de Conceição de Tavira e na paróquia minhota de Santo André de Barcelinhos, os meses de Janeiro, Fevereiro, Abril e Maio foram os mais favoráveis à procriação. Os menos favoráveis foram Agosto, Setembro, Outubro e Novembro. O comportamento destas duas paróquias foi assim o que mais se aproximou do observado na paróquia da Sé de Lisboa.

Em síntese, a comparação entre os meses de maior e menor volume de nascimentos e concepções em diferentes paróquias do país, aponta para uma diminuição do volume de concepções nos meses de Outono: Setembro, Outubro e Novembro eram geralmente os meses em que menos crianças eram concebidas. Comportamento explicado como associado ao cansaço e falta de tempo causados pelos trabalhos agrícolas, intensos no período das colheitas, e também com os efeitos das correntes migratórias sazonais que ocorriam nos meses de Outono e Inverno (Brettel, 1991).

Os maiores índices de concepções apareciam habitualmente em meses de Primavera, mas também de Verão e Inverno. Nos meses de Março e Dezembro relativos aos períodos da Quaresma e do Advento a frequência de concepções era, de um modo geral, baixa, embora os interditos religiosos pareçam ter sido mais respeitados pelos casamentos e muito menos pelas concepções (Dupâquier, 1984).

Perante comportamentos semelhantes, as variações sazonais dos nascimentos parecem indicar a influência de interditos culturais e religiosos e também do calendário laboral, designadamente agrícola nos comportamentos reprodutivos dos casais.

2. Repartição dos nascimentos segundo os sexos

Para observarmos o modo de repartição dos nascimentos segundo os sexos, calculámos as relações de masculinidade que nos deram a conhecer quantos nascimentos de rapazes se verificaram por cada cem raparigas que nasceram na freguesia da Sé de Lisboa, em quatro sub-períodos, entre 1564 e 1755.

O valor médio deste indicador é cento e cinco, ou seja, por cada cem raparigas nascem cento e cinco rapazes (Nazareth, 1998). A maior ou menor diferença quantitativa entre os nascimentos masculinos e femininos poderá influenciar determinados comportamentos, tais como, as condições de acesso ao matrimónio, o celibato definitivo, a mortalidade e a mobilidade diferenciais, sendo, por isso, importante o estudo das relações de masculinidade.

Quadro 33
Repartição dos nascimentos segundo o sexo
Relações de masculinidade (R.M.)

Períodos	Homens	Mulheres	R.M.
1564-1600	1371	1354	101
1601-1650	2628	2370	111
1651-1700	2179	2001	109
1701-1755	2387	2195	109
1564-1755	8565	7920	108

Se considerarmos o período global, 1564-1755, e observarmos o quadro 33, vimos que, por cada 100 raparigas nasceram 108 rapazes. O período de 1564-1600, foi o menos favorável para os rapazes, apresentando um valor inferior ao valor médio, com 101 nascimentos masculinos para 100 nascimentos femininos. O período seguinte, 1601-1650, foi o mais favorável para os rapazes: por cada 100 raparigas nasceram 111 rapazes.

Pudemos concluir que, na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1564 e 1755, e para os quatro sub-períodos de análise, as relações de masculinidade foram sempre favoráveis ao sexo masculino.

3. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e idade média da mãe ao nascimento do último filho

No estudo da fecundidade legítima das mulheres da freguesia da Sé de Lisboa foram apenas consideradas as famílias tipo 1, famílias para as quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido, para o período de 1564-1755¹³, e num total de apenas 120 famílias, que se deveu à grande mobilidade geográfica da paróquia da Sé de Lisboa.

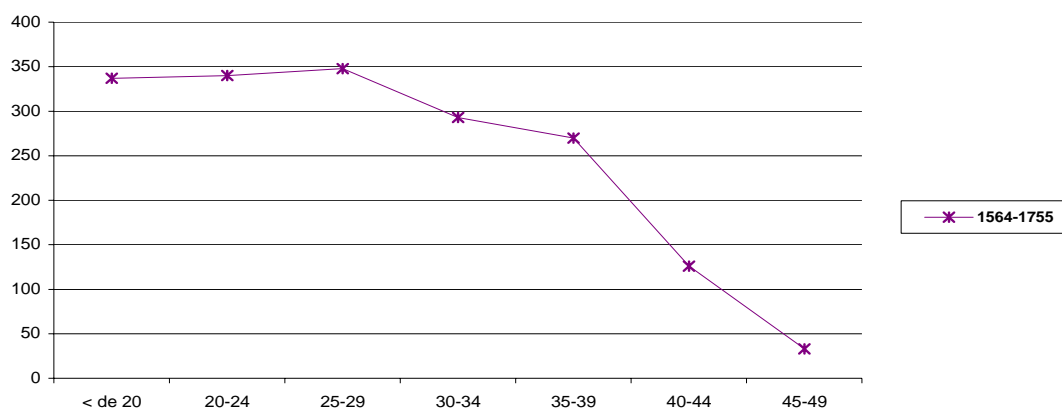
¹³ Por motivos de representatividade considerámos apenas um único período de análise.

Os indicadores utilizados foram: a taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, isto é, o número de crianças nascidas em cada ano de convivência conjugal por grupos de idade da mulher (Amorim, 2004), a descendência teórica e a idade média da mãe ao nascimento do último filho.

Quadro 34
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
Descendência teórica (DT)
(mil mulheres)
1564-1755

Obs.	< de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
120	337	340	348	293	270	126	33	8,7

Gráfico 17
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
(mil mulheres)



Pela observação do quadro 34 e gráfico 17, constata-se que, para o período de 1564-1755, as taxas de fecundidade mais elevadas registaram-se na faixa etária das mulheres dos 25-29 anos, seguida da dos 20-24 anos e do grupo de idades com menos de vinte anos,

revelando uma maior capacidade reprodutiva das mulheres dessas idades. A partir do grupo dos 30-34 anos, o nível de fecundidade reduziu progressivamente à medida que as mulheres avançaram na idade, tornando-se notória a associação entre a variável idade e a capacidade de reprodução dessas mulheres.

A descendência teórica, aproximou-se dos nove filhos por casamento, ou seja, na ausência de ruptura de união devido à mortalidade do cônjuge, seria esperada uma média de 8,7 filhos por casal. A idade média da mãe ao nascimento do último filho situou-se nos 39,6 anos ao longo de toda a observação, 1564-1755.

Encontrados estes valores para a freguesia da Sé de Lisboa e apesar das limitações inerentes a determinadas comparações, nomeadamente quando se trata de desiguais períodos temporais ou quando se comparam paróquias isoladas com países que integram um maior ou menor número de paróquias reunidas, tentámos uma comparação com valores encontrados para outras paróquias do país e para outros países da Europa.

Quadro 35
Comparativo das taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (D.T)

Região	Paróquias	Períodos	Grupos de idades							D.T.
			<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Estremadura	Sé – Lisboa a)	1564-1755	337	340	348	293	270	126	33	8,7
Algarve	Conceição Tavira b)	Até 1799	170	339	390	370	301	151	14	7,8
Açores	Angra c)	1600-1699	397	374	352	294	241	127	13	8,99
	Sul do Pico d)	Antes 1750	274	371	343	328	275	168	33	8,96
Minho	Guimarães rural e)	1620-1749	300	456	422	412	318	187	19	10,57
	Guimarães urbana e)	1620-1749	334	456	421	412	348	203	23	10,98
	Guimarães mista e)	1620-1749	356	421	425	369	351	191	32	10,73
	Barcelinhos f)	1660-1859	427	389	372	350	285	161	23	-
	S.Martinho Avidos g)	1660-1850	-	380	299	327	259	136	15	7,1
	Barcelinhos h)	Até 1749	-	315	317	285	218	103	4	6,2
Trás-os-Montes	Cardanha i)	1600-1795	321	388	362	348	224	127	15	8,93
	Rebordãos j)	1610-1750	319	397	378	356	292	122	13	9,39
	Palaçoulo l)	1656-1849	201	351	309	309	279	140	33	7,1
	Calvão m)	1670-1799	167	284	399	345	331	198	6	7,82
Beira Litoral	Cortegaça n)	Antes 1750	164	351	327	322	280	167	28	7,38
Europa Ocidental o)	França	Antes de 1750	-	467	445	401	325	168	-	9,03
	Suíça		-	509	463	398	321	164	-	9,28
	Inglaterra		-	414	392	332	240	140	-	7,59
	Alemanha		-	432	399	358	293	138	-	8,1
	Bélgica		-	472	430	366	317	190	-	8,88
	Escandinávia		-	447	412	344	287	166	-	8,28

FONTE: a) Registos paroquiais; b) Pinto, 1996; c) Mesquita, 2004; d) Amorim, 1993; e) Amorim, 1998; f) Faria, 1998; g) Paiva, 2001; h) Santos, 1998; i) Amorim, 1980; j) Amorim, 1973; l) Raposo, 2000; m) Faustino, 1998; n) Gomes, 1998; o) Flinn, 1989.

O quadro 35, comparativo das taxas de fecundidade legítima e descendência teórica, aponta para comportamentos diferenciados, colocando-se a Sé entre as paróquias com mais baixos níveis de fecundidade conjugal.

Se considerarmos a descendência teórica, isto é, se a convivência conjugal não fosse interrompida pela morte precoce de um dos cônjuges, os cerca de nove filhos esperados, em média, na freguesia da Sé de Lisboa, seriam também esperados em Angra, Sul do Pico e Cardanha. A descendência esperada na freguesia da Sé de Lisboa numa época de fecundidade não controlada, em que a mulher casada em convivência conjugal parece ter tido um comportamento reprodutivo constante (Flinn, 1989), enquadra-se nos valores encontrados para outros contextos geográficos.

Sabendo que os níveis de fecundidade legítima poderão ser maiores ou menores, dependendo da influência de diversos factores biológicos, económicos, sociais e mesmo culturais, será difícil apresentar razões para níveis de fecundidade não muito elevados nas mulheres da freguesia da Sé de Lisboa. Admite-se, entre outros factores, a influência da mobilidade geográfica e da mortalidade. Tratando-se de uma freguesia de Lisboa, grande cidade portuária ligada ao Oriente pela rota do cabo e mais tarde ao Império Sul-Atlântico, através do comércio triangular, onde chegavam e partiam barcos para o comércio nacional e internacional e onde a mobilidade geográfica era intensa, uns chegavam, outros partiam e muitos estavam ausentes em terras longínquas, interrompendo, assim, por períodos longos, a convivência conjugal, o que levaria a um alargamento dos intervalos entre os nascimentos e, conseqüentemente, a uma diminuição dos níveis de fecundidade. Por outro lado, Lisboa foi uma cidade bastante atingida pela mortalidade, devido a doenças, pestes, guerra (Flinn, 1989), que certamente levou à morte precoce de muitos cônjuges, que cedo interromperam o seu relacionamento familiar e conjugal, condicionando, deste modo, os níveis de fecundidade.

Em síntese, na freguesia da Sé as taxas de fecundidade mais elevadas registaram-se nos grupos de idades inferiores aos 30 anos. A partir desta idade e à medida que as mulheres iam envelhecendo a capacidade reprodutiva diminuiu. A idade média da mãe ao nascimento do último filho rondou os 40 anos de idade. A descendência teórica aproximou-se dos nove filhos por casal, comportamento característico do Antigo Regime Demográfico, em que a descendência média ultrapassava os cinco filhos por mulher (Rodrigues, 1995).

4. Espaçamento dos nascimentos

Sabendo que a fecundidade depende também do espaçamento dos nascimentos (Dupâquier, 1984), tentámos analisar os intervalos protogenésicos e intergenésicos, tendo-se para isso seleccionado todas as famílias fecundas, cuja duração de união atingiu, no mínimo, cinco anos, de modo a que a proporção dos intervalos curtos não fosse aumentada indevidamente, e foram somente consideradas as famílias com data de casamento por nós conhecida. A grande mobilidade geográfica da paróquia da Sé de Lisboa funcionou mais uma vez como factor perturbador da análise demográfica, levando a um reduzido número de casos identificados.

4.1. Intervalo protogenésico

Para o cálculo dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento, foram considerados unicamente os intervalos iguais ou superiores a oito meses, em virtude dos intervalos inferiores poderem corresponder a concepções pré-nupciais (Dupâquier, 1984). As famílias tipo 1e tipo 3, ou seja, famílias das quais conhecemos a data de nascimento da mulher e a data de casamento, foram as utilizadas nesta observação (Amorim, 1995).

Através da distribuição percentual dos casos conhecidos, observámos que os intervalos protogenésicos de 10, 11 e 12 meses foram aqueles em que incidiu o maior número de nascimentos, com um comportamento semelhante em todos os grupos de idades. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho rondou os 22,5 anos de idade.

Quadro 36
Intervalo protogenésico inferior a um ano
1564-1755

Intervalo em meses	Grupos de idades da mulher									
	Menos de 20		20-24		25-29		30 e mais		Todas idades	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
8-11	34	23,9	38	43,2	17	53,1	10	37	99	34,3
12 e +	108	76,1	50	56,8	15	46,9	17	63	190	65,7
Totais	142	100	88	100	32	100	27	100	289	100

Como se pode observar pela leitura do quadro 36, dos casos conhecidos, foi no grupo das mulheres dos 25-29 anos, seguido do grupo dos 20-24 anos, que recaiu a maior percentagem de nascimentos entre o oitavo e o décimo segundo mês após o casamento. As mulheres da faixa etária com menos de vinte anos foram as que mais tempo esperaram para ter o seu primogénito. Sabendo que, os valores de fecundabilidade poderão ser diferentes consoante a família e as zonas analisadas (Amorim, 1992), as mulheres desta freguesia poderão ter atingido mais tarde a sua capacidade reprodutiva.

Pela observação da duração média do intervalo protogenésico, segundo a idade da mulher ao casamento, é visível uma tendência de um elevado intervalo protogenésico médio e uma maior dificuldade das mulheres que casaram com menos de 20 anos em engravidar.

Quadro 37
Intervalo protogenésico médio
por grupos de idades da mulher ao casamento
(em meses)
1564-1755

Grupos de idades da mulher				
Menos de 20	20-24	25-29	30 e +	Todas idades
30,8	22,7	18,8	17,4	24,4

As que casaram mais tarde, foram as que tiveram o primeiro filho passado menos tempo após o casamento, revelando uma maior facilidade destas mulheres em engravidar.

O intervalo médio entre o casamento e o primeiro nascimento, para todas as idades da mulher ao casamento, aproximou-se do vinte cinco meses. Comportamentos semelhantes foram observados noutras paróquias para períodos anteriores ao século XIX: Palaçoulo (Raposo, 2000), 22,7 meses, em 1656-1849; Calvão (Solé, 2001), 21,2 meses, em 1670-1799, e Conceição de Tavira (Pinto, 1996), 21,17 meses, até 1799.

4.2. Intervalos intergenésicos

Os maiores ou menores intervalos entre os diversos nascimentos, em períodos anteriores à difusão dos métodos anticoncepcionais, dependiam de diversos factores, tais como a amenorreia pós-parto, a duração do período de amamentação do filho anteriormente nascido, a mobilidade geográfica da população masculina e outras interferências de carácter social, cultural e económico.

Começámos por observar a duração do primeiro intervalo intergenésico médio considerando as famílias com data de casamento conhecida, famílias tipo 1 a 4 (Amorim, 1995).

Quadro 38
Primeiro intervalo intergenésico médio
(em meses)
1564-1755

Grupos de idades da mulher				
Menos de 20	20-24	25-29	30 e +	Todas as idades
31,7	29,7	27,6	28	29,9

Ao compararmos os intervalos protogenésicos com os intergenésicos, constatamos que os segundos foram mais alargados. Este facto, deve-se, entre outros, à influência da

amamentação e da amenorreia pós-parto. As mulheres esperavam, em média, cerca de 30 meses para o nascimento do segundo filho.

As mulheres que casaram com menos de 20 anos foram as que mais tempo esperaram, contrariamente às que casaram na faixa etária dos 25-29 anos.

Os largos intervalos intergenésicos encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa poderão reflectir um sub-registo de mortalidade à nascença e também a influência da ausência prolongada de homens casados que partiam para terras longínquas, com repercussões nos níveis de fecundidade legítima.

Comparando os cerca de trinta meses que as mulheres da freguesia da Sé de Lisboa esperavam, em média, para o nascimento do segundo filho, com resultados obtidos para outras paróquias, observamos a existência de intervalos mais alargados: Palaçoulo (Raposo, 2000), 31,5 meses, em 1656-1849; Sul do Pico (Amorim, 1992) 31,3 meses, antes de 1880, e Conceição de Tavira (Pinto, 1996), 31,13 meses, até 1799. Os menos alargados observaram-se em Meadela (Solé, 2001) com 27,2 meses, em 1634-1749, Calvão (Faustino, 1998) com 28,3 meses, em 1670-1799, e Angra (Mesquita, 2004), com 28,6 meses, em 1600-1639, e 28,9 meses, em 1640-1699.

Partindo-se do pressuposto da existência de um maior equilíbrio nas famílias numerosas, calculámos os intervalos intergenésicos médios sucessivos para os casais que tiveram cinco ou mais filhos, independentemente da idade da mulher.

Quadro 39
Intervalos intergenésicos médios sucessivos
(Famílias numerosas)
Todas as idades da mulher
1564-1755

Intervalos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Meses	27	27,7	29,8	31	32,3	30,5

Segundo os dados do quadro 39, à medida que as mulheres iam tendo mais filhos, maior era o tempo de espera entre os nascimentos. A única exceção observou-se no sexto intervalo, com uma redução do tempo médio de espera para o nascimento dos filhos: as mulheres esperavam mais tempo para ter o quinto e o sexto filho e menos pelo nascimento do sétimo filho. Os diversos intervalos intergenésicos médios reflectem um ritmo lento de nascimentos. Tal como nos diz Alain Bideau (1984, pp.58-59): *“cada mulher tem um comportamento fecundo próprio e a verdadeira homogeneidade encontra-se ao mesmo tempo ao nível individual e familiar”*.

5. Número de filhos nascidos por casamento

Para a análise do número de filhos nascidos por casamento, considerámos todas as famílias para as quais eram conhecidas a data da união matrimonial e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, famílias tipo 1 e tipo 2 da nossa base de dados. Começámos por observar o número de filhos por união independentemente do tempo de duração do casamento e da idade da mulher ao casamento. Mas, incidindo o nosso estudo num período de Antigo Regime em que a população, à partida, se caracteriza pela existência de uma fecundidade e de uma mortalidade elevadas (Rodrigues, 1995), funcionando a mortalidade precoce da mulher ou do seu cônjuge como condicionante da fecundidade legítima, observámos ainda o número de filhos nascidos por casamento, em função do número anos que os casais permaneceram em união.

Quadro 40
Repartição das famílias segundo o número de filhos
(independentemente da duração do casamento)

Nº de Filhos	1564-1650		1651-1755		1564-1755 (global)	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	194	18,1	214	19	408	18,6
1	251	23,4	258	23	509	23,2
2	208	19,4	212	18,9	420	19,1
3	130	12,1	108	9,6	238	10,8
4	80	7,4	86	7,6	166	7,5
5	62	5,8	69	6,1	131	6
6	56	5,3	51	4,5	107	4,9
7	35	3,3	45	4	80	3,6
8	16	1,5	30	2,7	46	2,1
9	20	1,8	20	1,8	40	1,8
10	15	1,3	9	0,8	24	1,1
11	4	0,4	9	0,8	13	0,6
12	1	0,1	7	0,6	8	0,37
13	1	0,1	3	0,3	4	0,19
14	0	0	2	0,2	2	0,09
15	0	0	1	0,1	1	0,05
Total	1073	100	1124	100	2197	100
% de famílias infecundas						
		18,1		19		18,6
Média filhos/família						
	2,6		2,75		2,67	
Média filhos/família fecunda						
	3,16		3,39		3,2	

Pela apreciação do quadro 40, constatamos que as percentagens de infecundidade foram semelhantes em ambos os sub-períodos de análise, registando-se o valor mais elevado em 1651-1755, com uma percentagem que se situou nos 19%, em relação ao total das famílias observadas nesse período. A média de filhos nascidos no seio de cada família foi baixa, não chegando a atingir os três filhos por casal. Se considerarmos apenas as famílias fecundas, a média de filhos por família sobe para os 3,16, em 1564-1650, e os 3,39 filhos, em 1651-1755. Das famílias fecundas, as mais frequentes tinham um filho, seguindo-se, respectivamente, as famílias com dois e três filhos.

As famílias com cinco ou mais filhos representaram 19,6% do total das famílias observadas em 1564-1650, e 21,9% do total de famílias observadas em 1651-1755.

Em termos comparativos, constatamos que relativamente à infecundidade, para a cidade de Angra, nos Açores (Mesquita, 2004), foram encontradas percentagens superiores às da freguesia da Sé de Lisboa: 23,3% e 29,5%, respectivamente entre 1600-1639 e 1640-1699. Comparativamente com algumas paróquias rurais do norte do país os 18,6% encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa, em 1564-1755, estão mais próximos dos 18,3% registados em Santo André de Barcelinhos (Faria, 1998), antes de 1750. As percentagens de infecundidade encontradas para outras paróquias do país foram diversificadas. Por exemplo, para o Norte do país, paróquias como Santa Tecla (Carvalho, 1999) e Calvão (Faustino, 1998), registaram percentagens de infecundidade, respectivamente, de 12,1%, em 1623-1799, e 22,4%, em 1670-1799. No Algarve, em Conceição de Tavira (Pinto, 1996), num período até 1799 a percentagem de infecundidade situou-se nos 14,9%.

No que se refere à média de filhos nascidos por família, na cidade de Angra, nos Açores (Mesquita, 2004), foi de 3,45 em 1600-1639 e 3,34 em 1640-1699, valores superiores aos 2,6 e 2,75 encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa, respectivamente, em 1564-1650 e 1651-1755. Se compararmos estes valores registados para a freguesia da Sé, com os 4 filhos nascidos, em média, em Santo André de Barcelinhos (Faria, 1998), antes de 1750, os 3,9 filhos nascidos em Calvão (Faustino, 1991), em 1670-1799, os 4,7 filhos nascidos em Santa Tecla (Carvalho, 1999), em 1623-1799, e os 3,96 nascidos em Conceição de Tavira, no Algarve (Pinto, 1996), até 1799, verificamos que na freguesia da Sé de Lisboa nasciam, em média, menos filhos por casal.

Perante um baixo número médio de filhos nascidos por casamento, procurámos observar a influência da interrupção precoce dos casamentos no número de filhos nascidos por união, calculando a percentagem das famílias segundo o número de filhos, consoante os anos de duração dos casamentos, para os períodos de 1564-1650 e 1651-1755.

Quadro 41
Repartição das famílias segundo o número de filhos
(consoante a duração do casamento em anos)
1564-1650

Número de filhos	Duração dos casamentos											
	0-4		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	59	17,3	36	15,5	30	21,6	21	18,7	17	20,2	8	12,1
1	160	46,9	44	19	12	8,6	17	15,2	8	9,5	4	6,1
2	102	29,9	49	21,1	14	10,1	13	11,6	12	14,3	5	7,6
3	19	5,6	55	23,7	17	12,3	15	13,4	8	9,5	9	13,6
4	1	0,3	37	15,9	20	14,4	4	3,6	8	9,5	6	9,1
5	-	-	9	3,9	19	13,7	12	10,7	4	4,8	8	12,1
6	-	-	2	0,9	14	10,1	18	16,1	7	8,3	8	12,1
7	-	-	-	-	6	4,3	7	6,2	8	9,5	6	9,1
8	-	-	-	-	3	2,1	3	2,7	2	2,4	3	4,5
9	-	-	-	-	1	0,7	1	0,9	4	4,8	5	7,6
10	-	-	-	-	3	2,1	1	0,9	3	3,6	3	4,6
11	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,6	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5
Total	341	100	232	100	139	100	112	100	84	100	66	100
% de famílias infecundas												
		17,3		15,5		21,6		18,7		20,2		12,1
Média filhos/ família												
		1,25		2,21		3,27		3,25		3,82		4,64
Média filhos/família fecunda												
		1,5		2,61		4,17		4		4,79		5,27

Quadro 42
Repartição das famílias segundo o número de filhos
(consoante a duração do casamento em anos)
1651-1755

Número de Filhos	Duração dos casamentos											
	0-4		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	75	21,2	43	15,7	32	22,3	25	22	12	13,2	11	17,5
1	156	44	43	15,7	20	14	13	11,5	12	13,2	4	6,3
2	98	27,7	72	26,4	11	7,7	9	7,9	9	9,9	8	12,7
3	23	6,5	54	19,8	14	9,8	6	5,3	4	4,4	4	6,3
4	1	0,3	38	13,9	19	13,3	11	9,7	7	7,7	4	6,3
5	1	0,3	17	6,3	18	12,6	11	9,7	10	10,9	4	6,3
6	-	-	6	2,2	17	11,9	10	8,8	8	8,8	3	4,8
7	-	-	-	-	9	6,3	10	8,8	12	13,2	3	4,8
8	-	-	-	-	2	1,4	8	7,7	6	6,6	7	11,1
9	-	-	-	-	1	0,7	6	5,3	4	4,4	6	9,5
10	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4,4	2	3,2
11	-	-	-	-	-	-	2	1,7	-	-	2	3,2
12	-	-	-	-	-	-	1	0,8	3	3,3	1	1,6
13	-	-	-	-	-	-	1	0,8	-	-	2	3,2
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6
15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6
Total	354	100	273	100	143	100	113	100	91	100	63	100
% de famílias infecundas												
		21,2		15,7		22,3		22		13,2		17,5
Média filhos/família												
		1,21		2,28		3,08		3,92		4,53		5,17
Média filhos/família fecunda												
		1,54		2,7		3,96		5,03		5,21		6,27

Os valores obtidos e apresentados nos quadros 41 e 42 revelam os efeitos da ruptura precoce dos matrimónios. Em ambos os sub-períodos observados, as famílias que tiveram mais filhos foram as que mais anos permaneceram casadas. Em 1564-1650 e 1651-1755, respectivamente 51,5% e 50,9% dos casais com cinco ou mais filhos, estiveram casados entre vinte cinco e vinte e nove anos. Os casais cujas uniões se mantiveram entre 10-14 anos, 15-19 e 20-24 anos, as percentagens dos que tiveram cinco ou mais filhos situaram-se, respectivamente, nos 33%, 37,5% e 37%, em 1564-1650, e nos 32,9%, 43,6% e 51,6%, em 1651-1755.

A média de filhos por casal subiu significativamente, associada à durabilidade do casamento. Quanto mais anos se mantiveram casados, mais elevada era a média de filhos nascidos por união, registando-se a média mais alta nos casais cuja durabilidade do matrimónio atingiu os 25-29 anos, com uma média de 4,64 filhos por família, em 1564-1650, e 5,17 filhos por família, em 1651-1755. Ao excluirmos as famílias estéreis, verificámos que esse valor subiu, respectivamente, para os 5,27 e os 6,27 filhos por família fecunda. Tendo em conta a intensa mobilidade geográfica da paróquia, admite-se que alguns filhos tivessem sido baptizados fora da freguesia.

Concluí-se que, na freguesia da Sé de Lisboa, as famílias cujo matrimónio foi precocemente interrompido pela morte de um dos cônjuges foram as que menos filhos tiveram. De facto, quanto mais anos a mulher se mantivesse casada, maior seria o número de filhos que poderia ter.

6. Duração dos casamentos

Sabendo que, nas populações antigas, a duração do casamento tinha um papel decisivo nos níveis de fecundidade (Henry, 1988), procurámos saber quantos anos, em média, duraram os casamentos na freguesia da Sé de Lisboa e conhecer as percentagens de casais em função do número de anos que estiveram casados, para o período global de 1564-1755 e para os sub-períodos de 1564-1650 e 1651-1755.

Para esta análise considerámos todos os casais, cuja data de casamento e óbito do primeiro cônjuge falecido era por nós conhecida, independentemente de se tratar de um primeiro ou ulterior casamento.

Quadro 43
Duração dos casamentos

Intervalo (anos)	1564-1650		1651-1755		1564-1755	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0-4	341	31,8	354	31,5	695	31,6
5-9	232	21,6	273	24,3	505	23
10-14	139	13	143	12,7	282	12,8
15-19	112	10,5	113	10,1	225	10,2
20-24	84	7,8	91	8,1	175	8
25-29	66	6,1	63	5,6	129	5,9
30 e +	99	9,2	87	7,7	186	8,5
Total	1073	100	1124	100	2197	100
Média (anos)	12,4		11,5		12	

Segundo os valores do quadro 43, o cálculo da duração média dos casamentos, quer se tratasse do período global ou dos dois sub-períodos considerados, confirma a pouca durabilidade das uniões que se situou à volta dos 12,4 anos, em 1564-1650, e dos 11,5 anos, em 1651-1755. Estes valores apontam para uma elevada mortalidade adulta ao longo de todo o período.

Mais de 50% dos matrimónios eram interrompidos antes de atingirem os 10 anos de durabilidade, devido à morte de um dos cônjuges. A percentagem de uniões dissolvidas antes dos cinco anos de matrimónio era também muito elevada: cerca de 30% das famílias eram atingidas pela morte de um dos cônjuges nos primeiros anos de casamento. Poucos foram os casais que se mantiveram em convivência conjugal mais de 25 anos, com uma percentagem que rondou os 15%.

A comparação da duração média dos casamentos na freguesia da Sé com outras paróquias do país, aponta para níveis de mortalidade adulta bastante elevados nesta freguesia de Lisboa. Os 12 anos de tempo médio de casamento na paróquia da Sé, entre 1564 e 1755, são bastante inferiores aos observados em paróquias minhotas: Santiago de Romarigães (Santos, 1998), até 1749, 21,4 anos; Meadela (Solé, 2001), comunidade rural

do Alto Minho, 25,1 anos, em 1593-1749; Santo André de Barcelinhos (Faria, 1998), 24,1 anos, antes de 1750.

Em Calvão (Faustino, 1998), paróquia de Trás-os-Montes, e Cortegaça (Gomes, 1998), paróquia da Beira Litoral, a duração das uniões foi também mais longa do que na paróquia da Sé de Lisboa: 25,2 anos, em 1670-1799, e 27 anos, antes de 1800, respectivamente.

Em Angra (Mesquita, 2004), nos Açores, entre 1600 e 1699, os casamentos duraram, em média, 19,61 anos, e no Sul do Pico (Amorim, 1992), também nos Açores, antes de 1800, a sua duração média foi de 27,3 anos, valores também superiores aos registados para a freguesia da Sé de Lisboa. O mesmo aconteceu em Conceição de Tavira (Pinto, 1996), no Algarve, onde, até 1799, os casamentos duraram, em média, 20,15 anos.

Em síntese, a pouca durabilidade dos matrimónios aponta para elevados níveis de mortalidade adulta que, em parte, poderão explicar os elevados índices de infecundidade e o baixo número médio de filhos por casal.

7. Fecundidade ilegítima

Sendo a fecundidade ilegítima consequência de relações e concepções fora do casamento, alguns casais acabavam por casar antes do nascimento dos filhos, ficando estes registados nos livros de registos de baptismos como legítimos. Assim, ao estudarmos a fecundidade ilegítima abordaremos não só as concepções pré-nupciais mas também os nascimentos que ocorreram fora do matrimónio e que, de um modo geral, correspondiam a crianças filhas de mães conhecidas e de pais incógnitos, havendo, no entanto, casos em que o pai era o único progenitor conhecido e, outros ainda, em que ambos os progenitores eram

conhecidos, mas os filhos eram ilegítimos em virtude de serem fruto de relações fora do matrimónio. Por fim, abordaremos os expostos ou enjeitados, aqueles para quem não era conhecido pai nem mãe.

7.1. Concepções pré-nupciais

O estudo das concepções pré-nupciais contribui não só para a compreensão do comportamento reprodutivo de uma determinada população mas, sabendo que as crianças deveriam ser concebidas e nascer no interior do casamento (Lebrun, 1983), poderá também ajudar a perceber até que ponto as normas de conduta social e religiosa eram interiorizadas e postas em prática pelos futuros casais, o grau de constrangimento socio-cultural e familiar a que estavam sujeitos e a eficácia dos mecanismos utilizados, designadamente por parte da igreja, como forma de controle social.

Para observarmos este comportamento na população da freguesia da Sé de Lisboa utilizámos como indicador o intervalo protogenésico inferior a oito meses, pelo facto de, na sua generalidade, corresponder a concepções ocorridas antes do matrimónio.

Quadro 44
Intervalo protogenésico inferior a 8 meses
1563-1755

Intervalo < 8 meses			Intervalo < = 3 meses		
Obs.	%	Int. Médio	Obs.	%	Int. Médio
149	8,2	4,4	50	33,6	2

A percentagem de mulheres que tiveram o primeiro filho antes ou durante os primeiros sete meses de casamento foi calculada em relação ao total dos primeiros nascimentos legítimos (Henry, 1988). Das mil oitocentos e onze famílias fecundas, para as quais conhecemos a data de casamento, cento e quarenta e nove nascimentos

correspondem a concepções pré nupciais, o que representa 8,2% do total de primeiros nascimentos, como podemos observar pela leitura quadro 44.

O intervalo médio entre o casamento e o nascimento do primogénito foi 4, 4 meses. Os nascimentos que ocorreram durante os primeiros três meses após a legitimação das uniões por parte da igreja, através do matrimónio, corresponderam a 33,6% do total das concepções pré-nupciais e o intervalo médio situou-se nos dois meses.

Partindo do pressuposto que os intervalos curtos ou mais espaçados poderiam apontar para uma menor ou maior reprovação social relativamente às relações íntimas entre noivos (Amorim, 1992), poderemos perguntar se um intervalo médio que não chegou a atingir os cinco meses poderá indicar que o mais importante seria legitimar o nascimento dos filhos, embora nem sempre o casamento se realizasse a tempo de ocultar a gravidez. Uma vez grávidas, as raparigas necessitariam de algum tempo para a preparação do casamento. Pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa sabemos que todos os que se quisessem casar teriam, primeiro, que ser apregoados na igreja, devendo, para isso, fazê-lo saber aos seus curas, para que antes de serem recebidos fossem denunciados na igreja durante três Domingos, na missa do dia, quando o povo estivesse todo junto.

No que se refere à percentagem de concepções antes do casamento, a comparação da paróquia da Sé de Lisboa com outras paróquias do país, em períodos anteriores ao século XIX, mostra que, os mesmos 8,2% foram encontrados para o Sul do Pico (Amorim, 1992), num período entre 1680 e 1729. Percentagens superiores registaram-se nas paróquias transmontanas de Calvão (Faustino, 1998) e Palaçoulo (Raposo, 2000), respectivamente, com 8,4%, em 1670-1799, e 8,8%, em 1656-1849; em Santiago de Romarigães (Santos, 1991), no Minho, com 9,2%, em 1640-1749; em Angra (Mesquita, 2004), nos Açores, com 9,3%, entre 1600 e 1699; em Barcelinhos (Faria, 1998), no Minho, com 10,2%, antes de

1800; em Cortegaça (Gomes, 1998), Beira Litoral, com 13,2%, antes de 1800; em S.Martinho de Avidos (Paiva, 2001), no Minho, com 13,6%, em 1660-1799.

Percentagens inferiores foram registadas em Meadela (Solé, 2001), comunidade rural do Alto Minho, com 5,12%, em 1593-1749, e em Conceição de Tavira (Pinto, 1996), no Algarve, com 5,6%, até 1799.

Perante um nível de concepções anteriores ao matrimónio mais baixo na paróquia da Sé, quando comparado com outras paróquias do país, e não possuindo dados que nos permitam avançar com qualquer tipo de explicação, poderemos perguntar até que ponto este comportamento estaria relacionado com hábitos culturais, com um maior constrangimento familiar e social ou mesmo com um maior respeito desta população pela lei religiosa que interditava a coabitação antes do casamento.

De facto, os 8,2% encontrados para a freguesia da Sé de Lisboa relativamente às concepções pré-nupciais, num período anterior ao século XIX, foi inferior ao registado em algumas paróquias de Trás-os-Montes, Minho e Açores.

7.2. Filiação natural e enjeitados

A ilegitimidade poderá ser considerada como um desvio às normas de conduta social e religiosa e, como tal, sujeita a sanções sociais que variam consoante as sociedades e tipos de ilegitimidade.

Para conhecermos os níveis de fecundidade ilegítima na freguesia da Sé de Lisboa num período anterior ao século XIX, calculámos a proporção de nascimentos ilegítimos e de crianças enjeitadas em relação ao total de nascimentos.

Considerámos filhos ilegítimos aqueles cuja concepção e nascimento ocorreram fora do casamento, fruto de relações entre pessoas que não podiam, ou por qualquer outra razão, não legitimaram a relação através do matrimónio, pelo menos antes do nascimento

da criança, podendo, contudo, vir a fazê-lo mais tarde. Aqueles para quem não foi conhecido pai nem mãe, considerámo-los como enjeitados ou expostos.

7.2.1. Ilegítimos

Apesar da preocupação com o casamento e do controlo social e religioso existente na época, alguns casais viviam “*amancebados*” ou eram “*amigos*” como, por exemplo, Luís Monteiro da Silva e Benta Correia que, a 15 de Maio de 1601 casaram no Paço do Senhor Arcebispo por estarem “*amancebados e postos em visitação*”.

Nos registos paroquiais de baptismos da freguesia da Sé de Lisboa, identificámos diferentes tipos de relações que levaram a diferentes tipos de ilegitimidade: filhos de pai e mãe conhecidos mas não casados; filhos de pai casado e mãe solteira ou viúva; filhos de pais solteiros; filhos de pai conhecido e de mãe desconhecida, ou que não se dera o nome.

Mas, as situações mais frequentes de registos de ilegitimidade foram os de crianças filhas de mãe conhecida e de pai incógnito, situações em que os párocos, por vezes, anotavam “*o pai se não sabe*”, “*não se soube nome de pai*”, “*pai incógnito*”, “*não deram nome de pai*”, “*não lhe deram pai*”, “*pai incerto*”, “*pai oculto*”, ou registavam unicamente o nome da mãe da criança. Na maioria dos casos, a escassez de informação sobre estado civil, naturalidade, residência, não nos permitiu saber quem eram essas mães de filhos ilegítimos. Dos poucos casos conhecidos, as mães solteiras apareceram com maior frequência.

Mas, entre a população com filhos ilegítimos encontravam-se, ainda, as escravas. A identificação das crianças filhas de escravas, permitiu-nos calcular a fecundidade ilegítima separando os filhos da população livre dos filhos das mulheres escravas, como se pode observar pela leitura do quadro 45.

Quadro 45
Filiação natural
 (% em relação ao total de nascimentos)
 1563-1755

Nascimentos	Ilegítimos livres		Ilegítimos escravos	
Obs.	Obs.	%	Obs.	%
15459	715	4,6	348	2,3

Se considerarmos unicamente a população livre, foram identificadas 715 crianças ilegítimas, o que representa uma percentagem de 4,6% em relação ao total de nascimentos.

Na condição de filhos ilegítimos de escravas identificámos 348 crianças as quais representam 2,3% dos casos de ilegitimidade. Se considerarmos todas as crianças ilegítimas baptizadas na freguesia da Sé entre 1563 e 1755, independentemente de se tratar de filhos de escravas ou de mulheres livres, esse valor sobe para os 6,9% do total de nascimentos. A ilegitimidade parece ter assumido nesta freguesia uma proporção bastante reduzida.

Não dispondo de informações que permitam aprofundar este fenómeno e responder a questões, como, quem eram os pais destas crianças, qual a sua condição social, quais as razões ou impedimentos que levaram à ocultação de um dos progenitores, e outras, apresentam-se alguns exemplos para ilustrar diferentes situações e tipos de ilegitimidade encontrados nos registos de baptismos da paróquia da Sé de Lisboa.

Como já atrás referimos, as situações mais habituais eram as de crianças filhas de mãe identificada e pai desconhecido, por vezes referido como incógnito. Menos frequentes eram os casos de crianças filhas de pessoas que os párocos registavam como “*amigos*” ou “*amancebados*”.

Entre as crianças nascidas de uniões ilegítimas baptizadas na Igreja da Sé encontra-se Isabel, nascida em 1596, filha de Catarina Rodrigues, de casa de Gaspar Rodrigues. Na mesma igreja, em Novembro de 1604, foi baptizada Antónia, filha de Maria Gonçalves,

pobre. Nestes casos sabemos que se tratava de mulheres de poucos recursos económicos, mas estas indicações raramente eram referidas pelos párocos.

Noutros assentos era indicado o tipo de relacionamento que tinha levado ao nascimento das crianças. Por exemplo: Manuel, baptizado em 1591, era filho de Maria Gonçalves e de um “*certo homem com quem estava amancebada*”; Francisca, baptizada na Igreja da Sé, a 17 de Maio de 1600, era filha ilegítima porque seus pais, Catarina Freire e Afonso Estevens, eram “*amigos*”; Maria, filha de Mecia de Matos, baptizada na Igreja da Sé, a 30 de Novembro de 1608, era também ilegítima porque a mãe e o pai da menina eram “*amigos*”; uma outra Maria, baptizada em Julho de 1639 era filha ilegítima de Maria de Paiva, solteira, e de um homem solteiro; José, baptizado em Maio de 1726, era filho ilegítimo de António e de Gracia de S. José, solteiros, mas o padre anotou “*acham-se comprometidos para casar*”.

Quando não havia impedimento, alguns acabavam por casar mais tarde e as crianças registadas como ilegítimas eram assim legitimadas pelo casamento dos seus progenitores. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Teresa, baptizada na Igreja da Sé, em Julho de 1693, filha ilegítima de Francisco de Lucena de Vasconcelos e dona Josefa de Mendonça, solteiros. Estes casaram no dia 17 de Junho de 1702, na Rua do Barão, freguesia da Sé, nas casas onde viviam, porque o noivo, de quarenta e dois anos de idade, estava gravemente doente, acabando por falecer poucos dias após o casamento. Um outro caso foi o de Valentina Fernandes, solteira, natural da freguesia da Sé. Casou em Julho de 1602, oito meses depois do nascimento do filho, com André de Góis, homem flamengo, pai da dita criança.

Outras crianças ilegítimas não podiam ser legitimadas pelo matrimónio dos pais por serem fruto de uniões proibidas, nomeadamente quando se tratava de casos de adultério, também presentes nos registos de baptismos da freguesia da Sé. Os casos conhecidos nesta

paróquia, parecem indiciar um maior número de relações de adultério entre homens casados e mulheres solteiras. Por exemplo: Catarina nasceu em 1649 fruto de uma relação entre Maria Ribeira e um homem casado; Maria, nasceu em 1679 e era filha ilegítima de dona Madalena e de Dom Lourenço Sotto Mayor, casado; Leandro nasceu em 1685 e era filho ilegítimo de Nicolau Velho, casado, e de Maria Francisca, solteira; Henrique e Veríssimo nasceram, respectivamente, em 1684 e 1685, sendo ambos filhos de Diogo Pessanha, casado, e de Maria João, solteira.

Um outro exemplo de união ilegítima foi o de Jerónimo da Veiga e de Margarida de Barros, ele de Ordens Sacras e ela solteira. Desta relação nasceu Jerónimo, em Abril de 1647. Pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa sabe-se que neste arcebispado muitos casavam-se fingidamente com as mulheres que tinham por mancebas e davam dinheiro para as receberem por mulheres, perante testemunhas, para que, como casadas, não fossem acusadas por suas mancebas e se livrassem perante as justiças seculares. Se fossem clérigos de Ordens Sacra era-lhes dada sentença de excomunhão e prisão.

Outras situações de uniões ilegítimas levaram o pai da criança a ocultar o nome da mãe no acto do baptismo. Entre os poucos casos identificados nos registos de baptismos da Sé, constam: o baptismo de Ana, em Julho de 1565, filha de Fernão Álvares que “*não tem mulher*”; o baptismo de Maria, em Novembro de 1591, filha de João de Vlasco, que, segundo o pároco, “*a mãe da criança não nomeou por justos respeitos*”; o baptismo de Margarida, em Fevereiro de 1597, “*filha ilegítima*” de Jerónimo da Veiga; o baptismo de Antónia, em 1604, que “*disseram ser*” filha de António Pimentel e “*de uma certa mulher que por impedimento não querem nomear*”; o baptismo de Isabel, em Abril de 1635, filha de António da Cunha e “*não se soube o nome da mãe*”; o baptismo de Antónia, a 18 de Março de 1650, filha de Manuel de Almeida Peixoto e “*o nome da mãe se não soube*”.

Neste caso, verificámos, depois, pelo registo de óbito que, Antónia de Almeida, era filha de dona Antónia de Meneses e Silva.

Mas, na freguesia da Sé havia ainda as mulheres escravas solteiras, viúvas e unidas pelo matrimónio. Algumas, sobretudo solteiras, eram mães de filhos ilegítimos. Os pais eram na generalidade incógnitos ou desconhecidos e o pároco anotava, “*não deram nome de pai*”, “*não lhe deram pai*”, “*não se soube o pai*”, “*pai incerto*”. Noutros registos, porém, os párocos pareciam não ter certezas em relação à paternidade e escreviam “*filho que disseram ser*”, “*dizem ser o pai*”.

Por vezes, era conhecida a filiação paterna, que tanto podia ser um escravo como um homem livre, solteiro, casado ou viúvo, ou mesmo o dono da escrava. Não possuindo elementos suficientes para determinar estes quantitativos, em virtude dessa informação ser dada apenas esporadicamente, ilustramos alguns desses comportamentos com exemplos retirados dos registos paroquiais de baptismos. Por exemplo, Paula, baptizada na Igreja da Sé, em Junho de 1686, era filha ilegítima de Tomé Pires, casado, e de sua escrava Teresa; Francisca, baptizada em Setembro de 1686, era filha ilegítima de António Ribeiro, casado, e de Joana, sua escrava; Joana, baptizada em Setembro de 1710, era filha ilegítima de João Antunes da Costa, capitão de mar e guerra, viúvo que enviuvou na freguesia da Sé em 1705, e de sua escrava Feliciano; Isabel, baptizada em Março de 1649, era filha ilegítima de Domingos de Castro, solteiro, e de uma escrava de nome Isabel; José, baptizado em Dezembro de 1675, era filho ilegítimo de Francisca de Oliveira, escrava de Diogo Afonso e de Andeza de Oliveira. O pai da criança “*disseram ser*” António Gonçalves, homem casado.

Exemplificada a diversidade de casos de ilegitimidade, passemos à comparação do resultado encontrado para a freguesia da Sé de Lisboa com resultados encontrados para outras paróquias do país. Nesta comparação considerámos a percentagem total de casos de

ilegitimidade, incluindo os filhos ilegítimos de escravas que, em alguns casos, eram filhos de homens livres.

Quadro 46
Ilegitimidade
Comparação entre paróquias

Períodos	Região	Paróquias	%	Fontes
1563-1755	Estremadura	Sé (Lisboa)	6,9	Reg. Paroquiais
1700-1755		Santiago (Lisboa)	8,08	Reg. Paroquiais ¹⁴
Até 1799	Algarve	Conceição (Tavira)	2,6	Pinto, 1996
1583-1699	Açores	Angra	6,8	Mesquita, 2004
Antes de 1690		Sul do Pico	8,5	Amorim, 1992
1690-1749		Sul do Pico	3,1	Amorim, 1992
1606-1729	Minho	Barcelinhos	5,9	Faria, 1998
1640-1699		Romarigães	2,5	Santos, 1998
1700-1749		Romarigães	8,5	Santos, 1998
1623-1699		S. Martinho de Avidos	14	Paiva, 2001
1651-1700		Ronfe	16,8	Scott, 1999
1701-1750		Ronfe	15,5	
1656-1699	Trás-os-Montes	Palaçoulo	2,7	Raposo, 2000
1700-1749		Palaçoulo	0,4	Raposo, 2000
1700-1749		Calvão	5,3	Faustino, 1998
1601-1700		Cardanha	3,1	Amorim, 1980
1650-1699	Beira Litoral	Cortegaça	3,7	Gomes, 1998
1700-1719		Cortegaça	3,6	Gomes, 1998

A observação do quadro 46 mostra, para períodos anteriores ao século XIX, uma variação nas percentagens de ilegitimidade entre os 2,5% em Romarigães (Santos, 1998), no Minho, entre 1640-1699, e os 16,8% em Ronfe (Scott, 1999), também no Minho, entre 1651 e 1700. A paróquia da Sé de Lisboa, entre 1563-1755, apresenta uma percentagem semelhante à da paróquia açoreana de Angra (Mesquita, 2004), entre 1583-1699, e superior à registada em paróquias de Trás-os-Montes, Beira Litoral e Minho. As paróquias minhotas de Ronfe e S. Martinho de Avidos (Paiva, 2001) foram as que apresentaram as maiores percentagens de ilegitimidade. Os 6,9% encontrados para a paróquia da Sé de Lisboa, num

¹⁴Paróquia que integra o projecto *Reconstituição de Paróquias de Lisboa e História da população de Lisboa: séculos XVI até ao terramoto de 1755*, já atrás referenciado. Todos os dados por nós utilizados referentes a esta paróquia foram gentilmente cedidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses.

período entre meados do século XVI e meados do século XVIII, foram superiores aos 2,6% encontrados para a paróquia de Conceição de Tavira (Pinto, 1996) no Algarve, até 1799, e inferiores aos 8,08% encontrados para a paróquia lisboeta de Santiago, na primeira metade do século XVIII.

Pierre Goubert (1968) para Beauvais tinha encontrado uma proporção de nascimentos ilegítimos extremamente baixa. Flinn (1981), refere também a existência de uma baixa taxa de fecundidade ilegítima para a Europa, enquanto outros estudos, nomeadamente sobre paróquias minhotas do Norte de Portugal, revelaram elevados índices de ilegitimidade, apontando para uma diversidade de comportamentos que sugerem uma variabilidade espacial e temporal (Scott, 1999). Por outro lado, como nos refere Norberta Amorim (1992) a ilegitimidade e também o abandono de crianças são fenómenos complexos sujeitos a pressões sociais a que as pessoas se submetem de modos diferenciados.

7.2.2. Enjeitados

Para a abordagem do abandono de crianças considerámos as baptizadas na paróquia da Sé de Lisboa sem identidade dos pais, algumas registadas como enjeitadas ou expostas, outras como filhas da igreja, outras sem pai nem mãe ou filhos de pais ocultos, e outras, que, de acordo com as anotações dos párocos nos assentos de baptismos, “*não disseram de quem era filho*”.

Como se pode apreciar através do quadro 47, a percentagem destas crianças foi de 1,5%, em relação ao total dos nascimentos. A comparação deste valor com os valores atrás apresentados no quadro 45 para a filiação natural, mostra-nos que, os baptismos de crianças com pais desconhecidos foram os menos frequentes na freguesia da Sé, num período anterior a 1755.

Quadro 47
Enjeitados
 (% em relação ao total de nascimentos)
 1563-1755

Nascimentos	Enjeitados	
Obs.	Obs.	%
15459	234	1,5

A ocultação da paternidade das crianças no momento do baptismo devia-se a diversas situações de carácter social, cultural, económico, e outras, levando a que, por vezes, mais tarde fosse revelada a identidade dos pais. Alguns autores, por exemplo, têm defendido a existência de uma correlação entre o número de crianças abandonadas e as crises de subsistência¹⁵. François Lebrun (1983) refere mesmo que a miséria desempenhou durante muito tempo um papel fundamental no abandono de crianças.

No caso das crianças registadas na paróquia da Sé de Lisboa sem nome de pai nem mãe, verificámos que em situações específicas o pároco poderia saber quem eram os pais da criança, embora os seus nomes não ficassem anotados nos livros de registos de baptismos da paróquia. Por exemplo, Lourença foi baptizada na Igreja da Sé, a 22 de Agosto de 1710. No assento de baptismo desta criança o pároco registou:

“filha de pais ocultos cuja nomeação está em meu poder por ser assim importante e se me pedir assim para o declarar quando fosse conveniente e a quem o devesse fazer”.

Alguns anos mais tarde, a 26 de Novembro de 1744, na margem do assento de baptismo dessa menina foram registados os nomes dos pais. Era filha de Francisco Martins de Lima e de Francisca Maria.

No que se refere aos locais de abandono das crianças, por vezes eram também anotados nos assentos de baptismos da paróquia da Sé, aparecendo a Misericórdia, a igreja da Sé, o adro da Sé, a Ribeira, o hospital, e outras igrejas, entre os locais referenciados

¹⁵ Autores como Jean-Louis Flandrin, François Lebrun, André Armengaud.

pelos párocos. Outras crianças eram deixadas na rua e às portas das residências. Foi o caso de Custódio, Margarida e Domingos: Custódio achou-se exposto na Rua dos Cónegos, filho de pais incógnitos, baptizado a 29 de Abril de 1707; Margarida foi enjeitada à porta de Margarida Coelha, não se soube o nome de pai nem mãe e foi baptizada na Igreja da Sé de Lisboa no dia 28 de Julho de 1632; Domingos foi enjeitado à porta de Diogo Soares, procurador da Alfândega, não se soube quem eram os pais, e foi baptizado a 10 de Agosto de 1678.

Entre as crianças encontradas na Igreja da Sé exemplificamos com os casos de Manuel e Raimundo Inácio. O primeiro achou-se exposto na igreja da Sé, a 25 de Janeiro de 1683. A madrinha da dita criança era moradora na freguesia da Madalena e levou a dita criança. No registo de baptismo de Raimundo Inácio o pároco escreveu: *“se achou exposto nesta igreja um menino a 9 de Fevereiro de 1686”*. Esta criança foi baptizada a 17 de Fevereiro na paróquia da Sé e entregue ao padre Manuel Rabelo, capelão de Santa Clara, residente na Rua Direita de S. Miguel, *“e se obrigou a tomar conta do dito menino e o criar em sua casa”*.

Uma outra criança a quem puseram o nome de Rita, baptizada na Igreja da Sé, a 5 de Outubro de 1737, tinha sido exposta em casa do cura da Sé, António Nunes, dizendo ser parda e filha de pais incógnitos, de preta e branco. Um outro exemplo de uma criança registada como exposta, foi o de Maria, baptizada na Igreja da Sé, a 19 de Julho de 1612. Segundo o pároco, *“a qual menina se achou nos mosteiros de Nossa Senhora do Monte e o senhor conde de Portalegre, provedor da Misericórdia, a quem chamaram para a não comerem os cães, a mandou aqui baptizar. Se não soube o nome do pai nem da mãe”*.

Um outro caso foi o de Agostinho, exposto na roda do Hospital Real de Lisboa, filho de pais incógnitos, baptizado na Igreja da Sé, a 18 de Setembro de 1713.

Destas e de outras crianças expostas e baptizadas na Igreja da Sé de Lisboa, os registos de baptismo pouco nos dão a conhecer. Quem eram essas mães e esses pais? O que os levaria a abandonar essas crianças? Sabemos que o adultério e as relações sexuais fora do casamento, além de condenadas pela igreja Católica não eram socialmente bem vistas, fazendo com que mulheres com comportamentos desviantes ocultassem a sua gravidez. O abandono de filhos ilegítimos tinha, por vezes, como objectivo esconder essas uniões ilícitas fora do casamento. Uma outra razão possível seriam as crises económicas que ao atingirem determinadas famílias as levaria a abandonar os seus filhos com o medo de os não poderem sustentar. Muitas questões ficam assim por responder, contudo, com base na baixa proporção de expostos baptizados na paróquia da Sé, num período anterior a 1755, a exposição de crianças nesta freguesia da cidade de Lisboa não parece ter tido um peso significativo.

7.2.3. Origem geográfica das mães de filhos ilegítimos

Tentámos saber donde vinham as mulheres que na freguesia da Sé de Lisboa baptizaram os seus filhos ilegítimos, mas como os párocos só esporadicamente faziam referência às naturalidades, identificámos unicamente setenta e uma mulheres com naturalidades conhecidas que apresentamos no quadro “origem geográfica das mães de filhos ilegítimos”.

Quadro 48
Origem geográfica das mães de filhos ilegítimos
1563-1755

Arcebispado	Bispado	Naturalidade	Obs.	%	% Total
Lisboa		Sé de Lisboa	1	1,4	62
		Lisboa	28	39,5	
		Alenquer	1	1,4	
		Bucelas	1	1,4	
		Oeiras	1	1,4	
		Santarém	4	5,7	
		Sesimbra	1	1,4	
		Setúbal	1	1,4	
		Termo Alcobaça	1	1,4	
		Termo Óbidos	1	1,4	
		Termo Sintra	2	2,8	
		Unhos	1	1,4	
		Vila Franca de Xira	1	1,4	
		Braga		Braga	
Coimbra	2			2,8	
Viana	2			2,8	
Arcebispado de Braga	3			4,3	
Évora		Coruche	1	1,4	2,8
		Estremoz	1	1,4	
	Algarve	Faro	2	2,8	4,2
		Lagos	1	1,4	
	Portalegre	Castelo de Vide	1	1,4	1,4
	Porto	Bispado do Porto	2	2,8	5,7
		Porto	2	2,8	
	Viseu	Bispado de Viseu	1	1,4	1,4
Outros		Beira	1	1,4	4,2
		Pedras Negras	1	1,4	
		Ilha S. Miguel Açores	1	1,4	
Estrangeiro					
		Espanha	3	4,3	7
		França	1	1,4	
		Inglaterra	1	1,4	
Total			71	100	100

Ao referirem-se às naturalidades, os curas da paróquia da Sé habitualmente indicavam a vila, cidade, lugar ou aldeia de origem, termo a que pertenciam, bispado ou arcebispado, mas nem sempre isso acontecia. Em certos casos, registavam unicamente o bispado ou arcebispado de origem, sem referir o local donde eram naturais.

Dos poucos casos conhecidos, apenas uma mulher era natural da freguesia da Sé de Lisboa. As outras vieram, maioritariamente, de outras freguesias da cidade: S. Pedro de Alfama; Santa Justa; Encarnação; Madalena; Mártires; S. José; S. Julião; S. Nicolau; S. Tiago; S. Tomé; Socorro, entre outras, o que aponta para uma forte mobilidade inter-paroquial.

De localidades próximas de Lisboa vieram também uma grande percentagem de mulheres. Estas eram oriundas de Santarém, termo de Sintra, Oeiras, Alenquer, Vila Franca de Xira, Bucelas e outras. Notámos também que muitas mães de filhos ilegítimos eram oriundas do norte do país, principalmente do arcebispado de Braga. Outras vinham do Reino do Algarve, do Alentejo, da Ilha de S. Miguel nos Açores, e mesmo de fora do Reino. Uma mulher era Inglesa, uma do Reino de França e três espanholas provenientes de Sevilha, Catalunha e Astúrias. Esta diversidade de proveniências geográficas das mães de filhos ilegítimos, indicia uma grande mobilidade urbana e uma abertura desta freguesia não só a homens e mulheres livres mas também a escravos. Dos poucos casos de mães escravas de filhos ilegítimos com naturalidades conhecidas, vinham sobretudo da Costa da Mina, Angola e Cabo Verde mas também das partes de Cacheu e da Índia.

Em síntese, a análise da origem geográfica das mães de filhos ilegítimos aponta para uma grande percentagem de mulheres vindas sobretudo de outras paróquias da cidade de Lisboa e de locais pouco distantes pertencentes ao Arcebispado de Lisboa, mas também do Arcebispado de Braga e de outros pontos do país e do estrangeiro.

V. APROXIMAÇÃO À MORTALIDADE

O papel da mortalidade como destruidor do crescimento da população e a sua influência na nupcialidade e fecundidade, fizeram com que, até cerca de meados do século passado, fosse considerada a variável determinante na regulação das populações do Antigo Regime Demográfico (Moreda, 1980). Contudo, após o ensaio do demógrafo J. Hajnal (1965) foi posto em causa o papel fundamental da mortalidade como fenómeno regulador da população, privilegiando-se a nupcialidade. Com o modelo auto-regulador de J. Dupâquier (Bideau, 1984) tira-se da mortalidade o papel determinante na regulação dessas populações, porque, ao estudar a grande crise de mortalidade que ocorreu em França no final do século XVII, observou que os óbitos tinham sido repostos e até mesmo ultrapassados pelos nascimentos ocorridos na fase final da crise e nos anos seguintes. Ao investigar a nupcialidade e observar o elevado número de casamentos de viúvos e celibatários, foi dado o primeiro passo para a formalização do que se veio a designar por sistema regulador das populações. A nupcialidade seria a variável explicativa do processo de evolução da população do Antigo Regime e a mortalidade seria a variável dinamizadora, em virtude de desencadear um processo de renovação de gerações, através das novas possibilidades de casamento.

Apesar do estudo da mortalidade de uma população se revelar de extrema importância para a compreensão de outros fenómenos sociais, demográficos e mesmo económicos a ela associados, o facto de durante o Antigo Regime não haver uma obrigatoriedade de registar as crianças que à altura da morte tinham menos de sete anos, por serem consideradas isentas de pecado, levou a que muitos párocos não registassem

esses óbitos ou que o fizessem de uma forma não regular. No caso da freguesia da Sé de Lisboa, durante o período de 1563 a 1755, os padres nem sempre registaram os que morreram nessas idades. Tal facto, impediu-nos o acompanhamento dos indivíduos nascidos na paróquia e a análise de determinados comportamentos demográficos, tais como a esperança de vida, o celibato definitivo e a mortalidade infantil, entre outros, limitando deste modo a nossa análise, que incidiu unicamente sobre alguns comportamentos relacionados com o óbito dos indivíduos maiores de sete anos.

Consequentemente, também não foi possível calcular as taxas brutas de mortalidade que, segundo Manuel Nazareth (1988), é o processo mais simples que existe para medirmos o nível de mortalidade geral, pois consiste em dividir o total de óbitos num determinado período pela população média existente nesse mesmo período.

Impedidos de proceder a uma observação pormenorizada do fenómeno da mortalidade, cuja intensidade varia consoante as regiões, épocas, idade, sexo e também ao longo do ano, apresentando modos de evolução diferentes, tentámos uma aproximação ao estudo desta variável, cingindo-nos à análise da sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos, das relações de masculinidade ao óbito, da mortalidade normal e da mortalidade de crise.

Apontámos também algumas causas de morte e locais de enterro, por vezes referenciadas nos registos paroquiais, e fizemos referência aos óbitos ocorridos no ano 1755, locais de sepultura e de residência dos falecidos nesse ano, e locais de sepultura em anos seguintes.

1. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

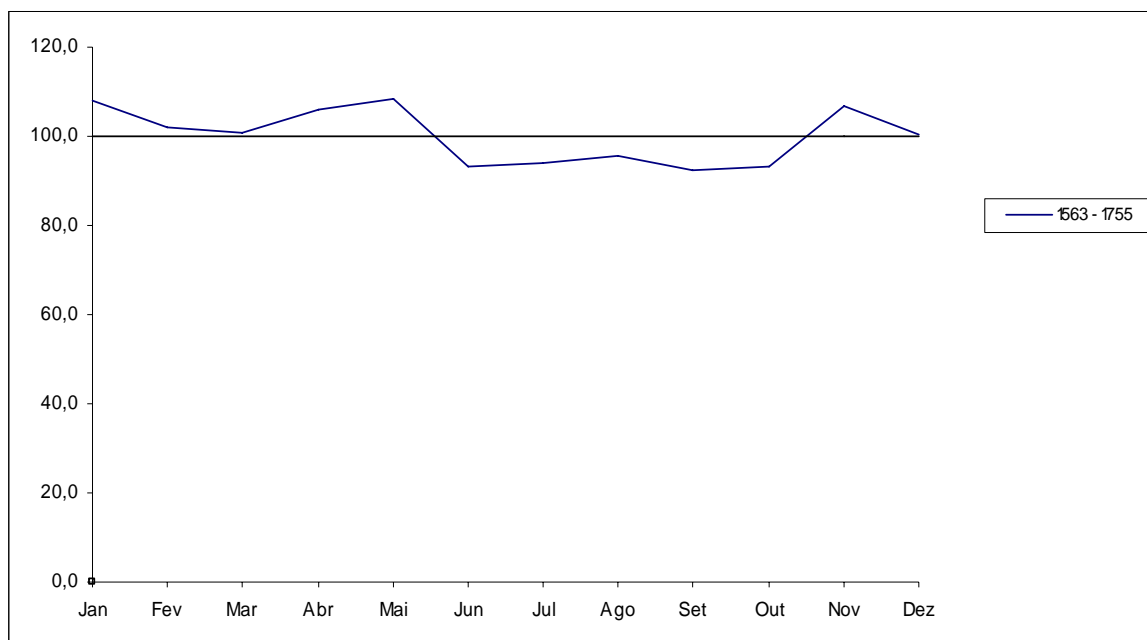
O conhecimento da sazonalidade dos óbitos revela-se de extrema importância, na medida em que, ao revelar a concentração dos óbitos em certos meses e estações do ano, permite-nos, não só, conhecer melhor o modo como essa mortalidade evoluiu, mas também as crises estacionais e, de certo modo, o tipo de crises que atingiram essas populações. Este indicador ao ser aplicado ao período pré-estatístico permite ainda avaliar melhor a interferência de factores exógenos no ciclo humano de vida (Rodrigues, 1990).

Neste sentido, analisámos os óbitos dos indivíduos com idade igual ou superior a sete anos, para o período de 1563 a 1755. Começámos por uma observação do período na sua globalidade, partindo depois para uma análise de dois sub-períodos distintos, 1563-1650 e 1651-1755, de forma a estabelecermos algumas comparações.

Quadro 49
Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos
1563-1755

Número de ocorrências												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
877	756	820	834	880	733	764	776	726	757	842	816	9581
Índice (100)												
107,8	102	100,8	106	108,2	93,1	93,9	95,4	92,2	93,1	107	100,3	1200

Gráfico 18
Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos
1563-1755

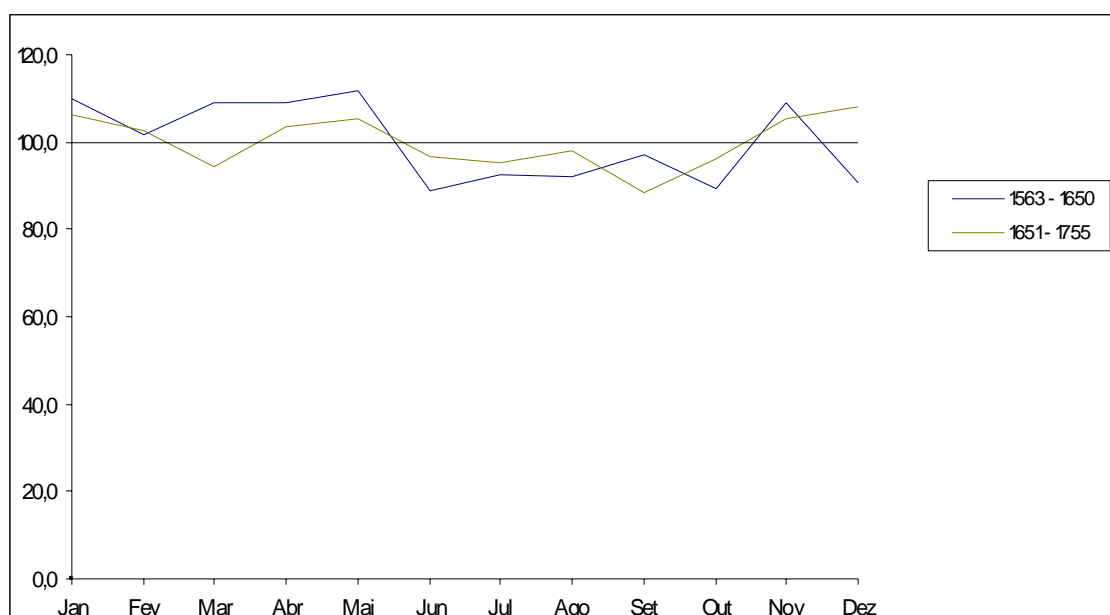


Ao observarmos o quadro 49 e respectivo gráfico, verificamos que para a globalidade do período os óbitos da população adulta distribuíram-se de uma forma regular ao longo dos meses do ano. A maior incidência de óbitos recai nos meses da Primavera, final do Outono e no Inverno, com máximos em Maio, Janeiro e Novembro. O período de Verão e até meados do Outono, foi a parte do ano menos atingida pela morte, com índices inferiores à média entre Junho e Outubro e mínimos registados nos meses de Setembro, Outubro e Junho.

Quadro 50
Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

Períodos	Numero de ocorrências												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1563-1650	400	337	397	385	407	313	337	335	342	325	384	330	4292
1651-1755	477	419	423	449	473	420	427	441	384	432	458	486	5289
Índice (100)													
1563-1650	109,8	101,5	109	109,2	111,7	88,8	92,5	91,9	97	89,2	108,9	90,6	1200
1651-1755	106,3	102,4	94,2	103,4	105,4	96,7	95,1	98,2	88,4	96,2	105,4	108,3	1200

Gráfico 19
Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos



A observação do movimento sazonal dos óbitos em dois sub-períodos, representada no quadro 50 e gráfico 19, aponta para resultados idênticos aos encontrados para o período global: os óbitos concentravam-se sobretudo nos primeiros cinco meses do ano, seguindo-se um abrandamento nos meses quentes de Verão e até meados de Outono. A partir de Novembro, os índices voltavam a ultrapassar o índice médio. Mas, em 1563-1650 o

número de mortes ocorridas em Dezembro foi inferior à média e os meses de Maio, Janeiro, Abril e Março foram os que mais óbitos registaram. No período seguinte, 1651-1755, Março foi um mês pouco atingido pela mortalidade da população maior de sete anos e o maior volume de óbitos concentrou-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Maio e Novembro.

De facto, a análise do ritmo sazonal de óbitos da população adulta aponta para épocas do ano com maior concentração da mortalidade. Este ritmo sazonal sugere a influência de factores climatéricos nos níveis de mortalidade. Foi no Verão, quando as temperaturas são mais elevadas que esta população foi menos atingida pela morte. Os máximos do final do Outono e do Inverno sugerem igualmente a interferência do clima: as doenças estivo-outonais, o frio do Inverno que provocaria gripes, bronquites e outras doenças que, certamente, atingiriam mais facilmente os mais velhos e os grupos sociais com maiores carências alimentares, higiénicas e habitacionais.

Por outro lado, factores como a mobilidade e a abertura do espaço ao exterior, ao favorecer o aparecimento e a propagação de diversas doenças, como as epidémicas e endémicas, levariam ao aumento do volume de óbitos em determinados períodos e meses do ano. Admite-se ainda que a exclusão dos menores de sete anos nesta observação poderá também levar a um aumento dos índices de mortalidade nos meses frios de Inverno e durante a Primavera (Rodrigues, 1990).

Um máximo no Inverno e um mínimo no Verão foi também referido por François Lebrun (1983) como habitual na população adulta.

No que se refere à freguesia da Sé, não podemos, contudo, explicar as causas da maior ou menor incidência da mortalidade ao longo dos meses do ano, porque os párocos da freguesia registavam-nas esporadicamente, ou por se tratar de uma morte não muito

habitual ou como forma de explicação das razões que impediam o defunto de receber os sacramentos.

2. Mortalidade segundo os sexos

Através dos registos de óbito da paróquia da Sé de Lisboa, procurámos calcular as relações de masculinidade ao óbito dos indivíduos maiores de sete anos¹⁶, por décadas, desde 1570 a 1749. Esta observação que recaiu sobre os falecidos na paróquia, com data de óbito conhecida, independentemente da naturalidade e do estado civil ao óbito, mostrou-nos que, durante esse período, faleceram na freguesia da Sé mais homens do que mulheres, excepto nas décadas de 1620-1629, em que as relações de masculinidade ao óbito foram iguais a cem, e em 1680-1689, 1700-1709 e 1710-1719, períodos em que a mortalidade feminina foi superior à mortalidade masculina. Para as primeiras décadas do século XVIII, é possível admitir a influência do elevado número de pessoas, nomeadamente homens válidos, que durante esse período saíram para o Brasil (Marques, 1995).

Se considerarmos o período global de 1570-1749, em cada cem indivíduos do sexo feminino maiores de sete anos, morreram 108 indivíduos do sexo masculino.

¹⁶ A Relação de Masculinidade ao óbito indica-nos quantos óbitos de indivíduos do sexo masculino se verificam por cada cem indivíduos do sexo feminino que morrem.

Quadro 51
Repartição dos óbitos dos maiores de sete anos segundo o sexo
Relações de masculinidade (R.M)
(1570-1755)

Períodos	Homens	Mulheres	R.M.
1570-1579	84	71	118
1580-1589	233	184	127
1590-1599	570	485	118
1600-1609	336	249	135
1610-1619	257	231	111
1620-1629	203	203	100
1630-1639	237	216	110
1640-1649	286	264	108
1650-1659	298	294	101
1660-1669	172	144	119
1670-1679	256	206	124
1680-1689	265	279	95
1690-1699	229	219	105
1700-1709	251	266	94
1710-1719	225	240	94
1720-1729	294	258	114
1730-1739	288	283	102
1740-1749	243	230	106
1570-1749	4869	4498	108

Na freguesia da Sé, entre 1564 e 1755¹⁷, os nascimentos de rapazes também foram superiores aos das raparigas. Normalmente nascem mais crianças do sexo masculino, mas os óbitos de rapazes com menos de um ano de idade são mais frequentes do que os das raparigas dessas idades, levando a um equilíbrio entre os sexos.

Para a paróquia da Sé de Lisboa, a deficiente qualidade dos registos de óbito não permitiu o apuramento da mortalidade dos menores de um ano. Contudo, o facto de na freguesia da Sé morrerem mais homens do que mulheres poderá, em parte, dever-se à mobilidade que, nesta freguesia da grande Lisboa, parece ter sido bastante intensa para ambos os sexos e sobretudo para o sexo masculino.

¹⁷ Como pudemos observar no capítulo referente à fecundidade, para cada cem raparigas nasceram 108 rapazes.

Segundo Teresa Rodrigues (1990), os homens foram os mais tocados pela morte tanto em período de guerra como em 1599 e 1602, quando a peste atingiu a cidade de Lisboa.

Pela repartição dos óbitos dos maiores de sete anos segundo os sexos, representada no quadro 51, vimos que, na freguesia da Sé, em 1590-1599 e 1600-1609, décadas em que a peste foi sentida na cidade de Lisboa, também os homens desta paróquia foram mais atingidos pela morte do que as mulheres.

Os registos paroquiais não nos permitem conhecer a diversidade de pessoas que faleceram na freguesia da Sé, porque nem sempre era feita referência à naturalidade, profissão e, no caso das mulheres, por vezes, tornava-se difícil a identificação familiar, sobretudo das viúvas e das solteiras, quando não era dada indicação do nome do marido já falecido ou dos pais. Mas, sabemos que, além dos naturais da paróquia, na freguesia da Sé faleceram muitos, talvez a maior parte, vindos de fora, das mais diversas partes do Reino, e alguns também do estrangeiro. Desde militares, escravos, criados, membros do clero, presos da cadeia do Aljube, mulheres e principalmente homens que se encontravam de passagem, alguns faleciam em estalagens, outros em barcos que chegavam a Lisboa. Na freguesia faleceram pessoas de uma grande diversidade de proveniências geográficas e dos mais diversos estratos sociais.

3. Mortalidade Excepcional

No Antigo Regime demográfico os níveis de mortalidade eram bastante elevados devido às condições socioeconómicas e ao deficiente grau de desenvolvimento da ciência médica. Para essa mortalidade contribuíram as más condições de higiene e saneamento básico e doenças para as quais se desconhecia formas de combate clínico. Mas, os anos de

crise, distinguem-se pelo seu carácter accidental, devido a causas esporádicas, incontrolláveis e de ocorrência periódica, designadamente guerras, catástrofes naturais, falhas alimentares, surtos de peste, de tifo ou varíola, com influência no crescimento demográfico natural das populações (Rodrigues, 1990).

Para certos autores o estudo das crises de mortalidade reveste-se de especial importância, pois funcionam como elemento regulador do crescimento demográfico em período de “Antigo Regime”. Por exemplo, Vicente Perez Moreda (1980), Lourenzo Del Planta e Livi-Bacci (1984) consideram a mortalidade de crise como o elemento regulador por excelência.

Para Livi-Bacci (1978), além de factor regulador por excelência, as crises, foram também o factor destruidor das populações do passado. Os elevados níveis de mortalidade que provocavam, interferiam noutras variáveis demográficas, como a nupcialidade e as concepções, que diminuían em consequência das crises. Por seu lado, Vicente Perez Moreda (1980) considera que toda a alteração demográfica depende quase exclusivamente das crises de mortalidade e que a sobremortalidade no Antigo Regime estava associada à propagação de doenças epidémicas, designadas por pestes. Alain Bideau (1984) faz também referência às consequências das crises epidémicas e aos seus efeitos reguladores, considerando-os como um traço estrutural do tipo antigo.

No nosso caso, procurámos identificar a existência de anos de mortalidade excepcional na população maior de sete anos, num período entre 1563 e 1755. Para a abordagem da mortalidade excepcional, ou seja, da sobremortalidade provocada por uma elevação brusca do número de mortes, que em determinados períodos atingia as populações do Antigo Regime Demográfico, foi necessário diferenciar a mortalidade “normal” da mortalidade de “crise” de modo a identificarmos este fenómeno. Apesar de se

tratar duma distinção complexa (Pérez Moreda, 1980) socorremo-nos do conceito de crise de mortalidade utilizado por Livi Bacci (1984), que considera como crise de mortalidade uma elevação anormal dos óbitos que atinge, em maior ou menor grau, a capacidade de reprodução das gerações antigas.

Para o estudo das crises de mortalidade foi utilizado o método de Lorenzo Del Planta e Massimo Livi-Bacci¹⁸, através da organização de grupos de óbitos de onze anos, para os quais foram calculadas as médias móveis e retirados os dois valores correspondentes aos anos em que a mortalidade foi máxima e os dois valores correspondentes aos anos em que a mortalidade foi mínima. Os mais altos por corresponderem frequentemente a situações anormais de crise e os mais baixos por serem conotados com condições extremamente favoráveis ou com as consequências das crises. Na primeira situação é dado como exemplo o clima e na segunda a diminuição da população, cujas consequências se poderão arrastar durante alguns anos.

Com base neste cálculo, consideram-se anos de crise aqueles cujas mortes ultrapassam em mais de 50% a respectiva média móvel. Se o número de mortes de um ano normal duplicar, estamos perante uma pequena crise de mortalidade. Se esse valor quadruplicar, podem-se considerar crises graves.

De acordo com esta distinção tentámos identificar as crises de mortalidade da população adulta e relacioná-las com a conjuntura sócio-económica, política ou militar, de modo a tentarmos identificar possíveis factores responsáveis pela sobremortalidade desta população. Ao mesmo tempo, fomos estabelecendo comparações com outras paróquias do país. Observámos ainda a sazonalidade ao óbito em anos de crise.

¹⁸ Esta é a metodologia utilizada pelo Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, para os estudos realizados a partir de paróquias reconstituídas através da metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim.

3.1. Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

O facto de não dispormos de registo sistemático de mortalidade infantil, fez com que a nossa análise recaísse unicamente sobre os indivíduos com mais de sete anos de idade.

Pela leitura do quadro 52 e do gráfico 21 é possível observar o movimento anual de óbitos e a média corrigida de onze anos e identificar algumas crises de mortalidade que atingiram a população da freguesia da Sé de Lisboa, num período que se estende desde a segunda metade do século XVI até à primeira metade do século XVIII.

Quadro 52
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos
1563-1755

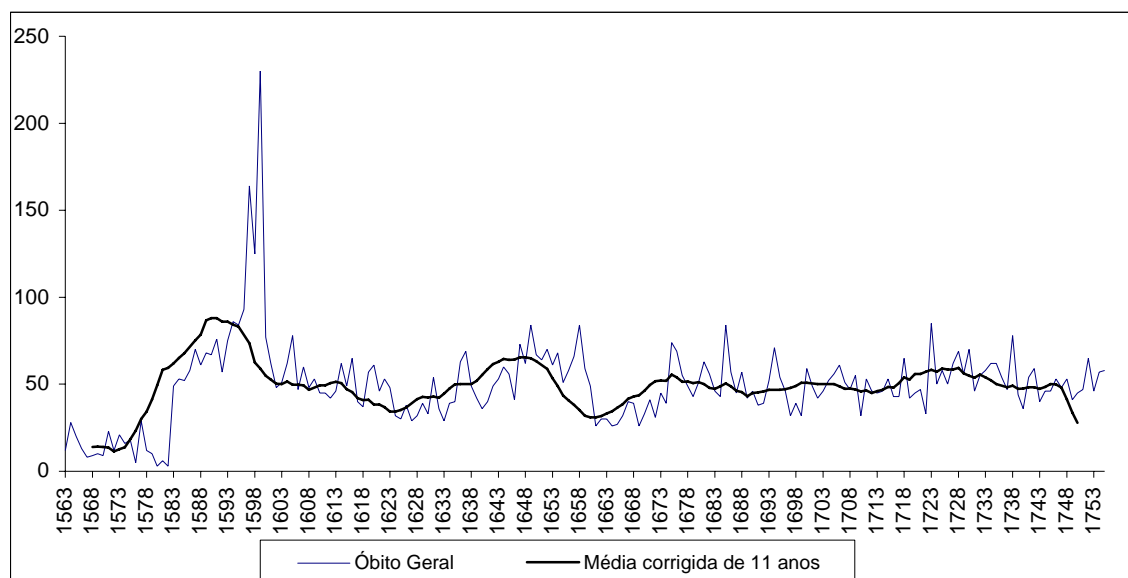
Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos	Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos
1563	12		1589	68	87
1564	28		1590	67	88
1565	20		1591	76	88
1566	13		1592	57	86
1567	8		1593	75	86
1568	9	14	1594	86	84
1569	10	14	1595	84	83
1570	9	14	1596	93	78
1571	23	14	1597	164	74
1572	12	11	1598	125	63
1573	21	13	1599	230	59
1574	16	14	1600	77	55
1575	18	18	1601	62	53
1576	5	23	1602	48	50
1577	29	30	1603	51	50
1578	12	34	1604	62	52
1579	10	41	1605	78	50
1580	3	49	1606	47	50
1581	6	58	1607	60	49
1582	3	59	1608	48	47
1583	49	62	1609	53	48
1584	53	65	1610	45	49
1585	52	68	1611	45	49
1586	58	72	1612	42	51
1587	70	75	1613	46	51
1588	61	78	1614	62	51

Quadro 52
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos
1563-1755
(Continuação)

Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos	Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos
1615	49	47	1653	61	53
1616	65	46	1654	68	49
1617	40	42	1655	51	43
1618	37	41	1656	58	41
1619	57	41	1657	66	38
1620	61	38	1658	84	35
1621	46	38	1659	59	32
1622	53	37	1660	49	31
1623	48	34	1661	26	31
1624	32	34	1662	30	32
1625	30	35	1663	30	33
1626	38	37	1664	26	34
1627	29	39	1665	27	36
1628	32	41	1666	32	38
1629	39	43	1667	40	42
1630	33	42	1668	39	43
1631	54	43	1669	26	44
1632	36	42	1670	33	46
1633	29	45	1671	41	50
1634	39	48	1672	31	52
1635	40	50	1673	45	52
1636	63	50	1674	39	52
1637	69	50	1675	74	56
1638	49	50	1676	69	55
1639	42	52	1677	55	51
1640	36	55	1678	49	52
1641	40	59	1679	43	51
1642	49	62	1680	51	51
1643	53	63	1681	63	50
1644	60	65	1682	56	48
1645	56	64	1683	46	47
1646	41	64	1684	43	49
1647	73	65	1685	84	50
1648	62	65	1686	57	49
1649	84	65	1687	45	46
1650	67	63	1688	57	45
1651	64	61	1689	42	43
1652	70	59	1690	46	45

Quadro 52					
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos					
(continuação)					
Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos	Ano	Total de óbitos	Média corrigida de 11 anos
1691	38	45	1724	50	57
1692	39	46	1725	58	59
1693	52	47	1726	50	58
1694	71	47	1727	62	58
1695	54	47	1728	69	59
1696	46	47	1729	56	56
1697	32	48	1730	70	55
1698	39	49	1731	46	54
1699	32	51	1732	55	56
1700	59	51	1733	58	54
1701	49	50	1734	62	52
1702	42	50	1735	62	50
1703	46	50	1736	54	49
1704	52	50	1737	47	48
1705	56	50	1738	78	49
1706	61	49	1739	44	47
1707	51	47	1740	36	47
1708	47	48	1741	54	48
1709	55	47	1742	59	48
1710	32	46	1743	40	47
1711	53	46	1744	46	48
1712	46	45	1745	46	50
1713	45	46	1746	53	50
1714	46	47	1747	48	48
1715	53	48	1748	53	41
1716	43	48	1749	41	34
1717	43	51	1750	45	28
1718	65	54	1751	47	
1719	42	53	1752	65	
1720	45	56	1753	46	
1721	47	56	1754	57	
1722	33	57	1755	58	
1723	85	58			

Gráfico 21
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos
(Método de Livi- Bacci/Del Planta)
1563-1755



Com base no método de Lorenzo Del Planta e Massimo Livi-Bacci foi possível observar que entre 1563 e 1755 a população da freguesia da Sé de Lisboa foi afectada por crises de mortalidade de intensidade diversa, como se pode observar no quadro 21.

No século XVI, o ano 1569 deu início a um período marcado por diversas conjunturas desfavoráveis para o Reino e para a cidade de Lisboa, que nesse ano foi gravemente atingida pela chamada peste grande (Couto, 2004). Tratava-se de um surto de peste bubónica vinda de Veneza que se espalhou por todas as províncias do Reino, atingindo sobretudo a cidade de Lisboa.

Relativamente à freguesia da Sé, o subregisto de óbitos da população total não permitiu identificar a sobremortalidade na freguesia. Segundo Teresa Rodrigues, o elevado número de mortos fez com que os párocos não tivessem tempo para os registar (Rodrigues, 1990).

De acordo com o Memorial de Pero Rodrigues Soares (Almeida, 1993), constatámos que no mês de Junho desse ano se acharam muitas pessoas na cidade de Lisboa doentes de inchaços, outros morriam de uma morte muito apressada. Perante esta situação, o rei mandou fazer ajuntamento de físicos para determinarem se se tratava de peste, pois havia já trinta e nove anos que Portugal não tinha sido atingido por este mal. Os que puderam e tinham posses abandonaram a cidade, ficando os pobres. Cada dia morriam entre cinquenta e sessenta pessoas e no mês de Julho e Agosto não houve dia de menos de quinhentos, seiscentos e setecentos mortos. Dos que se deitavam, muitos eram encontrados mortos pela manhã, outros caíam mortos. Alguns estavam dois três dias pelas portas e ruas amortalhados esperando a sua hora, até que lhes faziam as covas pelas ruas onde moravam e ali os sepultavam. Os mortos eram tantos que para haver quem os levasse à sepultura foram buscar os forçados das galés que os transportavam com esquifes. Não havendo lugar para enterrar tanta gente, chegavam a deitar na mesma cova vinte ou mesmo sessenta pessoas. Segundo este relato, a maior mortandade deste mal foi nos meses de Julho, Agosto e Setembro e o número mínimo de mortes registadas nesses meses foi de quinhentas pessoas.

A população de Lisboa estava enfraquecida pela peste e por consecutivos tremores de terra. Para pedir a Deus misericórdia e que se lembrasse dos pecadores, faziam-se procissões solenes. Primeiro, abriram-se e mostraram-se todas as Relíquias que havia na cidade e o corpo do bem aventurado S. Vicente da Sé. A primeira procissão foi feita a 14 de Agosto de 1569, pelos frades de S. Francisco. No dia seguinte, saiu outra procissão solene de S. Domingos à Igreja da Sé. Ao chegarem à Sé puseram na capela mor o crucifixo que levavam virado para o povo que com choro, pranto e gritos que parecia que rompia os céus, pediu a Deus misericórdia, para que aplacasse a sua ira. Nesse mês saíram mais duas procissões em Lisboa.

Vendo-se que estas procissões eram prejudiciais para o mal, devido ao ajuntamento que misturava doentes com sãos, interromperam-se as procissões, tendo-se apenas realizado uma a 18 de Setembro e outra a 8 de Novembro de 1569. Começando depois a melhorar, fecharam-se as portas da cidade, deixando-se apenas abertas as necessárias, vigiadas por guardas para não entrarem pessoas doentes.

Passada a peste grande de 1569, Lisboa foi atingida por cheias em 1573 e por dois tremores terra, um, em Dezembro desse ano, e o outro, em Junho de 1575. Os maus anos agrícolas sentidos ao longo desses três anos trouxeram ainda à capital, em 1575, pessoas que fugiam à fome sentida no Norte do País e nas Beiras e que em Lisboa tentavam encontrar assistência e alimentos (Rodrigues, 1990).

Essas conjunturas desfavoráveis reflectiram-se certamente na mortalidade da população da freguesia da Sé de Lisboa que, em 1571 e 1573, foi atingida por crises que vitimaram muitos dos seus habitantes. Nesses anos, o número de mortes da população adulta da paróquia da Sé quase duplicou a média anual de uma mortalidade considerada normal. Em 1574 o número de óbitos foi ainda elevado e superior à média.

Quanto à sazonalidade ao óbito, em 1571, a morte dos adultos foi sentida com maior intensidade no mês de Maio. Os meses de Janeiro, Novembro e Agosto foram, também, bastante marcados pela mortalidade da população adulta. Em 1573, as mortes foram mais intensas entre Setembro e Novembro, sendo este último mês, o de maior mortalidade desse ano, seguido de Maio, mês em que Lisboa foi atingida por cheias e inundações (Rodrigues, 1990).

No que se refere às causas de morte dos falecidos na paróquia, os párocos registavam-nas apenas esporadicamente, sendo, por isso, poucas e diversificadas, nada nos dizem sobre as possíveis causas que teriam levado a aumentos súbitos da mortalidade na

população adulta. Sabemos, contudo, que 1571 foi um ano de crise de mortalidade em Lisboa e 1573 um ano de sobremortalidade (Rodrigues, 1990).

Nos registos de óbito da paróquia da Sé, as referências feitas a causas de morte foram apenas quatro e dizem respeito a 1573, ano de crise de mortalidade dos maiores de sete anos na freguesia da Sé: em Maio faleceu Maria Fernandes de uma enfermidade que lhe deu e Guiomar Rodrigues foi morta pelo marido; em Setembro, o padre Veloso veio do hospital e foi enterrado na Sé; ainda nesse mês, Duarte Serrão caiu de uma janela e logo morreu sem falar.

De acordo Paulo Drumond Braga (1992), passados estes anos de sobremortalidade, Lisboa voltou a ser atingida por dois surtos de peste entre Outubro de 1579 e Junho de 1580, e entre Janeiro e finais de Abril de 1581, atingindo o seu ponto mais alto em Janeiro de 1580, altura em que foi passado o primeiro regimento régio que continha várias medidas para fazer face à peste. Em Março, a mandado do guarda-mor da saúde Fernão de Pina, um médico anónimo começou a tratar os doentes da epidemia e os governadores do Reino mandavam que fossem evacuados todos os empestados, com a ajuda de corregedores, juízes do crime e alcaides, que forneciam as tendas, esquifes, escadas, tábuas e meios humanos.

Segundo opinião dada em Maio desse ano por Cristóvão de Moura, agente de Filipe II de Espanha, com o agravamento da peste em Abril de 1579, muitas famílias nobres e algumas autoridades deixaram Lisboa, deixando-a assim despovoada. Mas, a 23 de Junho de 1580, com a entrada em Lisboa de D. António Prior do Crato, a peste desaparecia como se de um milagre se tratasse.

Em Agosto de 1580, o duque de Alba escrevia que Lisboa já não sofria com a peste, embora esta ainda se fizesse sentir noutros lugares. Em missiva a Filipe II, em Novembro

desse ano, o duque dizia que a cidade estava de boa saúde e que nenhuma pessoa tinha morrido de peste nem de mal contagioso.

O monarca preparava a sua entrada em Lisboa e a situação de peste vivida nesta cidade era uma das suas grandes preocupações. Além de outras consequências, ele próprio poderia ser atingido por este mal. Assim, em Maio de 1581, antes de entrar na capital, mandou que se reunissem todos os médicos de Lisboa de forma a certificar-se que não haveria perigo de contágio e para que fossem tomadas medidas para se proceder à abertura das casas fechadas. A peste passou a ser um assunto de Estado, pediam-se relatórios, avisavam-se os médicos do Conselho Real, porque se a cidade fosse contagiada, as consequências poderiam ser diversas: crise de mão-de-obra, alta de preços e de salários, dificuldades no recrutamento de tropas, estradas bloqueadas, entre outras.

Relativamente à freguesia da Sé, embora a peste se tivesse feito sentir em toda a cidade de Lisboa e arredores levando a um aumento extraordinário dos níveis de mortalidade entre 1579 e 1581 (Rodrigues, 1990), o volume de óbitos registados durante esses anos, nesta freguesia da cidade, não revelou a existência de sobremortalidade adulta, nem foram feitas nos assentos quaisquer referências a mortes devido a peste. Admite-se que as escassas mortes registadas na freguesia da Sé entre 1579 e 1582, se poderão dever a um subregisto dos óbitos da população adulta da paróquia, tal como acontecera em 1569.

Após estes anos de elevada mortalidade, em Lisboa, as sucessivas conjunturas desfavoráveis voltavam a agravar-se nos últimos anos do século XVI (Rodrigues, 1990). Às consequências da guerra e das doenças, juntava-se uma conjuntura de maus anos agrícolas que se iniciara em 1596 e se prolongara até ao início do século XVII, causando perturbações no regular abastecimento da cidade de Lisboa. No ano seguinte, a situação agravava-se, devido às cheias que atingiram o Ribatejo e outras regiões do país, destruindo

colheitas e espalhando a fome pelo Reino. Em 1598, mais uma vez vieram à capital pessoas à procura de assistência e mantimentos. Na cidade entrou também uma grande quantidade de ratos que causaram doenças e mortes. Nesse ano, a barra de Lisboa foi também cercada pelos ingleses e em Julho a cidade era atingida por um sismo.

Através das rotas marítimas tinha também chegado a Lisboa a peste que já se fazia sentir no final de 1598, tornando-se mais violenta nos primeiros meses de 1599, e com reincidência em 1602. Teresa Rodrigues (1990) refere que pelos registos de entrada de doentes na Casa de Saúde sabe-se que nos primeiros oito meses de 1602, doentes de diversos estratos sociais, vindos da cidade e termo de Lisboa, tinham aí dado entrada, sobretudo escravos, criados e trabalhadores, mas também artesãos, pequenos comerciantes e seus familiares. Havia também alguns soldados, padres, oficiais da saúde, pobres e mendigos. Os mais ricos podiam ter tratamento em casa.

Apesar de Lisboa ter sido bastante afectada pela peste nos últimos anos do século XVI, os estragos por ela causados na capital foram menores do que em 1569, na medida em que a experiência já alcançada com as pestes anteriores proporcionou uma maior protecção da população, por exemplo, através do isolamento de pessoas infectadas (Rodrigues, 1990).

Na freguesia da Sé, tentava-se que os doentes de peste se curassem em casa, como podemos observar pela descrição encontrada juntamente com os registos de óbito da paróquia e assinada pelo pároco da freguesia, Jorge Perdigão:

“Aos 12 dias deste Dezembro de 1598 se apregooou por esta cidade, que se ajuntassem (em casa do doutor Henriques da Silva vereador da Câmara) todos os barbeiros, curgiões, físicos, para os doentes da peste se curarem em suas casas”¹⁹.

¹⁹ Livro 4 misto de registos paroquiais.

No que se refere à freguesia da Sé, ao mesmo tempo que em Lisboa se iniciava uma conjuntura de maus anos agrícolas em 1596, os níveis de mortalidade adulta voltavam a subir nesse ano, não apenas em Lisboa, mas também nesta freguesia da cidade, e uma crise de grande intensidade, com um número de mortes superior ao dobro da média, atingia a freguesia em 1597, prolongando-se para 1598, embora com menor intensidade, mas com uma duplicação das mortes esperadas, vindo posteriormente a aumentar até se transformar numa grande crise, em 1599. Neste ano, o número de mortes registadas foi quatro vezes superior à respectiva média móvel. Os cinquenta e nove óbitos de adultos que em média ocorreriam na freguesia, caso se tratasse de um ano com uma mortalidade normal, dispararam para os duzentos e trinta, como se pode observar através do quadro 52 e gráfico 20. Esta crise dos finais do século XVI, foi a única crise grave identificada através dos registos paroquiais de óbitos dos maiores de sete anos da freguesia da Sé, entre 1563 e 1755.

Relativamente à crise de mortalidade adulta sentida na freguesia da Sé em 1597, Teresa Rodrigues (1990, p.123) refere que:

- *“Na Sé, 1597 fora já um ano de sobremortalidade, embora originada pela quantidade de pobres e mendigos que aí afluíam, em época de grande escassez e fome geral”*.

Pelos registos de óbito dos falecidos nesse ano na paróquia da Sé, não foi possível identificar as razões que levaram à sobremortalidade adulta. Encontramos uma ou outra referência a *“pobre”* e *“muito pobre”* mas não de forma sistemática.

Quanto às naturalidades, nem sempre foi dada a conhecer a naturalidade dos defuntos nesse ano de crise. Dos casos identificados, alguns eram naturais de fora da freguesia da Sé.

Relativamente à grande crise de 1599, pelos registos paroquiais sabemos que na freguesia da Sé de Lisboa morria-se de peste, como nos é relatado em alguns assentos de óbitos e também de segundos casamentos de viúvos e viúvas, cujos cônjuges morreram desse mal.

Entre os defuntos que faleceram em consequência da peste encontrámos: Aleixo Ferreira, casado, que *faleceu deste mal* a 26 de Janeiro de 1599; Gaspar Fernandes, casado, que faleceu *deste mal* a 17 de Fevereiro de 1599; Gonçalo Rodrigues, casado, que faleceu *de peste* a 20 de Fevereiro de 1599; António Gonçalves, casado, que faleceu “*deste mal que Deus nos guarde*” a 11 de Março de 1599; Pero Fernandes, casado, que faleceu “*deste mal*” a 4 Abril de 1599; Adão Gonçalves, casado, que faleceu “*de peste*” a 22 de Abril de 1599 e Francisco Barreto de Lima, que no dia 12 de Agosto de 1599 morreu na freguesia da Sé de Lisboa, estava “*fugido de peste*” e morava em Laveiras.

Outras pessoas casaram em casa por estarem doentes, com peste. Foi o caso de Gaspar Ferreira que no dia 27 de Janeiro de 1599, casou na cama “*por estar diante de pestes*” e faleceu no dia seguinte, onde foi recebido, depois de ser recebido com licença do senhor provisor dos casamentos e petição que se recebesse em casa. No dia 20 de Fevereiro do mesmo ano, também Antónia Lopes casou em casa, com licença do senhor provisor “*por estar ferida de peste*”.

Em alguns registos de segundos matrimónios o pároco também anotou que o anterior cônjuge tinha falecido de peste. Por exemplo: Afonso de Castro, viúvo de Beatriz Gomes, falecida “*desta peste passada*”, contraiu segundas núpcias em Janeiro de 1600; Maria Preta Antunes, viúva, cujo marido “*faleceu do mal*” nesta freguesia da Sé, casou em Setembro de 1600.

Outros exemplos de registos de casamentos de viúvos mostram-nos que ambos os cônjuges tinham enviuvado pela altura da peste: Domingos Álvares e Ana Rodrigues,

casaram em Julho de 1600 e, segundo o registo do pároco, “*enviuvaram o ano passado pelo tempo da peste*”; Ana Gonçalves, viúva de Adão Gonçalves, falecido em Abril “*da peste passada de 1599*”, e também Jerónimo Ferreira, viúvo de Antónia Fernandes, falecida “*de peste passada*”, contraíram o segundo matrimónio na Igreja da Sé de Lisboa, em Dezembro de 1600.

Sabemos que na cidade de Lisboa este mal atingiu não apenas adultos mas também crianças. A falta de registo sistemático de mortalidade dos menores de sete anos não nos permitiu apurar a intensidade da mortalidade nessa faixa etária, admite-se, contudo, que diversas crianças e pessoas de baixas idades tenham falecido em consequência da peste. Pelo cruzamento dos registos de baptismos de crianças nascidas na paróquia, com os registos de óbito de 1599, obtivemos a idade ao óbito de alguns indivíduos solteiros e crianças que aí faleceram no ano em que a peste se manifestou com maior intensidade, como se pode observar no quadro 53. Embora não fossem referidas as razões que levaram à morte precoce desses indivíduos, alguns poderão ter falecido em consequência da peste.

Quadro 53
Óbitos de Solteiros falecidos em 1599
Nascidos na Sé

Nome	Idade	Local de enterro	Data de óbito
Maria	7.7	-	04-02-1599
Brígida	3	-	10-02-1599
António	11.3	Adro da Sé	17-02-1599
Bento	10.9	Adro da Sé	17-02-1599
Bárbara	19	Adro da Sé	17-02-1599
Maria das Neves	13.9	Adro da Sé	15-03-1599
Ângela	13.7	Adro da Sé	08-04-1599
Domingos	9.3	Adro da Sé	08-07-1599
Manuel	14.2	-	28-11-1599

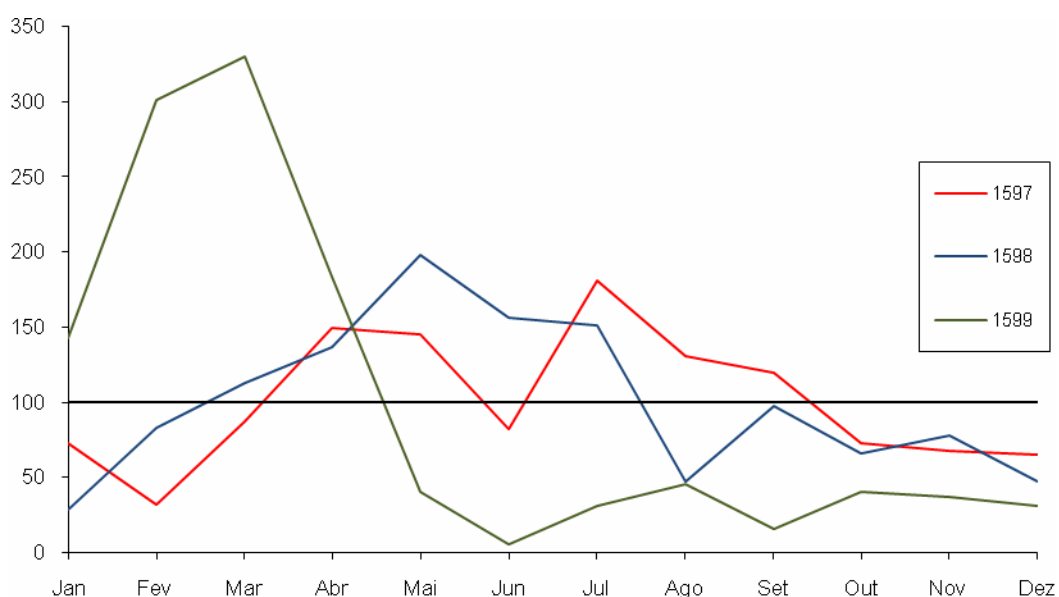
Fonte: Registos Paroquias da Sé Lisboa

No que se refere à sazonalidade ao óbito em anos de crise, pelas datas de óbito dos adultos que entre 1597 e 1599 faleceram na freguesia da Sé foi possível identificar os meses de maior incidência de mortalidade dos maiores de sete anos ao longo desses três anos, em que a freguesia foi atingida por uma elevação súbita dos níveis de mortalidade adulta.

Quadro 54
Sazonalidade ao óbito em anos de crise
1597 a 1599

Anos	Número de ocorrências												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1597	10	4	12	20	20	11	25	18	16	10	9	9	164
1598	3	8	12	14	21	16	16	5	10	7	8	5	125
1599	28	54	65	35	8	1	6	9	3	8	7	6	230
Índice (100)													
1597	72,2	31,7	86,6	149,2	144,4	82	180,4	129,9	119,3	72,2	67,1	65	1200
1598	28,3	82,7	113,0	136,3	197,8	155,8	150,7	47,1	97,3	65,9	77,9	47,1	1200
1599	141,9	300,3	329,4	183,3	40,5	5,2	30,4	45,6	15,7	40,5	36,7	30,4	1200

Gráfico 21
Sazonalidade ao óbito em anos de crise
1597 a 1599



De acordo com o quadro 54 e gráfico 21, os meses de Abril e Maio apresentaram índices de mortalidade bastante elevados. Após um abrandamento no mês de Junho, registou-se um agravamento dos níveis de mortalidade adulta entre Julho e Setembro, aparecendo Julho como o mês de maior incidência de mortalidade dos maiores de sete anos em 1597.

Após um abrandamento entre Outubro de 1597 e Janeiro de 1598, a elevação dos níveis de mortalidade adulta sentida no mês de Fevereiro prolongou-se durante os meses de Março e Abril, tornando-se mais gravosa em Maio, mês de maior incidência de mortalidade adulta em 1598. Os meses de Junho e Julho foram ainda bastante gravosos, mas em Agosto o índice era já inferior a cem.

Os meses de maior elevação dos índices de mortalidade dos maiores de sete anos sentida na freguesia da Sé em 1598, coincidem com o período de grande afluência à cidade de Lisboa de populações famintas em busca de assistência e alimentos e com o tremor de terra sentido em Julho desse ano. Em Lisboa, a partir de Setembro, as enfermarias da Misericórdia já não tinham capacidade para receber mais doentes (Rodrigues, 1990).

Na freguesia da Sé, passados os meses de maior adversidade, os níveis de mortalidade adulta mantiveram-se baixos desde Agosto de 1598 até ao final do ano. A partir de Janeiro de 1599, observou-se uma subida em flecha do número de mortes registadas, que atingiu o ponto máximo em Março, seguindo-se uma idêntica descida até Junho do mesmo ano. Março, Fevereiro, Abril e Janeiro foram os meses mais atingidos pela sobremortalidade da população adulta, em 1599. Março e Fevereiro desse ano, foram os meses de maior incidência de mortalidade adulta sentida na freguesia da Sé durante esses três anos.

Relativamente à cidade de Lisboa, Teresa Rodrigues (1990, p.119) refere:

“ (...) a fase aguda da peste, (...) decorreu de Janeiro a fins de Abril de 1599, prolongando-se nos arrabaldes por mais mês (...)”.

Para se comemorar o fim da peste em Lisboa, em Agosto foi dada uma missa pelo Arcediago e em Setembro foi organizada uma procissão até S. Domingos. Mas, em Outubro, os sinais da peste fizeram-se de novo sentir, agravaram-se no ano 1600, desapareceram ainda nesse ano e, em Lisboa, voltaram a matar em 1602 (Rodrigues, 1990).

No que respeita à freguesia da Sé, no início do século XVII, em 1600 e 1601, o número de mortes registadas na paróquia foi ainda superior à média. Alguns assentos dos falecidos nesses anos apontam como causa de morte, a peste. Foi o caso da mulher de Heitor Mendes que faleceu “*deste mal*” a 29 de Novembro de 1600 e de Catarina da Costa, mulher casada que faleceu “*de peste*”, a 28 de Abril de 1601.

De facto, a peste que no final do século XVI atingiu a cidade de Lisboa espalhando-se por todo o Reino, atingiu também toda a Península e os principais portos europeus.

Esse mal que vitimou população da freguesia da Sé de Lisboa foi também sentido em Angra, nos Açores (Mesquita,2004), onde em 1598 e 1599 crises de mortalidade atingiram essa população. A autora refere que o ano de 1599 está associado à peste que nesse ano chegou à ilha Terceira, tifo exantemático provavelmente vindo do continente português.

Em Guimarães, a peste atingiu 23 a 30% dos habitantes da paróquia de S. Sebastião e 32% a 43% dos habitantes de Azurém (Amorim, 1987).

Estudos realizados para outros pontos do país acusam um aumento dos níveis de mortalidade durante estes anos de peste: Cuba (Borges, 1996), no Alentejo; Cardanha, em Trás-os-Montes (Amorim, 1980); Aldeia Galega de Merceana (Ferreira, 1989) e, também, os concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra (Runkel, 1990), são exemplos da sobremortalidade sentida, sobretudo no ano 1599. Também em Olivença (Cosme, 1994), após o pico de 1601 e 1602, consequência da peste de finais de quinhentos e princípios de seiscentos, a mortalidade começou a diminuir.

Relativamente à freguesia da Sé, passados estes anos de crise, uma crise de mortalidade voltou a atingir a sua população, em 1605. O volume de óbitos desse ano ultrapassou a média anual em pouco mais de cinquenta por cento, seguindo-se, depois, um período calmo, até 1615.

Quanto à sobremortalidade desse ano, a escassez de informação sobre causas de morte, mais uma vez nos impediu saber as razões que levaram a uma elevação dos níveis de mortalidade da sua população. Pelas referências feitas nos registos de óbito desse ano, sabemos apenas que: um homem casado, natural de Évora, faleceu subitamente na freguesia da Sé, a 28 de Fevereiro de 1605 e, em Julho, faleceu Francisca dos Ramos, que, após o nascimento do filho logo faleceu. Sabemos ainda que dois dos falecidos nesse ano tinham vindo das Índias e dois do Brasil: Bráz Pires havia vindo das Índias de Castela e faleceu em Fevereiro de 1605; o governador do Crato, Pero Furtado de Mendonça, veio da Índia, faleceu em Julho de 1605 e foi sepultado em S. Francisco; Bartolomeu de Távora, veio do Brasil, faleceu em Março de 1605 e foi sepultado em S. Francisco; Maria da Cruz, viúva que havia vindo do Brasil, faleceu em Novembro desse ano.

Após a crise de 1605, alguns anos mais tarde, em 1616 e 1619, a mortalidade na freguesia da Sé voltou a agravar-se, atingindo valores próximos dos considerados crises de mortalidade. Em 1620 o número de óbitos dos maiores de sete anos desviou-se em relação à média móvel em mais de cinquenta por cento, sendo, por isso, um ano de crise de mortalidade adulta. Este período de sobremortalidade adulta sentida na freguesia da Sé enquadra-se nas conjunturas desfavoráveis que se fizeram sentir em todo o Reino, e doenças, nomeadamente o tifo que, em Lisboa (Rodrigues, 1990), continuava a matar em 1620, e onde os óbitos voltaram a aumentar em 1615, e durante sete anos.

A comparação com outras localidades mostra-nos que, entre 1614 e 1616, morria-se de tifo em Colares, concelho de Sintra, e em Oeiras (Runkel, 1990) morria-se de fome e de tifo, no ano 1617. Em Angra (Mesquita, 2004), nos Açores, 1616 foi um ano de crise de mortalidade que pareceu estar associado a uma crise de subsistência.

Na freguesia da Sé, à crise de mortalidade adulta sentida em 1620, seguiu-se um abrandamento dos níveis de mortalidade no ano seguinte e uma elevação dos óbitos em 1622 que se prolongou até 1623, anos de grande mortalidade na freguesia da Sé, com um número de mortes registadas bastante superior à média. Nos registos paroquiais da freguesia, foi feita referência à “*grande fome*” sentida em Lisboa no fim do mês de Maio de 1622, situação que influenciou certamente a subida dos níveis de mortalidade na freguesia da Sé desta cidade.

Esta elevação dos níveis de mortalidade adulta sentida na freguesia da Sé coincide com a falta de pão e mantimentos sentida por todo o Reino entre 1621 e 1623 e à consequente afluência à capital de pobres, famintos e doentes que, em Lisboa, procuravam abrigo e alimentos. Por outro lado, houve necessidade de alimentar uma grande quantidade de homens das armadas francesa e espanhola ancorados no porto de Lisboa (Rodrigues,

1990). Também noutros locais, a mortalidade agravou-se, como por exemplo, em Mourão (Cosme, 1994), no Alentejo. Aí, os anos de 1622 e 1627 apresentaram valores muito superiores ao índice cem. Em Olivença (Cosme, 1994), foi detectada uma crise de mortalidade nos anos de 1619 a 1622. Relativamente a 1622 é referido que:

“É de crer que a crise de mortalidade verificada em 1622 teve como causa a falta de alimentos ocorrida em 1621, logo seguida de epidemia que se prolongou pelos anos de 1621 e 1622” (Cosme, 1994, pp.95-98).

Admite-se igualmente a influência de uma conjuntura desfavorável e de doenças na sobremortalidade da população da freguesia da Sé de Lisboa nos últimos anos da primeira década do século XVII e nos primeiros anos da década seguinte.

A este período, seguiu-se, na freguesia da Sé, um período de relativa estabilidade a partir de 1624 e até 1646, com anos de maior mortalidade em 1631, 1636 e 1637. A subida do número de mortes em 1631 enquadra-se na crise geral sentida nesse ano na cidade de Lisboa e que teve como causa principal a peste (Rodrigues, 1990).

Quanto às causas de morte dos falecidos nesse ano, pelos registos paroquiais de óbitos pouco nos foi dado a conhecer. Sabemos apenas que: um homem estava muito doente em perigo de morte, casou em casa no mês de Março, e faleceu um dia após o casamento; um homem foi morto, em Fevereiro, no Beco das Merceeiras; outro, foi morto em Junho, no Terreiro do Paço, e outro, foi morto com uma espingarda, em Setembro, na Porta do Ferro.

Em 1636 e 1637, os registos de defuntos da paróquia da Sé não revelaram as razões que levaram a uma elevação dos níveis de mortalidade nesses anos. Foram, contudo, anos de crise de mortalidade em Lisboa, inseridos numa conjuntura desfavorável a nível nacional que caracterizou a década de trinta, agravando-se a mortalidade em 1636 devido ao grande surto de varíola que, nesse ano, atingiu a cidade de Lisboa (Rodrigues, 1990).

Em Cuba (Borges, 1996), no Alentejo, os níveis de mortalidade também subiram no final de 1636 e início do ano seguinte.

Na freguesia da Sé de Lisboa, após uma relativa acalmia entre 1638 e 1646, a freguesia voltou a ser bastante afectada pela mortalidade dos maiores de sete anos entre 1647 e até ao final da década de sessenta, com um volume de óbitos quase sempre superior à média, e com crises de mortalidade entre 1657 e 1660. Nesses anos, os óbitos superiorizaram-se à média, em mais de cinquenta por cento, sendo 1658 o ano de maior gravidade com um número de mortes registadas que ultrapassou o dobro das que seriam esperadas num ano de mortalidade considerado normal. Nesse ano, entre os meses de Março e Maio, os índices de mortalidade subiram, mas o mês de Agosto foi o que concentrou o maior número de mortes, com reflexos, ainda no mês de Setembro. Em Dezembro, o valor médio voltou a ser ultrapassado e continuou a subir até Abril de 1659. Sazonalidade que se assemelhou à observada para a cidade de Lisboa, onde se detectou uma crise de mortalidade a partir do início de 1658, que se prolongou por todo esse ano e primeira metade do ano seguinte, influenciada por um surto de tifo exantemático (Rodrigues, 1990).

No que se refere às possíveis causas que teriam influenciado a subida do volume de óbitos dos maiores de sete anos na freguesia da Sé de Lisboa a partir de 1647, admite-se uma possível influência da escassez alimentar e da peste que, em meados do século XVII foi sentida no país e em diversos pontos da Europa, contribuindo para um acréscimo das mortes na cidade de Lisboa (Rodrigues, 1990).

Ao observarmos outras localidades do país, vimos que, entre 1650 e 1659, também a população de Barcarena, na freguesia de Oeiras, perto de Lisboa, foi marcada por uma forte mortalidade associada a uma epidemia de tifo, e os concelhos de Oeiras Cascais e Sintra (Runkel, 1990) foram afectados por uma sobremortalidade, entre 1658 e 1665. Em

Cuba (Borges, 1996), no Alentejo, entre 1658 e 1660, os óbitos também voltaram a subir. No Nordeste Transmontano (Amorim, 1987) surgiram períodos de crise entre meados de 1650 e 1665. Na região do Minho, foram identificadas crises de mortalidade em diversos locais: uma na zona rural de Guimarães (Amorim, 1987) com início em 1657 e que se estendeu até 1662, podendo tratar-se de uma crise frumentária que teria degenerado em epidemia; uma outra, na povoação de S. Martinho de Avidos (Paiva, 2001) em 1659, com óbitos ainda numerosos em 1660; em Meadela (Solé, 2001), comunidade rural do Alto Minho, registaram-se crises médias em 1659 e 1661, e em Santiago de Romarigães (Santos, 1998), também no Minho, os momentos de maior gravidade foram em 1658, 1659, 1661 e 1664, e que, segundo a mesma autora, poderão ter tido como origem a quebra de produção na região de Entre Douro e Minho a partir de 1658, cujos efeitos (fome e epidemias) se teriam propagada por diversas localidades.

Na paróquia da Sé de Lisboa, passados os anos de crise de mortalidade dos finais da década de cinquenta do século XVII, registaram-se algumas oscilações desde 1661 até ao final do século, com anos de baixa mortalidade até 1674, e crises em 1685 e 1694.

Quanto à crise de mortalidade que ocorreu na freguesia da Sé em 1685 e ao número ainda elevado de mortes no ano seguinte, insere-se na crise geral sentida na cidade de Lisboa, originada pela degradação das condições de natureza socioeconómicas, e que levou a um agravamento geral dos níveis de mortalidade, atingindo, nesse ano, uma grande parte da cidade de Lisboa e todos os grupos etários (Rodrigues, 1990).

Noutros pontos do país, foram também sentidas crises de mortalidade nos finais da década de oitenta. Por exemplo, em Santiago de Romarigães (Santos, 1998), no Minho, registou-se um aumento súbito do número de óbitos entre 1684 e 1685 que poderia estar associado às condições climatéricas nefastas que em 1684 se tinham manifestado no Norte

do país; na paróquia transmontana de Poiães e na zona mista de Guimarães (Amorim, 1987) foram sentidas crises de mortalidade, respectivamente, em 1686 e em 1687, e na povoação de Cuba (Borges, 1996), no Alentejo, registou-se uma crise de subsistência e, simultaneamente, uma epidemia de tifo em 1684.

No que se refere à crise de mortalidade que em 1694 atingiu a freguesia da Sé de Lisboa, foi acompanhada por crises de natureza epidémica noutras freguesias da cidade. Esta crise insere-se numa conjuntura que se caracterizou por maus anos agrícolas, escassez, subida dos preços dos alimentos e doenças (Rodrigues, 1990).

Esta forte mortalidade foi igualmente sentida nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra (Runkel, 1990) entre 1692 e 1699, e crises, em 1693-1695 e 1697. Em Cuba (Borges, 1996), no Alentejo, o volume de óbitos registados em 1694 foi superior ao dos nascimentos, mantendo-se os níveis de mortalidade elevados no ano seguinte. Em Lisboa, as crises de mortalidade sentidas nos séculos XVI e XVII, embora tendo origem em conjunturas desfavoráveis, os surtos epidémicos foram os factores directos que levaram à elevação do número total de mortes (Rodrigues, 1990).

Embora no século XVII se tivesse tentado aperfeiçoar o sistema sanitário de Lisboa e prevenir a entrada de doenças contagiosas (Rodrigues, 1990), as crises de mortalidade voltaram a surgir na capital logo no início do século XVIII, entre 1703 e 1705, associadas a um agravamento das condições de vida da população, ao aumento dos preços e a doenças que se espalharam por toda a cidade (Barata, 1988). Esta conjuntura desfavorável poderá ter contribuído para a elevação dos óbitos dos maiores de sete anos, na paróquia da Sé de Lisboa, em 1706.

Cinco anos mais tarde, em 1711, a freguesia da Sé registou uma elevação dos níveis de mortalidade adulta que atingiu também os menores de sete anos, como pudemos observar através da frequência de registos de óbitos de crianças falecidas nesse ano, sendo as idades mais frequentes dessas crianças, os três e os quatro anos de idade. Nos registos paroquiais de óbitos desse ano, o cura não fez qualquer tipo de referência às causas de morte que vitimaram os homens e mulheres da paróquia, mas as carências alimentares que contribuíram para o aparecimento de crises de mortalidade em Lisboa entre 1709 e 1712 (Barata, 1988) poderão ter atingido a população da freguesia da Sé de Lisboa em 1711, principalmente os mais pobres e carenciados.

Sabe-se que, em 1709, a grande falta de pão e o aumento do preço dos cereais sentiu-se por todo o Reino, tendo-se alargado à região do Alentejo e à povoação de Cuba. Esta crise foi também sentida na Europa, devido a alterações climáticas, chuvas e frio que destruíram culturas e provocaram fome e má nutrição nas populações. No Alentejo, a povoação de Cuba (Borges, 1996), registou um agravamento da crise frumentária em 1711 e a falta de trigo foi sentida nas regiões de Beja, Évora e Estremoz.

No que se refere à freguesia da Sé de Lisboa os níveis de mortalidade adulta voltaram a subir em 1718 e em 1723 o número de mortes dos indivíduos maiores de sete anos atingiu um valor muito próximo do considerado crise de mortalidade. Pelos registos paroquiais de óbitos desse ano, sabemos apenas que uma pessoa faleceu no Hospital Real de Todos os Santos, um homem faleceu na Estalagem das portas do mar, outro na Estalagem de António Cardoso e um homem morreu num barco de Tancos ancorado no cais da Ribeira. Entre os falecidos encontram-se duas pessoas muito pobres. As crianças falecidas nesse ano, com registo de óbito conhecido, tinham sobretudo um e dois anos de idade. Sobre as causas de morte, não foi feita nenhuma referência pelo cura da paróquia.

Admite-se, contudo, que a febre amarela que, nesse ano, afectou a população da cidade de Lisboa, provocando uma crise de mortalidade (Barata, 1988), poderá ter influenciado o aumento do número dos falecidos na freguesia da Sé.

Também no concelho de Oeiras (Runkel, 1990), perto de Lisboa, 1723 foi um ano de crise, possivelmente originada pela febre amarela que atingiu toda a Europa.

Na freguesia da Sé, após os elevados níveis de mortalidade registados em 1723, voltou a registar-se uma elevação dos óbitos em 1730 e 1735, e uma crise de mortalidade em 1738. Neste último ano, os óbitos dos maiores de sete anos concentraram-se entre Abril e Julho, e o índice de mortalidade mais elevado registou-se no mês de Janeiro.

Ao confrontarmos estes anos de elevada mortalidade com outros estudos, vimos que, na cidade de Lisboa, em 1730 e 1731, doenças não identificadas voltaram a matar os seus habitantes e as crises de mortalidade voltaram a surgir em 1735, 1737 e 1738 (Barata, 1988). Também no concelho de Sintra, perto de Lisboa (Runkel, 1990), deflagrou uma crise de mortalidade em 1735 e, em Barcarena, concelho de Oeiras, em 1738. Em Cuba (Borges, 1996), no Alentejo, 1738 foi um ano de seca e de crise de mortalidade, que se alargou ao ano seguinte, devido às dificuldades frumentárias e a doenças, por vezes, associadas ao clima do Alentejo.

Em Lisboa (Barata, 1988), uma crise de mortalidade surgiu em 1748 que se poderá ter reflectido na subida dos óbitos dos maiores de sete anos na freguesia da Sé desta cidade nesse ano e em 1749. Esta elevação dos óbitos na freguesia da Sé culminou numa crise de mortalidade em 1750.

Por exemplo, em Idanha a Nova (Barbosa, 2001) foi sentida uma crise de mortalidade em 1750 que pareceu estar associada a desinterias, febres tifóides ou paludismo e, simultaneamente, a carências alimentares.

Em síntese, a falta de registos sistemáticos de mortalidade de menores impediu-nos conhecer a mortalidade infantil e o modo como as crianças da freguesia da Sé de Lisboa foram afectadas pelas crises de mortalidade.

Os dados disponíveis permitiram-nos concluir que, no século XVI, a mortalidade dos indivíduos maiores de sete anos foi afectada por anos de crise em 1571, 1573, 1597, 1598 e uma crise grave em 1599.

No século XVII, as crises de sobremortalidade ocorreram em 1605, 1620, entre 1657 e 1660, 1685 e 1694, sendo a mortalidade mais gravosa na segunda metade desse século.

Na primeira metade do século XVIII, verificaram-se apenas dois anos de crise, em 1738 e 1750, e anos de elevada mortalidade, nomeadamente 1723, 1711, 1748 e 1749.

4. Os registos de óbito da paróquia da Sé e o terramoto de 1755

Lisboa foi com frequência atingida por fenómenos sobrenaturais: fogos, tempestades, que destruíram edifícios e causaram danos na cidade, e terramotos que provocaram grandes estragos. Mas, a maior destruição abateu-se sobre Lisboa na manhã do dia 1 de Novembro de 1755, Domingo, dia de Todos-os-Santos, quando eram pouco mais de nove horas da manhã, a terra tremeu e um forte barulho foi ouvido pelos habitantes da capital. Igrejas, conventos, palácios e inúmeras habitações foram derrubadas, provocando um incêndio que deflagrou em diversos bairros da cidade.

O sol escondeu-se atrás da enorme poeira que se estendia pelo ar, provocada pelas ruínas, o mar enfureceu-se e o pânico instalou-se na capital. Ouviam-se gritos e gemidos e viam-se os mortos caídos pelo chão, ou entre os destroços, e pessoas repletas de sangue. Uns acabavam por morrer queimados, outros corriam de um lado para o outro pisando pessoas e cadáveres, para se tentarem salvar. As águas subiram pelas ruas e a parte baixa da cidade ficou inundada, mas alguns procuraram refúgio junto ao rio ou tentaram fugir em barcos que foram arrastados e engolidos pelo mar.

Nas igrejas parece terem morrido maioritariamente mulheres. Párocos e militares ajudavam a socorrer os que ainda se encontravam com vida e a sepultar os mortos, mas muitos defuntos iam ficando nas ruas e nos templos à espera de serem sepultados. Uns morriam por falta de socorro, outros eram transportados para os Hospitais. Os feridos eram tantos que o rei mandou instalar Hospitais nas cercas dos conventos de S. Bento e S. Roque para aí puderem ser tratados. Alguns eram encontrados ainda com vida entre as ruínas. Parece ter sido o caso de um homem na Basílica de Santa Maria ao fim de sete dias e uma rapariga na Rua dos Canos ao fim de nove dias (Boiça, 2005). Os que se conseguiam salvar fugiam para os campos ou para outras localidades e os fidalgos acompanhavam os cirurgiões que nos campos cuidavam dos feridos e desamparados. A família Real mudou-se para Belém, onde ficaram alojados em tendas.

Lisboa, uma das mais grandiosas cidades da Europa, ficou deserta e destruída. Todas as freguesias da capital foram atingidas. A maior parte das casas da cidade, igrejas e edifícios ficaram em ruínas e o número de mortos não se sabe ao certo quantos foram. Das vinte mil casas que à altura do terramoto constituíam a cidade de Lisboa, parece que apenas três mil podiam ser habitadas com segurança, após o terramoto (Boiça, 2005). A destruição das prisões permitiu aos ladrões fugirem e roubarem casas e templos.

A parte mais alta de Lisboa e o castelo foram igualmente atingidos e a antiga cidade mourisca ficou destruída. O incêndio atingiu também a Igreja da Sé de Lisboa. Monsenhor Sampaio, desta igreja, “*terá enterrado mais de duas centenas de cadáveres e resgatado muitos feridos das ruínas*” (Fonseca, 2005, p. 79).

Na freguesia da Sé, a Rua dos Canos, a Rua de Santo António, a Rua do Barão e a Rua dos cônegos parece terem estado entre as mais atingidas pelo terramoto (Fonseca, 2005).

Conforme um manuscrito publicado por Maria Andrade, citado por Boiça (2005,p.61), a destruição foi tanta que:

“Ficarão reduzidas a cinzas todas as mais propriedades grandes e pequenas, em ruas, e becos, em que entrão mais de sincoenta Igrejas de Freguezias, Conventos e Capellas, com a Patriarchal e a mayor parte da sua grande fabrica Sé Velha ou Santa Maria, Mizericordia Santo Antonio e os famosos Conventos (...)”.

Segundo uma carta da época escrita por José Acursio, citado por Boiça (2005,p.134), a Basílica de Santa Maria foi atingida, mas:

“(...) o que sómente cahio na occasião do terramoto, foi a torre velha, que estava sobre a cupula, a do relógio, que olhava para o mar, e a casa do Cabbido, e nada mais (...) morreo hum Conego, dous Beneficiados, hum Clerigo Beneficiado, e cinco meninos do Coro, todos estes perdêrão as vidas, retirando-se para fóra (...)”.

Estes mortos e tantos outros que no dia do terramoto faleceram na freguesia da Sé de Lisboa não constam entre os registos dos falecidos na paróquia em 1755. Os mortos terão sido tantos que muitos, certamente, nunca foram identificados, e mesmo sendo reconhecidos não terão sido dados como falecidos nos livros de registos paroquiais.

A nossa observação dos registos de baptismos e casamentos terminou em 1755, mas para tentarmos encontrar registos de pessoas falecidas no terramoto, e eventualmente

registadas posteriormente nos livros de registos da paróquia, prolongámos o levantamento e cruzamento dos óbitos por mais cinco anos, até 2 de Novembro de 1760, data do último assento de óbito registado nesse ano.

Encontrámos unicamente três registos de pessoas falecidas em consequência do terramoto e não sabemos onde ficaram sepultadas. O primeiro registo encontrado foi o de Margarida Rosa, casada com Francisco dos Santos, moradores na escada de S. Sebastião, na freguesia da Sé, falecida nas ruínas do terramoto, no dia 1 de Novembro de 1755. Era natural da freguesia da Madalena e o marido era natural de Loures. Dos cinco filhos nascidos na freguesia da Sé, dois já tinham falecido e o último tinha sido baptizado no dia 27 de Julho de 1754, com o nome de António. O óbito desta mulher encontra-se registado logo a seguir ao último assento dos falecidos no mês de Outubro de 1755.

Na margem da folha do livro de registo de óbitos da paróquia da Sé de Lisboa, e ao lado do único caso de morte registado no mês de Dezembro de 1755, lia-se Pereira, apelido de uma mulher casada com António da Silva, residentes na freguesia da Sé, na rua dos cónegos, junto ao arco de S. Francisco. Era o segundo caso de morte registado no livro paroquial, em consequência do terramoto: “a dita mulher tinha falecido nas ruínas do terramoto que houve em Lisboa no ano 1755”.

Na mesma folha, encontrava-se o único óbito registado em Dezembro desse ano. Tratava-se de Maria da Conceição, falecida na freguesia da Sé no dia 13 do dito mês. Era natural da freguesia da Sé, onde nascera em 1682. Tinha setenta e três anos de idade, era viúva de Manuel Simões de Lima, natural do Casal Ruivo, Termo da Vila de Águeda, Bispado de Coimbra. Casados na freguesia da Sé, aí tiveram sete filhos, e aí residiram, no Largo do Senhor de Belas. A mulher foi sepultada na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso.

Voltando às vítimas do terramoto, a seguir ao último assento do ano 1758, onde o Reitor José António de Goes e Sotto Mayor escreveu “ *e este acento abri por despacho do*

*Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo (...), Provisor, e Vigario Geral deste Patriarchado*²⁰, encontra-se o assento de óbito da terceira e última pessoa falecida em consequência do terramoto, e com óbito registado na paróquia da Sé de Lisboa, até ao final de 1760. Foi Bento da Silva, viúvo pela segunda vez, e “*falecido nas ruínas do terramoto de 1755*”.

Os quatro assentos acima referidos e os registados entre o dia 1 de Novembro de 1755 e o final do ano 1760 foram assinados pelo Reitor José António de Goes e Sotto Mayor.

Observámos também os registos de óbito de 1755 ocorridos anteriormente ao terramoto, registos que entre o dia 1 de Janeiro e o dia 28 de Junho desse ano tinham sido assinados pelo cura Pedro Cardoso Vasconcelos e que a partir de 11 de Julho e até ao dia 28 de Outubro do dito ano passaram a ser assinados pelo cura Manuel Dias Antunes.

Desde o início do ano 1755 e até ao terramoto, estes curas registaram óbitos de setenta e oito pessoas falecidas na paróquia da Sé, como pudemos observar no quadro 55.

Quadro 55
Falecidos na freguesia da Sé de Lisboa
(entre Janeiro e o terramoto de 1755)

Estado Civil	Homens		Mulheres		Meninos		Meninas		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Solteiros	13	16,7	7	9	9	11,5	11	14,1	40	51,3
Casados	8	10,3	10	12,8	-	-	-	-	18	23,1
Viúvos	4	5,1	12	15,4	-	-	-	-	16	20,5
Desconhecido	3	3,8	1	1,3	-	-	-	-	4	5,1
Total Falecidos	28	35,9	30	38,5	9	11,5	11	14,1	78	100

²⁰ Livro de Registos Paroquiais da Sé de Lisboa, ano 1758.

Uma observação por estado civil mostra-nos que, nesse ano de 1755, e em relação ao total de falecidos, os solteiros foram os mais atingidos pela morte. Entre estes, encontram-se as crianças com idades iguais ou inferiores a sete anos, cuja percentagem de falecidos foi bastante elevada: 11,5 por cento dos falecidos eram meninos com idades compreendidas entre as três semanas e os três anos, e 14,1% eram meninas entre os dois dias de vida e os sete anos de idade. Nesse ano, a mortalidade dos que faleceram com sete anos ou menos tempo de vida foi de 25,6%, em relação ao total dos falecidos entre o mês de Janeiro e o terramoto de 1755, percentagem que indicia uma forte mortalidade dos menores de sete anos. Se considerarmos independentemente as cinco meninas e os dois meninos que faleceram com menos de um a ano de idade, a percentagem de mortalidade infantil é de 9%, em relação aos setenta e oito falecidos ao longo desse período.

A observação por sexos e excluindo as crianças, mostra que nesse ano os homens solteiros e as mulheres viúvas foram os que mais morreram na freguesia da Sé de Lisboa. Entre os homens solteiros está um padre, um capelão e um clérigo.

Os homens falecidos com estado civil desconhecido eram: um escravo, sepultado nos covais da fábrica da Basílica, um moço do coro da capela del rei Dom Afonso IV, sepultado no convento de S. Francisco da cidade de Lisboa, e um homem residente no Pátio do Marquês de Gouveia, sepultado no cemitério da cidade de Lisboa.

A mulher com estado civil desconhecido era uma escrava, residente no beco do Aljube, e sepultada nos covais da fábrica da Basílica.

Observámos ainda os locais de sepultura dos falecidos nesse ano, antes do terramoto, quadro 56, e vimos que 78,2% dos enterros foram feitos na Basílica de Santa Maria. Destes, 35,9% foram para os covais da fábrica e 20,5% para os covais da Irmandade do Santíssimo.

Quadro 56
Locais de sepultura dos falecidos na freguesia da Sé
(entre Janeiro e o terramoto de 1755)
(valores absolutos)

Locais de sepultura	Homens	Mulheres	Meninos	Meninas	Total
Cemitério da cidade de Lisboa	1				1
Convento da Graça	1				1
Convento de Jesus		1			1
Convento de N ^a Sr ^a Monte do Carmo	1	3			4
Convento de S. Francisco da cidade	4	4			8
Convento dos Loios		1			1
Igreja de S. Julião Lisboa	1				1
Sé- Capela de S. Lourenço			1	1	2
Sé- Covais da Capela dos Claustros			1		1
Sé- Covais da Fábrica	10	11	3	4	28
Sé- Covais da Irmandade do Santíssimo	5	5	2	4	16
Sé- (Claustros) Covais da Irmandade das Almas	2	1	2	2	7
Sé- (Claustros) Covais de S. Lourenço		1			1
Sé- (Claustros) Covais do Falcão	2	3			5
Sé- Covais do corpo da Basílica	1				1
Total	28	30	9	11	78

Não sabemos, contudo, quem eram essas pessoas, na medida em que os curas Pedro Cardoso e Manuel Antunes fizeram unicamente referencia a dois padres, um clérigo, um moço do coro, um copeiro, um doutor, um escravo e uma escrava.

Um dos padres era, Fellis do Sacramento, falecido em Agosto desse ano, tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia, residente por baixo do Recolhimento da Misericórdia da freguesia da Sé, e sepultado na Igreja de S. Julião de Lisboa. O outro padre era, Francisco de Oliveira, capelão da Ermida de S. Sebastião da Padaria, residente na rua das canastras, falecido em Agosto desse ano e sepultado nos covais da fábrica da Basílica de Santa Maria Maior. O clérigo era o Reverendo Vicente da Silva, beneficiado da Basílica de Santa Maria, residente detrás de Santo António, falecido também em Agosto, e sepultado nos covais do corpo dessa Basílica. O moço do coro foi sepultado no convento S. Francisco.

O doutor era José de Souza Freire e foi sepultado nos covais do Santíssimo, na igreja da Sé. O copeiro era um homem solteiro, natural da comarca de Lamego, tinha sido copeiro do duque de Aveiro e ficou sepultado nos covais da Fábrica da Basílica.

Nesses mesmos covais foram também sepultados um homem e uma mulher, ambos escravos, falecidos nesse ano na freguesia da Sé de Lisboa.

Identificámos ainda que uma mulher casada, residente no Beco do Leão, tinha sido sepultada no convento dos Lóios. No convento de Jesus, tinha sido sepultada Dona Júlia Maria de Brito, viúva de Paulo da Silva Cotim.

Segundo referências feitas nos registos de óbito, entre os sepultados no Convento de S. Francisco da cidade de Lisboa e no Convento do Carmo, alguns, foram vestidos com os hábitos das respectivas Ordens.

Mas, além dos locais de sepultura, nesse ano foram ainda registados os locais de residência dos falecidos na freguesia da Sé.

Quadro 57
Distribuição dos óbitos segundo os locais de residência
(falecidos entre Janeiro e o terramoto de 1755)
(Valores absolutos)

Locais de Residência	Defuntos
Arco de S. Francisco	4
Às casas dos bicos	1
Às cruzeiras da Sé	4
Às portas do mar	1
Beco da Grinalda	3
Beco do Aljube	5
Beco do Bugio	2
Beco do Leão	3
Beco do Mel	4
Casa do conde de Santa Cruz – freguesia da Sé	1
Casa do duque de Aveiro . freguesia da Sé	1
Casa do marquês de Gouveia – freguesia da Sé	1
Defronte da porta do ferro da Sé	2
Escada de S. Sebastião	1
Junto às sete casas da freguesia da Sé	1
Largo da Basílica	4
Largo das Cruzes da Sé	1
Mercearias dos homens	1
Na Ribeira	2
Pátio das carvalhas	2
Pátio do Marquês de Gouveia	1
Por baixo do Recolhimento da Misericórdia – Sé	1
Rua das Canastras	4
Rua detrás de Santo António	3
Rua Direita	1
Rua Direita da porta de ferro da Sé	1
Rua Direita da Ribeira	2
Rua Direita de S. João da Praça	4
Rua do Barão	4
Rua do Albuquerque	4
Rua do Almargem	7
Rua dos Cónegos	2
Total	78

De acordo com os dados obtidos e apresentados no quadro 57, as ruas mais castigadas pela morte dos seus habitantes parece terem sido a rua do Almargem e o Beco do Aljube. Com residência ao óbito na rua do Almargem em 1755, encontram-se sete pessoas: duas mulheres casadas; duas solteiras; uma viúva; um homem casado e uma

menina com cerca de cinco anos de idade. No Beco do Aljube faleceram cinco pessoas, nesse ano: uma mulher viúva; o moço do coro da capela del rei Dom Afonso IV; uma escrava; uma menina com cerca de quatro anos de idade e outra com sete meses.

Após termos observado que a maioria dos falecidos em 1755 foram sepultados na igreja da Sé, observámos os locais de sepultura dos falecidos na paróquia após o terramoto, e até 1760. Constatámos que nenhum dos onze falecidos em 1756 foi sepultado na igreja da Sé: quatro foram sepultados no cemitério da Graça; dois no cemitério, mas não sabemos qual; dois nos claustros do convento de S. Francisco da cidade de Lisboa e três “na Conceição da Rua Nova”.

Em 1757 voltaram a ser sepultados defuntos na igreja da Sé de Lisboa. Das doze pessoas falecidas nesse ano, cinco foram sepultadas na dita Basílica. O primeiro enterro na igreja da Sé, registado no livro de defuntos da paróquia após o terramoto, foi o de Maria:

“Aos três dias do mês de Junho de mil setecentos cincoenta e sete annos, nesta cidade de Lisboa falleceu da vida prezente Maria de idade de três mezes, filha de Jozé da Silva e de sua mulher Anna Maria moradores na Ribeira desta Freguezia da Bazillica de Santa Maria, deu se lhe sepultura nos covaes da Fabrica desta Bazillica”²¹.

No dia 2 de Julho realizou-se um outro funeral na igreja da Sé de Lisboa. Tratava-se de Manuel Manhós, casado, residente no Campo das Cebolas e sepultado no Claustro da Basílica. Depois destes, muitos outros se foram sucedendo. De tal modo que das trinta e nove pessoas registadas como falecidas na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1758 e 1760, vinte e oito foram sepultadas na Basílica de Santa Maria, o que representa 71,8% do total de falecidos ao longo desses três anos.

²¹ Livro de registos de óbito da Sé de Lisboa de 1757, p. 36.

Na Basílica de Santa Maria Maior, os locais de sepultura desses defuntos foram: os covais da fábrica; os covais da Irmandade do Santíssimo Sacramento; os covais do Senhor Jesus da Boa Sentença do Claustro; os covais da Irmandade das Almas, nos claustros, e os covais da nave da porta de ferro da Basílica.

Pela observação dos registos paroquias de óbito dos falecidos posteriormente ao terramoto e até 1760, conclui-se que apenas três pessoas falecidas em consequência do terramoto foram registadas no livro de óbitos da paróquia da Sé, ao longo desse período.

Verificámos também que a maioria dos falecidos na paróquia antes do terramoto e entre 1758 e 1760 foram sepultados na igreja da Sé de Lisboa. Após o terramoto e até ao início do mês de Junho de 1757, não foram feitas quaisquer referências a pessoas sepultadas na igreja da Sé

Constatámos ainda que em 1755 a mortalidade atingiu sobretudo as pessoas solteiras, nomeadamente homens e crianças. A percentagem de crianças falecidas nesse ano, antes do terramoto, indiciam uma elevada mortalidade dos menores de sete anos na freguesia da Sé de Lisboa.

VI. APROXIMAÇÃO À MOBILIDADE GEOGRÁFICA

A mobilidade é uma variável demográfica influente. Para se compreender a evolução demográfica duma freguesia urbana duma cidade como Lisboa, desde há muito aberta ao exterior, teremos que ter em conta a importância do fenómeno da mobilidade (Amorim, 1992).

Apesar da metodologia de reconstituição de paróquias possibilitar o cruzamento com outras fontes e, ao isolar o indivíduo da família, permitir que se avance no estudo desta variável (Amorim,1992), no nosso trabalho deparámo-nos com dificuldades no acompanhamento dos indivíduos e das famílias, pelo facto de não possuímos registo sistemático de mortalidade infantil, essencial para o acompanhamento do percurso de vida dos nascidos na paróquia. Se tivéssemos registo de mortalidade infantil e uma data real um convencional de todas as saídas da freguesia, não apenas por óbito mas também por afastamento, seria possível, com base no ficheiro de indivíduos onde estão todos os nascidos ou com percurso registado na freguesia, a execução de cálculos indicadores de mobilidade geográfica.

Na ausência de registos de óbito de menores, não sabemos se as pessoas, para as quais não foi registado óbito, saíram da freguesia ou faleceram sendo ainda crianças. Por outro lado, a morosidade deste trabalho inviabilizou, por motivos de tempo disponível, o cruzamento dos dados da paróquia reconstituída com outro tipo de fontes, como os registos de passaportes, de modo a aprofundarmos o conhecimento desta variável.

Mas, através dos registos paroquiais percebemos que era uma paróquia com uma forte mobilidade, pelas naturalidades dos indivíduos e pela dificuldade de os

acompanharmos nas suas trajectórias de vida, pelo facto de saírem do nosso campo de observação.

Não pudemos esquecer que a Sé era uma paróquia da maior cidade do Reino, e uma freguesia central da cidade de Lisboa, localizada perto do mar e do porto, onde o movimento de pessoas e mercadorias era uma constante, a mobilidade intensa, assim como a heterogeneidade populacional. Na cidade viviam mulheres brancas, negras, escravas e forras e aí chegavam homens desamparados e forasteiros. Ao porto de Lisboa chegavam também naus e caravelas de todas as partes da Cristandade (Brandão, 1552). Lisboa era palco de uma multiplicidade de movimentos e destino de pessoas vindas de todo o país. Uns ficavam na cidade em busca de melhores condições de vida, outros saíam, nomeadamente para a Índia, Brasil e América espanhola (Coelho, 2006).

A freguesia da Sé, localizada perto da Ribeira, era também sítio de passagem de muitas pessoas, de uma diversidade de proveniências geográficas. Muitas, iam e vinham de Além-Mar. Nela encontrámos escravos, forros, criados, mercadores, viandantes, pobres, mendicantes e vagabundos. Teresa Rodrigues (1990) diz-nos que, no século XVI, a cidade parecia estar concentrada na Ribeira levando consigo os mercados, tabernas, casas de comida e as hospedarias onde se albergava uma imensa população flutuante. Aí estavam instaladas as principais estruturas de produção, nomeadamente a fundição de artilharia, construção naval, fabrico de pólvora, tendas para a venda de alimentos e outros produtos, diversos armazéns e também o cais de embarque e desembarque.

Pela freguesia da Sé passaram muitas pessoas que vinham de fora, ou porque estavam de passagem, ou mesmo para trabalhar ou residir, procurando na cidade melhores condições de vida. Alguns ficavam hospedados nas casas que davam camas ou nas estalagens existentes na freguesia, como tivemos oportunidade de observar pelos registos paroquiais. Muitos dos que vieram de fora isolados ou em família casaram na igreja da Sé,

como tivemos oportunidade de observar pela origem geográfica dos nubentes celibatários²², tendo-se alguns deles fixado na paróquia, definitiva ou temporária mente.

Além dos que vinham de fora, acabando por contrair matrimónio na freguesia da Sé, vinham também casais que, não tendo casado na freguesia da Sé, aí baptizaram um ou mais filhos, sendo o baptismo das crianças o único acto conhecido na paróquia. Por outro lado, constatámos pelos registos de óbitos que muitos faleciam na freguesia da Sé, sendo naturais de outras freguesias da cidade, das mais diversas partes do Reino e mesmo do estrangeiro.

Mas, para além destes movimentos de entrada de pessoas não naturais da freguesia, registam-se ainda os movimentos de saída dos nascidos na paróquia, muitos acabavam também por se ausentar. Foi o caso de Amador Álvares que nasceu na freguesia da Sé em 1573, casou na igreja da Sé em 1594, e não soubemos mais nada sobre a sua trajectória de vida. Isabel Dias, também da freguesia da Sé, onde nasceu em 1563, e onde casou em 1590, com Gaspar Dias, natural de fora do Arcebispado de Lisboa, saiu da paróquia, possivelmente para o local de residência do cônjuge. Muitos casos como estes repetiram-se, e à medida que avançávamos na recolha e cruzamento dos registos paroquiais apercebemo-nos da grande dificuldade em acompanhar os movimentos geográficos dos indivíduos e das famílias desta paróquia, nomeadamente pela falta de registo sistemático de mortalidade dos menores de sete anos.

Assim, não podendo acompanhar as saídas e entradas das famílias e dos indivíduos, tentámos uma aproximação à mobilidade geográfica da freguesia da Sé de Lisboa, tendo como base as naturalidades dos cônjuges. Numa primeira abordagem observámos as naturalidades dos cônjuges que, sendo ambos naturais do exterior, entraram na freguesia já depois do casamento. Finalmente, observámos as famílias móveis e as famílias que se

²² Ver quadro 19, naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento, capítulo sobre a Nupcialidade.

mantiveram estáveis na freguesia e o fenómeno da mobilidade individual através dos registos de óbito.

1. Origem geográfica dos cônjuges que entraram na paróquia

Com o objectivo de observarmos donde vinham os cônjuges que tinham nascido e casado fora da paróquia da Sé, mas que nela faleceram ou baptizaram filhos, entre 1563 e 1755, elaborámos o quadro “origem geográfica dos cônjuges casados fora da paróquia da Sé” e que nos mostra que, as pessoas casadas, com naturalidade conhecida, vinham maioritariamente de zonas que pertenciam ao termo de Lisboa e de outras freguesias da cidade.

Quadro 58
Origem geográfica dos cônjuges casados fora da paróquia da Sé
1563-1755

Arcebispado	Bispado	Outros	Homens		Mulheres	
			Obs	%	Obs.	%
Lisboa		Lisboa	8	1,1	17	2,6
		Freguesias de Lisboa	165	22,5	276	42,4
		Lisboa Ocidental	11	1,6	20	3,1
		Lisboa Oriental	6	0,8	3	0,5
		Termo de Lisboa	185	25,1	165	25,3
		Leiria		26	3,5	19
Total do Arcebispado Lisboa			401	54,6	500	76,9
Braga	Braga		108	14,6	23	3,6
	Coimbra		50	6,8	23	3,6
	Lamego		12	1,6	1	0,1
	Porto		21	3	8	1,1
Total do Arcebispado Braga			191	26	55	8,4
Évora			28	3,8	15	2,3
	Algarve		5	0,7	5	0,8
	Elvas		4	0,5	-	-
	Guarda		17	2,4	7	1,1
	Miranda		6	0,8	1	0,1
	Portalegre		1	0,1	3	0,5
	Viseu		13	1,9	10	1,5

		Beiras	2	0,3	-	-
		De fora	8	1,1	22	3,5
Total Portugal Continental			676	92,2	618	95,1
		Açores	8	1,2	-	-
		Angola	4	0,6	6	1
		Baía	-	-	1	0,1
		Cacheu	-	-	2	0,4
		Cabo Verde	5	0,7	1	0,1
		Costa da Mina	3	0,4	4	0,6
		Ilha de S. Tomé	1	0,1	2	0,4
		Ilhas	1	0,1	-	-
		Índia	1	0,1	-	-
		Madeira	1	0,1	1	0,1
		Mazagão	1	0,1	1	0,1
		Moçambique	1	0,1	-	-
		Partes de África	1	0,1	-	-
		Tânger	2	0,3	-	-
Total outros locais de origem			29	3,9	18	2,8
		Espanha	16	2,2	8	1,2
		Estrangeiro	1	0,1	1	0,1
		França	4	0,5	-	-
		Inglaterra	2	0,3	2	0,3
		Irlanda	3	0,4	3	0,5
		Itália	3	0,4	-	-
Total Europa			29	3,9	14	2,1
Total Geral			734	100	650	100

Se atendermos à distribuição por sexos vimos que as mulheres casadas fora da freguesia da Sé, com naturalidade conhecida, vinham maioritariamente de freguesias da cidade de Lisboa, seguindo-se as localidades que pertenciam ao termo da cidade.

Os homens casados fora da freguesia da Sé, cuja naturalidade conhecemos, chegavam sobretudo de locais pertencentes ao termo de Lisboa e de outras freguesias desta cidade. Vinham de locais não muito distantes como Bucelas, Loures, Odivelas, Oeiras, Rio de Mouro e muitos outros, pois, como nos diz Frei Nicolau de Oliveira (1991), Lisboa estava rodeada por um grande número de vilas e lugares, tanto da parte da terra como da parte de além do rio.

Mas, para além destes homens e mulheres que vinham de localidades inseridas no arcebispado de Lisboa, e que eram em maioria, uma percentagem significativa, sobretudo

de homens casados fora da paróquia, com naturalidade conhecida, vinha do norte do país, de localidades pertencentes ao Arcebispado de Braga e Bispados de Coimbra e Porto. Dos estrangeiros, a presença de espanhóis na paróquia da Sé parece ter sido a mais significativa, embora o reduzido número de casos conhecidos não nos permita qualquer generalização ou conclusão.

Contudo, a diversidade de naturalidades de pessoas presentes na freguesia da Sé de Lisboa evidencia uma abertura desta paróquia ao exterior e uma intensa mobilidade geográfica e inter-paroquial.

O quadro 59 mostra-nos uma distribuição por freguesias dos homens e mulheres casados fora da freguesia da Sé, com naturalidade identificada e provenientes de outras freguesias da cidade de Lisboa.

Quadro 59
Cônjuges casados fora da paróquia da Sé
Locais de origem dos naturais de Lisboa
1563-1755

Freguesias de Lisboa	Homens		Mulheres	
	Obs.	%	Obs.	%
Ajuda	-	-	2	0,7
Anjos	11	6,7	13	4,7
Carnide	1	0,6	1	0,4
Conceição	8	4,8	13	4,7
Encarnação	4	2,4	5	1,8
Loreto	3	1,8	1	0,4
Madalena	8	4,8	17	6,2
Mártires	6	3,7	7	2,5
Mercês	2	1,2	3	1,1
Nossa Senhora dos Olivais	3	1,8	7	2,5
S. Bartolomeu	3	1,8	1	0,4
S. Cristóvão	3	1,8	3	1,1
S. João da Praça	2	1,2	10	3,7
S. José	2	1,2	6	2,2
S. Julião	15	9,1	14	5,1
S. Lourenço	1	0,6	1	0,4
S. Mamede	-	-	2	0,7
S. Martinho	-	-	2	0,7
S. Miguel	10	6,1	15	5,4
S. Nicolau	6	3,7	27	9,8
S. Paulo	2	1,2	4	1,4
S. Pedro	2	1,2	3	1,1
S. Sebastião	2	1,2	-	-
S. Tiago	3	1,8	2	0,7
S. Tomé	4	2,4	2	0,7
S. Vicente de Fora	4	2,4	6	2,2
Sacramento	6	3,7	-	-
Santa Ana	1	0,6	3	1,1
Santa Catarina	10	6,1	15	5,4
Santa Cruz	3	1,8	4	1,4
Santa Engrácia	9	5,5	13	4,7
Santa Justa	13	7,9	26	9,4
Santa Marinha	3	1,8	4	1,4
Santo André	1	0,6	-	-
Santo Estevão	6	3,7	12	4,4
Santos	5	3	11	4
Socorro	3	1,8	20	7,2
Trindade	-	-	1	0,4
Total	165	100	276	100

Dos poucos casos identificados, os homens casados vieram sobretudo das freguesias de S. Julião, Santa Justa, Santa Catarina, Anjos, S. Miguel, Santa Engrácia, Madalena e Conceição, freguesias próximas da freguesia da Sé. Saliente-se, que perante a escassez dos casos conhecidos para a totalidade do período, não podemos fazer qualquer tipo de generalização ou conclusão.

Contudo, as elevadas percentagens de mulheres e homens casados que tendo nascido noutras paróquias da cidade de Lisboa se encontravam na freguesia da Sé definitiva ou temporariamente, apontam para uma intensa mobilidade inter-paroquial, no interior do espaço urbano.

Para ilustrarmos a diversidade de situações encontradas relativamente a casais naturais e casados no exterior, e com passagem marcada pela freguesia da Sé de Lisboa, apresentamos alguns exemplos retirados da base de dados da paróquia da Sé reconstituída.

Por exemplo: Eusébia Maria, filha de António de Sousa e Mariana Pereira, foi baptizada na igreja da Sé, em Março de 1701, data que no nosso ficheiro de famílias marcou a entrada do casal na freguesia da Sé. O pai era natural da freguesia dos Anjos, em Lisboa, e a mãe era natural do Cartaxo. Fixaram-se na freguesia da Sé, com residência defronte de Santo António. Após Eusébia, foram baptizadas mais três crianças filhas do casal na igreja da Sé de Lisboa, a última foi Maria, baptizada em Maio de 1708. Em Outubro desse ano, faleceu na freguesia da Sé o pai da criança, e alguns anos mais tarde a mãe. Aí faleceram ainda dois filhos do casal, nascidos fora da paróquia.

Um outro caso foi o de José Francisco, natural da freguesia da Madalena de Lisboa, casado com Clemência Ferreira, natural do termo de Alenquer. Duas filhas do casal foram baptizadas na freguesia da Sé, respectivamente em Março de 1709 e Janeiro de 1712,

último acto conhecido relativamente a esta família que residiu na freguesia da Sé apenas temporariamente.

Também Lourenço da Maia, natural da freguesia de Santo Estevão de Alfama, em Lisboa, e Maria Baptista, natural da freguesia de S. José de Lisboa, residiam na freguesia da Sé detrás da igreja de Santo António à altura do nascimento da filha Joana Maria, em Dezembro de 1707. Nasceram mais três filhos do casal na paróquia da Sé e nela também casaram outros dois filhos, nascidos fora da freguesia da Sé. Este casal fixou-se na freguesia da Sé definitivamente. Ela faleceu em 1726 e ele em 1730.

O mesmo não aconteceu com Manuel Simões e Maria da Rosa. Ele natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira da cidade de Lisboa e ela de Lisboa Ocidental da freguesia da Conceição Nova, e residentes na freguesia da Sé, no Beco de Santo António, em Julho de 1737, altura em que foi baptizada Ana, filha do casal, único acto que marca a passagem desta família pela freguesia da Sé de Lisboa.

Casos semelhantes foram-se repetindo na freguesia da Sé que nos mostram os intensos movimentos de entrada e saída desta população, visto que, dos que entravam nesta paróquia, muitos voltavam a sair.

Em síntese, a análise das naturalidades dos cônjuges que não sendo naturais da freguesia da Sé de Lisboa por ela passaram, tendo actos vitais registados na paróquia já após o casamento, vem confirmar a grande mobilidade geográfica e inter-paroquial já observada através das naturalidades dos nubentes celibatários²³, e também, a proximidade geográfica de origem dos homens e principalmente das mulheres casadas que entravam na freguesia da Sé. A percentagem, sobretudo de homens casados, que vinham do Arcebispado de Braga foi também significativa.

²³ Capítulo da Nupcialidade, quadro 19.

2. Famílias estáveis e famílias móveis na freguesia da Sé de Lisboa

Sabendo, através da naturalidade dos nubentes, que muitos dos que casaram na paróquia da Sé de Lisboa eram originários do exterior, procurámos agora saber se se fixaram na freguesia de uma forma estável ou se acabaram por se ausentar.

Para essa observação considerámos o total de famílias estáveis²⁴, isto é, aquelas que casaram na paróquia da Sé de Lisboa e que a morte do primeiro elemento do casal falecido também ocorreu na paróquia. Considerámos famílias móveis²⁵ as que contraíram matrimónio na freguesia da Sé, mas desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Quadro 60
Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia
1570-1750

Famílias	Obs.	%
Estáveis	492	8,5
Móveis	5326	91,5
Total	5818	100

Pela observação do quadro 60, constata-se que a percentagem de famílias móveis na paróquia da Sé de Lisboa era bastante elevada. Admite-se a hipótese de muitos dos que aí

²⁴ Considerámos como famílias estáveis as famílias tipo 1 (famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido) e tipo 2 (Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher) segundo a Metodologia de AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução Demográfica ...*, ob. cit., pp. 33-35.

²⁵ Considerámos como famílias móveis as famílias tipo 3 (famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido) e tipo 4 (Famílias das quais conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido) segundo a Metodologia de AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico ...*, ob. cit., pp.33-35.

casavam vindos de fora, acabassem por sair passado algum tempo. Outros, estariam mesmo de passagem, acabando por permanecer apenas durante curtos espaços de tempo. Alguns, partiam mesmo antes do nascimento do primeiro filho, sendo o casamento o único acto registado na paróquia, como aconteceu com a maior parte dos designados pelos párocos como viandantes, cujos casamentos identificados ocorreram com maior frequência na paróquia entre 1686 e 1723, e em 1742.

Destes viandantes, poucos baptizaram filhos na paróquia da Sé. Contudo, alguns permaneceram na freguesia durante mais algum tempo e nela ocorreu o nascimento de um ou mais filhos. Foi o caso de António Simões e Maria da Conceição, ambos viandantes, casaram na igreja da Sé em 1697 e baptizaram o filho, Manuel, em 1698. Também Manuel Dias e Catarina Duarte, naturais da cidade do Porto, celebraram casamento na igreja da Sé de Lisboa, em 1697, e aí foi baptizado o filho do casal, em 1699. Estes são alguns exemplos dos poucos viandantes com actos vitais registados na paróquia da Sé, além do casamento.

Pelas naturalidades referidas pelos párocos, embora de uma forma não sistemática, observámos que os viandantes com naturalidades conhecidas vinham de diversas partes do Reino. Alguns tinham nacionalidade estrangeira, sobretudo espanhóis, mas também franceses de nação, embora em número muito reduzido. Entre as naturalidades dos viandantes encontra-se Castelo Branco, Aveiro, Viseu, Leiria, Faro, Ponte de Lima, Chaves, Pombal, Porto, Viana de Caminha, Coimbra, Beja, Evoramonte, Sines. De Espanha, dos casos conhecidos, vinham dos Reinos de Castela e da Galiza mas também da Catalunha, Andaluzia, Astúrias, Galiza, Biscaia, Castela, Navarra, Granada, entre outros.

Jacques da Costa e Maria Jacinta, ambos viandantes, celebraram matrimónio na Sé de Lisboa, em Agosto de 1692. Ele veio do Reino de França e ela do Reino da Galiza.

Domingos dos Rios, natural do Reino de Castela, casou na igreja da Sé ,em Março de 1695, com Domingas de Pente de Andrade, natural do Reino da Galiza.

Gregório Pousadas natural do Reino da Galiza e Maria de Arnovate natural do Reino de Biscaia, celebraram matrimónio na igreja da Sé de Lisboa, em Agosto de 1697.

João da Mata e Ana de Sá, ele natural do Reino de Navarra e ela do Reino de Castela, casaram na Sé de Lisboa, em Outubro de 1699.

Um outro exemplo de pessoas para as quais, frequentemente, o matrimónio foi o único acto conhecido na paróquia, foram os presos que se encontravam na cadeia do Aljube e as moças donzelas recolhidas no Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia, tais como, Roque Francisco que, no dia 2 de Agosto de 1614, veio preso do Aljube para ser recebido na igreja da Sé de Lisboa. Era natural da freguesia de Santa Catarina da dita cidade. A noiva, Margarida Gonçalves, era natural do Arcebispado de Braga.

Também João Rodrigues, natural da freguesia de S. José de Lisboa, encontrando-se preso na cadeia do Aljube veio à igreja da Sé, no dia 20 de Setembro de 1695, a fim de celebrar matrimónio com Maria Francisca, natural do termo de Cascais.

Entre as recolhidas residentes no Recolhimento das Donzelas da Misericórdia detrás de Santo António, encontrava-se Maria Rebelo. Casou na igreja da Sé de Lisboa com Domingos Gomes, natural de Cascais, no dia 27 de Novembro de 1621.

Mas, como nos refere Braudel (1983), as cidades alimentam-se de movimento, e na freguesia da Sé de Lisboa a percentagem de famílias móveis reflecte uma multiplicidade de movimentos que caracterizavam a cidade de Lisboa e a freguesia da Sé, como o testemunham as naturalidades registadas em alguns registos paroquiais. Por outro lado, as famílias que se mantiveram estáveis nesta freguesia da cidade de Lisboa até ao falecimento do primeiro membro do casal, parecem terem sido poucas, o que revela uma forte mobilidade geográfica.

Como referem alguns registos de casamento, algumas dessas pessoas eram “estantes” na freguesia da Sé, tais como, Vasco Perez da Veiga, natural de Madrid e estante em Lisboa, tendo casado no dia 22 de Novembro de 1592, na igreja da Sé com Cicília Rodrigues, natural de Lamego, estante na freguesia da Sé. Também Francisco Nunes e Catarina Garcia estantes na freguesia da Sé de Lisboa, casaram na igreja da Sé, no dia 1 de Dezembro de 1594 e Bárbara da Costa, estante na freguesia da Sé, casou na dita freguesia com Bartolomeu Ribeiro, no dia 2 de Janeiro de 1607. Estes, e muitos outros, passavam pela freguesia da Sé, acabando habitualmente por se ausentar.

Ao referir-se à cidade de Lisboa, ao fenómeno da mobilidade geográfica e aos “estantes” nesta cidade, Teresa Rodrigues (1990, p. 54) diz que:

“De facto, o fenómeno da mobilidade urbana imprime grandes flutuações sazonais e anuais no número total de viajantes e homens de negócios, nos efectivos militares e religiosos, no grupo dos criados e aprendizes, dos escravos e até dos presos nas cadeias e dos internos nos hospitais”.

No que respeita à freguesia da Sé, os assentos de actos vitais da dita paróquia não permitem identificar quem eram essas famílias que chegavam à freguesia, nem os motivos que as traziam até esta cidade. Só em alguns casos os párocos registavam nos assentos paroquiais a profissão, o local de origem e o local de residência, mas não o faziam de uma forma sistemática. Muitos dos que chegavam à cidade e permaneciam na freguesia da Sé durante algum tempo, vinham possivelmente por motivos de trabalho, à procura de melhores condições de vida que uma cidade como Lisboa poderia oferecer, acabando uns por regressar mais tarde aos seus locais de origem e outros por se fixar definitivamente.

Em síntese, embora não fosse possível identificar quem eram essas pessoas e quais as motivações que as traziam até à freguesia da Sé de Lisboa, constatámos, contudo, que muitas foram as famílias que entre 1570 e 1750 passaram pela freguesia da Sé desta cidade. A mobilidade geográfica era intensa, assim como os movimentos de entrada e saída de população vinda de fora do espaço da freguesia. Por outro lado, parecem ter sido poucas as famílias que aí se mantiveram estáveis.

3. Mobilidade individual através dos registos de óbitos

Na tentativa de observarmos a mobilidade individual e o estado civil dos indivíduos não naturais da freguesia da Sé de Lisboa, partimos dos registos de óbito dos falecidos na freguesia entre 1570 e 1750 e elaborámos os quadros 61 e 62, onde constam os efectivos ao óbito com naturalidade conhecida. Separámos os nascidos na paróquia dos que, tendo vindo de fora, nela acabaram por falecer, sendo naturais do exterior, e excluímos as crianças com menos de sete anos de idade, pelo facto dos curas da freguesia registarem esses óbitos apenas esporadicamente.

Quadro 61
Efectivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos
1570-1750

Estado Civil	Naturais		Não Naturais		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Solteiros	77	29,7	182	70,3	259	100
Casados	126	20	503	80	629	100
Viúvos	29	24,6	89	75,4	118	100
Total	232	23,1	774	76,9	1006	100

Constatámos que, de acordo com os registos de óbito da paróquia da Sé de Lisboa, a grande percentagem de indivíduos que aí faleceram, entre os finais do século XVI e a primeira metade do século XVIII, com naturalidade e estado civil conhecidos, não eram

naturais da paróquia. Vieram maioritariamente de outras partes do Reino. Mas, na paróquia da Sé faleceram também pessoas de outras nacionalidades: espanhóis, franceses, italianos, flamengos, irlandeses e brasileiros, entre outros. Faleceram ainda pessoas naturais das Ilhas, da Guiné, da Índia e das praças africanas de Tânger e Mazagão.

Os registos paroquiais assinalam a passagem de uma multiplicidade de pessoas pela freguesia da Sé, desde escravos, estrangeiros vindos de várias nações, e que, segundo Frei Nicolau de Oliveira (1991), eram habitualmente em grande número. Mas além destes, havia também os portugueses hóspedes, muitos hospedados na freguesia da Sé, e que aí acabaram por falecer, como comprovam os registos paroquiais. Outros vinham à Corte negociar ou vinham nos barcos trazer e levar as mercadorias.

Entre os falecidos na freguesia da Sé, com naturalidade e estado civil identificados, provenientes de fora do Reino, encontram-se, entre muitos outros, um moço flamengo, solteiro, que faleceu em casa do senhor Dom Cosmo de Meneses, em Julho de 1586, e foi sepultado nos claustros da Sé; o estrangeiro Martin Hebren, casado, morador à porta do mar, dava tabuleiros de comer, faleceu em 1589 e foi sepultado na igreja da Sé; Catarina Perrasea, natural de Itália, casada, dava de comer a estrangeiros, e faleceu em 1593; Manuel Mendes, casado, natural da Índia, faleceu em 1594, tendo sido sepultado na igreja da Sé; Afonso Rodriguez, alfaiate, natural do Reino de Castela, residente na Rua das Canastras, faleceu em Julho de 1597; Baltazar Afonso, natural de Tânger e residente ao Lagar do Mel, faleceu em Junho de 1618, e foi sepultado na igreja da Sé; Jerónimo Dias, negro, casado, residente na Praça dos Canos, faleceu em Abril de 1599; Inácio Ferreira, pobre, natural do Brasil, faleceu em Janeiro de 1676, tendo sido sepultado na igreja da Sé; Leonor Lince, casada, natural do Reino de Irlanda e residente na freguesia da Sé, faleceu em Maio de 1692 e foi sepultada na igreja da Sé; Maria Luís, natural da praça de Mazagão,

viúva, merceeira del rei Dom Afonso IV e moradora dentro do pátio das merceeiras, faleceu em Abril de 1718, tendo sido sepultada no convento de S. Francisco da cidade.

À semelhança destes, muitos outros vindos de fora residiram e faleceram na freguesia da Sé de Lisboa. Contudo, as escassas referências feitas pelos párocos às profissões desempenhadas, impediram-nos de perceber até que ponto o tipo de trabalho por eles exercido na cidade, poderia influenciar e atrair pessoas à freguesia da Sé de Lisboa.

Sabemos, contudo, que além das pessoas livres que passaram e residiram na freguesia da Sé, passaram e residiram também muitos escravos, que deixaram actos vitais registados na paróquia. Dos que faleceram na freguesia, nem sempre nos foi dado a conhecer a sua proveniência geográfica. Dos falecidos, com naturalidade conhecida, encontram-se escravos provenientes da Costa da Mina e Angola, tais como, Isabel da Costa, escrava, casada, filha de pais gentios, natural do Reino de Angola e residente na freguesia da Sé, no Beco do Aljube, em casa de Manuel Henriques, espadeiro, falecida em 1728 e sepultada no cemitério de Santana. Também Catarina, escrava, solteira, filha de pais gentios, natural da Costa da Mina e residente em casa do doutor José da Costa Magalhães, defronte da porta travessa da Sé, faleceu em 1729, mostrava ter 18 anos de idade, e foi sepultada na igreja da Sé, na nave da parte direita da sacristia, defronte da capela de S. Sebastião.

Se observarmos o estado civil ao óbito, constatamos que dos falecidos na paróquia, com naturalidade e estado civil conhecidos, a percentagem de solteiros casados e viúvos vindos de fora e que faleceram na freguesia da Sé, foi superior à percentagem dos que nasceram e faleceram na paróquia, no mesmo estado civil. Os casados e viúvos não naturais a morrer na freguesia representaram a maior percentagem, comparativamente com os do mesmo estado civil naturais da paróquia, e entraram ou pela via do casamento ou com família já constituída.

O quadro “registo de efectivos ao óbito em relação ao total de falecidos” mostra-nos que a grande percentagem dos indivíduos que faleceram na paróquia eram casados. Na segunda posição aparecem os solteiros, seguidos dos viúvos.

Quadro 62
Efectivos ao óbito
(Em relação ao total de falecidos)
1570-1750

Estado Civil	Naturais		Não Naturais		Total	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Solteiros	77	7,7	182	18,1	259	25,8
Casados	126	12,5	503	50	629	62,5
Viúvos	29	2,9	89	8,8	118	11,7
Totais	232	23,1	774	76,9	1006	100

Metade dos falecidos eram casados não naturais da freguesia. A estes seguem-se os solteiros provenientes do exterior e os casados nascidos na freguesia da Sé. A menor percentagem de falecidos foi de indivíduos viúvos nascidos na paróquia.

Em síntese, pela observação dos efectivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos, constatámos que a grande percentagem de pessoas casadas, viúvas e solteiras que faleceram na freguesia da Sé, entre 1570 e 1750, eram naturais do exterior, o que comprova a grande mobilidade geográfica que caracterizava esta freguesia da cidade de Lisboa. Do total de falecidos, os indivíduos casados seguidos dos solteiros foram os que mais faleceram na freguesia da Sé.

3.1. Efectivos não naturais segundo o sexo e estado civil ao óbito

Após termos observado que a maioria dos falecidos na freguesia da Sé, vindos do exterior, eram casados, seguindo-se os solteiros, pretendemos agora conhecer a sua distribuição por sexo e estado civil.

Quadro 63
Efectivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil
1570-1750

Sexo	Estado Civil						Total	
	Solteiros		Casados		Viúvos			
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Masculino	148	19,1	361	46,7	35	4,5	544	70,3
Feminino	34	4,4	142	18,3	54	7	230	29,7
Total	182	23,5	503	65	89	11,5	774	100

Os valores obtidos e apresentados no quadro 63, mostram-nos que em relação ao total dos efectivos não naturais da freguesia da Sé, com registo de óbito na paróquia e naturalidade identificada, a grande percentagem era do sexo masculino, e sobretudo homens casados. A percentagem dos efectivos masculinos solteiros vindos de fora e falecidos na freguesia, era superior à dos viúvos.

No que se refere às mulheres vindas de fora, com naturalidade conhecida e falecidas na freguesia da Sé, eram maioritariamente casadas, seguindo-se as mulheres viúvas. Do total de mulheres com naturalidade e estado civil identificados ao óbito, as solteiras foram as que apresentaram a menor percentagem de óbitos registados na paróquia.

Os registos de óbito pouco nos dão a conhecer sobre quem eram esses homens e essas mulheres que entravam na paróquia e que nela acabavam por falecer. Como já vimos anteriormente²⁶, a grande percentagem de casamentos aí realizados foi entre noivos

²⁶ Ver quadro 18 “origem combinada dos nubentes celibatários”, capítulo sobre a Nupcialidade.

nascidos fora da freguesia. Admitimos que muitos dos casados e viúvos de ambos os sexos, falecidos na paróquia, entraram pela via do casamento e aí se estabeleceram, enquanto outros, chegaram já com família constituída, tendo-se alguns fixado na freguesia até à morte de um ou de ambos os elementos do casal.

Entre outros exemplos, apontamos Manuel António e Madalena Francisca, ambos naturais do Arcebispado de Braga, casaram na paróquia da Sé, em 1643. Em 1644 e 1645, nasceram, respectivamente, Maria e Antónia, filhas do casal. Em Agosto de 1647, morreu Manuel António e em Dezembro Madalena Francisca.

Em Agosto de 1586, casou na igreja da Sé de Lisboa Filipa Leitoa, natural da Vila de Ourém, com Amador de Abreu, barbeiro, natural de Penela. O casamento foi realizado com licença do senhor provisor dos casamentos por não serem naturais da paróquia. Contudo, nela se fixaram, com residência à porta do mar. Em 1587, nasceu Maria, filha do casal, que veio a falecer com dois anos de idade. Em 1603, faleceu o marido de Filipa, tendo esta falecido em 1605, já casada em segundas núpcias.

Também António Lopes e Domingas Rodrigues, nascidos e casados fora da freguesia da Sé, nela baptizaram sete filhos, entre 1568 e 1588. Fixaram-se definitivamente na freguesia, com residência na Rua dos Cónegos, onde ambos acabaram por falecer, ela em 1596 e ele em 1602.

Tal como estes, muitos outros vindos de fora se fixaram na freguesia definitivamente. Contudo, existem ainda aqueles em que o óbito foi o único acto registado na paróquia. Alguns, tinham chegado à freguesia isoladamente, nomeadamente homens que se encontravam de passagem, eram mortos, ou adoeciam e morriam na freguesia. Outros, eram militares, presos, negociantes ou estavam em estalagens ou em casas de pessoas que davam camas, localizadas na freguesia da Sé e que aí acabaram por falecer.

Outros ainda, eram filhos de residentes e tinham entrado na freguesia juntamente com o agregado familiar.

Entre as diversas situações apontadas está Sebastião Lopes, natural de Braga, tinha vindo do Brasil, e estava em casa de alguém que dava camas na rua Afonso de Albuquerque, onde faleceu no dia 18 de Fevereiro de 1587.

Em 1589, na Rua das Canastras, onde davam camas, faleceu também Simão Lopes, solteiro, natural do Fundão, tendo ficado sepultado nos Claustros da Sé.

Em Junho de 1597, em casa de Gaspar Carvalho que dava camas, na Rua Afonso de Albuquerque, faleceu um soldado de Castela, e foi sepultado na igreja da Sé.

Em Março de 1653, faleceu na Estalagem Nova abaixo de Santo António, o capitão-mor João de Bairros, casado.

Em 1585, faleceu André Gonçalves, natural de Lamego, que veio negociar a esta cidade.

Em Julho de 1597, faleceu Luzia Botelha, viúva, irmã de Maria Botelha, a parteira que andava na mula, veio da vila de Santarém a esta cidade negociar, e faleceu na freguesia da Sé. Mandou-se levar à dita vila e foi acompanhada com todos os padres da igreja da Sé até aos barcos de Santarém, ao chafariz da Perguiça.

Em 1603, faleceu Diogo de Oliveira, mancebo que veio das Ilhas para se embarcar para a Índia, e mataram-no com uma facada.

Em 1676, mataram Pero da Costa, viúvo, residente no Arcebispado de Braga, tendo ficado sepultado na igreja da Sé.

Em 1586, faleceu dentro do Aljube Isabel João, estando presa por culpa de feitiçaria.

Os exemplos apontados ilustram uma diversidade de situações ao óbito registadas na paróquia da Sé de Lisboa. Não podemos, no entanto, esquecer que se tratava de um importante centro religioso e, como tal, diversos membros do clero, tais como, bispos,

sacerdotes e padres acabaram por falecer na freguesia, como aconteceu com o Bispo Lopo Soares, natural de Albergaria, Deão da Capela Del Rei e Bispo eleito de Portalegre que tinha vindo da corte de Madrid e esteve, segundo se disse, seis dias sem falar, tem o óbito registado na paróquia da Sé, a 8 de Setembro de 1596, onde ficou registado que deixou a sua livraria, que era muita, aos padres de S. Roque, e deixou desamparados doze gatos. Mandava diariamente fazer sua panela e provimento como para doze frades se tratasse.

Também um Bispo do Porto, faleceu na freguesia da Sé no ano 1600, tendo ficado sepultado em S. Francisco.

No dia 30 de Março de 1598, veio de Santa Catarina à igreja da Sé o corpo do vigário da Mina que estava de partida para lá outra vez, com Dom Cristóvão de Melo.

Preso no Aljube, faleceu o sacerdote João Bráz, em Fevereiro de 1590, e foi sepultado nos claustros da Sé.

Na freguesia da Sé, faleceu também o padre Francisco Pais, em casa de seu irmão, em Abril de 1653, e foi sepultado na igreja da Sé defronte da Santa Pombinha.

Estas, e outras situações apontadas ao longo deste capítulo, ajudam-nos a perceber a multiplicidade de movimentos de gente na freguesia da Sé de Lisboa, num período anterior a 1755.

A análise dos efectivos ao óbito segundo o sexo e estado civil, indica que do total de efectivos naturais do exterior falecidos na freguesia da Sé entre 1570 e 1750, para os quais foi possível identificar o estado civil e a naturalidade, a maioria eram homens casados.

De facto, a análise da aproximação ao estudo da mobilidade geográfica através dos registos paroquiais, permitiu-nos perceber que a freguesia da Sé, em parte, pelo facto de se tratar de uma freguesia urbana da cidade de Lisboa, localizada perto da Ribeira e do Tejo, onde o movimento de pessoas e mercadorias era intenso, uns entravam, outros saíam,

outros encontravam-se apenas de passagem, contribui para que fosse um espaço de forte mobilidade geográfica. Por outro lado, as suas características particulares que, como nos diz António Borges Coelho “*vista do rio, com o seu largo arcaboço de pedra e as três torres altaneiras, a Sé dominava a cidade(...) era a mais rica e populosa do casco mourisco e abria para a Ribeira, englobando as tendas encostadas ao Paço da Madeira e ao Terreiro do Trigo*”, contribuíram certamente para que tivesse sido um espaço de atracção para muitas pessoas oriundas de uma diversidade de proveniências geográficas que à freguesia da Sé chegavam isoladamente ou juntamente com o agregado familiar, acabando muitos por nela contrair matrimónio e se fixar definitiva ou temporariamente. Tratava-se, contudo, de uma mobilidade diferencial porque chegavam mais homens do que mulheres.

Quanto aos naturais da paróquia, a falta de registos de óbitos sistemáticos dos menores de sete anos impediu-nos de conhecer os movimentos de saída desses indivíduos, pois os que saíram do nosso campo de observação poderiam ter falecido sendo ainda crianças, ou terem saído da freguesia. De qualquer modo, as referências que por vezes eram feitas pelos curas da paróquia sobre maridos ausentes, ou que tinham ido para a Índia ou que estavam na Índia, e mesmo noutros locais, parecem indiciar um importante movimento de saída também de naturais da paróquia, nomeadamente do sexo masculino, como aconteceu na cidade de Lisboa em geral, onde era chocante ver o número de idos registados num curto espaço de tempo e de ausentes, nomeadamente na Índia, Brasil, Cabo Verde e outros locais longínquos (Coelho, 2006).

Percebemos, contudo, que o fenómeno da mobilidade foi intenso nesta paróquia de Lisboa. Os registos de casamentos e óbitos, e mesmo os de baptismos de crianças, mostram-nos um grande número de pessoas presentes na freguesia da Sé sendo naturais das mais diversas partes do Reino e alguns do estrangeiro, sobretudo homens. O fenómeno

migratório que atingiu a freguesia da Sé, insere-se no fenómeno citadino que atingiu as cidades, principalmente os grandes portos marítimos ligados ao comércio internacional (Rodrigues, 1990).

Seria também interessante saber quais as profissões dos que entraram na paróquia. Mas, os párocos só esporadicamente procederam ao seu registo, o que inviabilizou um estudo desta natureza. Sabemos, contudo, que na freguesia residiam pessoas das mais diversas profissões e de diversos estratos sociais.

VII. APROXIMAÇÃO À REALIDADE SOCIAL DA FREGUESIA DA SÉ

Nos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, por vezes, os párocos registavam cargos, títulos e profissões dos seus paroquianos, sobretudo masculinas. Mas, a falta de regularidade dessas anotações impediu-nos, por um lado, conhecer os comportamentos demográficos diferenciais dessa população e, por outro lado, proceder a uma abordagem de carácter sociológico que nos permitisse conhecer as principais características sociais da população da freguesia e saber, através das formas de tratamento, títulos, diversidade de cargos e ocupações dos seus habitantes, quais os grupos sociais predominantes na freguesia da Sé, entre os séculos XVI a XVIII.

Contudo, embora tendo-nos debatido com a escassez de informação, mas dispondo de alguns desses dados qualitativos sobre a população da freguesia, e não querendo deixar de os aproveitar, tentámos, nesta última parte do nosso trabalho, uma aproximação à realidade social da população desta freguesia da cidade de Lisboa.

Começámos por uma breve abordagem à sociedade de Antigo Regime. Seguidamente, partindo das escassas informações dadas pelos registos paroquiais sobre actividades ocupacionais, desempenho de cargos, detenção de títulos, formas de tratamento, casos de pobreza e presença de escravos na paróquia, procurámos identificar diferentes situações sócio-económicas que, por sua vez, posicionariam os indivíduos de um modo diferenciado na hierarquia social da sociedade de Antigo Regime.

1. Uma sociedade hierarquizada

O pensamento social do Antigo Regime, como nos diz António Hespanha (1986), caracteriza-se pela “definição do ser individual” a partir da representação organicista da sociedade, isto é, a partir da consideração das suas funções sociais que, por sua vez, eram definidas “a partir da constituição tradicional da sociedade”.

Deste modo, a caracterização social dos indivíduos seria uma qualidade inerente à própria natureza do indivíduo. Contudo, os elementos em que a sociedade se analisava não eram os indivíduos mas os grupos de indivíduos detentores de uma mesma função social e titulares de um mesmo estatuto. Por outro lado, os estatutos correspondentes a essas funções e a integração dos indivíduos nos respectivos grupos eram definidos pela tradição, havendo como que uma sujeição de cada um ao lugar social que tradicionalmente ocupara. Neste sentido, o estatuto social decorria fundamentalmente de uma “posse de estado” estabelecida pela tradição familiar, pelo uso e pela fama e comportar-se de acordo com a sua condição social (Hespanha, 1986).

Assim, a uma sociedade naturalmente estratificada correspondia uma “sociedade ordenada” com base na desigualdade, na medida em que a ordenação política da sociedade, segundo o que se entendia ser a sua estratificação natural, conduzia à constituição de estatutos diferentes, correspondendo cada um a uma função social, cujos protagonistas seriam os diferentes grupos sociais a que a tradição-natureza atribuía essa função.

A este conjunto de pessoas com o mesmo estatuto, a teoria social e jurídica do Antigo Regime chamava “estado” ou “ordem”. A ordem social era, assim, concebida na hierarquia dos seus distintos corpos: clero, nobreza e povo, ligados, respectivamente, à função

religiosa, guerreira e económica, funções sociais consideradas fundamentais (Hespanha, 1986).

Relativamente ao clero, era um “estado” internamente organizado segundo um princípio de hierarquia rigorosa, tinha as suas próprias leis estabelecidas no direito canónico e gozava de um estatuto político-institucional privilegiado. Por exemplo, relativamente ao regime de doações régias, os bens da Coroa e outros direitos reais, uma vez doados à Igreja, deixavam de ter natureza real. Além destes, e de outros direitos e privilégios, como as isenções tributárias e o privilégio de foro, recebia ainda bens de pessoas falecidas destinados a obras pias e sufrágios, tinha uma grande importância política, um enorme prestígio social e um grande poder sobre uma boa parte das relações familiares. A esfera religiosa compreendia não apenas a moral individual mas também a moral social e dispunha de medidas coercivas, como a excomunhão, para fazer cumprir as suas normas de conduta religiosa e social (Hespanha, 1986).

No que diz respeito aos privilégios jurisdicionais, entre as instituições eclesiásticas, as ordens militares ocupavam um lugar especial. Como centros autónomos de poder, gozavam de isenções e privilégios jurisdicionais que se mantiveram até ao final do Antigo Regime (Hespanha,1986).

Mas, apesar da estratificação tradicional da sociedade assentar na função correspondente a cada “estado” ou “ordem”, pertencendo ao clero a função religiosa, foi-se registando uma progressiva separação entre “estado” e as funções sociais tradicionais desempenhadas por cada um deles (Hespanha,1998).

De facto, com as grandes transformações das estruturas sociais, as funções sociais tinham-se modificado, diversificado e especializado, de modo que, na época moderna, embora a distinção destes três “estados” assente em três funções sociais se mantivesse legitimada pela tradição, na realidade, as funções sociais não correspondiam a essa divisão

da sociedade, pois pouco tinham a ver com as realidades sociais quotidianas tornando-se a estratificação social com base nessa distinção cada vez menos precisa e menos significativa (Hespanha,1986).

Na realidade, a estrutura estatutária era mais complexa na sociedade moderna e, como refere Nuno Monteiro (1996), esta representação da sociedade “como um conjunto de corpos juridicamente sancionados não garante que a sua estratificação social seja imediatamente visível, nem assegura uma correspondência linear entre os corpos sociais definidos pelo direito e as hierarquias sociais”.

Dentro do povo, “estado” sem poder nem privilégios, posicionado na base da hierarquia social, tendia-se a distinguir os estados “limpos”, como o dos letrados, lavradores, e os estados “vis”, como os oficiais mecânicos ou artesãos.

Na nobreza, existia o estado nobre, o estado mecânico e artesão, e o estado dos privilegiados que, através da milícia ou da arte, se libertavam das profissões vis, de modo que, na sociedade moderna, o estatuto da nobreza não se explicava já pelo facto de a este “estado” corresponder a função militar.

Se por um lado, a guerra e os postos de comando passaram a não ser exclusivo dos nobres, pois exigiam já diversos conhecimentos técnicos em várias áreas, afastando-se essa função, cada vez mais, do tipo de prática social que tinha configurado o seu estatuto por outro lado, o aparecimento de novas funções sociais que garantiam posições de destaque na sociedade moderna, e que não correspondiam a nenhum estatuto tradicional, bem como o impacto social de novas formas de riqueza, diferentes da que acompanhava os estratos privilegiados tradicionais, levou a uma redefinição dos privilégios que possibilitou, primeiro, a inserção dos letrados, novo estrato dirigente característico desta época, no grupo nobiliárquico, passando, depois, a considerar-se nobilitante o desempenho de cargos

públicos, desde os palatinos aos municipais²⁷. Com o desenvolvimento do grande comércio marítimo e a conseqüente transformação da origem da riqueza, designadamente dos estratos urbanos, sobretudo da cidade de Lisboa, e do poder social que lhe estava associado, surgiram outros privilegiados, os detentores de riqueza, considerada como nobilitante a partir do século XVI, e em Portugal, sobretudo, após a legislação pombalina (Hespanha, 1998).

Os privilégios foram-se, assim, redefinindo, e este estado popular intermédio entre a nobreza e as profissões vis foi sendo progressivamente assimilado à nobreza, surgindo no seu interior o conceito diferenciador de “fidalguia” e, mais tarde, o conceito de grandeza (Monteiro, 1996).

Nuno Monteiro (1996) refere que, embora no século XVII “fidalgo” fosse a palavra e título mais geral com que a nobreza era conhecida, foi este progressivo alargamento dos estratos terciários urbanos que levou à criação de diferenciações internas e de estatutos privilegiados intermédios, por parte da doutrina jurídica, passando-se a distinguir nobreza “natural”, da nobreza “civil” ou “política”²⁸.

A primeira, passava de geração em geração, e dela faziam parte, entre outros, o príncipe e os nobres “ilustres”, correspondendo estes aos titulares e “fidalgos de solar”. A segunda, decorria das normas de direito positivo e dos costumes da cidade, e era conseguida, designadamente, através do privilégio, da ciência, da milícia, do exercício de determinados ofícios ou do não exercício de ofícios mecânicos, e outros (Hespanha, 1998).

²⁷ Têm nobreza: o Regedor da Justiça, o Presidente do Desembargo, o Governador da Casa do Cível, os governadores do Algarve, Índia, Angola e Brasil, o Chanceler-mor, desembargadores do Paço, os secretários da câmara régia e de outros tribunais de corte, os desembargadores e membros dos tribunais curiais, os corregedores, os provedores, os juízes de fora, os juízes ordinários, vereadores, almotacés, procuradores e secretários das câmaras (mas só nas terras em que essa nobilitação fosse costume); não têm nobreza: os tabeliães, meirinhos e outros oficiais executivos. Cf. HESPANHA, António M. (1986), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*, Lisboa, vol. I, p. 418.

²⁸ Conceito já perfeitamente incorporado na literatura jurídica, e não só, do século XVII. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (1996), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Contudo, a nobreza parece ter continuado a ser o valor dominante. Se por um lado, pelo menos desde os finais do século XV, tanto os juristas como politólogos punham uma maior insistência no princípio segundo o qual competia aos mais nobres e poderosos o governo da república (Hespanha, 1986), por outro lado, a esta ampliação da definição jurídica de nobreza não correspondeu uma idêntica ampliação das representações socialmente mais difundidas do estatuto nobiliárquico (Monteiro, 1996).

Pelo contrário, assistiu-se a um reforço dos meios simbólicos de domínio por parte dos estratos tradicionalmente dominantes que se reflectiram, nomeadamente, na criação de espaços sociais e simbólicos, com regras de admissão muito rigorosas, com rituais de afirmação e visualização, como, por exemplo, as confrarias de nobres, as irmandades nobres das Misericórdias, entre outras, instituições ligadas a valores considerados exemplares na sociedade moderna, como a fé, valor militar, a ciência, e onde o grupo nobiliárquico aparecia como participante privilegiado dos respectivos valores (Hespanha, 1986).

Um outro exemplo eram as formas de tratamento restringidas a reduzidos grupos sociais, como, por exemplo, o tratamento por “dom” e “dona”, podendo apenas ser utilizado por determinadas categorias sociais: bispos, condes, entre outros.

No século XVI, um peregrino de passagem por Lisboa referia que *”a todos se dá a mercê, e a senhoria não se dá senão a titulares e a bispos”* (Villalba, 2002, p. 241).

De um modo geral, tanto os juristas como a monarquia actuaram de forma a reduzir o limiar da nobreza. A concessão de títulos e os privilégios gerais foram-se restringindo progressivamente, de modo que, a grande parte das distinções superiores e fontes de rendimento nobilitantes dadas pela monarquia estavam centralizadas nos Grandes, grupo social que tendia a ser identificado com a única e verdadeira nobreza. Foi esta progressiva delimitação do núcleo restrito dos Grandes que o transformou num grupo social distinto e

detentor do antigo *status* nobiliárquico, constituindo-se, assim, uma aristocracia de corte, restrita e nitidamente separada das outras categorias nobiliárquicas, de modo que, nos finais do século XVII, a nobreza ou fidalguia como grupo reportava-se, em geral, e quase só, aos titulares (Monteiro, 1996).

Nuno Monteiro (1998, p.303) refere que, com esta reestruturação da alta nobreza em meados do século XVII, *“o topo da pirâmide nobiliárquica passou a definir-se pelos títulos e cargos palatinos. A elite cortesã, então delimitada, passou a monopolizar os principais cargos e ofícios no Paço, na administração central, no Exército e nas colónias. E, por isso, tendeu também a concentrar os serviços que garantiam o acesso a novas concessões régias”*.

Este processo de mudanças nas representações sociais do estatuto nobiliárquico ao longo do século XVII levaram a uma progressiva substituição da concepção de nobreza com base nos descendentes reconhecidos de linhagens nobres, isto é, na fidalguia antiga, por uma concepção alargada de nobreza de serviços e, por outro lado, por uma concepção da Grandeza, identificada com a aristocracia de corte (Monteiro, 1996).

Corte, que nos finais do século XIII fora transferida de Coimbra para a cidade de Lisboa, tornando-se esta cidade no centro político-administrativo do país, e que, no início do século XVI, no reinado de D. Manuel, com a instalação dos organismos dirigentes das conquistas e domínios, se deslocara do velho Paço da Alcáçova no castelo, para a Ribeira, onde se encontravam o novo palácio real e as principais instituições administrativas e económicas da cidade e do Reino.

Mudança que, segundo Oliveira Marques (1995), foi acompanhada pela nobreza urbana e pela vinda de nobres que, mais dependentes de nomeações régias para cargos públicos, devido à política de centralização real, vieram das suas terras para Lisboa, onde habitualmente passaram a residir. Junto ao rio e ao longo das margens do Tejo ia-se

fixando a grande nobreza detentora de altos postos militares, a nobreza ligada aos altos funcionários do Estado e grandes mercadores enriquecidos pelo grande comércio transoceânico (Couto, 2004). Junto dos grandes senhores encontravam-se também os seus servidores, e os escravos.

O rei estava envolvido por uma sociedade de corte. Era ele, como cabeça do Reino, que coordenava a função dos restantes órgãos e membros, mas, governar dependia do esforço conjunto do príncipe, dos seus ministros e oficiais, dos tribunais e conselhos, o que levou à criação de um aparelho político-administrativo centralizado em torno do monarca²⁹ e a uma concentração em Lisboa de uma população diversificada em ofícios, cargos, pessoal da corte e dos que estavam ligados à pessoa do rei.

Mas, além da sociedade de corte existente na cidade de Lisboa, da qual faziam parte nomeadamente titulares ou grandes, altos funcionários da administração, comandantes militares e navais, (Marques, 1995) outros grupos socialmente diversificados relativamente à condição social e às actividades económicas por eles desempenhadas constituíam a vasta população lisboeta dos séculos XVI a XVIII. Desde negociantes, mercadores, trabalhadores, vendedores, militares, os que ocupavam dos ofícios mecânicos, ricos e pobres, livres e escravos, e mesmo homens e mulheres ligados à igreja, habitavam na cidade de Lisboa.

É a presença desta diversidade de homens e mulheres na freguesia da Sé desta cidade, nos séculos XVI a XVIII, que tentámos identificar através das profissões, cargos desempenhados, títulos, formas de tratamento, casos de pobreza e indicação de escravos, a partir das informações dadas pelos párocos nos registos paroquiais.

²⁹ Este aparelho político-administrativo era formado por quatro Conselhos (Estado, Fazenda, Índia, Mesa da Consciência e Ordens) três tribunais superiores (Casa da Suplicação, Relação do Porto e Desembargo do Paço) uma Junta (a dos Contos) e três organismos sediados do Reino (Conselho de Portugal, Relação da Índia e Relação do Brasil). Cf. MAGALHÃES, J. Romero (1997) “As Estruturas Políticas de Unificação”, Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Editorial Estampa, p. 76.

Os elementos de que dispomos são, contudo, diminutos. A falta de informação sistemática não nos permitiu determinar, entre a variedade de funções e cargos dos seus habitantes, uma eventual predominância de determinados grupos sociais. Impedidos, assim, de chegar a qualquer tipo de generalização ou conclusão, julgamos, no entanto, que nos poderão dar uma visão geral da diversidade de ocupações e cargos exercidos por essa população urbana e indiciar uma maior ou menor presença de determinadas categorias sociais entre a população da freguesia da Sé, nos séculos XVI a XVIII.

1.1. Profissões masculinas pelos registos paroquiais

Para esta abordagem de carácter sociológico, começámos por organizar as profissões que figuram nos registos da paróquia e elaborámos o quadro “profissões masculinas”, para os períodos compreendidos entre 1563 e 1650 e 1651 e 1755.

Quadro 64
Profissões masculinas
(pelos registos paroquiais)

Profissão	1563-1650	1651-1755	Total
Adargueiro	1	-	1
Advogado	1	1	2
Aguadeiro	6	1	7
Agulheiro	1	-	1
Alfaiate	69+ 1 aprendiz	7+11 oficiais	88
Almocreve	2	-	2
Anda/vai na Armada	2	-	2
Anzoleiro	3	-	3
Amo	1	-	1
Armador de naus	2	-	2
Atafoneiro	30	1+1 oficial	32
Ataqueiro	2	-	2
Baleeiro	1	-	1
Barbeiro	107+2 aprendiz	8 +1 aprendiz + 9 oficiais	127
Barbeiro del rei	1	-	1
Barqueiro	12	-	12
Barqueiro ou regatão	1	-	1

Barqueiro e taverneiro	1	-	1
Barredor	1	-	1
Barredor da capela del rei	1	-	1
Bombardeiro	4	-	4
Bombardeiro da carreira da Índia	3	-	3
Bombardeiro do castelo	1	-	1
Boticário	9	2	11
Bufarinheiro	2	-	2
Cabeleireiro	-	6 + 2 oficiais	8
Cabriteiro	1	-	1
Caçador	2	-	2
Caçador-mor	1	-	1
Caixeiro	4	2	6
Calafate	2	1	3
Calceteiro	5	-	5
Caldeireiro	-	1	1
Camareiro	1 + 1 do sr ^o arcebispo	-	2
Caminheiro	1	-	1
Canastreiro	94 + 2 aprendizes	2	98
Cardador ou sombreireiro	1	-	1
Carpinteiro	12	3+13 oficiais	28
Carpinteiro da Ribeira	6	1	7
Carpinteiro de casas	2	-	2
Cerieiro	28	2	30
Cernilheiro	2	-	2
Chapineiro	2	-	2
Chiquiteiro	2	-	2
Cirurgião	8	10	18
Cocheiro	5	-	5
Concerta relógios	1	-	1
Confeiteiro	5	5 + 2 oficiais	12
Conteiro	4	3 oficiais	7
Copeiro	3	1	4
Cordoeiro	1	1 oficial	2
Correeiro	6	3 oficiais	9
Corretor	2	-	2
Cortador	2	-	2
Coveiro	3	1	4
Cozinheiro	5	1	6
Criado	119	52	171
Da caça/trata em caça	3	-	3
Dá camas	12	-	12
Da carreira da Índia	11	-	11
Da carreira de Castela	1	-	1
Da carreira de S. Tomé	1	-	1
Da cozinha	2	-	2
Da fruta seca	2	-	2
Da ribeira	4	-	4

Dá tabuleiros de comer	1	-	1
De casa de...	48	-	48
Despenseiro	1	-	1
Distribuidor do auditório	1	-	1
Do peixe	1	-	1
Do pescado	1	-	1
Doutor	53	149	202
Doutor de leis/licenciado em lei	2	-	2
Doutor/licenciado	7	10	17
Enfermeiro	1	-	1
Enfermeiro – mor	1	-	1
Ensina latim	2	-	2
Ensina meninos	3	-	3
Entalhador	-	3 oficiais	3
Esmoler-mor	1	-	1
Espadeiro	-	2	2
Estalajadeiro	1	1	2
Estribeiro	5	-	5
Estribeiro-mor	1	-	1
Estudante	3	9	12
Executor dos contos	1	-	1
Fanqueiro	3	-	3
Faz cartas de marear	1	-	1
Fazendeiro	-	1	1
Ferrador	4	1 oficial	5
Ferreiro	3	1	4
Ferro velho	3	-	3
Físico	10	-	10
Físico/médico	2	-	2
Físico-mor	4	-	4
Forneiro	3	4	7
Fragateiro	-	2	2
Fundidor de artilharia	1	-	1
Funileiro	1	-	1
Galinheiro	1	-	1
Grumete	2	-	2
Homem do mar	2	3	5
Homem do senhor...	2	1	3
Homem do trabalho ...	1	-	1
Homem embarcado	-	1	1
Impressor	1	-	1
Imprimidor	2	-	2
Lapidário	1	1	2
Lavrador	1	2	3
Lavrante da prata	-	3	3
Latoeiro	-	4 oficiais	4
Licenciado	72	37	109
Livreiro	7	5	12

Manteigueiro	6	-	6
Marceneiro	-	1 + 1 oficial	2
Marchante	6	-	6
Mareador	1	-	1
Mareante	5	-	5
Marinheiro	16	2	18
Marítimo	-	3	3
Medidor	1	-	1
Médico	4	4	8
Mercador	76	5	81
Mestre das fábricas telha e tijolo	-	1	1
Mestre de cabeleiras	-	1	1
Mestre escola de meninos do latim	4	2	6
Mestre de navio	3	-	3
Mestre do campo de sua majestade	1	-	1
Moço da capela ...	1	2	3
Moço de casa de ...	4	-	4
Moço de servir	-	4	4
Moço do monte del rei	2	-	2
Moço dos contos	1	-	1
Moleiro	-	1	1
Músico del rei	1	-	1
Negociante/homem de negócio	1	1	2
Oficial da fábrica de seda	-	1	1
Oficial de agulha	-	1	1
Oficial de amola tesouras	1	-	1
Oficial de salteiro	-	1	1
Oficial dos filhamentos	-	1	1
Oleiro	3	-	3
Ourives da prata	12	5	17
Ourives do ouro	3	2	5
Ourives do ouro e mercador	1	-	1
Padeiro	2	-	2
Passamaneiro	-	2 oficiais	2
Pasteleiro	11	7 + 3 oficiais	21
Pedreiro	7	1 + 6 oficiais	14
Pescador	4	1	5
Piloto	2	-	2
Pintor	9	1 + 1 oficial	11
Regatão	14	-	14
Sangrador da Infanta	1	-	1
Sapateiro	165	13 + 23 oficiais	201
Seleiro	2	1 oficial	3
Serralheiro	3	4 oficiais	7
Servente	-	3	3
Sineiro	5	5	10
Soldado	15	29	44
Solicitador	16	1	17

Sombreireiro	5	-	5
Sucateiro	1	-	1
Surrador	5	2	7
Tangedor	2	-	2
Tanoeiro	10	-	10
Taverneiro	69	2	71
Tecelão	4	1 oficial	5
Tendeiro	12	-	12
Trabalha na Casa da Índia	2	-	2
Trabalhador	120	45	165
Trabalhador da Alfândega	1	2	3
Trabalhador da Ribeira	18	2	20
Trabalhador do peixe/pescado	2	-	2
Trabalhador do terreiro do trigo	13	1	14
Trata de hortaliças na ribeira	1	-	1
Tratante	1	-	1
Trazia cartas a seus donos	1	-	1
Vendedor	22	1	23
Verdugadeiro	1	-	1
Vidreiro	1	-	1
Vinhateiro	8	-	8
Total	1608	587	2195

Fonte: Registos paroquiais

Pela observação do quadro 64, é visível uma grande diversidade de ocupações, nomeadamente no período até 1650. Os criados foram, em ambos os períodos, os mais referenciados nos assentos da paróquia. Por vezes, os párocos acrescentavam nos registos os nomes e, esporadicamente, as profissões ou títulos das pessoas para quem trabalhavam. Expressões como, “*de casa de...*” seguidas do nome do empregador, foram também frequentes nos registos paroquiais da Sé de Lisboa. Dos três homens designados por “*serventes*”, dois serviam na Misericórdia e um era servente na Merceria dos homens, no segundo período de observação. Em número bastante reduzido, apareceram as designações de “*moço de casa de...*” e “*moço de servir*”.

Nos casos em que as profissões ou títulos das pessoas para quem esses criados trabalhavam foi identificada, podemos observar que se tratava de membros do clero designadamente padres, capelães, arceprestes, arcediagos, cónegos, deões, chantres, bispos

e arcebispos e também pessoas ligadas a determinados cargos como desembargadores, juízes, provedores e corregedores, entre outros. Alguns criados trabalhavam em casa de condes e pessoas cujo nome nos registos era precedido de “*dom*” ou “*dona*” e, um número muito reduzido, trabalhava para pessoas ligadas aos ofícios de barbeiro e canasteiro. Foi o caso de Marçalo, criado de Francisco Fernandes, barbeiro, em 1586, e Miguel, criado de Belchior Fernandes, canasteiro, em 1589. Identificámos ainda um “*criado del rei*”, em 1606; um criado “*de Sua Majestade*”, Martim Carrasco, entre 1585 e 1587, e um “*criado da rainha*”, Afonso Álvares, em 1584.

No caso dos copeiros, no período anterior a 1651, dois eram copeiros do Senhor conde de Portalegre e um do Senhor Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha. O único copeiro encontrado no período seguinte, pertencia ao duque de Aveiro.

No que se refere aos cinco cozinheiros identificados no período até à primeira metade do século XVII, um era cozinheiro de Dom Belchior, outro de dona Maria e outro de um arcediogo. Dos restantes dois, um era da cozinha da casa da Misericórdia e o outro da cozinha do Senhor Arcebispo. Quanto ao cozinheiro identificado no período seguinte, não fora dada qualquer indicação sobre a pessoa ou instituição para quem trabalhava.

Relativamente aos cocheiros, sabemos apenas que um era cocheiro do senhor provedor da Alfândega, um do Arcebispo de Lisboa e outro do Senhor Conde de Portalegre, no período anterior a 1651.

As pessoas para quem esses criados, cozinheiros, cocheiros e outros trabalhavam e o maior número de registos identificados envolvendo famílias ou indivíduos com profissões de natureza doméstica, comparativamente com outras ocupações, parece indiciar a presença na freguesia da Sé, principalmente no período até ao final da primeira metade do século XVII, de uma população que necessitava de um grande número de servidores, como eclesiásticos, detentores de cargos públicos, e mesmo titulares.

Por outro lado, o termo “criado” englobava uma variedade de funções, nomeadamente trabalhadores não qualificados de oficinas ou lojas, moços de recados, ajudantes, copeiros, e outros (Macedo, 1982). Servidores necessários para o desempenho de uma diversidade de tarefas.

Sabemos que, “ (...) *honde há hi tanta visinhança, e de tantas calidades e diversos hoffiços e condições, nã pode deixar de haver servidores muitos, que ganhe dinheiro por soldadas, nam etrando no que quero dizer duques, condes e outros senhores, somete ho outro mais povo (...)*” (Brandão, 1552).

Bastante frequentes foram também os doutores e/ou licenciados. Por vezes, ao referir-se à mesma pessoa, o cura da paróquia escrevia “doutor” num ou mais registos e noutros “licenciado”. Sabemos que se tratava de pessoas letradas e, na maioria das vezes, desconhecemos qual a actividade profissional por eles desempenhada, embora, por vezes, no mesmo registo ou posteriormente pelo cruzamento de registos, fosse possível identificar cargos por eles desempenhados. Alguns, eram designados doutores ou licenciados em leis, mas também doutores em medicina e “físicos doutores”.

As referências feitas pelos párocos, indicam também a presença de pessoas ligadas aos ofícios mecânicos e ao comércio entre a população da freguesia, designadamente sapateiros, barbeiros, mas também canastreiros, alfaiates, taverneiros, carpinteiros e mercadores, entre outros. Das raras referências feitas ao local de origem dos mercadores, encontra-se Cáceres, Castela e Brasil.

No que se refere aos ofícios, certas vezes, fora dada a indicação por parte dos párocos que se tratava de um oficial de sapateiro, barbeiro, alfaiate, carpinteiro, pasteleiro e outros. Entre os barbeiros estava um “*barbeiro del rei*”, em 1601. Relativamente aos sapateiros, encontrámos a referência a sapateiros de obra miúda e sapateiros remendões, embora em número muito reduzido.

Menos frequente nos registos foi o termo de obreiro, aprendiz, ou aprendia o ofício. No século XVI, aprendiz era o que estava a aprender o ofício durante um determinado tempo. Os aprendizes tinham que ter uma idade inferior a dezoito anos, mas geralmente tinham menos de treze anos. Para isso, tinham um mestre de quem estavam totalmente dependentes durante o tempo em que aprendiam o ofício (Madureira, 2001). O sistema corporativo baseava-se na solidariedade e respeito hierárquico (Madureira, 2001) e ser aprendiz era ocupar a posição mais baixa na hierarquia corporativa, à qual se seguia oficial, escrivão, depositário, alferes e, no topo, os juízes do ofício (Langhans, 1948). Ser oficial era estar no patamar seguinte, ou seja, aquele que tinha terminado a fase de aprendizagem e continuava a exercer o ofício por conta de outro, até à realização do exame perante um júri composto por juízes do ofício, que lhe permitia exercer a profissão como mestre e ter a sua própria oficina (Madureira, 2001).

Luís Madureira (2001, p.228) salienta que: *“A referência ao estatuto é por vezes tão importante que muitos trabalhadores respondem apenas que são mestres ou oficiais (...) significados sociais reconhecidos. Dizer o estatuto, equivale a invocar uma posição privilegiada nos meios urbanos e garantir formas de tratamento especial perante a lei, o exército e o fisco”*.

No que respeita aos canastreiros, diversas vezes encontrados nos registos paroquiais, a sua presença aponta para uma importante indústria de canastras, existente na rua das canastras, cujo nome proveio dos canastreiros que para ali foram arruar-se, e onde se faziam umas trezentas canastras por dia. Muitas destinavam-se ao serviço de limpeza, servindo para transportar as imundícies da cidade, que eram levadas para o mar.

A referência aos cerieiros, pessoas que faziam velas ou outras obras de cera, foi também frequente nos registos, comparativamente com outras actividades, possivelmente explicável pela necessidade de iluminação nas casas e nas igrejas e também a necessidade

de velas para as festas, procissões e outras celebrações religiosas, intensas na igreja e na freguesia da Sé.

Relativamente àqueles que estavam ligados ao comércio, além dos mercadores, frequentes nos assentos da paróquia no período anterior a 1651, fora também feita referência a vendedores, designadamente vendedores da Ribeira, vendedores de produtos alimentares, vinho e caça. Uma outra designação foi a de regatão, regatão da ribeira e regatão de fruta seca.

Uma outra categoria social bastante representada nos registos paroquiais da freguesia da Sé, foram os trabalhadores. Não era feita qualquer referência ao tipo de trabalho por eles exercido, mas depreende-se que desempenhavam tarefas pouco qualificadas. Os poucos casos com local de trabalho identificado trabalhavam na Alfândega, na Ribeira, no Terreiro do Trigo e na Tumba dos defuntos da Misericórdia. Outros, trabalhavam “*no peixe*” ou “*pescado*”.

Os designados trabalhadores da Ribeira, trabalhavam ao longo do rio na descarga de inúmeras mercadorias, como madeira e lenha vindas do Ribatejo (Brandão, 1552).

Em relação às ocupações dos homens no Terreiro do trigo, segundo Frei Nicolau de Oliveira (1991), havia um juiz, a quem pertencia pôr os preços do trigo com o próprio dono, ver os despachos que os donos do trigo traziam de Belém e certificar como se vendeu e por que preço. Ser juiz do Terreiro era um dos bons ofícios da cidade. Havia, também, um escrivão que assentava num livro as cobranças das naus, do pão, e o número de moios que traziam. Aí trabalhava, ainda, um guarda e muitos homens do serviço. Em cada um dos arcos havia um homem que trazia o trigo das casas aos tabuleiros. Outros homens mediam o trigo nas naus e lançavam-no nos barcos, outros levavam-no da praia ao Terreiro.

Em Lisboa, havia também bastantes pescadores que no rio Tejo desempenhavam a sua actividade, embora com algumas restrições, como podemos ver através de uma descrição feita em Janeiro de 1577 e que nos mostra a proibição de no Tejo se pescar aos domingos e dias santificados, desde sábado à noite até segunda-feira de manhã:

“(...) os pescadores da nossa cidade de Lisboa e dos lugares de villa Franca, Alhandra, Santarem, Azinhaga, Golegaâ, Punhete e Abrantes que pescão neste rio do Tejo nos fizeram informação por muytos deles assinada que por parte de pescarem no dito Tejo aos domingos e dias de Nossa Senhora e festas principais de Jhesu Cristo se seguia a elles grande cargo de consciencia alem do grande danno que se faz pescandosse nos tais dias por não subirem os pescados pello rio acima (...) mandamos que nenhos pescadores de cada hu dos ditos lugares acima decllarados nem doutros quaisquer que no dito Tejo e braços delle pescão não seião tão ousados que nos ditos dias de nossa senhora festas de Jhesu Christo pesquem nos domingos do sabado anoyte ate a segunda pela menhaã e nos dias de Nossa Senhora e festas de Jhesu Cristo des o dia da vespora da festa a noyte ate o outro dya primeiro seguinte pela menhaã depois do sai de Nossa Senhora a festa de Jhesu Cristo sô pena de aqueles que o contrario fizerem perderem os barcos e redes com que pescarão e mais pagarão dez cruzados de pena a metade e tudo para o nosso Ospital de Todos os Santos da nossa cidade de Lixboa e outra para quem os acusar e isto enquanto por nossa merce porem o noteficamos assi a todos nossos corregedores ouvidores juizes e justiça e a todos outros officiais e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e aos juizes dos sobreditos lugares que tanto que lhes apresentada for lhe mandamos que fação logo apregoar e noteficar nelles para que a todos seja notorio e se não possa alegar inorancia (...)” (Rodrigues, 1997, pp.60-61)

As escassas referências feitas a pescadores nos registos paroquiais da freguesia da Sé parecem indiciar uma presença pouco significativa desta categoria profissional na freguesia. Entre as ocupações ligadas ao mar, os marinheiros e os barqueiros foram os que mais apareceram nos registos paroquiais.

No que se refere à indústria alimentar, os atafoneiros, isto é, aqueles que possuíam ou trabalhavam num engenho ou máquina de moer grão e os pasteleiros, foram os mais referenciados pelos párocos. Mas, nos registos da paróquia da Sé está representada uma

grande variedade de ocupações desempenhadas pelos seus habitantes, embora não registadas de uma forma sistemática.

Relativamente a esta multiplicidade de actividades ocupacionais, pensámos que seria interessante tentar conhecer o modo como se distribuíam os habitantes da freguesia, com actividades ocupacionais identificadas, pelos locais de residência na freguesia da Sé. Mas, as referências simultâneas feitas a profissão e local de residência foram ainda mais escassas, impossibilitando este tipo de observação.

Dos poucos casos em que ambas as informações foram fornecidas, observámos que, de um modo geral, não havia uma correspondência entre actividade ocupacional e local de residência. Contudo, é possível admitir uma maior concentração de pessoas ocupando determinadas profissões em determinadas ruas da freguesia.

Impossibilitados de proceder a esta observação, apresentamos apenas o quadro 65, com os nomes de ruas, travessas e becos identificados nos registos paroquiais da freguesia da Sé como locais de residência dos seus paroquianos, com profissões e cargos identificados, entre 1563 e 1755.

Quadro 65
Locais de residência de população activa
Ruas, travessas e becos da freguesia da Sé
1563-1755

Ruas	Travessas	Becos
da Casa dos Bicos	atrás da Sé	do Abreu (na Praça dos Canos)
da Parreirinha	da Praça dos Canos	da Ama
das Canastras	do Lagar do Mel	da Grinalda
das Cruzes da Sé	que vai de Santo António para o Armazém Velho	da Pérola
de Afonso de Albuquerque	-	das Merceeiras
de Castel Picão (de trás de S. António)	-	de Francisco João
de João Fogaça	-	de Gil Pinto (promotor da justiça)
de S. Jorge	-	do Alecrim
do Aljube	-	do Aljube
do Barão	-	do Armazém (na Rua das Canastras)
do Conde de Portalegre	-	do Bugio
do Conde de Santa Cruz	-	do Coveiro
do Físico-mor	-	do Lagar do Mel (na Rua das Canastras)
do Lagar do Mel	-	do Leão
dos Cónegos	-	do Mel
Direita da Ribeira	-	do Picão
Direita das cruzes da Sé	-	do Seixas (defronte da Sé)
Direita de S. João da Praça	-	dos Armazéns Velhos
Direita de S. Jorge	-	-
Direita do Marquês de Gouveia	-	-
do Almargem	-	-
do Limoeiro	-	-
do tesoureiro-mor	-	-
dos Canos	-	-
dos Cónegos	-	-
que vai detrás de Santo António para Castel Picão	-	-
que vai para a porta do Mar	-	-
que vai para a Praça dos Canos	-	-
que vai para S. Jorge (no Beco sem saída)	-	-

Verificámos, por exemplo, que a Rua das Canastras foi bastante apontada como local de residência de pessoas que ocupavam diversas actividades ocupacionais, como canastreiros, alfaiates, barbeiros, criados, sapateiros, trabalhadores, vendedores e taverneiros, entre outras. Outras ruas, apontam para uma menor diversidade de pessoas, em função das actividades ocupacionais por elas desempenhadas. Por exemplo, a rua dos cónegos, foi mais vezes referenciada como local de residência de doutores, criados e trabalhadores, entre outros. O mesmo aconteceu com a Rua do Barão, local apontado como residência de doutores e licenciados.

No que se refere aos ofícios mecânicos, sabe-se que, segundo disposições ordenadas pelo rei D. João I, nos finais do século XIV, estes passaram a estar agrupados por ruas da cidade, disposições que deixaram de ser cumpridas devido à expansão urbana. No século XVI, a grande parte dos ofícios mecânicos tinha-se espalhado para fora dos seus antigos arruamentos (Rodrigues, 1970).

No quadro 66, estão representados os adros, calçadas, largos, pátios, praças, arcos, portas, locais perto de igrejas e outros, apontados nos registos como locais de residência de fregueses da paróquia da Sé, com actividades ocupacionais e cargos identificados, durante o mesmo período.

Quadro 66
Locais de residência de população activa na freguesia da Sé
1563-1755

Adros Calçadas Largos Pátios e Praças	Arcos portas Igrejas	Outros
Ao adro/defronte do adro da Sé	Ao Arco da Consolação	À escola dos meninos
Ao adro da Santa Casa da Misericórdia	Ao Arco da Rua de João Fogaça	À Padaria
Calçada que vai da porta travessa das grades para a Rua dos cónegos	Ao Arco de Santo António (da rua dos cónegos)	Às audiências velhas
Calçadinha das cruces da Sé	Ao arco de S. Francisco da Rua dos cónegos	Ao chafariz da Preguiça
Calçadinha de Quebra Costa	À porta do Ferro	Ao Lagar do Mel
Largo defronte da Sé	À porta do mar	Campo das Cebolas
Largo do Beco do Leão	À porta travessa da Sé	Defronte das casas do Senhor Arcebispo
Largo do Senhor de Belas	Defronte da porta do ferro da Sé	Defronte/ detrás/junto do Aljube
Larguinho de Santo António da Rua do Almargem	Defronte da porta principal da Sé	Defronte do Mar
Pátio da Praça dos Canos	Defronte da porta travessa da Sé (entrada da Rua dos Cónegos)	Defronte do chafariz da preguiça
Pátio das Audiências	Acima/defronte / junto da Sé	Defronte do Marquês de Gouveia
Pátio dos bulhões (à Praça dos Canos)	Às cruces da Sé	Forno do Azevedo na Rua das Canastras
Praça dos Canos	Defronte da porta travessa da Misericórdia	Junto a N ^a Senhora da Consolação
-	defronte/costas/ junto da Misericórdia	Junto às casas de Afonso de Albuquerque
-	Defronte /detrás de Santo António	Junto de S. Jorge

A título ilustrativo, e dos poucos casos identificados, apontamos a Porta do Ferro como referenciada nos registos paroquiais como local de residência de pessoas que ocupavam diversas actividades ocupacionais desde sapateiros, a cerieiros, barbeiros, alfaiates e outros. Locais como, por exemplo, detrás de Santo António e defronte de Santo António, entre os poucos casos com profissão conhecida, foram os doutores, licenciados e criados,

os mais apontados com residência nesses locais. Saliente-se, contudo, que o número de casos identificados para estas observações foram de facto muitos escassos para se poder chegar a qualquer tipo de conclusão.

Em síntese, embora os elementos de estudo de que dispomos, nomeadamente para o período posterior a 1650, sejam bastante reduzidos para se poder fazer afirmações conclusivas, a maior ou menor frequência de determinadas profissões relativamente a outras, poderão indiciar uma maior ou menor presença na freguesia da Sé de determinadas categorias sociais e profissionais, como foi o caso dos trabalhadores, doutores, licenciados, sapateiros, barbeiros, canastreiros, alfaiates, taverneiros e mercadores, entre outras. A presença significativa de criados e dos referenciados como “*de casa de...*” ou “*moço de servir*”, poderão ainda apontar para a presença de gente nobre na freguesia da Sé.

A tentativa de distribuição dos moradores com actividades ocupacionais identificadas pelos locais de residência na freguesia da Sé, não nos permitiu tirar conclusões. Dos poucos casos em que eram conhecidas as profissões e locais de residência, pareceu não haver uma associação entre profissão e local de residência no interior na freguesia.

1.2. Profissões femininas pelos registos paroquiais

As referências feitas pelos párocos às profissões femininas foram ainda mais escassas quando comparadas com as referências feitas às profissões masculinas. Embora não nos permitam fazer afirmações conclusivas, indicam a presença na freguesia da Sé de criadas, vendedeiras, amas, taverneiras, medeiras do terreiro do trigo, padeiras, forneiras, trabalhadoras, mulheres que “*davam camas*”, lavadeiras, mulheres “*da ribeira*” ou trabalhadoras da Ribeira, e muitas outras, como podemos ver pela observação do quadro “*profissões femininas*”, entre 1563-1650 e 1651-1755.

Quadro 67
Profissões femininas
(pelos registos paroquiais)

Profissões	1563-1650	1651-1755	Total
Alugava sacos	1	-	1
Ama	27	7	34
Atafoneira e forneira	1	-	1
Azeiteira	1	-	1
Barredeira	1	-	1
Boticária	1	-	1
Canastreira	1	-	1
Cerieira	1	-	1
Confeiteira	-	2	2
Couveiras	2	-	2
Criada	53	31	84
Dá camas	13	-	13
Dá de comer a franceses	1	-	1
Da ribeira	10	-	10
Das galinhas	1	-	1
De casa de ...	62	1	63
Escamadeira	1	-	1
Estalajadeira	2	1	3
Forneira	13	2	15
Lava peixe	1	-	1
Lavadeira	12	-	12
Louceira	1	-	1
Manteigueira	1	-	1
Marisqueira	5	-	5
Medideira do terreiro	14	1	15
Mestra no Recolhimento	-	1	1
Moça de serviço	1	-	1
Moça de servir	-	5	5
Padeira	13	1	14
Parteira	5	-	5
Pasteleira	1	-	1
Porteira	-	4	4
Regateira	6	-	6
Regentes da Misericórdia	-	3	3
Sardinheira	2	-	2
Servente	2	4	6
Taverneira	28	1	29
Taverneira e dá camas	1	-	1
Tecedeira	1	-	1
Tendeira	7	-	7
Trabalhadora	13	1	14
Vendedeira	41	-	41
Vigária do Recolhimento	-	1	1
Total	347	63	413

Fonte: Registos paroquiais

Se englobarmos no mesmo grupo as criadas, as amas, as moças de servir e as que trabalhavam em casa de pessoas, ou seja, as referenciadas como “*de casa de...*”, verificamos que foi o grupo ocupacional mais referido nos assentos da paróquia, relativamente às mulheres.

Em alguns registos foi possível identificar para quem essas criadas e amas trabalhavam. Tal como tinha sido observado para os criados, estas servidoras trabalhavam sobretudo para membros do clero e da nobreza, mas também para pessoas ligadas aos ofícios e à actividade mercantil.

Entre os nobres com criadas e/ou amas contava-se a aristocracia titular e com “Dom”. São disso exemplo, entre outros, a criada da marquesa de Gouveia; a criada da Senhora dona condessa de Portalegre; a criada do marquês mordomo-mor, e mesmo uma criada da rainha, identificada em 1584. Outras mulheres, trabalhavam em casa de corregedores, desembargadores e outros detentores de cargos públicos. Mas, casos como, criada de António Fernandes da fruta seca, criada de um mercador, alfaiate, barbeiro e taverneiro foram também mencionados.

As que apareceram com a designação de “*moças de servir*” não sabemos para quem trabalhavam. Sabemos, contudo, que na cidade de Lisboa muitos tinham moças de servir e os que tinham amas pareciam ser ainda em maior número, como podemos ver num relatado referente a meados do século XVI:

- “ (...) *ne todos podem ter negras, segudo ho grande crescimento delas vai. Por honde digo que em tãta quantidade de vizinhos bem averá quatro mill que tenhã moças de servir (...)* Nam quero deixar de falar nas hamas , que são tantas, que não há home nenhu, por macanequo que seja, que nã tenha hama. E tomado nisto a menor parte delas, ponho

sete mill amas, e em tamanha povoação ysto hé ho menos que pode aver” (Brandão, 1552, p.58).

Nos registos paroquiais da freguesia da Sé identificámos ainda seis mulheres referenciadas como “*serventes*”. Uma, era servente da comunidade do Recolhimento de moças donzelas e órfãs que se encontrava junto a Santo António, administrado pela Misericórdia. Outra, era servente e órfã do dito Recolhimento. Três serviam nas mercearias e uma na Santa Casa da Misericórdia. Identificámos ainda uma vigária do Recolhimento de Lisboa. Tratava-se de Catarina Pereira de Carvalho, viúva, com óbito registado na paróquia da Sé, em 1711. Na freguesia da Sé faleceram ainda duas regentes do Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia, uma regente da Santa Casa da Misericórdia e uma mestra do dito Recolhimento.

Pelos registos de óbito, identificámos também uma porteira da Misericórdia e três porteiras que trabalhavam no Recolhimento das Donzelas da Santa Casa da Misericórdia, entre as quais, dona Vitória Teresa de Goya que faleceu em 1754 e foi sepultada na igreja do dito Recolhimento.

Mas, na freguesia havia também vendedeiras. Os párocos nem sempre mencionavam o tipo de produtos que vendiam. Entre as mulheres identificadas nos registos, algumas vendiam água, aguardente, fruta, caça, galinhas, sal, peixe, passas e figos. Por vezes, era apenas dada a indicação que vendiam à porta, nas tendas da Misericórdia ou na Ribeira. Das referenciadas como regateiras, três vendiam na Ribeira.

Sabemos que em Lisboa a actividade mercantil era intensa e envolvia não só homens mas também muitas mulheres que andavam apregoando os seus produtos pelas ruas, pelas portas, ou que os vendiam em locais próprios, nomeadamente na Ribeira.

Aí, muitas mulheres a quem chamavam regateiras vendiam hortaliça, laranjas, queijos frescos, limões e outros produtos. Outras, não tinham outro ofício senão “ *vemder na Ribeira aguoa, com seus potes, e outras cõ as quartas nas mãos e pucaros, apreguõdo aguoa fria* (Brandão, 1552, p.58).

Outras vendedeiras estavam na Ribeira junto ao Paço da Madeira “*com suas logeas cheas de sal, que não tratam ne vede outra cousa somente sal. E sam muito ricas e abastadas*” (Brandão, 1552, p. 229). Enquanto outras, sem terem outro ofício, “ *todo o anno vemdem na Ribeira fruita çequa com suas guamelas gramdes. E acabada a fruita çequa, tomã a verde. E sam riquas e abastadas, e trazem rodeadas ao pescoso suas cadeas e joas*” (Brandão, 1552, p.230).

Nos alpendres da Ribeira, muitas vendiam “*figuo pasado, e pasa, e amexea pasada, e queijos e outras muitas cousas* (Brandão, 1552, p.230).

No chamado açougue do pescado, também na Ribeira, diversas mulheres vendiam “*os pescados por seus donos*” (Brandão, 1552, p.227). Outras mulheres, a quem chamavam regateiras, compravam peixe fresco e salgado para tornar a vender e as que no açougue vendiam marisco: “ *saõ muito riquas. E o estaõ vemdendo com manilhas douro e aneis nos dedos*” (Brandão, 1552, p.228).

Pelas igrejas e ermidas outras mulheres vendiam candeias de cera. Outras, tinham por ofício vender todo o tipo de caça desde coelhos, galinhas, frangos, patos, pombos e mesmo lebres, leitões e outros animais (Brandão, 1552, p.232).

Esta diversidade de produtos vendidos pelas mulheres ilustra a importância das vendedeiras e regateiras na cidade de Lisboa, onde em meados do século XVI, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1987), havia seiscentas e sessenta mulheres regateiras da Ribeira e novecentas regateiras de porta, actividade ocupacional que parece ter envolvido mulheres da freguesia da Sé, nomeadamente no período de observação anterior a 1651.

Nesse período, outras profissões como padeira, forneira e lavadeira apareceram entre as mais referenciadas nos registos da paróquia da Sé. De acordo com o mesmo autor, havia na cidade de Lisboa setecentas e oitenta e duas mulheres padeiras, cento e setenta forneiras e trezentas e vinte e quatro lavadeiras, em meados do século XVI. Com as lavadeiras de roupa, muito dinheiro se gastava na cidade de Lisboa:

“hé muito em cada hu ano, que parece cousa de admiraçã nas orelhas de que ho ouve.” (Brandão, 1552, p.57).

Além destas actividades ocupacionais, outras foram referenciadas nos registos da paróquia da Sé. Algumas mulheres, tal como os homens, foram registadas nos assentos paroquiais como trabalhadoras. Destas, sabemos apenas que quatro trabalhavam na ribeira, uma no terreiro do trigo e outra nas Mercearias.

Na freguesia havia também as medeiras do terreiro, mulheres que trabalhavam no terreiro do trigo, local onde se concentravam e trabalhavam inúmeras pessoas. Frei Nicolau de Oliveira (1991, pp.103-104) descreve este local como sendo:

“ (...) um lugar público, muito notável, feito como um corredor descoberto, e com duas portas – uma para Oriente, e outra para Ocidente – e que com trinta e dois arcos sustenta quarenta e oito casas de cada porte, onde se recolhe o trigo; o corredor fica descoberto de uma e de outra parte; os arcos formam dois corredores tão largos como os do meio – terá trinta e dois pés de largo; os arcos são de abóbada; sobre estas e a seus lados, sustentam-se as casas acima ditas.

Debaixo dela há cento e setenta mulheres Medeiras do trigo que se vende; os donos do trigo pagam a cada uma delas trinta reis diários, por cada tabuleiro; algumas delas têm quatro tabuleiros. Há mais de cem mulheres com o cargo de joeirar todo o trigo que há para vender; a cada uma delas pagam trinta reis por cada tabuleiro; algumas têm quatro tabuleiros, mas a maioria tem dois. É facto certo venderem-se diariamente neste Terreiro cento e cinquenta moios de trigo, centeio, cevada e milho; para mais e não para menos”.

Além da venda de cereais, na parte detrás deste Terreiro, havia trinta e duas casinhas onde se vendiam coisas miúdas como alfinetes, óculos, agulhas, assobios, penas, papel. Para além destas casinhas, havia mais quarenta e oito no Pelourinho e nas paredes do

açougue. Pela parte do mar estava ainda a Alfândega, com catorze casas enormes, de paredes muito fortes e abóbadas, para recolha de mercadorias vindas de fora.

De fora, vinham também muitas pessoas que necessitavam de camas para pernoitar e era na zona da Ribeira que se concentravam as casa que davam camas ou hospedarias onde muita gente se agasalhava, sobretudo na freguesia da Sé e redondezas.

Nos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, a hospedagem foi bastante importante na freguesia da Sé de Lisboa. A rua das canastras, localizada próximo do rio e da zona comercial da cidade, foi uma das preferidas para a instalação da hospedagem, sobretudo a que se destinava a dar camas para pernoitar. Estas casas que no século XVI davam camas, antecederam as hospedarias do século XVII, tão comuns na freguesia da Sé, e que no século XVIII se transformaram em estalagens (Macedo, 1939).

Luiz Pastor de Macedo (1939) salienta, além da rua das canastras, a importância da hospedagem em certos locais da freguesia da Sé, designadamente na rua Afonso de Albuquerque, na rua das cruces da Sé e nas portas do mar.

A importância da hospedagem nesta freguesia reflectiu-se nos assentos paroquiais, onde aparecem referenciados homens e mulheres que “davam camas”. Os párocos ao fazerem referência a essa profissão, não especificamente feminina, registavam o nome da pessoa seguido de “*dá camas*”. Menos frequente foi a designação de estalajadeira ou estalajadeiro.

Nos registos de óbito, particularmente de pessoas vindas de fora, foi possível observar que entre os falecidos na freguesia da Sé, alguns estavam hospedados em casas que “davam camas” ou estalagens, onde acabaram por falecer.

O quadro 68, mostra os nomes de algumas dessas casas, identificadas através dos registos de óbito de pessoas aí falecidas na segunda metade do século XVI e nos primeiros anos do século XVII, até por volta de 1610.

Quadro 68
Casas que davam camas na freguesia da Sé
(pelos registos de óbitos)

Casas que davam camas	
Segunda metade do século XVI	Início do século XVII
Casa da Antónia Nogueira	Casa de Fernão Lopes
Casa da Serrão	Casa de Helena Mendonça
Casa de Bárbara Fernandes	Casa de Isabel Coutinha
Casa de Garcia Mendes	Casa de Manuel Rodrigues
Casa de Gaspar Carvalho	Casa de Marta Fernandes
Casa de Joana Pires	Casa de Pero Gonçalves
Casa de Maria Fernandes	-
Casa de Marta Fernandes	-
Casa de Martim Gonçalves	-
Casa de Simão de Paiva	-
Casa do Sanches	-

Fonte: Registos paroquiais de óbito da freguesia da Sé

A casa de Gaspar Carvalho, a de Garcia Mendes e a casa da Serrão estão entre as mais citadas nos registos de óbito. Sobre as pessoas aí falecidas, os registos pouco nos dão a conhecer. Sabemos, por exemplo, que nas casas da Serrão que “dá camas” faleceu, em 1585, um padre e em 1593 um padre do Hábito de S. Tiago, e capelão. Em 1587, nessa mesma casa tinha falecido um homem do serviço de milícia de Sua Majestade e um homem natural de Braga que tinha vindo do Brasil. Na casa de Gaspar Carvalho que “dá camas” faleceu, em 1597, um homem natural das Astúrias. Tinha vindo à cidade de Lisboa vender nozes e avelãs. Em 1593, nessa casa falecia um marinheiro francês. Na casa de Garcia Mendes que “dá camas” faleceu, em 1598, Rui Lopes, almoxarife de Almeirim.

Estes exemplos parecem apontar para uma diversidade de pessoas que passaram por essas casas, certamente, pessoas das mais diversas profissões, vindas de diversas partes do país e do estrangeiro.

Sabemos ainda que, na “casa da Nogueira”, trabalhava, em 1592, a “moça de serviço” que consta no quadro “profissões femininas”. Tratava-se de Catarina Gomes,

moça de serviço da “casa da Nogueira”, uma casa onde “dão camas”, na freguesia da Sé e que, segundo Júlio de Castilho, tinha em 1594 doze anos de existência, e era frequentada por gente de toda a ordem (Castilho, 1934).

Na passagem por Lisboa, também o peregrino Bartolomé Villalba (2002) foi alojado na freguesia da Sé por Maria Fernandes, viúva.

Quanto à localização das casas que “davam camas”, nos registos de óbito referentes à segunda metade do século XVI identificámos a rua das canastras, a porta do mar, a rua Afonso de Albuquerque, a rua Conde de Portalegre, ao chafariz da preguiça e defronte das casas de Afonso de Albuquerque. No início do século XVII, fora feita referência à porta do mar, à rua das canastras, à praça dos canos, à rua Conde de Portalegre, às costas da Misericórdia e defronte da Casa dos Bicos.

Relativamente às estalagens, o quadro 69 mostra as estalagens identificadas a partir dos registos de óbito de pessoas aí falecidas, no século XVII e primeira metade do século XVIII.

Quadro 69
Estalagens na freguesia da Sé
(pelos registos de óbitos)

Estalagens	
Século XVII	Primeira metade do século XVIII
Da Praça dos Canos	Da rua do Almargem
Da Ribeira (defronte onde vendem o pão)	Das Cruzes da Sé
Das Cruzes da Sé	Das Portas do Mar
De António Fernandes à porta do mar	De António Cardoso
De Catarina Gonçalves (de trás da Misericórdia)	De João Baptista Felliz (no Beco defronte de Santo António)
De dona Catarina às portas do mar	De Santo António
De Domingos Luís (Rua Afonso de Albuquerque)	Defronte da porta travessa da Sé na parte do mar
De Francisco de Almeida (de trás da Misericórdia)	Defronte da Sé
De Francisco Martins (na Rua Afonso de Albuquerque)	Defronte de Santo António no Beco que vai para a Misericórdia
De Gaspar Carvalho à porta do mar	Do Archeiro (às Portas do Mar)
De Gaspar de Azevedo	Do Beco de Santo António ou do Beco do Mel
De Gonçalo Martins (Rua vai da porta do Mar para a Rua das Canastras)	Do Cachimbo (rua do Almargem)
De Gracia Mendes	Do Corvo (rua das canastras)
De Manuel Ferreira (Rua das Canastras)	Do Senhor de Belas
De Manuel Stácio (à Porta do Mar de dentro)	Nova (abaixo de Santo António)
De Margarida Ribeira (na Porta do Mar)	Por baixo das cruces da Sé
De Martim Gonçalves (à Porta do Mar)	-
De Paulos Martins (Rua das Canastras)	-
De Pero Fernandes	-
De Santo António	-
De trás da Misericórdia	-
Do Beco do Bugio	-
Do Cardoso fora da porta do mar	-
Do Carvalho à porta do mar	-
Do Corvo (na Rua das canastras)	-
Grande (Rua das Canastras)	-
Nova (Abaixo de Santo António ou ao lagar do mel)	-

Fonte: Registos paroquiais de óbito da freguesia da Sé

Nos registos dos falecidos em estalagens, por vezes, os párocos davam a indicação do nome do dono da estalagem ou o nome da estalagem. Outras vezes, escreviam “*uma estalagem na Ribeira*”, “*uma estalagem da rua das canastras*”, “*uma estalagem da porta*

do mar”, ”uma estalagem que está na parte de fora das portas do mar”, “uma estalagem da rua do almargem”, “uma estalagem da rua do lagar do mel”, “uma estalagem na praça dos canos”.

Entre as estalagens apresentadas, a estalagem do Corvo, na rua das canastras, e a estalagem do Cachimbo, na rua do Almargem, eram, segundo Luiz Pastor de Macedo (1939), as principais estalagens da freguesia da Sé.

Apesar da importância que tinham as estalagens nesta freguesia de Lisboa, as estalajadeiras, e mesmo os estalajadeiros, identificados nos registos vitais da paróquia da Sé, foram em número bastante reduzido.

Mas, na zona da Ribeira concentravam-se ainda as tabernas, onde se vendia vinho. Na freguesia da Sé, havia a rua das tavernas e nos registos paroquiais as taverneiras e os taverneiros foram diversas vezes mencionados pelos párocos. Dentro dos limites da freguesia da Sé, junto da Ribeira, havia ainda o chamado *Malcozinhado*, onde homens e mulheres ganhavam a vida assando e cozendo peixe em braseiros de fogo:

“donde come homes e negros trabalhadores que ganha na Ribeira, e hos que se embarca pêra fora nas barcas e barqueiros” (Brandão, 1552, p.99).

Além das profissões de vendedeiras, trabalhadoras, taverneiras, “dar camas”, “dar de comer ...”, e outras, compreensíveis pelo facto de se tratar de uma freguesia urbana de Lisboa, localizada perto do porto da cidade, e da importância da freguesia como centro da indústria de hospedagem e local onde se exerciam actividades mercantis e industriais, identificámos ainda cinco parteiras, profissão estritamente feminina.

Entre as profissões indicadas pelos párocos, as parteiras eram as únicas que para exercer a sua profissão necessitavam de uma autorização especial. Tinham que ser

examinadas pelo físico da cidade, que lhes dava uma certidão assinada por ele e confirmada pela Câmara.

Era obrigação das parteiras saber se as mulheres que iam ter os seus filhos estavam confessadas. Caso não estivessem, deveriam recomendar-lhes para que o fizessem antes do nascimento da criança. Deveriam também ter conhecimento do tempo da gravidez da mulher, para saberem quando era a altura do nascimento (Correia, 1926).

Entre as cinco parteiras com assentos identificados nos livros de registos paroquiais da Sé, está Isabel Afonso, parteira da princesa, residente na Rua de Portalegre e que, em 26 de Setembro de 1564, faleceu na freguesia da Sé.

Em síntese, as actividades profissionais desempenhadas por mulheres, identificadas nos registos paroquiais da freguesia da Sé, foram sobretudo mulheres “*de casa de...*”, criadas, amas e vendedeiras, mas também taverneiras, medeiras do terreiro do trigo, padeiras, forneiras, trabalhadoras, mulheres que “davam camas”, e outras.

Apesar do valor unicamente indicativo dos números apresentados, a maior referência feita a mulheres “*de casa de...*” e criadas, comparativamente com outras profissões, poderá, tal como no caso dos homens, indiciar a presença de pessoas nobres na freguesia da Sé, pessoas da aristocracia titular e com “Dom”. Por outro lado, as vendedeiras, taverneiras medeiras, forneiras, padeiras, lavadeiras e mulheres que “davam camas”, parecem reflectir a importância de certas actividades ocupacionais existentes na cidade de Lisboa e na freguesia da Sé.

1.3. Cargos, títulos e condição

Após termos observado a diversidade de ocupações masculinas e femininas apontadas nos registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, entre 1563-1650 e 1651-1755, iremos agora observar, para os mesmos períodos, os diferentes cargos, passando depois à observação dos títulos e condição social, que se acham representados nos registos da paróquia. Saliente-se que, tal como nas anteriores abordagens feitas às ocupações de homens e mulheres, os escassos números identificados têm um valor meramente indicativo, não se podendo, a partir deles, fazer afirmações conclusivas.

No quadro 70, estão representados os cargos encontrados nos registos paroquiais, em dois períodos distintos. Um, até ao final da primeira metade do século XVII. Outro, que se estende ao longo da segunda metade desse século e se prolonga até à primeira metade do século XVIII.

Quadro 70
Cargos
(pelos registos paroquiais)

Cargos	1563-1650	1651-1755	Total
Adail-mor	-	1	1
Administrador da capela de Bartolomeu Joanes	3	-	3
Alcaide	4	-	4
Alcaide-mor	3	-	3
Alfaqueque-mor	1	-	1
Alferes	4	11	15
Aljubeiro	4	2	6
Almotacé-mor	1	-	1
Almoxarife	2	-	2
Apontador dos moços	1	-	1
Artilheiro	-	2	2
Auditor	1	-	1
Cabo de esquadra	-	2	2
Capitão	9	114	123
Capitão da guarda del rei	1	-	1
Capitão da Infantaria	1	2	3
Capitão de mar e guerra	-	1	1

Capitão de sua majestade	-	1	1
Capitão do castelo	1	-	1
Capitão do hábito S. Tiago	-	1	1
Capitão do mar	1	-	1
Capitão do regimento da Armada	-	1	1
Capitão-mor	2	3	5
Capitão tenente	-	1	1
Carcereiro	1	-	1
Chanceler-mor	1	-	1
Comendador-mor	1	-	1
Comissário	-	2	2
Contador	6	-	6
Coronel	-	1	1
Corregedor	7	-	7
Correio-mor	2	-	2
Deputado	1	-	1
Desembargador	38	10	48
Do Senado/licenciado	1	-	1
Escrevente	12	-	12
Escrivão	67	8	75
Feitor	6	-	6
Governador	1	-	1
Governador de S. Tomé	1	-	1
Governador deste Reino	1	-	1
Gran Guarda-mor	1	-	1
Guarda	24	1	25
Guarda-mor	-	1	1
Inquiridor	5	-	5
Inquisidor	2	1	3
Juiz	14	9	23
Meirinho	6	-	6
Mestre sala do rei	1	-	1
Notário	7	-	7
Oficial da Legacia	1	-	1
Ouvidor	3	-	3
Partidor	2	1	3
Porteiro	8	5	13
Porteiro-mor	2	-	2
Presidente da Câmara de Lisboa	1	-	1
Procurador	22	2	24
Provedor	16	1	17
Provisor	3	-	3
Regedor	2	-	2
Rendeiro	6	-	6
Reposteiro	-	1	1
Requerente de causas	1	-	1
Sargento	2	4	6
Sargento-mor	-	3	3

Secretário	5	1	6
Serviço de Melícia do rei	1	-	1
Tabelião	5	1	6
Tenente	-	5	5
Tenente alferes	-	1	1
Tenente general	-	1	1
Tesoureiro	1	-	1
Tesoureiro das capelas del rei D.Afonso	1	-	1
Tesoureiro do tesouro del rei	1	-	1
Tesoureiro-mor	3	2	5
Vedor	3	-	3
Vereador do Senado da Câmara	6	2	8
Visitador da cidade de Lisboa	1	-	1
Visitador da mesa dos visitadores	1	-	1
Visitador e deputado da Santa Inquisição	1	-	1
Visitador e prior	1	-	1
Total	344	205	549

Fonte: Registos Paroquiais

No primeiro período, o número de pessoas identificadas ocupando cargos e a diversidade de cargos encontrados, foram superiores aos identificados no segundo período de observação. Se compararmos o quadro 70, referente a “cargos”, com o quadro 64, referente a “profissões masculinas”, vemos que foi igualmente no período anterior a 1651, que se registou uma maior variedade de profissões e um maior número de pessoas com profissões identificadas, o que poderá, em parte, apontar para uma maior regularidade e cuidado por parte dos párocos na recolha destas informações, mas também, ao facto de se tratar de um período próspero devido ao comércio ultramarino.

Por outro lado, pela comparação dos dois quadros, constatamos que, em ambos os períodos de observação, o número de homens com profissões identificadas foi bastante superior ao número de homens identificados no exercício de cargos públicos. Dos mil novecentos e cinquenta e dois homens com profissões e cargos identificados entre 1563-1650, mil seiscientos e oito exerciam uma profissão e só trezentos e quarenta e quatro estavam ligados a cargos públicos, o que corresponde, respectivamente, a 82,4% e 17,6% do total. No período de 1651-1755, num total de setecentos e noventa e dois homens,

quinhentos e oitenta e sete exerciam uma profissão e duzentos e cinco estavam envolvidos em cargos públicos, valores que representam percentagens de 74,1% e 25,9%, respectivamente.

Apesar destes dados terem um valor apenas indicativo, apontam certamente para a diversidade de ocupações e cargos característicos de um centro urbano como Lisboa, e para a centralidade da freguesia da Sé, localizada nas proximidades do rio e do centro administrativo, localizado na zona da Ribeira, desde o início do século XVI. Estes valores indiciam certamente a presença na freguesia de pessoas ligadas às mais variadas funções, desde militares (nomeadamente capitães entre 1651 e 1755) a pessoas ligadas a diversos órgãos da administração central, como escrivães, desembargadores, guardas, procuradores, juízes, provedores, e outros, e mesmo ofícios ligados à Casa Real, como vedor, almotacémor, correio-mor, guarda-mor, entre outros.

Se nos centrarmos no período de observação anterior a 1651, visto ser aquele que concentra um maior número de casos identificados, reparamos que os escrivães, desembargadores, guardas, procuradores, provedores, juízes, foram os mais registados nos assentos da paróquia. Entre eles, estão escrivães da Casa da Índia, da Alfândega, da Câmara del Rei, da Legacia, da Relação Eclesiástica, da Casa da Mina e da Índia, do Cível, do Crime da Corte, do Paço, dos Agravos, dos Órfãos, da cabana do peixe, e outros. Entre os desembargadores, encontram-se desembargadores do Paço, da Casa da Suplicação, da Relação del Rei, da Relação Eclesiástica e dos Agravos. Entre os provedores, estão provedores da Alfândega, da Casa da Misericórdia, da Justiça Eclesiástica, da Saúde, das capelas de Sua Majestade, dos Armazéns e da Casa da Índia. Os procuradores eram essencialmente da Alfândega e da Relação Eclesiástica. Entre os juízes, havia alguns da balança da alfândega, do cível, do crime, do crime da Ribeira, do crime da cidade de

Lisboa, dos feitos da coroa de Sua Majestade e dos órfãos. Identificaram-se ainda alguns vereadores do Senado e, em 1590, o seu presidente, irmão do Senhor Arcebispo da Sé.

Frei Nicolau de Oliveira (1991) refere que Lisboa era governada por leis. Para a conservação dessas leis tinha um Senado do qual faziam parte seis senadores letrados, designados por vereadores. Tinham ainda um escrivão nobre e fidalgo, dois procuradores da cidade e um presidente, fidalgo dos principais do reino, sendo todos nomeados pelo rei.

Mas, além do Senado, havia outros organismos político-institucionais da administração central, nomeadamente os tribunais e conselhos, onde oficiais e magistrados exerciam as suas funções. Por exemplo, os juízes do cível e do crime eram eleitos pelo presidente, vereadores, mestres, escrivão e procuradores que lhes passavam na Câmara as cartas e provimentos.

Mas além dos vereadores, juízes e outros, no período anterior a 1651, identificámos também um chantre de Évora, deputado da Mesa da Consciência, tribunal régio criado por D. João III. Nesse período, identificámos ainda o inquisidor Marcos Teixeira que, em 1575-1576, visitou as ilhas dos Açores e, em 1578-1580, visitou o bispado de Portalegre e o bispado da Guarda, e que a 23 de Março de 1610, faleceu na freguesia da Sé, e foi sepultado em Santo Eloy (Pereira, 1990). Identificámos ainda um padre inquisidor, com óbito registado em 1594. O inquisidor identificado no período seguinte, foi o doutor Pantalião Rodrigues, inquisidor da Mesa grande do tribunal do Santo Ofício, cónego doutoral da Sé e Bispo eleito de Elvas, com óbito registado na paróquia da Sé, em 1667.

Entre os secretários, estavam dois da Santa Inquisição, no período anterior a 1651. Dos outros três, um era secretário da puridade del rei, outro, secretário de sua majestade, e um outro era secretário dos reis de Portugal.

Quanto aos visitantes, um, era o doutor António da Cruz, visitador da cidade de Lisboa, residente em S. Martinho, e falecido em Abril de 1601. Outro, era Gaspar de Abreu

de Carvalhal, prior de Monte Agraço e visitador. Faleceu em Junho de 1606, fez testamento a Filipe Jacome e foi sepultado na igreja da Sé de Lisboa. O outro visitador era o doutor António Dias Cardoso, do Conselho Geral do Santo ofício e deputado da Santa Inquisição. No ano 1587, visitou o Priorado do Crato (Pereira, 1990) e aparece nos registos de óbito da paróquia da Sé de Lisboa, a 27 de Maio de 1588, como testamenteiro de sua irmã, Maria de Figueiredo, e também de sua mãe, dona Bárbara Cardoso, falecida a 15 de Janeiro de 1588, viúva do doutor Pero Fernandes, falecido a 3 de Setembro de 1584. António Dias Cardoso, tem óbito registado na freguesia da Sé, a 26 de Janeiro de 1624.

Relativamente aos locais de residência de detentores de cargos, tal como nas actividades ocupacionais, não foi possível observar como se distribuíam pelos locais de residência. A título ilustrativo apresentamos alguns casos conhecidos. Por exemplo, entre 1601 e 1700 a Rua do Conde de Portalegre foi apontada como local de residência de um tabelião. No mesmo período, na rua dos cônegos residiram um alcaide, um capitão do mar, um desembargador, dois escreventes, um juiz, um meirinho e um notário. Detrás da igreja de Santo António, residiu um provedor e um requerente de causas, nesse mesmo período.

Este vasto quadro de cargos desempenhados por pessoas com actos vitais registados na paróquia, parece apontar, mais uma vez, para a presença de nobres e fidalgos na freguesia da Sé de Lisboa.

Mas, além dos cargos, noutras situações, pelos títulos indicados pelos párocos, estava implícita uma diferenciação social: homens tratados por “Dom”, “Senhor” e mulheres tratadas por “Dona” e “Senhora”. Casos como: dona Maria Pimentel Pereira, filha de Dom Manuel Forjas Pereira Pimentel e de dona Joana Pereira de Meneses, ou como o Senhor Dom Pero de Almeida casado com a Senhora dona Maria Coutinha, ou o Senhor de Belas,

António Correia da Siva, casado com a senhora dona Catarina da Silva, são disso exemplo. Estas formas de tratamento constituem um indício de nobreza.

Tratados por “Dom”, identificámos oitenta e um homens entre 1563-1650, valor que desceu para cinquenta e três, entre 1651-1755. No que se refere às mulheres designadas por “dona”, o valor aumentou para quatrocentos e duas no primeiro período, e para novecentos e trinta e sete, no segundo período de observação. Na maior parte dos casos, tratava-se de pessoas que não tinham nascimento nem óbito registados na paróquia, o que aponta para uma intensa mobilidade geográfica. Desses, uns tinham casado na paróquia, outros tinham filhos baptizados na paróquia e outros aí tinham casado e baptizado um ou mais filhos.

Mas, nos registos da paróquia estavam ainda representados os titulares, embora em número reduzido, como podemos observar no quadro 71.

Quadro 71
Titulares

Título	1563-1650	1651-1755	Total
Conde	13	11	24
Condessa	6	10	16
Marquês	3	2	5
Marquesa	4	-	4
Total	26	23	49

Fonte: Registos paroquiais

Estes nobres fidalgos identificados nos livros de registos paroquiais da freguesia da Sé tinham títulos de condes e marqueses.

Entre os condes referenciados pelos párcos estão: o conde do Lavradio, Dom António de Almeida; o conde de Portalegre, Dom Henrique da Silva; o conde de Santa Cruz, Dom Martinho de Mascarenhas; o conde de Santa Cruz, José de Mascarenhas; o ilustríssimo excelentíssimo conde Bernardo António de Távora, conde de Alvor, o excelentíssimo conde Afonso de Calheta, o conde de Vila Franca, o conde de Tentúgal, e

outros. O conde Filipe de Aguillar, identificado em 1606, era capitão geral de Sua Majestade.

Com o título de marquês identificámos o marquês de Gouveia, o marquês de Santa Cruz e o marquês de Marialva.

Pelos registos, observámos que Mariana, filha do conde de Portalegre, Henrique da Silva e da condessa de Portalegre, fora baptizada na Igreja da Sé, no dia 22 de Janeiro de 1618. A 10 de Fevereiro do ano seguinte, fora aí baptizado um filho dos ditos condes. No dia 9 de Janeiro de 1621, falecia a condessa de Portalegre, tendo deixado o seu marido por testamenteiro, e foi sepultada na sua capela no Mosteiro de Santo Eloy.

A 19 de Outubro de 1639 foi baptizada também na igreja da Sé, Francisca, filha de Henrique da Silva, agora já registado como Marquês de Gouveia. Era casado com a marquesa dona Maria de Lencastre. Faleceu no dia 4 de Dezembro de 1648, deixando por sua testamenteira a sua mulher e foi sepultado na Igreja de Santo Eloy. O seu filho, conde de Portalegre, Dom João da Silva, casou com dona Maria Pimentel, no Oratório das casas do marquês de Gouveia, no dia 25 de Março de 1647. A noiva, filha de Dom Manuel Forjas Pereira Pimentel e de dona Joana Forjas Pereira de Meneses Silva faleceu a 28 de Outubro de 1648. Deixa Sebastião César de Meneses por seu testamenteiro e foi sepultada em Santo Eloy. O conde Dom João da Silva voltou a casar. O casamento realizou-se no dia 8 de Dezembro de 1649. A noiva, dona Luísa Maria de Meneses, era filha de Dom Pedro de Noronha e de dona Juliana de Noronha. A 16 de Março de 1686, o conde João da Silva faleceu, no estado de viúvo, e foi sepultado em Santo Eloy. O conde de Santa Cruz, o cónego Francisco Barreto e Manuel Leitão de Andrade foram os seus testamenteiros.

Já no século XVIII, encontrámos nos assentos de baptismos da paróquia registos de baptismos de filhos do conde Dom Martinho de Mascarenhas, conde de Santa Cruz e marquês de Gouveia, e da Senhora dona condessa Inácia Rosa de Távora,; Dom António

Luís, a 22 de Novembro de 1700; dona Joaquina Isabel, a 3 de Julho de 1704; dona Ana Baltazar, a 4 de Agosto de 1706, e Dom José Veríssimo, a 10 de Outubro de 1708. Dona Francisca, filha dos condes, natural da freguesia da Ajuda, casou na Igreja da Sé de Lisboa, com o conde do Lavradio, Dom António de Almeida, no dia 9 de Outubro de 1726, sendo residente na freguesia da Sé, na altura do casamento.

Entre os registos dos baptizados na freguesia da Sé de Lisboa, contam também assentos de filhos do Senhor conde de Santa Cruz e mordomo-mor, José de Mascarenhas e da Senhora condessa dona Leonor Tomásia de Távora Lorena, baptizada na Igreja Matriz de Chaves, no Arcebispado de Braga: Martinho, a 26 de Novembro de 1740; Joana, a 30 de Novembro de 1741; Bernardo, a 13 de Janeiro de 1743; Inácia, a 17 de Abril de 1744, e João, a 8 de Dezembro de 1745.

Em 1596, têm óbito registado na paróquia da Sé, dona Violante, mãe do duque de Aveiro, e um Senhor barão que foi levado às suas vilas a enterrar.

Estes exemplos de baptismos e óbitos, primeiras e segundas núpcias, ilustram a presença na freguesia da Sé da elite titular. Por outro lado, indiciam uma continuidade de estatuto, através do casamento, entre pessoas do mesmo grupo social.

Relativamente aos locais de residência na freguesia da Sé, as informações são diminutas. Sabemos, apenas, que o senhor conde de Mira faleceu na Casa dos Bicos, a 12 de Dezembro de 1641, e que o Senhor conde de Santa Cruz e marquês de Gouveia, Dom Martinho de Mascarenhas, faleceu nos seus palácios das Cruzes da Sé, a 10 de Março de 1723.

Mas, além desta elite titular, nos registos da paróquia da Sé, consta ainda um reduzido número dos designados por fidalgos, cavaleiros e cavaleiros fidalgos, como se pode observar no quadro 72.

Quadro 72
Condição
(pelos registos paroquiais)

Título	1563-1650	1651-1755	Total
Cavaleiro	1	11	12
Cavaleiro fidalgo	1	1	2
Fidalgo	15	1	16
Total	17	13	30

Fonte: Registos paroquiais

No período anterior a 1651, o cavaleiro identificado pertencia ao hábito de Cristo. No período seguinte, um era cavaleiro do hábito de Santo Agostinho, dois do hábito de Santiago, três do hábito de Cristo e cinco da Ordem de Cristo. No que se refere aos cavaleiros fidalgos, um era cavaleiro fidalgo de casa de Sua Majestade, no período anterior a 1651. Nesse período, entre os designados por fidalgos, um era fidalgo de casa de Sua Majestade, dois eram fidalgos da Casa Real e um era fidalgo, cónego na Sé e capelão del rei. Dos restantes, fora unicamente indicado tratar-se de “fidalgos”. O fidalgo identificado no período seguinte, era fidalgo de casa de Sua Majestade.

Estas referências feitas pelos párocos, à condição social, títulos, como condes e marquesas, e formas de tratamento, designadamente “Dom” e “dona”, e, em alguns casos, “ilustríssimo” e “excelentíssimo”, apontam para a presença de pessoas e famílias nobres e da alta aristocracia, na freguesia da Sé de Lisboa. Os próprios apelidos dão conta da presença dessas “grandes” famílias na freguesia. Exemplos como: Senhor Dom Luís Coutinho; Senhora dona Maria Coutinha; o fidalgo Francisco Correia; Dom Luís de Meneses; Dom Pedro de Meneses; Senhora dona Margarida de Noronha; Dom Francisco de Noronha; o fidalgo Jorge de Albuquerque; dona Isabel de Albuquerque; Dom Pedro de Castro, irmão do Senhor Arcebispo Dom Miguel de Castro e mesmo uma criança indicada

ao óbito como menor, em 1692, e tratada por Dom José Mascarenhas, são marcas da passagem dessas famílias pela freguesia da Sé de Lisboa.

Os nomes de algumas ruas já observadas nos quadros 65 e 66, como Rua de Afonso de Albuquerque, rua do Barão, rua do Conde de Portalegre, Rua do Conde de Santa Cruz, Rua Direita do Marquês de Gouveia, Rua dos Cónegos, largo do Senhor de Belas, noticiam igualmente a passagem de “notáveis” pela freguesia da Sé.

A presença da corte em Lisboa reflecte-se também nos assentos de óbito da paróquia da Sé, onde constam óbitos da família real, apresentados no quadro 73.

Quadro 73
Óbitos da família real registados na paróquia da Sé
(1656-1750)

Reis/rainhas/infantes	Óbitos	Local sepultura
D. João IV	06-11-1656	Coimbra-Mosteiro de Santa Clara
D. Afonso VI	12-09-1683	Convento de Belém
Dona M ^a Francisca Isabel de Sabóia	27-12-1683	Convento das Capuchas Francesas
Dona Catarina (irmã de D. Pedro II)	31-12-1705	Convento de Belém
D. Pedro II	09-12-1706	Convento de S. Vicente de Fora
Infante D. Alexandre	02-08-1728	Igreja de S. Vicente de Fora
Infante D. Carlos	29-03-1736	Igreja Real Mosteiro de S. Vicente de Fora
Infanta dona Francisca	16-07-1736	Real Igreja do Convento de S. Vicente de Fora
D. João V	31-07-1750	Convento de S. Vicente de Fora

Fonte: Registos paroquiais

Através desses registos sabemos que, no dia 6 de Novembro de 1656, “*das onze horas para o meio dia*”, faleceu a Majestade el rei D. João IV. O seu corpo foi levado para o Mosteiro de S. Vicente de Fora, em depósito, para ser levado ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Governou o reino de Portugal quinze anos e doze meses. O seu sucessor, El rei D. Afonso VI, faleceu, a 12 de Setembro de 1683, de um acidente de apoplexia, nos

paços de Sintra, com a idade de quarenta anos e vinte e três dias. No sábado, 18 do mesmo mês e ano, foi a sepultar ao Convento de Belém. A ele, sucedeu El rei D. Pedro II, que faleceu a 9 de Dezembro de 1706. Foi sepultado no Convento de S. Vicente de Fora, a 11 do dito mês. Era viúvo da Sereníssima rainha D. Maria Sofia Isabel. A 31 de Dezembro de 1705, tinha falecido a irmã de D. Pedro II, rainha D. Catarina, viúva de Carlos II, rei de Inglaterra. Deixara por seu testamenteiro, o rei D. Pedro II, seu irmão. Foi sepultada no Convento de Belém, a 3 de Janeiro de 1706. D. João V, sucessor de D. Pedro II, faleceu, com todos os sacramentos, no seu palácio do Terreiro do Paço da cidade de Lisboa, a 31 de Julho de 1750. No dia 3 de Agosto do dito ano, se deu sepultura no Convento de S. Vicente de Fora, “*ao corpo do Senhor Nosso rei*”, como é referido no seu assento de óbito.

No livro de registos de óbito de 1683, encontra-se ainda o óbito da rainha dona Maria Francisca Isabel de Sabóia. Faleceu numa quinta, em Palhavã, a 27 de Dezembro do dito ano e foi sepultada, no dia seguinte, no Convento das Capuchas Francesas.

Com a idade de quatro anos, dez meses e nove dias, faleceu de bexigas o Sereníssimo Senhor Infante Dom Alexandre. Foi no dia 2 de Agosto de 1728, na cidade de Lisboa Ocidental, no Palácio Real, das seis para as sete horas da tarde. O seu corpo foi levado para a Igreja de S. Vicente de Fora. Mais tarde, a 4 de Abril de 1736, na cidade de Lisboa Oriental, na Igreja de S. Vicente de Fora, depositou-se o corpo do Senhor Infante D. Carlos, filho del rei D. João V. Tinha falecido na madrugada de 29 de Março, no Paço, com todos os sacramentos, depois de ter estado alguns dias doente de uma febre que lhe tinha causado dilatadas queixas. Tinha dezanove anos, dez meses e vinte sete dias.

Cerca de quatro meses após a morte do infante D. Carlos, a 16 de Julho de 1736, faleceu, com todos os sacramentos, no Paço Real, após doença, a Infanta dona Francisca, filha do rei D. Pedro II e da rainha senhora dona Maria Sofia Isabel. O corpo da Senhora

Infanta, irmã del rei D. João V, foi depositado na Real Igreja do Convento de S. Vicente de Fora. Tinha trinta e sete anos, cinco meses e dezassete dias.

Em síntese, apesar do número de pessoas com cargos, títulos e condição identificados nos registos paroquiais da freguesia da Sé serem escassos para se chegar a conclusões, apontam para uma diversidade de cargos que reflectem a presença na freguesia de pessoas ligadas ao alto e médio funcionalismo público e militares, entre outros. As referências feitas nos assentos da paróquia à condição social, títulos, como conde e marquês, e formas de tratamento, nomeadamente “Dom” e “dona”, parecem indiciar a presença de representantes da alta nobreza entre a população nobre presente na freguesia da Sé.

1.4. A presença do clero na freguesia da Sé através dos registos paroquiais de óbito

A importância religiosa da freguesia da Sé, com a sua igreja maior, catedral de Lisboa, cabeça das restantes da cidade, reflectiu-se nos registos de óbito da paróquia. Diversas pessoas, essencialmente homens, pertencentes ao clero têm óbito registado nos livros de registos paroquiais da Sé de Lisboa.

Quadro 74
Os eclesiásticos
(através dos registos de óbito)
1563-1755

Clero	1563-1650	1651-1755	Total
Abade	1	1	2
Arcebispo	5	3	8
Arcediogo	3	4	7
Arcediogo da Terceira Cadeira	2	-	2
Arcediogo e cónego	1	2	3
Arcipreste	1	2	3
Acipreste e Vigário Geral	1	-	1
Bacharel	1	1	2
Bacharel e clérigo	-	1	1
Beneficiado	-	2	2
Bispo	7	1	8
Bispo e capelão-mor	1	-	1
Bispo e Deão da capela del rei	1	-	1
Capelão	23	6	29
Capelão-mor	2	-	2
Chantre	2	-	2
Chantre e cónego	2	-	2
Cónego	47	48	95
Cónego doutoral na Sé	1	-	1
Cónego e capelão del rei	1	-	1
Cónego magistral	1	1	2
Confessor	3	-	3
Clérigo	8	13	21
Clérigo de missa e cura	1	-	1
Clérigo de missa e quartanário	1	-	1
Clérigo e padre	1	-	1
Cura	8	1	9
Cura e capelão	-	1	1
Cura e confessor	1	-	1
Cura e quartanário	1	-	1
Deão	3	3	6
Frade	7	2	9
Frade capelão	4	-	4
Frade confessor	1	-	1
Frade e padre	1	4	5
Frei pregador	-	1	1
Frei sub-chantre	-	1	1
Frei vigário	1	-	1
Meirinho dos clérigos	2	-	2
Meirinho geral dos clérigos	1	-	1
Padre	26	74	100
Padre altareiro	1	5	6
Padre confessor	5	1	6

Padre de missa	3	-	3
Padre bacharel	-	9	9
Padre capelão	16	21	37
Padre cura	1	4	5
Padre inquisidor	1	-	1
Padre notário apostólico	-	1	1
Padre quartanário	2	7	9
Padre sub-tesoureiro	1	2	3
Padre tesoureiro	1	6	7
Padre tesoureiro-mor	-	2	2
Padre secretário	-	1	1
Padre vigário	1	-	1
Pregador	2	-	2
Presbítero secular	-	1	1
Prior	20	2	22
Prior e visitador	1	-	1
Quaternário	22	19	41
Quaternário e bacharel	-	1	1
Sacerdote	7	3	10
Sacerdote confessor	2	-	2
Sacerdote tesoureiro	-	1	1
Sub-tesoureiro	1	2	3
Vigário	2	-	2
Vigário geral	1	-	1
Total	263	260	523

Fonte: Registos paroquiais

Pela observação do quadro 74, pudemos ver que os óbitos de padres e cónegos foram os mais registados na paróquia. Mas, nela faleceram pessoas que ocuparam diversas posições na hierarquia religiosa: quaternários, capelães, priores, clérigos, arcediagos e outros. A diversidade de eclesiásticos falecidos na freguesia da Sé, aponta para a importância religiosa da freguesia, sede de bispado, desde o tempo de D. Afonso Henriques, e sede de Arcebispado de Lisboa, desde os finais do século XIV (Castilho, 1936).

Só no Cabido da Sé, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), havia, no século XVI, deão, chantre, arcediago, tesoureiro, mestre-escola, arcediago da Terceira

Cadeira, arcepreste, subchante, subtoureiro, altareiro, capelães, cantores, cura, pregadores, moços do coro, porteiro, solicitador, sineiro e meirinho.

Pelos registos de óbito observámos que alguns desses eclesiásticos eram doutores e/ou licenciados como o arcepreste da Sé, doutor Manuel de Parada Carvalho, vigário geral do Arcebispado de Lisboa, ou o doutor prior Pero Cardoso que, em 1603, faleceu na freguesia da Sé, em casa do seu irmão, o físico-mor, Fernão Rodrigues Cardoso, ou o muito reverendo cónego, doutor Francisco de Barros Pereira, falecido em 1727.

Alguns, exerciam determinados cargos, entre outros, o Arcediogo da Sé, Lourenço Pires de Carvalho, comissário geral da bula da cruzada, e identificado em registos paroquiais como visitador das igrejas da cidade de Lisboa; o doutor Francisco Rebelo, desembargador do Paço e cónego da Sé, que, em 1609, na rua do Barão, em sua casa e cama, se achou morto pela manhã; um cónego, conservador das Ordens Militares; um padre, secretário da Misericórdia; um padre, notário apostólico; um clérigo, mestre-escola; dois clérigos, moços do coro. Identificámos, também, um cónego capelão del rei e cónegos desembargadores do Senhor Arcebispo e da Relação Eclesiástica.

Os capelães, bastante apontados nos assentos de óbito, eram capelães da igreja da Sé, da Misericórdia, de Santo António, mas também, capelães “*del rei*”, capelães “*da capela del rei D. Afonso IV*”, capelães “*do Arcebispo*” e “*da capela Real*”. Um, era capelão da Inquisição, falecido em 1591, e outro, era capelão da senhora Marquesa de Gouveia, falecido em 1662.

Os quaternários, frequentes nos assentos de óbito da paróquia, eram quaternários na Sé de Lisboa. Um, era reitor do seminário de Santa Catarina, e faleceu em 1708.

Mas, no topo da hierarquia eclesiástica posicionavam-se os arcebispos e os bispos, alguns com óbito registado na paróquia da Sé.

Entre os bispos falecidos na paróquia, estava um bispo de Portalegre, um de Lamego, dois do Porto, um do Funchal, um bispo capelão-mor, um bispo deão da capela del rei, um bispo colector de Sua Santidade, e um governador deste Reino e Bispo de Coimbra, falecido em 1623.

No quadro 75, estão os nomes dos Arcebispos de Lisboa, com óbito registado na freguesia da Sé, entre 1585 e 1710, os locais onde foram sepultados e os testamenteiros indicados nos assentos de óbito.

Quadro 75
Arcebispos de Lisboa com óbito na paróquia da Sé
(pelos registos de óbito)
(1585-1710)

Nome	Data óbito	Local de sepultura	Testamenteiros
Dom Jorge de Almeida	20-05-1585	Sé	Seus dois irmãos
Dom Miguel de Castro	01-07-1625	Sé	Dom Diogo de Castro Dom Miguel de Castro Dom Lourenço de Castro
Dom Afonso Furtado de Mendonça	03-06-1630	Sé na capela mor	Os Senhores seus sobrinhos
Dom João Manuel	04-06-1633	Cardaes, Mosteiro de Jesus na sua capela	-
Dom Rodrigo da Cunha	03-01-1643	Santa Sé	Visconde de Ponte de Lima e um bispo
Dom António de Mendonça	13-02-1675	Por depósito na capela mor da Sé	Conde Nuno de Mendonça seu sobrinho
Dom Luís de Sousa	03-01-1702	Sé capela N ^a Sr ^a da Piedade da terra solta	Conde de Vila Verde
Dom João de Sousa	29-09-1710	Claustro da Sé covas do Falcão	-

Fonte: Registos paroquiais

Pelo registo de óbito do Arcebispo Dom Jorge de Almeida, sabemos que faleceu a 20 de Maio de 1585 e está sepultado na Sé de Lisboa. Era da ilustre família dos Almeidas, e, além de arcebispo, foi Inquisidor Geral destes Reinos e comendatário perpétuo do Mosteiro de Alcobaça (Costa, 1869).

O Arcebispo de Lisboa, Dom Miguel de Castro era também de nobilíssimo sangue, da ilustríssima família dos Castros. Foi governador, e depois, Vice-rei deste Reino (Costa, 1869). Pelo registo de óbito da paróquia da Sé, faleceu no dia 1 de Julho de 1625 e foi sepultado na dita igreja.

A ele, seguiu-se, como Arcebispo de Lisboa, Dom Afonso Furtado de Mendonça, da nobilíssima família dos Mendonças. Foi Bispo da Guarda e de Coimbra, e Arcebispo de Braga (Costa, 1869). Faleceu no dia 3 de Junho de 1630 e foi sepultado na capela mor da Sé.

Em 1633, Dom João Manuel foi eleito Arcebispo de Lisboa. Era vice-rei de Portugal e, no seu assento de óbito, datado de 4 de Junho de 1633, diz que: “*o Reverendo Cabido o não acompanhou porque foi a Capella Real por ele ser Vice Rei a este tempo*”.

Entre 1636 e 1643, o Arcebispo de Lisboa foi Dom Rodrigo da Cunha. Fora também governador do Reino, conselheiro de Estado, inquisidor³⁰, bispo do Porto e Arcebispo de Braga (Costa, 1869). Faleceu a 3 de Janeiro de 1643, como consta no seu assento de óbito, assinado pelo cura da Sé, Francisco de Sousa. No mesmo dia do seu falecimento, depois de estar amortalhado, o Reverendo Cabido foi a casa do defunto e lhe disse um responso cantado e uma oração. No dia seguinte, foram buscá-lo para ser sepultado na igreja da Sé. No dia 31 de Julho de 1702, o seu corpo foi transladado da Capela Maior da dita Santa Sé, para uma sepultura defronte da porta travessa do ferro, como consta no livro de óbitos da paróquia da Sé, do ano 1702.

³⁰ Cf. CASTILHO, Júlio de (1936) *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa, pp.127-129.

Na capela mor da Sé, foi sepultado Dom António de Mendonça, falecido a 13 de Fevereiro de 1675. Além de arcebispo, fora comissário da Bula da Santa Cruzada e presidente da Mesa da Consciência (Costa, 1869).

Na capela de Nossa Senhora da Piedade da terra solta, na Igreja da Sé, foi sepultado o Arcebispo de Lisboa e Cardeal Luís de Sousa, falecido a 3 de Janeiro de 1702. Dom Luís de Sousa fora, também, capelão-mor del rei D. Pedro II (Costa, 1869).

A 29 de Setembro de 1710, falecia o “*ilustríssimo*” Senhor Arcebispo Dom João de Sousa, como fora designado pelo pároco, no registo de óbito. Foi sepultado no claustro da Sé, nas covas do Falcão, “*por assim ser disposição sua*”.

Pelos registos de óbito, vimos ainda que, à semelhança dos Arcebispos, também os seus testamenteiros eram pessoas nobres, com títulos de “Dom”, e titulares: um visconde e dois condes.

Mas, além dos arcebispos e de outros membros do clero secular, identificámos ainda elementos do clero regular: alguns frades e duas freiras. Um dos frades era licenciado, outro era monge no Mosteiro de Alcobaça, um outro era herege. A queima desse frade herege, foi no dia 3 de Agosto de 1603. Outros, exerciam funções de padres, capelães, curas, confessores e outras. Como exemplos, temos o frade Basílio do Rego, capelão da igreja da Sé, falecido em 1597; o frade Francisco da Costa, cura da igreja do Loreto e capelão da igreja da Sé, falecido a 27 de Setembro de 1591, e o frade Francisco da Fonseca, capelão das capelas del rei D. Afonso, falecido em 1594, no Hospital del Rei.

Alguns dos frades com óbito registado na paróquia pertenciam à Ordem Terceira, Ordem de Cristo, Ordem de S. Bento de Avis, Ordem de S. Jerónimo e Ordem de S. Tiago. Do total de frades identificados ao óbito, sabemos que, um era frade de S. Francisco, outro de S. Vicente e outro de Santo Elói.

As freiras com óbito registado na paróquia da Sé foram Antónia e Isabel de Sousa. A primeira, era da freguesia de Santos de Lisboa e faleceu nas casas que foram de Afonso de Albuquerque, mas que à altura da sua morte, a 15 de Março de 1612, eram de Dom Jerónimo Manuel, seu cunhado. Fez testamento, ficando por testamenteiros esse seu cunhado e sua irmã dona Maria. Foi sepultada em Nossa Senhora da Graça, em Lisboa. A segunda, faleceu na freguesia da Sé, a 23 de Dezembro de 1574. Sabe-se apenas que não fez testamento e foi sepultada na Misericórdia.

Quanto aos locais de residência dos eclesiásticos ao óbito, esporadicamente referidos nos registos da paróquia, pouco nos foi dado a conhecer. Ao longo do nosso período de observação (1563-1755), várias locais da freguesia da Sé foram apontados como residência de eclesiásticos, como o Beco das Merceeiras, detrás de Santo António, à Porta do Ferro, à Porta do Mar, rua das Canastras, detrás da Sé, às cruces da Sé, e outros. Mas, sendo escasso, o número de casos conhecidos, não nos permitiram observar se havia uma concentração de eclesiásticos em determinadas ruas ou locais da freguesia, como, por exemplo, na Rua dos Cónegos, rua que, nesse período, fora apontada como local de residência de dois capelães, um chantre, três cónegos, um confessor, um deão e quatro padres. Noutras ruas, como, por exemplo, na Rua Afonso de Albuquerque, sabemos que, nesse período, residiram dois padres, um capelão e um quaternário; na Rua do Barão, dois capelães, um cónego, um confessor, dois padres, um prior e um quaternário; defronte da Sé, dois sacerdotes, um arcepreste, um chantre e um padre. Trata-se de valores muito reduzidos para que deles se possa tirar conclusões.

No que se refere aos locais de residência dos Arcebispos, pelos assentos de óbito, sabemos apenas que o Arcebispo Dom Jorge de Almeida falecera “*nas suas casas*” e o Arcebispo Dom João de Sousa falecera na freguesia da Sé, “*nas Suas Casas Pontificais*”.

Mas, apesar de pouco sabermos sobre os locais de residência dos eclesiásticos na freguesia da Sé, os registos paroquiais de óbito apontam para a presença notória do clero na freguesia, presença que decorre da importância das funções religiosas aí desempenhadas. Reflectem, também, a presença de uma diversidade de pessoas diferentemente posicionadas na hierarquia religiosa e social: fidalgos eclesiásticos, bispos, arcebispos, entre outros.

1.5. Pobres e detentores de bens na freguesia da Sé

Mas, em Lisboa existiam algumas estruturas de apoio aos pobres e doentes, entre elas, as irmandades que todos os anos contribuía com grandes quantias de dinheiro para ajudar os pobres. De acordo com Damião de Góis, *na Lisboa de Quinhentos* havia cento e trinta e uma irmandades (Gois, 1937).

Na cidade de Lisboa e na freguesia da Sé havia também homens, mulheres e crianças pobres. Aqueles que devido a guerras, pestes, doenças, fome e outros factores, tinham caído em situações de pobreza (Tavares, 1989). Uns pediam pelas portas, outros pela cidade e igrejas.

Em meados do século XVI, segundo João Brandão, pelo rol das licenças, havia em Lisboa quatrocentos pobres e quatrocentos e quarenta que pediam pelas portas. Mas, a pedir sem licença, poderiam andar ainda outros tantos. Além destes, andavam também muitas caixas de confrarias e invocações de santos a pedir pela cidade de Lisboa e pelas igrejas. Mas, pela cidade andavam ainda “(...) *muitos homes que foram habastados, com suas capas e capuzes, a pedir (...) E da mesma calidade ãdã molheres pedindo (...) E alem*

destes hos Meninos Horfãos, que sempre amdã pela çidade pedindo, (...) housarei dizer que sam mais de dous (mil) pobres pedintes” (Brandão, 1552, pp.80-82)

Relativamente à freguesia da Sé, Teresa Rodrigues (1990) ao referir-se à cidade de Lisboa no século XVII, diz que nesta freguesia abundavam os pobres, talvez por aí se darem esmolas a horas fixas na casa do Arcebispo e noutras instituições religiosas e assistenciais.

Essas esmolas vêm referenciadas no registo de óbito de Domingos, falecido a 22 de Maio de 1633. De acordo com esse registo, nesse dia, Domingos faleceu no pátio do Senhor Arcebispo Dom João Manuel. Dando-se esmola aos pobres, caiu o painel da escada que vai para o pátio de baixo, e matou vinte e nove pessoas entre homens e mulheres e duas meninas, de oito anos cada uma. Estão enterrados na crasta da Sé. Foram feridos ao hospital, doze, mas logo morreram alguns.

Para dar assistência aos pobres, havia ainda na freguesia da Sé, na Igreja da Misericórdia, a Confraria de Santo Aleixo, com sede na Igreja da Sé, onde um cura, designado por cura de Santo Aleixo, servia os pobres. Aos domingos e dias santos celebrava missas para eles. Tinha ainda o dever de os confessar, administrar-lhes os sacramentos, fazer rol deles, saber os que faltavam à missa e não cumpriam os deveres religiosos. Os faltosos e não cumpridores destas obrigações religiosas, deveriam ser, por ele, acusados aos curas das freguesias onde eram residentes, para os declararem por excomungados. Em 1608, o padre cura de Santo Aleixo foi nomeado pároco de todos os pobres que pediam esmola pelas portas. Estavam, contudo, proibidos de pedir esmola dentro da igreja da Sé enquanto decorriam as missas, para não perturbarem, o que por vezes acontecia (Pereira, 1990).

Um dos curas dos pobres, de nome Simão, faleceu na freguesia da Sé, a 31 de Agosto de 1590. Não fez testamento e foi sepultado junto a Santo Aleixo, nos claustros da Igreja da Sé.

Mas, além da presença do cura dos pobres na freguesia da Sé e das esmolas que eram dadas no pátio do Senhor Arcebispo, os assentos paroquiais revelam ainda a existência de casos de pobreza na freguesia, particularmente nos assentos de óbito, devido à justificação, por vezes, dada pelos párocos, pelo facto de não ter sido feito testamento. A existência de diferentes tipos e graus de pobreza é visível através de algumas expressões utilizadas pelos párocos: pobre; muito pobre; pobre doente; pobre mendicante; pobre que pedia esmolas; velho/a e pobre; pobre viúvo/a; pobre miserável; pobre cego/a; pobre entrevado/a; pobre que andava pedindo com uma caixinha; pobre que andava pedindo pelas portas, pelo amor de Deus; aleijado que pede à porta de Santo António.

Alguns pobres tinham vindo de fora, como pudemos observar em registos da paróquia: gente pobre miserável que veio da Beira; pobres que vieram de fora para esta cidade; pobre viandante; pobre moço da Beira que o Senhor Arcebispo mandou agasalhar.

Outros ainda, mas em número muito reduzido, eram vagabundos e mendicantes. Os apontados pelo pároco como "*vagabundos*", foram apenas doze. Sabe-se que, em 1684, realizaram-se na Igreja da Sé, dois casamentos, em que ambos os nubentes eram vagabundos. Segundo o pároco, um destes casamentos fora realizado em virtude de um despacho do Reverendo doutor Lourenço Pires de Carvalho, visitador das igrejas da cidade de Lisboa. Os outros vagabundos, constam no livro de registos de casamentos de 1686, ano em que se realizaram na paróquia três matrimónios entre nubentes "*vagabundos*". Um desses matrimónios foi contraído entre António Gomes e Maria da Silva, e o pároco registou: "*vagabundos sem domicílio*". Nesse ano de 1686, um outro casal, que o pároco

referiu tratar-se de vagabundos, levou duas crianças gémeas a baptizar à Igreja da Sé de Lisboa.

Quanto aos referenciados como mendicantes, identificámos os dois nubentes de um matrimónio realizado em 1715, um óbito de uma mulher falecida em 1650 e um homem que, a 23 de Novembro de 1722, se achou morto no Adro da Igreja da Sé, e que o pároco registou, “*não se soube o nome e somente se conhecia que era mendicante*”, e por caridade fora sepultado na Sé.

Os apontados nos livros de registos paroquiais como vagabundos e mendicantes foram, de facto, muito poucos. Sabe-se que na época Moderna, a ociosidade era severamente penalizada pelas autoridades e eram necessárias licenças para mendigar. Mas, Lisboa, era o grande centro urbano onde, de toda a parte, chegavam pessoas em busca de melhores condições de vida, cuidados de saúde e assistência social, particularmente em períodos de conjunturas de crise, em que a fome as levava a deixar as suas terras, e os casos de pobreza tenderiam certamente a aumentar (Abreu, 2007).

Para observarmos a presença de pobres entre a população da freguesia da Sé de Lisboa, tentámos uma aproximação a esta realidade social, através da observação dos registos de óbito, por serem os que mais vezes apontavam casos de pobreza.

Para isso, calculámos a percentagem de falecidos com indicação de pobre, em relação ao total de falecidos, em dois períodos: 1563-1650 e 1651-1755, como se pode observar no quadro abaixo apresentado.

Quadro 76
Casos de pobreza
(pelos registos de óbito)

Períodos	Total falecidos	Casos de pobreza	
		Obs.	%
1563-1650	4292	53	1,2
1651-1755	5289	118	2,2
1563-1755	9581	171	1,8

Apesar da freguesia da Sé ser um local de distribuição de esmolas e prestação de assistência aos pobres, pelos registos de óbito dos adultos falecidos na paróquia, os casos de pobreza indicados pelos párocos, apontam para um peso pouco significativo dos pobres no conjunto dos falecidos.

No período de 1563-1650, em quatro mil duzentos e noventa e dois óbitos foram identificados apenas cinquenta e três casos de pobreza. No período de 1651-1755, em cinco mil duzentos e oitenta e nove óbitos, cento e dezoito foram apontados como pobres. Valores que se traduziram em percentagens residuais de 1,2% e 2,2%, respectivamente no primeiro e no segundo período de análise. Admite-se que a indicação de pobreza não tenha sido dada, pelos párocos, de uma forma sistemática, por outro lado, nem todos os pobres eram da freguesia da Sé, muitos, certamente, vieram a esta freguesia, onde eram prestados cuidados caritativos e assistenciais, acabando por se ausentar e falecer fora da freguesia da Sé.

Procurámos saber as naturalidade das pessoas que, nos assentos de óbito, foram declaradas pobres. Mas, a falta de regularidade desta informação permitiu-nos unicamente saber que, no período anterior a 1651, uma pessoa era natural de fora, outra era do Termo de Barcelos e Gracio Side, falecido em 1611, era natural de Castela. No período seguinte, duas eram naturais da freguesia da Sé, cinco eram naturais de outras freguesias da cidade de Lisboa, três eram de fora, nove eram do Arcebispado de Braga, uma era de Porto de Mós, uma de Sesimbra, uma da Ilha Terceira, uma do Arcebispado de Évora, uma do

Brasil, duas de Abrantes e Cláudio Concordone era natural de França, faleceu na freguesia da Sé, em 1676, e foi sepultado na sepultura dos pobres.

Alguns dos falecidos na freguesia com indicação de pobres, tinham residência ao óbito na freguesia da Sé. Locais como Rua das Canastras e Beco da Rua das Canastras, Portas do Mar, Beco do Abreu, Beco do Leão, Beco do Mel, à Parreirinha, Rua do Barão, Beco da Grinalda, Beco do Seixo, Rua Direita de S. Jorge, às Cruzes da Sé, Rua dos Cónegos e outras, foram indicadas como local de residência de algumas dessas pessoas. Contudo, a falta de informação sistemática e os poucos casos apontados, não nos permitem tirar conclusões.

Mas, além da indicação de pobre, outros indicadores de diferenciação social podem ser obtidos através dos registos de óbito, nomeadamente o local de sepultura, o facto de muitos poderem escolher o sítio ou capela para serem sepultados, enquanto outros eram sepultados “*por misericórdia*”, o cerimonial que envolvia a celebração fúnebre, a realização de testamentos, e outros, eram também indicadores de diferenciação social.

Uns faziam testamento, outros não tinham nada para deixar. Foi o caso de Inês de São José que faleceu em 1693, não fez testamento porque, escreveu o pároco, “*não tem de quê*”. Outros, eram levados para o Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa, mandados enterrar pela Ordem Terceira, “*por serem pobres*”. Outros ainda, como Domingos Rodrigues e Luzia Inácia, não tendo dinheiro para pagar a sepultura, eram sepultados “*por misericórdia*”, no Cemitério de Santa Ana. A outros, era-lhes dada sepultura na Igreja da Sé: “na terra solta”; na sepultura dos pobres; nas covas da nave da sacristia, “*como pobres*”; nas covas do cónego João Falcão, nos claustros da Sé, “*como pobres desamparados*”. Enquanto outros, eram sepultados nas suas capelas ou locais da sua preferência. Exemplos como o de dona Antónia de Castelo Branco, sepultada na sua capela em S. Martinho, em 1610, e Diogo das Póvoas, provedor da alfândega, sepultado na

sua capela no Mosteiro do Carmo, em 1625, podem-se observar nos registos de óbito da paróquia da Sé. Estas capelas faziam parte de bens que eram doados a um pároco, a um mosteiro ou a uma igreja, para obras pias a favor da alma do doador, mas ficando este com o usufruto para que não fosse ofendido o direito da linhagem (Serrão, 1985).

Mas, além do local de sepultura, também a cerimónia fúnebre era indicadora de diferenciação social. Por exemplo, Pero Lourenço de Távora, fidalgo, cónego na Sé, capelão del rei, além de ser sepultado na sua capela dentro da Sé, onde se diziam duas missas cada dia, foi enterrado com toda a capela del rei e a Irmandade dos Clérigos de que ele era irmão, e com o Reverendo Cabido que vinha da mão direita e a capela del rei da mão esquerda. Acompanhou-o muita fidalguia e o bispo Dom António Matos da inquisição, bispo de Elvas, e Dom Francisco de Lima, inquisidor da Mesa da Consciência e presidente que foi da Câmara. Um outro tipo de acompanhamento, mas que também reflecte uma diferenciação social, foi o que teve Ana Maria da Silva, viúva, residente à Porta do Ferro, falecida em 1722, e sepultada no claustro da Sé, no jazigo da Irmandade do Senhor Jesus da Boa Sentença, amortalhada com o Hábito de S. Francisco, num caixão, no qual pegaram seis pobres até à sepultura. Nesse acompanhamento vinham cinquenta pobres com duas velas acesas, aos quais deram a esmola que a dita defunta ordenou em testamento. Fez testamento, tendo deixado por testamenteiros os Irmãos da Irmandade da Boa Morte de S. Roque. No que se refere aos testamentos, pelos registos de óbito dos falecidos na paróquia, procurámos observar a percentagem de testamentos declarados ao óbito, em relação ao total de falecidos, em 1563-1650 e 1651-1755.

Quadro 77
Testamentos declarados ao óbito
(em relação ao total de falecidos)

Total de óbitos	Total de testamentos	
	Obs.	%
	1563-1650	
4292	1084	25,3
1651-1755		
5289	858	16,2
1563-1755		
9581	1942	20,3

De acordo com o quadro 77, vimos que, num total de quatro mil duzentos e noventa e dois adultos falecidos entre 1563 e 1650, registaram-se mil e oitenta e quatro testamentos, o que representa uma percentagem de 25,3%. No período de 1651-1755, em cinco mil duzentos e oitenta e nove adultos falecidos, foram registados oitocentos e cinquenta e oito testamentos, valor que representa uma percentagem de 16,2%. Se considerarmos o período global de observação, 1563-1755, a percentagem situou-se nos 20,3%.

A percentagem dos que tinham bens para testar foi elevada, nomeadamente no período anterior a 1651, o que parece apontar para a presença de gente com posses, na freguesia da Sé de Lisboa.

No quadro 78, procurámos observar, em relação ao total de testamentos declarados, se tinham sido os homens ou as mulheres que mais testamentos tinham feito.

Quadro 78
Testamentos declarados ao óbito
(observação por sexos)

Total testamentos	1563-1650			
	Homens		Mulheres	
	Obs.	%	Obs.	%
1084	610	56,3	474	43,7
1651-1755				
858	522	60,8	336	39,2
1563-1755				
1942	1132	58,3	810	41,7

A observação por sexos, mostra que, em ambos os períodos, foram os homens que mais testamentos fizeram: 56,3% e 60,8%, do total de testamentos, respectivamente, em 1563-1650 e 1651-1755, eram de homens.

No que se refere aos testamenteiros, quando os falecidos eram pessoas casadas, foi frequente deixarem os seus bens à mulher ou ao marido, mas também aos filhos. No entanto, outras pessoas apareciam como testamenteiras: genros, sobrinhos, mãe, pai, entre outros. Por vezes, era dada apenas a indicação do nome dos testamenteiros, sem ser indicado se se tratava ou não de familiares. No caso das pessoas solteiras, foi frequente testarem os seus bens a irmãos, sobrinhos, cunhados, e outros. Os viúvos fizeram-no frequentemente a filhos, sobrinhos, irmãos, entre outros.

Mas, os eclesiásticos, as Irmandades, a Misericórdia, e mesmo a própria alma, apareceram como testamenteiros de algumas pessoas. A título ilustrativo, apresentamos alguns desses casos como, Antónia de Almeida, solteira, residente no Recolhimento da Misericórdia, falecida em 1683, sepultada em S. Francisco de Xabregas, fez testamento e deixou por testamenteiro o “*padre*” João da Costa, tesoureiro da Misericórdia; Maria Madalena Mendonça, viúva, residente no Beco da Grinalda, na freguesia da Sé, falecida em 1727 e sepultada nas covas do claustro, defronte da capela do Senhor Jesus da Boa Sentença, amortalhada no Hábito de Nossa Senhora do Carmo, “*instituiu a sua alma por herdeira e por testamenteira a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé*”; Francisco da Cunha, taverneiro, casado e residente na freguesia da Sé, na rua do Almargem, junto das Portas do Mar, faleceu em 1730, foi sepultado no Convento de S. Francisco e “*instituiu totalmente a sua alma por herdeira*”; Gaspar Ferraz, solteiro, falecido em 1632 deixou a sua fazenda à “*Mesa do Santíssimo Sacramento da Sé*”; o Senhor Dom António de Castelo

Branco, faleceu em 1598 e deixou por testamenteira a *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*”.

Casos como estes, de pessoas que tinham bens para deixar em testamento, repetem-se nos registos de óbito da paróquia da Sé.

Se compararmos o volume de pessoas para as quais, ao óbito, fora apontado testamento, com aquelas que o pároco registou como pobres, podemos ver, pela observação do quadro 79, que as pessoas com testamento foram em número muito superior.

Quadro 79
Pobres e testadores
(pelos registos de óbito)

Total de óbitos	1563-1650			
	Pobres		Testamentos	
	Obs.	%	Obs.	%
4292	53	1,2	1084	25,3
1651-1755				
5289	118	2,2	858	16,2
1563-1755				
9581	171	1,8	1942	20,3

Em ambos os períodos, as percentagens (1,2% e 2,2%) dos referenciados como pobres, foram visivelmente inferiores às percentagem (25,3% e 16,2%) daqueles que tendo bens, os legaram através dos testamentos. Contudo, além destes, que ao óbito eram dados como pobres, há ainda outros que, embora não tendo a indicação de pobres, não tinham nada para deixar e que não foram incluídos nesta observação. Por outro lado, os párocos nem sempre registavam se os falecidos tinham ou não feito testamento, nem as razões da não realização de testamento.

No entanto, a elevada percentagem de testamentos declarados ao óbito parece indiciar uma presença significativa de pessoas com posses na freguesia da Sé de Lisboa. Os homens parece terem sido os que mais testamentos fizeram. Por outro lado, o peso dos falecidos com indicação de “pobre” foi pouco significativo em relação ao total de falecidos.

1.7. A presença de população escrava na freguesia da Sé

Além das pessoas “livres”, os assentos de batismos, casamentos e óbitos da paróquia da Sé noticiam a presença de escravos na freguesia. Tratava-se daqueles a quem sendo negado todo o tipo de direitos, entravam na cidade de Lisboa e iam para um local chamado Sete Casas, onde eram despachadas outras mercadorias como vinho, azeite, carne e tantas outras, e todas elas pagavam portagens (Nicolau de Oliveira, 1991). Estes, tal como as outras mercadorias, eram propriedade dos seus donos ou Senhores.

Nos séculos XVI e XVII, os escravos parecem ter tido uma forte presença na cidade de Lisboa. De acordo com o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1938), em 1551, dos cem mil habitantes que havia nesta cidade, nove mil novecentos e cinquenta eram escravos, o que representa uma percentagem de aproximadamente 10% da população lisboeta.

Para esse período, João Brandão ao referir-se aos escravos escrevia: “*Quero falar em escravos, que hé cousa que mete medo aos homes, que sobiraõ tanto em quãtidade, de quatro annos a esta parte (...)*” (Brandão, 1552, p.44).

Também o peregrino Bartolomé Villalba (2002) na sua passagem por Lisboa, refere a existência de um infinito número de negros nesta cidade, perto dos finais do século XVI.

Na freguesia da Sé de Lisboa, a presença de mulheres, crianças e homens escravos manifesta-se nos registos vitais da paróquia. Nela foram baptizadas crianças escravas já nascidas na freguesia da Sé, mas também escravas e escravos adultos, alguns registados como “*filhos de pais gentios*”. Na freguesia, foram igualmente celebrados matrimónios entre escravos, e alguns entre escravos e pessoas “livres”. Foi o caso de Sebastião Fernandes, escravo preto cativo de Incenso Soeiro que, em 1572, casou na Igreja da Sé de Lisboa, com Catarina Fernandes, mulher branca. Na Freguesia da Sé, faleceram também escravos, escravas e “*escravinhos*”, designação por vezes dada, quando se tratava de uma criança escrava.

Mas, os assentos paroquiais revelam-nos ainda que, na freguesia da Sé, alguns escravos tinham já obtido dos seus donos a carta de alforria, passando à condição de gente livre. Eram habitualmente designados por “*forros*”. Alguns, apareciam referenciados aos seus antigos donos, como Maria de Meneses, forra de Dom António de Meneses Castelo Branco, que, em 1598, celebrou matrimónio na Igreja da Sé de Lisboa. Designações como “*preto forro*” ou “*preto livre*” apareceram também nos registos da paróquia.

Houve casos em que os apontados como “*escravos*”, apareceram posteriormente referenciados como “*forros*”. Foi o caso de Josefa Maria que, antes de 1751, fora designada por “*preta cativa*”, em registos de baptismos de filhos, e que, a partir desse ano, era já designada por “*preta forra*”. Entre os registos dos baptizados em Outubro de 1711, constava também um registo de baptismo de um menino, a quem puseram o nome de Cipriano, e que o pároco explicava tratar-se de uma criança livre, e não escrava, “*por nascer a tempo que a sua mãe o era por carta de liberdade*”. Esta carta que a tornara livre, fora dada por Luís João, Senhor de quem era escrava.

Foi desta forma que os registos paroquiais deram conta da presença de gente escrava e gente forra, na freguesia da Sé de Lisboa. Mas, nesta observação, iremo-nos apenas

debruçar sobre a população escrava, aqueles que ainda não tinham obtido dos seus Senhores a carta de liberdade. Homens e mulheres que nos registos paroquiais eram habitualmente designados pelo nome próprio, por vezes, acrescido do apelido dos seus Senhores. Ao nome, seguia-se a condição, apontada como “*escravo*”, “*escravo de...*” “*escravo cativo de...*” e, por vezes, “*escravo preto*”, “*cativo*”, “*cativo de...*”, “*escravo índio de...*”, “*índio cativo de...*” ou “*escravo índio*”.

Tentámos uma aproximação ao estudo da população escrava, começando por analisar os registos de casamento em que um ou os dois nubentes eram escravos, passando depois à análise dos registos de óbito de escravos e escravas falecidos na paróquia, em períodos correspondentes à segunda metade do século XVI, ao século XVII e à primeira metade do século XVIII.

No quadro 80, calculámos a percentagem de casamentos envolvendo escravos, em relação ao total de casamentos realizados, em cada um desses períodos, e constatámos que as percentagens de matrimónios envolvendo população escrava, foram diminuindo à medida que se avançou para o século XVIII.

Quadro 80
Casamentos de escravos
(em relação ao total de casamentos)

Períodos	Total de casamentos	Casamentos de escravos/as	
		Obs.	%
1563-1600	1349	79	5,9
1601-1700	4884	180	3,7
1701-1755	2251	64	2,8
1563-1755	8484	323	3,8

Relativamente aos falecidos, apresentamos o quadro 81, onde consta o volume de óbitos de escravos falecidos na paróquia e o respectivo valor percentual, em cada um desses períodos.

Quadro 81
Óbitos de escravos
(em relação ao total de falecidos)

Períodos	Total de óbitos	Óbitos de escravos/as	
		Obs.	%
1563-1600	1812	80	4,4
1601-1700	4917	40	0,8
1701-1755	2852	88	3,1
1563-1755	9581	208	2,2

Ao compararmos os três períodos de análise, é visível uma diminuição na percentagem de população escrava entre os falecidos na freguesia da Sé, comparativamente com o período de 1563-1600. Durante o século XVII, os falecidos registados como escravos foram em número muito reduzido. Não sabemos se este baixo número de óbitos de população escrava se deve a uma eventual falta de indicação por parte dos párocos que se tratava de óbitos de escravos e escravas, ou se de facto poucos escravos faleceram na paróquia, durante esse período, podendo reflectir uma forte mobilidade da população escrava; ou será que, muitas dessas pessoas, tendo sido cativas, foram posteriormente libertas e, na altura da morte, não tendo já a condição de escravas, não foram por isso registadas como tal, ou foram registadas apenas com indicação de “*pardo*” ou “*mulato*”, como Luísa Correia “*mulata*” de casa de um cônego da Sé, falecida em 1601, ou Antónia “*mulata*” de casa de Duarte Garcia, falecida em 1605, ou António Ferreira “*homem pardo*” que faleceu na freguesia da Sé, em 1608. São questões às quais não podemos responder.

Contudo, uma análise geral dos casamentos e óbitos de escravos, parece apontar para um menor peso deste sector da população, na freguesia da Sé de Lisboa, à medida que se caminhava para o século XVIII.

Uma redução do número de escravos do século XVI para o século XVII, e ao longo deste último século, fora igualmente apontada por Jorge Fonseca (2002), ao estudar os escravos no Sul de Portugal, nos séculos XVI e XVII, redução que, segundo o autor, residiria certamente na diminuição do afluxo de cativos africanos às costas portuguesas.

Na freguesia da Sé de Lisboa, a maior percentagem de casamentos e óbitos de população escrava observada no período de 1563-1600, comparativamente com os outros períodos, poderá igualmente apontar para um maior afluxo de escravos neste período e para um processo de integração da população escrava na sociedade branca, que terá ocorrido ao longo do século XVII (Marques, 1995).

Por outro lado, os escravos parece terem-se tornado demasiado caros e apenas gente de posses os poderia ter. Em meados do século XVI, segundo João Brandão (1552), o preço dos escravos era já muito elevado.

Quem seriam, então, os senhores dos escravos, na freguesia da Sé de Lisboa, cidade que concentrava uma população escrava que não se limitava às tarefas domésticas e artesanais. Mesmo as mulheres escravas estavam envolvidas noutra tipo de tarefas. Muitas negras andavam pela cidade com pincéis na mão caiando, outras, designadas “*negras de canastra*”, andavam com canastras limpando a cidade, e outras, chamadas “*negras do pote*”, acartavam água pela cidade (Brandão, 1552). Muitas eram lavadeiras e ensaboadeiras, enquanto outras, todos os dias, apregoavam e vendiam pela cidade uma grande variedade de produtos, designadamente produtos alimentares. Na feira, vendiam todo o tipo de produtos: “*nã escapa cousa que nam vemdam.*” (Brandão, 1552, p.230). Essas mulheres e homens escravos parece terem abundado na cidade de Lisboa.

Após termos observado que os casamentos e óbitos de escravos parece terem diminuído à medida que se avançava para o século XVIII, partindo do pressuposto que

nem todos podiam ter escravos, procurámos ainda saber, quem eram as pessoas que os possuíam, na freguesia da Sé de Lisboa.

1.7. 1. Os proprietários de escravos

Para tentarmos responder a esta questão, procurámos identificar nos dados recolhidos nos assentos paroquiais, a composição social dos donos de escravos, através das actividades ocupacionais a que se dedicavam, dos cargos que detinham, dos títulos que possuíam e das formas de tratamento por “Dom” e “dona”.

Deparámo-nos, contudo, com um baixo número de observações que se deveu ao facto dos párocos, habitualmente, registarem o nome dos senhores dos escravos, mas poucas vezes, acrescentarem essas informações. Por exemplo, pelo registo de óbito de Domingos, falecido em 1729, sabemos apenas que era escravo de António Vaz Coimbra; pelo registo de casamento de João Carvalho, em 1683, sabemos que era escravo de António Carvalho. Pelos nomes dos proprietários de escravos foi possível perceber que alguns tinham mais que um escravo e que alguns escravos e escravas usavam o apelido dos seus senhores.

Recorrendo aos oitenta e um casos de donos de escravos identificados em 1563-1650 e aos cento e cinquenta e cinco identificados em 1651-1755, tentámos observar quem eram os proprietários das mulheres e homens escravos que na freguesia da Sé casaram, faleceram ou baptizaram filhos.

Começámos por elaborar o quadro 82, onde constam os proprietários de escravos, o seu valor numérico e o cálculo percentual em relação ao total de proprietários identificados em cada período, independentemente de se tratar de escravos ou escravas, de modo a observarmos onde recai o maior número de observações.

Quadro 82
Proprietários de escravos
(pelos registos paroquiais)
(sexos reunidos)

Proprietários	1563-1650		1651-1755	
	escravos/as		Escravos/as	
	Obs.	%	Obs.	%
Alfaiate	1	1,2	-	-
Alferes	-	-	2	1,3
Arcebispo	4	5	2	1,3
Arceidiago	2	2,5	-	-
Arcipreste	3	3,7	-	-
Barbeiro	-	-	1	0,6
Bispo	1	1,2	-	-
Bombardeiro	2	2,5	-	-
Capitão	-	-	26	16,8
Capitão-mor	-	-	1	0,6
Cerieiro	1	1,2	1	0,6
Cirurgião del rei	-	-	1	0,6
Chantre	3	3,7	1	0,6
Conde	1	1,2	4	2,6
Condessa	2	2,5	-	-
Cónego	8	9,9	10	6,5
Contratador	-	-	1	0,6
Corregedor do crime	1	1,2	-	-
Correio-mor	1	1,2	1	0,6
Da guarda	1	1,2	-	-
Daião	1	1,2	-	-
Del Rei	-	-	4	2,6
Desembargador	-	-	6	3,9
Dom	5	6,2	8	5,2
Dona	7	8,7	19	12,3
Doutor	6	7,4	28	18,1
Duque	1	1,2	-	-
Escrivão	2	2,5	-	-
Frei	-	-	2	1,3
Licenciado	11	13,6	8	5,2
Manteigueira	-	-	2	1,3
Marquês	-	-	2	1,3
Mercador	1	1,2	2	1,3
Padre	4	5	14	9
Procurador	2	2,5	-	-
Provedor	3	3,7	-	-
Quatarnário	-	-	1	0,6
Reverendo	-	-	6	3,9
Sargento-mor	-	-	2	1,3
Tabelião	1	1,2	-	-
Taverneiro	2	2,5	-	-

Tesoureiro	1	1,2	-	-
Tesoureiro-mor	2	2,5	-	-
Vendedeira	1	1,2	-	-
Total	81	100	155	100

Da observação do reduzido número de casos encontrados, surgem os eclesiásticos como os mais referenciados pelos párocos, como possuidores de escravos, com percentagens de 32,2% e 23,2%, respectivamente, no primeiro e no segundo período de observação. Destacam-se os cónegos e os padres e, entre 1563-1650, também os arcebispos, seguindo-se os arcediagos, arciprestes e chantres. Depois dos membros do clero, surge o grupo dos licenciados e doutores, entre os mais apontados como donos de escravos, com percentagens de 21% e 23,3%, respectivamente, no primeiro e no segundo período de análise.

Entre os nobres, aparece a aristocracia titulada com “Dom” e as mulheres tratadas por “dona”, mas também condes, e, no primeiro período, duas condessas e um duque, e dois marqueses, no período de 1651-1755. Encontrámos ainda quatro escravos de Sua Majestade: um turco de nação, baptizado na Igreja da Sé, em 1685; outro, residente na corte real, que casou na Igreja da Sé, em 1698, e dois que casaram na dita Igreja, respectivamente, em 1702 e 1703.

Entre os proprietários de escravos, constam, ainda, detentores de cargos públicos, como provedores e procuradores, no primeiro período. No segundo período, destacam-se os desembargadores.

Neste último período, depois dos eclesiásticos e doutores, surgem os capitães, entre os mais referenciados nos registos da paróquia, como possuidores de escravos.

Outros donos de escravos eram pessoas ligadas aos ofícios e ao comércio, embora com um peso numérico ainda mais reduzido.

Numa observação repartida por sexos, procurámos saber, para os mesmos períodos, quem eram as pessoas mais apontadas como donos de escravos e de escravas, para os mesmos períodos.

Quadro 83
Proprietários de escravos/as
(pelos registos paroquiais)

Proprietários	1563-1650				1651-1755			
	Escravos		Escravas		Escravos		Escravas	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Alfaiate	-	-	1	2,6	-	-	-	-
Alferes	-	-	-	-	-	-	2	2,6
Arcebispo	4	9,4	-	-	2	2,5	-	-
Arcediago	1	2,4	1	2,6	-	-	-	-
Arcipreste	2	4,8	1	2,6	-	-	-	-
Barbeiro	-	-	-	-	1	1,3	-	-
Bispo	1	2,4	-	-	-	-	-	-
Bombardeiro	2	4,8	-	-	-	-	-	-
Capitão	-	-	-	-	14	17,6	12	15,8
Capitão-mor	-	-	-	-	1	1,3	-	-
Cerieiro	-	-	1	2,6	-	-	1	1,3
Cirurgião del rei	-	-	-	-	1	1,3	-	-
Chantre	3	7,1	-	-	1	1,3	-	-
Conde	1	2,4	-	-	4	5,1	-	-
Condessa	2	4,8	-	-	-	-	-	-
Cónego	3	7,1	5	12,7	4	5,1	6	7,9
Contratador	-	-	-	-	-	-	1	1,3
Corregedor do crime	1	2,4	-	-	-	-	-	-
Correio-mor	1	2,4	-	-	1	1,3	-	-
Da guarda	-	-	1	2,6	-	-	-	-
Deão	1	2,4	-	-	-	-	-	-
Del Rei	-	-	-	-	4	5,1	-	-
Desembargador	-	-	-	-	4	5,1	2	2,6
Dom	4	9,4	1	2,6	4	5,1	4	5,3
Dona	1	2,4	6	15,4	6	7,5	13	17,1
Doutor	2	4,8	4	10,2	14	17,6	14	18,5
Duque	1	2,4	-	-	-	-	-	-
Escrivão	-	-	2	5,1	-	-	-	-
Frei	-	-	-	-	-	-	2	2,6
Licenciado	5	11,8	6	15,4	4	5,1	4	5,3
Manteigueira	-	-	-	-	1	1,3	1	1,3
Marquês	-	-	-	-	1	1,3	1	1,3
Mercador	1	2,4	-	-	2	2,5	-	-
Padre	2	4,8	2	5,1	6	7,5	8	10,5

Procurador	1	2,4	1	2,6	-	-	-	-
Provedor	-	-	3	7,6	-	-	-	-
Quaternário	-	-	-	-	-	-	1	1,3
Reverendo	-	-	-	-	3	3,8	3	4
Sargento-mor	-	-	-	-	1	1,3	1	1,3
Tabelião	-	-	1	2,6	-	-	-	-
Taverneiro	-	-	2	5,1	-	-	-	-
Tesoureiro	1	2,4	-	-	-	-	-	-
Tesoureiro-mor	2	4,8	-	-	-	-	-	-
Vendedeira	-	-	1	2,6	-	-	-	-
Total	42	100	39	100	79	100	76	100

De acordo com o quadro 83, para o período anterior a 1651, com uma percentagem de 40,4%, destacam-se os senhores eclesiásticos: arcebispos, chantres, cónegos, arciprestes, padres e outros, como proprietários de homens escravos. A estes, segue-se o grupo dos licenciados e doutores, com 16,6%. Entre os nobres, os que tinham direito ao uso de “Dom”, estão também bastante representados nos registos da paróquia. Entre os cargos ocupados por senhores de homens escravos, nesse período, estão: tesoureiro-mor; correio-mor; corregedor do crime; procurador e tesoureiro.

No período posterior a 1650, o grupo dos doutores e licenciados e os eclesiásticos representaram, respectivamente, 22,7% e 20,2% do total dos identificados nos registos da paróquia, como donos de homens escravos. Neste período, destacam-se ainda os capitães, com 17,6%.

Entre os que possuíam mulheres escravas estão: o grupo dos licenciados e doutores, com 25,6%, no primeiro período, e 23,8%, no segundo; os eclesiásticos, com 23% e 26,3%, respectivamente, e as mulheres tratadas por “dona”, com 15,4% e 17,1%, respectivamente, entre os que mais apareceram nos assentos paroquiais. Dos eclesiásticos, salientaram-se os cónegos, seguindo-se os padres, como os mais apontados como proprietários de escravas, no período até à primeira metade do século XVII, invertendo-se as posições, no período seguinte. Na vertente militar, aparecem, neste último período, tal

como no caso dos escravos, os capitães, entre os mais apontados como possuidores de escravos, com uma percentagem de 15,8%.

Da observação do reduzido número de senhores de escravos, identificados nos registos paroquiais da Sé de Lisboa, destacaram-se os eclesiásticos e o grupo dos doutores e licenciados, entre os mais referenciados como proprietários de escravos, entre finais do século XVI e a primeira metade do século XVIII. Os nobres, com título de “Dom” e os detentores de cargos públicos, surgiram com maior frequência no período até 1651. Entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, além dos eclesiásticos, doutores e licenciados, surgiram, na vertente militar, os capitães, entre os mais referenciados como possuidores de homens e mulheres escravos. Como exemplo temos João de Sousa Navais, capitão, que, em 1743, mandara baptizar João, seu escravo preto, adulto que teria catorze anos de idade. Neste período posterior a 1650, destacam-se ainda entre os donos de mulheres escravas, as mulheres tratadas por “dona”, como dona Francisca Xavier, senhora da escrava preta, Isabel Maria, natural do Reino de Angola, que, em 1721, casou na Igreja da Sé de Lisboa.

Parece poder admitir-se que, na freguesia da Sé, os proprietários de escravos eram sobretudo pessoas pertencentes ao clero, doutores e licenciados. O alto clero, a nobreza, incluindo a nobreza titular, estão também aí representados.

1.7. 2. Origem geográfica de escravos adultos baptizados na freguesia da Sé

Para tentarmos conhecer a origem geográfica de população escrava, recorreremos aos registos de baptismos de escravos e escravas, baptizados na freguesia da Sé, já em idade adulta. A opção pelos registos de baptismos de adultos, deve-se ao facto de nos assentos de

casamentos e óbitos as naturalidades dos escravos serem poucas vezes mencionadas. A sua utilização para o estudo da proveniência geográfica levaria a um baixo número de observações.

No que se refere ao baptismo, sabe-se que, não só as crianças escravas, mas também escravos adultos recebiam este sacramento. Os senhores que os adquiriam, não baptizados, tinham que os mandar baptizar, pois ao serem acusados por falta de cumprimento, poderiam perder os seus escravos em favor do acusador (Fonseca, 2002). As próprias constituições do Arcebispado de Lisboa referiam que, os gentios, infiéis, escravos e escravas que já tinham idade e professavam a santa religião cristã, pediam livremente para que lhes fosse administrado o sacramento do baptismo.

Na freguesia da Sé, era obrigação do cura dos pobres, pelo menos aos Domingos, de ensinar a doutrina, aos escravos cativos. Contudo, antes de se admitir que os escravos participassem no santíssimo sacramento da comunhão, o padre deveria examiná-los primeiro, para ver: “*se têm capacidade e se sabem o mais que se requer para receber tão alto Sacramento*” (Pereira, 1990, p.40).

Mas, alguns escravos chegavam a Lisboa já baptizados, como Cipriano de Sequeira, escravo de Luís Sequeira, casou na Igreja da Sé de Lisboa, em 1744, e tinha sido baptizado na Baía. Outros, recebiam o baptismo durante a viagem, como se depreende através da leitura de alguns registos paroquiais: António, escravo de Manuel da Silva, filho de pais gentios, pôs os óleos, em Março de 1716, porque fora baptizado no mar “*em necessidade de uma tormenta*”, vindo embarcado da Baía, para este Reino; António, adulto, escravo preto de João Gomes, pôs os óleos, em Fevereiro de 1722, porque fora baptizado a bordo de um navio, vindo do Brasil, para Lisboa.

Quando havia dúvidas sobre a anterior administração deste sacramento, os párocos administravam-no sob condição. Pedro, adulto, “*escravo índio*” do padre Fernão Luís,

cura da Igreja da Sé de Lisboa, fora baptizado sob condição, em Dezembro de 1616, por haver grande probabilidade de não ter sido baptizado na Índia. Além de Pedro, foram baptizados sob condição, Francisco, em 1597, e Isabel, de vinte anos de idade, filha de pais gentios, a qual era doida e, por não constar que tivesse sido baptizada em Angola, a baptizaram na Igreja da Sé, sob condição, em 1647. Além destes, temos indicação que, mais cinco mulheres escravas e dois homens escravos, tinham sido baptizados na Igreja da Sé, sob condição, entre 1680 e 1755.

Foi com base nestes registos de baptismos de escravas e escravos, vindos de fora, não baptizados, ou que, havendo dúvidas sobre o seu baptismo, o realizaram, sob condição, na paróquia da Sé de Lisboa, entre 1680 e 1755, que tentámos conhecer a origem geográfica de população escrava, na freguesia da Sé.

A escolha do período de observação justifica-se pela regularidade de baptismos observados: em 126 baptismos de escravos e 175 baptismos de escravas, realizados em idade adulta, entre 1563-1755, respectivamente, 112 e 162, foram realizados entre 1680 e 1755. Destes, é conhecida a origem geográfica de 91 escravos e 130 escravas.

Dos 13 baptismos de escravas e 14 baptismos de escravos, identificados antes de 1680, é conhecida, apenas, a origem geográfica de um escravo e de uma escrava, baptizados na Igreja da Sé de Lisboa, respectivamente, em 1616 e 1589, sendo ambos naturais da Índia.

Identificado o período de maior regularidade de baptismos de escravas e escravos adultos, e com um maior número de naturalidades conhecidas, tentámos uma aproximação à origem geográfica de homens e mulheres escravos.

Para isso, elaborámos o quadro 84, onde constam as diferentes origens geográficas, de população escrava, por sexos e sexos reunidos, para o período de 1680-1755.

Quadro 84
Origem geográfica de escravos adultos
(pelos registos de baptismos)
(1680-1755)

Origem Geográfica	Escravos		Escravas		Sexos reunidos	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Angola	2	2,2	4	3,1	6	2,7
Baía	4	4,4	-	-	4	1,8
Brasil	4	4,4	9	6,9	13	5,9
Cabo Verde	13	14,3	11	8,4	24	10,9
Costa da Guiné	1	1,1	-	-	1	0,5
Costa da Mina	13	14,3	53	40,8	66	29,9
Costa de Cacheu	34	37,3	43	33,1	77	34,8
Costa do Saara	-	-	1	0,8	1	0,5
Guiné	6	6,6	2	1,5	8	3,6
Ilha de Bissau	2	2,2	-	-	2	0,9
Ilhas Barbudas	-	-	2	1,5	2	0,9
Índia	3	3,3	1	0,8	4	1,8
Marrocos	1	1,1	-	-	1	0,5
Mazagão	1	1,1	2	1,5	3	1,3
Moçambique	5	5,5	1	0,8	6	2,7
Tuquia	2	2,2	1	0,8	3	1,3
Total	91	100	130	100	221	100

Uma observação reunida por sexos, aponta para Costa de Cacheu (34,8) e Costa da Mina (29,9), mas também Cabo Verde (10,9), como locais de proveniência geográfica mais frequentes de população escrava adulta, com origem geográfica conhecida, entre 1680 e 1755.

Uma observação repartida por sexos, mostra que, nesse período, uma grande percentagem de escravos adultos, baptizados na paróquia da Sé e com proveniência geográfica conhecida, tinha vindo da Costa de Cacheu (37,3%). Muitos vieram também da Costa da Mina (14,3%) e Cabo Verde (14,3%). As escravas, vieram principalmente da Costa da Mina (40,8%) e Costa de Cacheu (33,1%).

Em síntese, a população escrava baptizada na freguesia da Sé já em idade adulta, entre 1680 e 1755, veio sobretudo da Costa de Cacheu, Costa da Mina e Cabo Verde.

CONCLUSÃO

A investigação por nós realizada, resultou de um trabalho complexo e moroso de vários anos de empenhamento que implicou o levantamento exaustivo e sistemático dos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos de um espaço citadino aberto à entrada e saída de pessoas, local onde os movimentos eram intensos por se tratar de uma freguesia da cidade de Lisboa, a Sé, localizada num local central, próximo da Ribeira e do estuário do Tejo, onde, nos séculos XVI e XVII e primeira metade do século XVIII, período por nós abordado, se concentravam e cruzavam naturais e estrangeiros, livres e escravos vindos das mais diversas partes do Reino e do estrangeiro.

Tratou-se de um trabalho que teve como principal objectivo o conhecimento de comportamentos demográficos da população de uma das maiores freguesias de Lisboa. Contudo, através do aproveitamento de dados qualitativos recolhidos nos registos paroquiais, tentámos ainda uma aproximação à realidade social da paróquia, nesse período.

No nosso trabalho, começámos por recolher informação que nos permitisse conhecer a história da cidade de Lisboa e da freguesia da Sé e, naturalmente, dos principais acontecimentos que tiveram lugar no país ao longo desses séculos, tendo-se muitos deles desenrolado na própria cidade de Lisboa. Procurámos ainda conhecer a freguesia da Sé, integrada nesta cidade, mas com as suas particularidades que a distinguiam dum todo. Tentámos também conhecer as ocupações dos homens e mulheres que em Lisboa desenvolviam as suas actividades e encontrámos informações, nomeadamente para um dos períodos áureos do Reino e da cidade de Lisboa, o século XVI.

Sendo Lisboa uma cidade portuária e, desde há muito, um grande pólo de atracção humano, localizada na convergência das grandes rotas do comércio mundial, tornou-se num importante centro comercial com intensos movimentos ligados aos tráficos internacionais que fizeram dela a única realidade urbana do país e uma grande cidade a nível europeu. Era uma cidade que concentrava o poder económico, político e religioso e também uma multiplicidade de actividades ligadas a cargos da administração pública, ao poder e à igreja, e também local de concentração de pessoas ligadas a actividades mercantis, ofícios mecânicos, trabalhadores sem qualquer tipo de qualificação, criados, militares e muitos outros. A existência de um elevado número de escravos na cidade de Lisboa esteve também patente em algumas das leituras efectuadas.

Relativamente à freguesia da Sé, e para o conhecimento de comportamentos demográficos, isolámos alguns indicadores de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, construídos através de um processo de reconstituição de famílias e de uma posterior reconstituição da paróquia da Sé, no sentido de apreciarmos alguns comportamentos relativos a cada uma dessas variáveis.

A forte mobilidade que caracterizou uma cidade como Lisboa e também a freguesia da Sé e o facto de nesta paróquia os registos de óbito dos menores de sete anos não terem sido registados de uma forma sistemática, foram factores limitativos no estudo destas variáveis.

No que se refere à nupcialidade, pelos registos de casamento observámos a existência de baixas idades médias femininas e masculinas ao primeiro matrimónio. As mulheres casavam, em média, aos 21 anos de idade e casavam com homens mais velhos, enquanto a idade média ao primeiro casamento masculino se situava nos 26 anos de idade.

Pela naturalidade dos nubentes percebemos que a grande percentagem dos casamentos realizados na freguesia envolviam pessoas naturais de fora da paróquia, o que aponta para uma grande abertura desta paróquia ao exterior e uma grande mobilidade geográfica. Uma grande parte dos noivos eram naturais de paróquias vizinhas, o que revela uma intensa mobilidade inter-paroquial. Alguns, embora em número reduzido, eram originários do estrangeiro. Entre eles, salientam-se, nomeadamente espanhóis.

Constatámos ainda que, apesar dos casamentos de pessoas solteiras ser o mais frequente na freguesia, a percentagem de casamentos de viúvos e viúvas foi também elevada. A observação do estado civil combinado dos nubentes, mostrou-nos que os segundos casamentos envolvendo mulheres viúvas e homens solteiros, foram bastante frequentes.

No capítulo da fecundidade, verificámos que as taxas de fecundidade mais elevadas registavam-se nas mulheres dos grupos de idades inferiores aos 30 anos. A idade média ao nascimento do último filho rondou os 40 anos e a descendência teórica aproximou-se dos nove filhos por casal, ou seja, se a união não fosse interrompida pela morte de um dos cônjuges, seria esperada uma média de filhos bastante superior à observada. Ao analisarmos as famílias segundo o número de filhos, observámos que a média era baixa. Contudo, ao introduzirmos a duração do casamento, a média subiu, o que revela uma interferência da interrupção precoce do casamento no número de filhos por casal e aponta para elevados níveis de mortalidade adulta que, em parte, poderão explicar os elevados níveis de infecundidade encontrados.

Quanto aos nascimentos ilegítimos, pelos registos de baptismos observámos, através do cálculo percentual, a existência de poucos casos de ilegitimidade, tanto nas mulheres livres como nas escravas. A percentagem de crianças com pai e mãe desconhecidos foi ainda mais reduzida. O valor encontrado para os ilegítimos, não chegou a atingir os 5% em

relação ao total de nascimentos. A percentagem de filhos ilegítimos de população escrava foi 2,3%, e a percentagem de enjeitados 1,5%.

Pela observação da proveniência geográfica das mães de filhos ilegítimos com naturalidade conhecida, vimos que, estas, vinham principalmente de outras freguesias de Lisboa e do Termo desta cidade. Muitas, vinham também do Norte do país, nomeadamente do Arcebispado de Braga.

No capítulo da mortalidade, impedidos de conhecer os níveis de mortalidade infantil e mortalidade de menores e, assim, procedermos a um estudo aprofundado desta variável demográfica, analisámos a mortalidade excepcional e concluímos que, entre 1597 e 1599, foi um período de grande mortalidade influenciado pela peste. No ano 1599, registou-se a única crise grave na freguesia, identificada com base nos registos de óbito da paróquia, durante o nosso período de observação. Pelos registos de óbito, observámos ainda que muitos morriam na paróquia sendo oriundos do exterior. Aí faleceram pobres e ricos, os que eram sepultados por misericórdia e os que eram levados para a suas capelas.

No que se refere à mobilidade, o cruzamento dos registos referentes aos três tipos de actos permitiu-nos observar uma forte mobilidade que caracterizou a freguesia ao longo de todo o período de observação. Pela observação das naturalidade dos residentes e das famílias estáveis e móveis na freguesia, percebemos que a mobilidade era intensa. Muitos dos que casaram e faleceram na paróquia eram oriundos do exterior. O fenómeno da mobilidade na freguesia da Sé, integrada na cidade de Lisboa, insere-se no fenómeno migratório citadino que atingiu as cidades, nomeadamente os grandes portos marítimos.

Para uma melhor percepção dos resultados obtidos através da análise demográfica, procedemos a uma apresentação através de quadros e, nalguns casos, à respectiva representação gráfica. A apresentação de casos particulares foi também por nós utilizada,

como forma ilustrativa, e para salientar determinadas realidades sociais ocultadas por uma uniformização dos comportamentos.

Mas, além dos aspectos demográficos tentámos através das ocupações, cargos, títulos, formas de tratamento, casos de pobreza, posse de bens, bem como pela presença de escravos na freguesia, identificar uma maior ou menor presença de diversas categorias sociais na freguesia da Sé, de modo a caracterizar sociologicamente a sua população. Embora nos tivéssemos debatido com a escassez de dados que se deveram a um registo não sistemático das profissões por parte dos párocos, não nos permitindo fazer afirmações conclusivas, os dados de que dispomos apontam para uma forte presença na freguesia da Sé de elementos do clero que ocupavam diversas posições na hierarquia religiosa e social, desde padres a cónegos, mas também bispos, arcebispos e outras dignidades eclesiásticas. Temos que ter presente que se tratava da freguesia onde se encontrava a Catedral de Lisboa e, por isso, a principal igreja da cidade.

Além do clero, os registos paróquias revelam também a presença de famílias nobres e da aristocracia de corte na paróquia, identificadas pelo termo fidalgo, conde, cavaleiro, marquês, e também pelas formas de tratamento, designadamente “Dom”, “Dona”, “Senhor”, “Senhora”, “Ilustríssimo”, “Excelentíssimo”.

A presença de letrados na freguesia observou-se através de profissões como juiz, mas principalmente pelas repetidas referências feitas a doutores e licenciados. Mas, na freguesia da Sé passaram e residiram pessoas que ocupavam diversas profissões, como mercadores naturais do Reino e estrangeiros e pessoas ligadas aos ofícios mecânicos, nomeadamente sapateiros, barbeiros, canastreiros, alfaiates e muitos outros.

O maior número de registos que envolviam famílias ou indivíduos com profissões de natureza doméstica, nomeadamente criados e criadas, comparativamente com outras ocupações, justifica-se, com base em bibliografia, pelo facto da Sé ser uma freguesia nobre que necessitava de albergar um grande número de servidores, pois aí residiam, não só, membros do clero, mas também nobres e burgueses ligados a actividades liberais.

No espaço da paróquia, pelas naturalidades, identificámos também estrangeiros que passaram ou residiram na freguesia da Sé, salientam-se os espanhóis, mas havia também alguns vindos de França, Inglaterra, Irlanda, Holanda e de outros países. Outras pessoas residentes na paróquia eram oriundas das mais diversas partes do Reino, nomeadamente do norte do país.

A pobreza que existia na cidade de Lisboa e que nos é relatada em escritos da época foi extensível à freguesia da Sé. Aí identificámos diversos tipos de pobreza, sobretudo através dos registos de óbitos, quando os párocos justificavam o facto do defunto não ter feito testamento porque era pobre, muito pobre, miserável, mendicante ou vagabundo, ou era sepultado por misericórdia. Contudo, a percentagem de pobres não foi muito elevada, quando comparada com o total de óbitos, situando-se nos cerca de 2%, para a totalidade do período, anterior ao terramoto.

A observação do número de pessoas com testamentos declarados ao óbito, revelou uma percentagem à volta dos 20% do total de falecidos, percentagem que parece indiciar a presença de gente com posses na freguesia da Fé.

A presença de escravos foi também notória na freguesia da Sé. Observámos ainda que os escravos baptizados na paróquia já em idade adulta, vieram sobretudo da Costa de Cacheu, Costa da Mina e Cabo Verde. A observação dos senhores de escravos mostrou-nos que, nos casos em que essa informação nos era dada, os eclesiásticos, doutores e licenciados apareceram maioritariamente como seus proprietários.

A cadeia do Aljube situada perto da Igreja da Sé e o Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia trouxe à freguesia muitas pessoas que aí se encontravam presas e donzelas órfãs recolhidas no Recolhimento. Muitos desses presos e raparigas donzelas celebraram casamento na paróquia e outros nela acabaram por falecer.

Após a conclusão deste trabalho temos consciência que, devido às limitações das próprias fontes, elaboradas com fins religiosos, à abrangência do tema e ao facto da Sé ser uma paróquia com constantes movimentos de entradas e saídas de população, este estudo não representa mais do que uma pequena contribuição para o conhecimento de uma população urbana, tendo em conta os escassos trabalhos realizados nesta área, sobretudo para paróquias urbanas. Uma das grandes limitações deste trabalho deveu-se à falta de registo sistemático de mortalidade dos menores de sete anos, que nos impediu o conhecimento de diversos comportamentos demográficos.

Por outro lado, debatemo-nos com outras limitações, entre elas, temporais, que nos levou a privilegiar uma abordagem global em certos casos não conclusiva mas indicativa de certos comportamentos que permitirão avançar para um conhecimento mais aprofundado das diversas realidades sociais e demográficas desta freguesia, através do cruzamento dos dados já obtidos com outras fontes documentais, tais como testamentos, listas fiscais, róis de confessados, livros de usos e costumes, entre outros. Por outro lado, a base de dados da paróquia reconstituída será um ponto de partida para outros trabalhos sobre esta freguesia e para o cruzamento com outras paróquias.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Livros de Registos Paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa, anos de 1563 a 1755

Mistos:

Livro 1, anos de 1563-1576;

Livro 2, anos de 1576-1581;

Livro 3, anos de 1582-1596;

Livro 4, anos de 1596-1610.

Baptismos

Livro 1, anos de 1611-1620;

Livro 2, anos de 1620-1627;

Livro 3, anos de 1627-1639;

Livro 4, anos de 1639-1649;

Livro 5, anos de 1649-1665;

Livro 6, anos de 1665-1692;

Livro 7, anos de 1692-1707;

Livro 8, anos de 1707-1719;

Livro 9, anos de 1719-1726;

Livro 10, anos de 1727-1735;

Livro 11, anos de 1735-1746;

Livro 12, anos de 1747-1755.

Casamentos

Livro 1, anos de 1611-1618;
Livro 2, anos de 1618-1623;
Livro 3, anos de 1623-1632;
Livro 4, anos de 1633-1638;
Livro 5, anos de 1638-1649;
Livro 6, anos de 1649-1674;
Livro 7, anos de 1675-1693;
Livro 8, anos de 1693-1701;
Livro 9, anos de 1701-1709;
Livro 10, anos de 1709-1721;
Livro 11, anos de 1721-1731;
Livro 12, anos de 1732-1737;
Livro 13, anos de 1738-1753;
Livro 14, anos de 1753-1755.

Óbitos

Livro 1, anos de 1611-1622;
Livro 2, anos de 1623-1643;
Livro 3, anos de 1644-1674;
Livro 4, anos de 1675-1705;
Livro 5, anos de 1705-1719;
Livro 6, anos de 1719-1727;
Livro 7, anos de 1728-1736;
Livro 8, anos de 1736-1752;
Livro 9, anos de 1753- 1760.

2. FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda (2007), “Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno”, *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado Y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco.

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) (1994), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho.

ALMEIDA, Fortunato de (1968-1970), *História da Igreja em Portugal*, vol. II e III, Lisboa Civilização.

ALMEIDA, Ângela Mendes de (1994), *O Gosto do Pecado. Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Rocco.

ALMEIDA, Manuel Lopes de (1950), *Portugal na Época de D. João V. Esboço de Interpretação Político-Cultural da primeira metade do século XVIII*, Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, pp. 253-259.

ALMEIDA, Manuel Lopes de (1953), *Memorial de Pero Rodrigues Soares*, Acta Universitatis Conimbricensis.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza (1994), “Lisboa sozinha, Quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes”, *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, (13), pp.71-94.

AMARAL, Maria Valentina Cotta do (1965), *Privilégios de Mercadores Estrangeiros no Reinado de D. João III*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

- AMORIM, M. Norberta B. (1973), *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- AMORIM, Maria Norberta (1980), *Método de exploração dos livros de registos paroquiais Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE.
- AMORIM, Maria Norberta (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.,
- AMORIM, Maria Norberta (1991), *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1991), "Demografia Histórica (Antigo Regime)", *Ler História*, (21), pp. 72-78.
- AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três Paróquias Do Sul do Pico-1680 - 1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1995), (coord.), *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1995), *Demografia História. Um programa de docência*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM, Maria Norberta (1995), "Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850", REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol.1, Porto, Afrontamento, pp. 35-64.

- AMORIM, Maria Norberta (1999), “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”, *Ler História*, (36), pp. 9-43.
- AMORIM, Maria Norberta (2004), “Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica”, *Ler História*, (47), pp. 147-170.
- AMORIM, Maria Norberta (2006), “Demografia Histórica e história da família. Perspectivas para um percurso integrado”, *Ler História*, (50), pp. 45-65.
- ANDRADE, A. Alberto Banha de (1965), *Antologia do Pensamento Político, século XVI*, 2 vols., Lisboa.
- ARAÚJO, Ana Cristina (1987), “Ruína e morte em Portugal no século XVIII. A propósito do terramoto de 1755”, *Revista de História das Ideias*, (9), pp. 327-365.
- ARAÚJO, Ana Cristina (1997), *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Notícias Editorial.
- ARAÚJO, Renata de (1990), *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984), *A evolução demográfica portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988), *As Crises de Mortalidade em Lisboa no século XVIII*, tese de mestrado, policopiada, Lisboa, U.N.L.
- BARBOSA, Pedro Gomes (1995), *Lisboa. O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho) (2001), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, NEPS/ICS- Universidade do Minho.

- BEBIANO, Rui (1987), *D. João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, Estante.
- BETHENCOURT, Francisco (1987), “Inquisição e controle social”, *sep. da Revista História e Crítica*, Lisboa.
- BETHENCOURT, Francisco (1987), “Declínio e extinção do Santo Ofício”, *Revista de História Económica e Social*, (20), pp.77-85.
- BETHENCOURT, Francisco (1996), *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Temas e Debates.
- BETHENCOURT, Francisco e Kirti Chaudhuri (1998), (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Circulo de Leitores.
- BIDEAU, Alain (1984), “Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais”, MARCÍLIO, Maria Luíza (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, Petrópolis, Vozes, pp.47-68.
- BOIÇA, Joaquim M. F. E Maria de Fátima Rombouts de Barros (2005), *1755 A Memória das Palavras*, Câmara Municipal de Oeiras.
- BORGES, Emília Salvado(1996), *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior Cuba (1586-1799)*, Lisboa, Edições Colibri.
- BOTELHO, E. Raposo (1932), “António de Lisboa: Santo de todo o mundo: um sol do ocidente”, *Ilustração*, (11), pp. 7-9.
- BOURGEOIS-PICHAT, Jean (1976), *A Demografia*, Lisboa, Ed., Bertrand.
- BOXER, Charles R. (1981), *O Império Colonial Português (1415-1825)*, 2ª ed., Lisboa Edições 70.

- BRAGA, Paulo Drumond (1992), “Dois Surtos de Peste em Lisboa: 1579-1581”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª. Série, vol. 7, (2), pp. 7-22.
- BRAGA, Paulo Drumond (1999), “Os Forçados das Galés, Percursos de um Grupo Marginalizado”, *Estudos Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, Universidade do Porto.
- BRANDÃO, João (de Buarcos) (1990), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, (org. e notas) José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte.
- BRANDÃO, M. Fátima e Rui Feijó (1984), “Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas”, *Análise Social*, (83), pp.489-503.
- BRAUDEL, Fernand (1983), *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol I, , Lisboa Publicações D. Quixote.
- BRAUDEL, Fernand (1982), *História e Ciências Sociais*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- BRETTELL, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRITO, J. J. Gomes de (1935), *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisboenses*, volume primeiro, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora.
- BRUNET, J. P., OLESSIS, A. (1973), *A História social. Problemas, Fontes e Métodos*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- BUESCO, Ana Isabel (1990), *Sentimento e Esperanças de Portugal – da legitimidade de D.João IV, Encontro sobre a Restauração e a sua Época*, Lisboa, Fund. Casas Fronteira e Alorna.

- CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2000), *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*, Dissertação de mestrado em História da Arte Moderna apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CARDIM, Pedro (1998), *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos.
- CARITA, Helder (1999), *Lisboa Manuelina e a Formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de (1999), *Basto (Stª Tecla) – Uma Leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)* Guimarães, NEPS/ICS - Universidade do Minho.
- CARVALHO, J.R. e J. P. Paiva (1990), “A Jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXV, pp.121-163.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1982), “Lisboa vista pelos estrangeiros (Até aos fins do Século XVII)”, *Separata de Presença de Portugal no mundo*, Actas de colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1990), *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTILHO, Júlio de (1934), 2ªed., *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol.I, Lisboa.
- CASTILHO, Júlio de (1935), *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. V, Lisboa.
- CASTILHO, Júlio de (1936), *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa .

- CASTILHO, Júlio de (1884), *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- CASTILHO, Júlio de (1964), *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 3ª ed., com anotações de Luiz Pastor de Macedo, vol. IV, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILHO, Júlio de (1964), *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 3ªed., com anotações de Luiz Pastor de Macedo, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTRO, Armando (1985), *Historia Económica de Portugal, vol. III –séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho.
- CASTRO, Armando (1992), *A Estrutura Dominial Portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*, Lisboa, Caminho, Colecção Universitária.
- CHANDEIGNE, Michel (1990), *Lisboa e os descobrimentos 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, Lisboa, Terramar.
- CHAUNU, Pierre (1974), *Histoire: Science Social, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, SEDES.
- COELHO, António Borges (1987), *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, Lisboa, Caminho.
- COELHO, António Borges (1986), *Quadros para uma Viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Caminho.
- COELHO, António Borges (2006), *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CONSTITUICOENS DO ARCEBISPADO DE LIXBOA*, do padre José Caetano.

- CORREIA, Virgílio (1926), *Livro dos Regimentos dos Officiaes Mechanicos da Mui Nobre e Sêpre Leal Cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- COSME, João dos Santos Ramalho (1994), *O Alentejo A Oriente D’Odiãna (1600-1640) política, sociedade, economia e cultura*, Lisboa, Edições Cosmos História.
- COSTA, A. Celestino da (1951), *A Evolução de Uma Cidade: Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa.
- COSTA, Américo (1940), *Diccionario Chorographico de Portugal*, vol. VII, pp.477-655.
- COSTA, Maria Leonor Freire (1994), “Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus: Um Olhar sobre Lisboa de Quinhentos”, *Penélope, Fazer e desfazer a História*, (13), pp.37-53.
- COSTA, Maria Leonor Freire (1997), *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A Construção Naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia.
- COSTA, P. Antonio Carvalho da (1869), *Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundaçoens das cidades, villas, e lugares, que contêm; Varoens illustres, genealogias faz familias nobres , fundaçoens de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*, Tomo Terceyro, 2ªed., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.
- COUTO, Dejanirah (2004), *História de Lisboa*, 6ª ed., Lisboa, Gótica.
- CURTO, Diogo Ramada (1991), *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII), A Memória da Nação*. Lisboa, Sá da Costa.
- CURTO, Diogo Ramada (1998), *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Projecto Universidade Aberta.

- DIAS, Jaime Lopes (1940), *Festas e divertimentos da cidade de Lisboa. Da Independência à Restauração*, Lisboa, Livraria Ferin.
- DIAS, José S. da Silva (1975), *Erasmismo e a Inquisição em Portugal*, Coimbra, Universidade, 1975.
- DIAS, José S. da Silva (1982), *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI*, Lisboa, Presença.
- DUPÂQUIER, Jacques (1979), *La population rurale du Bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), “Demografia Histórica e História Social”, MARCÍLIO, Maria Luíza (org.), *População e Sociedades Pré-industriais*, Vozes, Petrópolis, pp.47-68.
- DURÃES, Margarida (1988), “Herdeiros e não-herdeiros: Nupcialidade e Celibato no contexto da propriedade enfiteuta”, *Revista de História Económica e Social*, (21), pp.47-56.
- F. LOT (1945), *Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine*, Paris, Champion.
- FARIA, Ana Mouta (1987), “ Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime, *Ler História*, (11), Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, pp.29-46.
- FARIA, Inês Martins de (1998), *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, NEPS/ICS – Universidade do Minho, Guimarães.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias (1988), *A primeira visita do Conselho Geral à Inquisição de Lisboa*, Lisboa, Cadernos História e Crítica.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998), *Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, Guimarães, NEPS – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995), *Espelhos, Cartas e Guias, Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica, 1450-1700*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- FERREIRA, Olegário (1989), *As Crises de Mortalidade nas Antigas Vilas de Alenquer, Aldeia Galega da Merceana e seus Termos nos séculos XVI-XVII*, dissertação de mestrado, dactilografado, Lisboa, F.C.S.H./U.N.L.
- FERRO, João Pedro (1995), *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença.
- FLANDRIN, Jean – Louis (1991), *Família. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FLEURY, Michel e Louis Henry (1976), *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l' état civil ancien*, 2ªed., Paris, INED.
- FLINN, Michael W. (1989) *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica.
- FONSECA, João Duarte (2005), *1755 O Terramoto de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, Argumentum.
- FONSECA, Jorge (2002), *Escravos no Sul de Portugal séculos XVI-XVII*, Lisboa, Editora Vulgata.
- FRANÇA, José - Augusto (1965), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Livros Horizonte, Paris.
- FRANÇA, José-Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, Venda Nova-Amadora Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- GASPAR, Jorge (1994), “O desenvolvimento do sítio de Lisboa. De Finisterra a Charneca”, MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

- GODINHO, Anabela Silva de Deus (1999), *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*, Dissertação de Mestrado policopiada, Lisboa, I.S.C.T.E.
- GOIS, Damião de (1937), *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, ed. Bilingue, com tradução de latim de R. Machado, (1ª ed.1554), Lisboa, Liv. Avelar Machado.
- GOMES, Maria Palmira da Silva (1998), *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Guimarães, NEPS/ICS – Universidade do Minho.
- GONÇALVES, Iria Vicente, (1980) “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (1), pp. 153-20.
- GOUBERT, Pierre (1968), *Cent mille provinciaux au XVII Siècle. Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris, Flammarion.
- GOUBERT, Pierre (1973), « Démographie historique et histoire », *DH, bulletin d`information de la Société de Démographie historique*, numéro spécial.
- GOUBERT, Pierre (1982), “Les Villes D` Europe à L`Epoque Moderne”, *Separata da Revista de História*, vol. IV, Porto, Centro de História da Universidade do Porto.
- GOUBERT, Pierre e Daniel Roche (1984), *Les Français et L`ancien régime: culture et société*, Paris, Armand Colin Éditeur.
- GUILLAUME, Pierre e Jean-Pierre Pousson (1970), *Démographie Historique*, Paris, Librairie Armand Colin.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro (1874), *Summario de varia Historia*, Imprensa de Sousa Neves.

- HAJNAL, J. (1965), "European marriage patterns in perspective", D. V. Glass e Eversley D. E. C. (eds.) *Population in History: essay in historical demography*, Londres, Eduard Arnold.
- HENRIQUES, Paulo (2004), *Lisboa Antes do Terramoto - Grande vista da cidade, entre 1700 e 1725*, Lisboa, Gótica.
- HENRY, Louis (1976), *Demografia*, Barcelona,.Editorial Labor.
- HENRY, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.
- HERCULANO, Alexandre (1979), *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 2 tomos, Lisboa, Bertrand.
- HESPANHA, António Manuel (1986), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – século XVII*, vol. I, Lisboa, S/D.
- HESPANHA, A. M. (1994), (dir.), "Fazer e Desfazer a História", *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, (13).
- HESPANHA, António Manuel (1994), *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- HOLANDA, Francisco de (1984), *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, (ed.) José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte.
- LANDRY, A. (1945), *Traité de démographie*, Paris, Ed. Payot.
- LACHIVER, Marcel (1969), *La Population de Meulan du XVII au XIX siècle (vers 1600-1870) : Étude de démographie historique*, Paris, S.E.V.P.E.N.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida (1948), *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios Para a Sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida (1970), “Os Mesterais”, *Crónica Milenar do Trabalho Artífice*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1880-1882), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Comp^a.
- LEBRUN, François,(1980) « Les crises démographiques en France aux XVII e et XVIIIe siècles» , *Annales*, (2), pp.205-234.
- LEBRUN, François (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.
- LÉON, Pierre (1983), (dir), *História Económica e Social do Mundo*, 6 vols., Lisboa, Sá da Costa Editora.
- LIPINER, Elias (1998), *Os Baptizados em Pé. Estudos acerca da Origem e da Luta dos Cristãos- Novos em Portugal*, Lisboa, Vega.
- LIPINER, Elias (1999), *Um Dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Contexto.
- LIVI-BACCI, Massimo (1978), *La Société Italienne Devant les Crises de Mortalité*, Florença.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984), "Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências", MARCÍLIO, Maria Luiza, (org), *População e sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis.
- LIVI-BACCI, Massimo, (1987), *Ensayo sobre l historia demográfica europea*, Barcelona, Ariel.
- LOBO, Marta e Fernando Miranda (1995), “Evolução da fecundidade em duas paróquias Minhotas: uma perspectiva comparada”, REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH, vol.1, Porto, Afrontamento, pp. 65-87.

- LOURENÇO, Ana Cristina e Helena Pinto Janeiro (1992), *Lisboa freguesia da Sé*, Lisboa, Contexto Editora.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982), *Problemas da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2ªed., Lisboa, Editorial Querco.
- MACEDO, Jorge Borges de, (1982), *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*, 2ªed, Lisboa, Moraes.
- MACEDO, Luiz Pastor de, (1958), *Lisboa de Lés a Lés subsídios para a história das vias públicas da cidade*, 2ª ed., Vol I, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- MACEDO, Luiz Pastor de, (1960), *Lisboa de Lés a Lés subsídios para a história das vias públicas da cidade*, 2ª ed., vol. II, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal.
- MACEDO, Luiz Pastor de (1939), *A Rua das Canastras. Subsídios para a História das serventias públicas da Freguesia da Sé de Lisboa*, Lisboa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1986), “Em busca dos Tempos da Inquisição(1573-1615)”, *Revista de História das Ideias*, (8), pp.191-228.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997), “As Estruturas Políticas de Unificação”,
MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 61-109.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1992), *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte.

- MADUREIRA, Nuno Luís (1997), *Mercado de Privilégios. A indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MADUREIRA, Nuno Luís e Inês Amorim (2001), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. II, Oeiras, Celta Editora.
- MARCILIO, Maria Luiza (1984), (org), *População e sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1974), *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª ed, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *História de Portugal*, Lisboa, Palas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1994), “Depois da Reconquista. A cidade na Baixa Idade Média”, MOITA, Irisalva (coord.), Lisboa, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1995), *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro (1974), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, I.N.E.
- MARQUES, ROSA Maria V. (1999), *Nupcialidade e Fecundidade numa vila do Alto Alentejo: Evoramonte 1700-1862*, Dissertação de Mestrado policopiada, Lisboa, I.S.C.T.E.
- MATIAS, Vitor Ferreira (1987), *A Cidade de Lisboa: de capital de Império a centro da metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MATOS, José Luís (1994), “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”, MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

- MATTOSO, José (dir) (1997), *História de Portugal*, 3º vol., Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (dir) (1998), *História de Portugal*, 4º vol., Lisboa, Editorial Estampa.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais, (2004), *As Gentes de Angra no Século XVII*, dissertação de doutoramento em História, policopiada, Braga/Guimarães, Universidade do Minho. .
- MEUVRET, J. (1946), « Les crises de subsistances et la démographie de la France d' Ancien Régime », *Population*, (2), (4).
- MICHAUD, Claude (1991), *L'eglise et l'argent sous l'ancien régime : les receveurs généraux du clergé de France au XVI et XVII siècles*, Paris, Fayard.
- MIRANDA, Fernando A. S. (1993), *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa - 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro.
- MIRANDA, Sacuntala de (1990), “A população portuguesa no século XX: Ensaio de Demografia Histórica, *Ler História*, (18), pp.71-73.
- MOLS, S.J. Roger (1954), *Introduction à la Demographie Historique des Villes d'Europe du XIV au XVIII siècle*, Louvaina, Duculot.
- MOITA, Irisalva (1994), (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MOITA, Irisalva (1994), “Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente”, MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1987), “Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime”, *Ler História*, (10), pp.15-51.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993), “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII”, *Análise Social*, vol. XXVIII, (123-124), pp. 921-950.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993), “Casa e Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII”, separata *Penélope*, (12).
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1997) “Elites Locais e Mobilidade Social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, vol. XXXII, (141), pp.335-368.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas (1996), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998), “Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 297-338.
- MOREDA, Vicente Pérez (1980), *Las crisis de Mortalidad en La España Interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, SA.
- MURTEIRA, Helena (1999), *Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa, Editorial Presença.
- NAZARETH, Manuel (1975), “Sobre as perspectivas demográficas no Sul de Portugal. O declínio da fecundidade: aplicação do método de Coale”, *Análise Social*, (41).
- NAZARETH, Manuel (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença.
- NAZARETH, J. Manuel e Fernando de Sousa (1983), “A Demografia portuguesa em finais do Antigo Regime”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*,
- NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise em Demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia Teoria e Prática*, Lisboa, Editorial Presença.

- NETO, M. de Lourdes Akola da Cunha M. do Carmo da Silva (1959), *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII (ensaio de Demografia Histórica)*, Lisboa, I.N.E., Centro de Estudos Demográficos.
- NETO, M. De Lourdes Akola (1967), *A Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa no primeiro quartel do século XVIII (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa, I.N.E., Centro de Estudos Demográficos.
- NEVES, António Amaro das (2001), *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*, Guimarães, NEPS/ICS - Universidade do Minho.
- OLIVEIRA, António de (1991), *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel.
- OLIVEIRA, Carlos Prada, (1996), “A importância da documentação eclesiástica para o estudo da História Local”, *População e Sociedade*, vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, pp. 613-618.
- OLIVEIRA, César (dir.) (1996), *História dos Municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Circulo de Leitores.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, (1938), *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Biblion.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1987), *Lisboa em 1551 Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, (ed. de 1554-1555), Lisboa, Livros Horizonte
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) 1ª ed., 1620, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, texto actualizado por Maria Helena Bastos, Lisboa, Vega.

- OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1901), *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, vol. XI.
- PAIVA, José Pedro de Matos Paiva (1989), “Inquisição e Visitas Pastorais Dois Mecanismos Complementares de Controle Social“, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol.11, Coimbra, Faculdade de Letras.
- PAIVA, Odete (2001), *S. Martinho de Avidos. Comunidade Rural do Vale do Ave Demografia e Sociedade (1599-1995)*, NEPS e Câmara Municipal de Famalicão.
- PASSOS, José Manuel da Silva (1990), *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, 2ª ed., Memória da Cidade, Lisboa, Editorial Caminho.
- PEREIRA, Isaías Rosa (1990), *Para a História da Freguesia da Sé de Lisboa*, Lisboa, Edição do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa.
- PÉREZ-MOREDA, Vicente (1980), *Las crisis de mortalidad en la Espana interior, siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Vintiuno de Espana.
- PERY, Gerard (1875) *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PINTO, José António de Faria (1996), *Estudo Demográfico de Uma Paróquia Algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII-XIX)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, I.S.C.T.E.
- PRESTAGE, Edgar; Pedro d`Azevedo (1924-1927), *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Imp. Da Universidade, Lisboa, colecção Registos parochiaes de Lisboa.
- QUIVY, Raymond e Luc Van Champenhoudt (1992), *Manuel de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

- RAPOSO, Fábila Maria (2000), *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1965-1910)*, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- RAU, Virgínia (1984), *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Presença.
- REHER, David (1995), “Microanálisis y Demografía Histórica: Algunas claves para un debate necesario”, REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol.1, Porto, Afrontamento.
- RENA, Henrique Pinto (1996), “A cultura em Portugal no tempo de Santo António de Lisboa”, *Comemorações dos 60 anos do Grupo de Amigos de Lisboa*.
- RIBEIRO, Orlando (1986), *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- RODRIGUES, José Albertino (1970), “Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade de Século XVI”, *Análise Social*, vol. VIII, (29), pp.96-115.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos (1996), *A Administração Municipal de Lisboa no século XVI*, Lisboa.
- RODRIGUES, Martinho Vicente (1997), *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, vol. II, Santarém, Câmara Municipal, pp.60,61,189.
- RODRIGUES, Teresa (1990), *Crises de Mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte.
- RODRIGUES, Teresa (1994), “Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de quinhentos à Lisboa do século XX”, *Penélope, Fazer e desfazer a História*, (13), pp. 95-117.

- RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira (1995), *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, Mortalidade e desenvolvimento*, 1ªed., Lisboa, Edições Cosmos.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (1997), *Cinco séculos de quotidiano: a vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, 1ªed., Lisboa, Edições Cosmos.
- ROWLAND, Robert, (1984), “Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada”, *Ler História*, (3).
- ROWLAND, Robert (1988), “ Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional”, PÉREZ MOREDA, V. e D. REHER (eds.), *Demografía histórica en Espana*, Madrid, El Arquero, pp.72-137.
- ROWLAND, Robert (1995), “Microanálise e Regimes Demográficos”, REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH, vol.1, Porto, Afrontamento, pp.23-34.
- ROWLAND, Robert (1997), *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- RUNKEL, Ana Maria Azinheira (1990), *Crises de Mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos séculos XVI a XVIII*, tese de Mestrado policopiada, Lisboa, U.N.L.
- SANTANA, Francisco e Francisco Eduardo Sucena (dir.) (1930), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa.
- SANTOS, Carlota M. Fernandes dos (1998), *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, dissertação de mestrado, policopiada, I.C.S. Universidade do Minho.
- SANTOS, N. Valdez dos (1996), “Santo António Militar. Na Tradição e na história”, *Comemorações dos 60 anos do Grupo de Amigos de Lisboa*.

- SANTOS, Piedade Braga, Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira (1987), *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1995), “Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias - Uma comparação metodológica”, REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*, Actas do III Congresso da ADEH, vol.1, Porto, Afrontamento, pp. 89-100.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999), *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português Séculos XVIII e XIX*, NEPS, Guimarães, Universidade do Minho.
- SENOS, Nuno, (2002), *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias.
- SERRÃO, J., (1973), *Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (dir.) (1989), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 114, 116.
- SERRÃO, Joel (dir.) (1990), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990), *História de Portugal*, Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel (Dir.) (1990), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols, Porto, Livraria Figueirinhas.
- SILBERT, Albert (1977), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Maria Júlia de Oliveira e (1992), *Fidalgos – Mercadores no século XVIII. Duarte Sodrê Pereira*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- SIMÕES, Jacinta Maria da Conceição (1997), *Uma freguesia rural do Baixo-Alentejo: a Aldeia de Brinches entre 1838-1870. Aspectos demográficos e sócio-económicos*, Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, policopiado, I.S.C.T.E., Lisboa.
- SOARES, Pero Rodrigues (1953), *Memorial de Pero Rodrigues Soares*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Acta Universitatis Conimbrigensis.
- SOLÉ, Maria Glória P. S. (2001), *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho.
- SOUSA, F. (1979), *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, tese de doutoramento policopiada,
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987), *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Presença.
- TAVARES, Maria José Pimenta (1989), *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença.
- TINHORÃO, José Ramos (1989), *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho.
- TORRES, José Veiga (1978), “Uma longa guerra social: os ritmos de repressão inquisitorial em Portugal”, *Revista de História Económica e Social*, (1) Lisboa, Sá da Costa.
- Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. XI.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de (1990, 1ª ed.1608), *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, Lisboa, Livros Horizonte.

VIDAL, Angelina (1994), *Lisboa antiga e Lisboa moderna, elementos históricos da sua evolução*, Lisboa, Vega.

VILLALBA, Bartolomé y Estaña Gianbattista Confalonieri (2002), *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

XAVIER, Ângela B., António M. Hespanha (1998), “A Representação da Sociedade e do Poder”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 113-140.

WRIGLEY, E. A. (1985), *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*, Barcelona, Editorial Crítica.